

LOUISE DE LIRA ROEDEL BOTELHO
CARLOS EDUARDO RUSCHEL ANES
ENISE BARTH
PAOLA VOGT
(ORGANIZADORES)

TECNOLOGIAS SOCIAIS

CONSTRUINDO DEBATES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO



LOUISE DE LIRA ROEDEL BOTELHO
CARLOS EDUARDO RUSCHEL ANES
ENISE BARTH
PAOLA VOGT
(ORGANIZADORES)

TECNOLOGIAS SOCIAIS
CONSTRUINDO DEBATES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Editora Ilustração
Cruz Alta – Brasil
2023



Copyright © Editora Ilustração

Editor-Chefe: Fábio César Junges

Revisão: Os autores

Imagem da capa: Freepik

CATALOGAÇÃO NA FONTE

T255 Tecnologias sociais [recurso eletrônico] : construindo debates sobre políticas públicas para o desenvolvimento / organizadores: Louise de Lira Roedel Botelho ... [et al.]. - Cruz Alta : Ilustração, 2023.
300 p.

ISBN 978-85-92890-93-3

DOI 10.46550/978-85-92890-93-3

1. Tecnologia social. 2. Cooperativismo. 3. Políticas públicas. I. Botelho, Louise de Lira Roedel (org.).

CDU: 334

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel, Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	SETREM, Três de Maio, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFMS, Santa Maria, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
<i>Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
APRESENTAÇÃO	15
<i>Louise de Lira Roedel Botelho</i>	
<i>Carlos Eduardo Ruschel Anes</i>	
<i>Enise Barth</i>	
<i>Paola Vogt</i>	
Capítulo 1 - TECNOLOGIA SOCIAL INTEGRADA AO COOPERATIVISMO E A ECONOMIA CIRCULAR: REFLEXÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	25
<i>Enise Barth</i>	
<i>Carlos Eduardo Ruschel Anes</i>	
<i>Louise de Lira Roedel Botelho</i>	
<i>Paola Vogt</i>	
<i>Denize Grzybowski</i>	
Capítulo 2 - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A TECNOLOGIA SOCIAL: UMA BUSCA POR ANALOGIAS ATRAVÉS DE UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	45
<i>Aline Muriel Vicentini Arbelo</i>	
<i>Veridiane Kronbauer</i>	
<i>Louise de Lira Roedel Botelho</i>	
Capítulo 3 - AGRICULTURA ORGÂNICA E CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS: TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	67
<i>Darlan Nei Writzl</i>	
<i>Iara Denise Endruweit Battisti</i>	
<i>Dionéia Dalcin</i>	
<i>Táisa Pereira Welter</i>	

Capítulo 4 - RELATO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO PROGRAMA
GESTÃO PARA COOPERAÇÃO..... 83

Paola Vogt

Louise de Lira Roedel Botelho

Capítulo 5 - COOPERATIVISMO E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO
PROJETO "A UNIÃO FAZ A VIDA" 95

Diana Juciéli Ribeiro

Enise Barth

Capítulo 6 - COOPERATIVISMO E GOVERNANÇA: UM ESTUDO DA
COOPERATIVA DE FRUTICULTORES DE PANAMBI/RS 111

Deise de Moura Tolfo

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Dione Joel Thomas

Rozelaine Rubia Bueno D'Almeida

Euclides Spies

Schana Shirley Silva

Capítulo 7 - PRINCÍPIO DO INTERESSE PELA COMUNIDADE:
UMA ANÁLISE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE SANTA
ROSA - RS..... 131

Deise de Moura Tolfo

Dione Joel Thomas

Euclides Spies

Rozelaine Rubia Bueno D'Almeida

Dirce Raquel Thomas

Louise de Lira Roedel Botelho

Capítulo 8 - APROXIMAÇÕES ENTRE O TEMA DA RESSOCIALIZAÇÃO
NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E AS CONTRIBUIÇÕES
ADVINDAS DAS EXPERIÊNCIAS DE COOPERATIVISMO SOCIAL.. 149

Cláudia Jussara Harlos Heck

Sandra Vidal Nogueira

Capítulo 9 - CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS
RURAIS COOPERADOS NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE
IJUÍ/RS..... 161

Dione Joel Thomas

Thiago Beniz Bieger

Enise Barth

Capítulo 10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO
MUNICÍPIO DE CERRO LARGO/RS: PARCERIA DAS COOPERATIVAS
CRESOL E SICREDI COM O CRAS 183

Fabiano Kapelinski
Cláudia Jussara Harlos Heck
Carlos Eduardo Ruschel Anes
Enise Barth
Louise de Lira Roedel Botelho

Capítulo 11 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A VIVÊNCIA DO
COOPERATIVISMO PELA COOPERMIL..... 199

Anadesia Britzke
Andréia Borkovski
Enise Barth
Fabiano Kapelinski

Capítulo 12 - PAPEL DE UMA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
RURAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:
UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
RURAL – CERILUZ 211

Jonathan Dalla Rosa Melo
Enise Barth
Denize Grzybowski

Capítulo 13 - HORTAS COMUNITÁRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR:
UMA POSSIBILIDADE PARA O TRABALHO EM ECONOMIA
SOLIDÁRIA E A SUPERAÇÃO DA FOME 229

Rita Vanderléia Martel
Daniel Hedlund Soares das Chagas
Louise de Lira Roedel Botelho
Enise Barth

Capítulo 14 - O PAPEL DAS ITCPs E DA TECNOLOGIA SOCIAL NA
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL..... 245

Fabiano Kapelinski
Louise de Lira Roedel Botelho
Paola Vogt

Capítulo 15 - UMA RELEITURA MULTIRREFERENCIAL DO
PROCESSO PRODUTIVO: O RECONHECIMENTO DO CAPITAL
SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO..... 259

Marcelo Ordesto Rodrigues
Sandra Vidal Nogueira

Capítulo 16 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E
SUAS REPERCUSSÕES NAS MÉDIAS INDÚSTRIAS DO SEGMENTO
METALMECÂNICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA..... 277

Lídia Linck Lagemann
Edemar Rotta

SOBRE OS AUTORES..... 297

PREFÁCIO

Qual a importância de se pensar em aliar tecnologia à melhora da qualidade de vida? Certamente essa não é uma tarefa simples de ser realizada, muito menos de ser respondida com poucas palavras. Isto porquê, a tecnologia, tão presente nos dias atuais, sempre foi aplicada aos mais diversos contextos produtivos da sociedade, mas ainda segue sendo um desafio em termos de compreensão de sua aplicabilidade.

Desde a acústica que os gregos criaram para se divertirem com o Teatro até o mais moderno meio de armazenar arquivos em uma “nuvem”, a tecnologia basicamente pode ser classificada como um saber aplicado, que provém do conhecimento tácito humano que se materializa por meio de equipamentos, *softwares* e máquinas, classificados como artefatos da tecnologia.

Nesse sentido, a necessidade de bens materiais, que visam melhorar e facilitar o *modus vivendi* das pessoas requer, por vezes, conhecimentos para que eles sejam produzidos. Por isso, a base de discussão sobre a aplicabilidade da tecnologia e seus efeitos nos mais diversos âmbitos (Agricultura, Serviço Público, Programas de Cooperação, Mercado de Trabalho, Empreendedorismo, Governança, etc.) é fator relevante para que se possa melhor compreender a forma sobre como isso se instrumentaliza e se incorpora ao cotidiano. Aqui se evidencia de pronto a representatividade que a academia possui para a construção do conhecimento coletivo.

Todavia, pensar nas consequências geradas pela boa gestão da tecnologia pode oferecer uma compreensão adequada da efetividade que as políticas públicas podem gerar à população, especialmente a partir de experiências de campo, que por sua vez, comprovam a importância deste fator como indutor do tecido produtivo regional. Ao gerar efeitos positivos que em dados casos partem de organizações sociais privadas ou não-governamentais, estas, por sua vez, visam contribuir em prol da região de sua atuação, a partir de demandas locais, substituindo o papel que o Estado deveria exercer.

Com isso, a sociedade pode se beneficiar equilibradamente acerca dos ganhos econômicos provenientes do crescimento e da melhora no sistema produtivo quando uma efetiva atividade tecnológica se mostra contributiva para o coletivo. Isto significa que a partir do momento em

que o modo de produção se transforma, esta mesma sociedade possui a oportunidade de participar e de refletir sobre as mudanças produtivas, estabelecendo prioridades e atuando sobre elas em seguida.

Entretanto, é preciso observar que as condições para uma adequada eficácia tecnológica propriamente dita depende de fatores inerentes ao processo de bem-estar social. Talvez o mais relevante deles diz respeito ao foco em garantir o atendimento às necessidades básicas, evitando ao máximo a exploração do ser humano, respeitando seus limites bio-psico-sociais, a fim de não priorizar as coisas, mas sim as pessoas.

Dito de outro modo, o desenvolvimento só tem sentido quando é qualificado de uma forma que não se resume unicamente a uma questão monetária. Muito mais que essa condição, se uma determinada tecnologia aplicada gera redução nas desigualdades econômicas ou sociais, pode-se dizer que as liberdades de escolha são visíveis e alcançáveis a todos.

Baseado nisso, os relatos que são expostos nas próximas páginas, sistematizados um a um com a adequada classificação metodológica exigida para que a cientificidade possa ser tanto evidenciada como também, mote de observância de que tal iniciativa não apenas agrega valor ao campo das políticas públicas como estabelece um marco de discussão sobre a importância da tecnologia para a sociedade contemporânea.

Por isso, ao recordar a pergunta inicial, é possível afirmar que o leitor tem ao seu dispor neste livro, elementos relevantes e detalhados que servem como base de investigação qualificada sobre o *quantum* de contribuição que a academia proporciona para a reflexão de se pensar políticas públicas com vista ao desenvolvimento de pessoas e não de instrumentos, tal como é o caso a tecnologia.

Votos de uma ótima leitura.

Prof. Marcos Paulo Dhein Griebeler

Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades
Integradas de Taquara – FACCAT/RS

APRESENTAÇÃO

Esta obra possui o objetivo de contemplar as discussões obtidas a partir do projeto de pesquisa intitulado “Mapeamento das organizações cooperativas existentes na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, identificando requisitos e competências para a inovação, transformação digital e perspectivas da modelagem do cooperativismo de plataforma”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Chamada CNPq/SESCOOP Nº 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo. Além disso, o presente trabalho consiste em um compêndio de estudos desenvolvidos por professores, alunos e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Cerro Largo/RS.

Refere-se ainda que tal obra aproxima-se da Linha de Pesquisa 02: Dinâmicas Sociopolíticas e experiências de Desenvolvimento, deste programa de pós-graduação, servindo de aporte teórico e prático para a disciplina de “Tecnologia social e políticas públicas para o desenvolvimento”, que pertence à matriz curricular do programa supracitado. O trabalho é parte integrante dos seguintes grupos de pesquisa institucionais: Teorias e Processos de Desenvolvimento e Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Instituições.

Salienta-se que, a ideia de publicar esta obra tornou-se viável graças à possibilidade aberta pelo Colegiado do PPGDPP de utilizar recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para contratar serviços de edição e publicação de obras acadêmicas. Através do Processo nº 23205.016716/2022-41, foi viabilizada a contratação da Editora Ilustração para a edição e publicação deste E-book.

A obra está organizada em dezesseis capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *Tecnologia Social integrada ao cooperativismo e a economia circular: reflexões para um desenvolvimento sustentável*, de autoria de Enise Barth, Carlos Eduardo Ruschel Anes, Louise de Lira Roedel Botelho, Paola Vogt e Denize Grzybovski, apresenta a gênese da TS, e seus conceitos e aplicabilidades no mundo contemporâneo, aliada com o cooperativismo e aos princípios da economia circular, fazendo uso

de sua importância e replicabilidade para o desenvolvimento sustentável consciente e solidário. Em termos metodológicos, este trabalho apresenta-se como uma pesquisa com abordagem qualitativa e interpretativista, a qual aportou-se no procedimento de coleta de dados com o uso de levantamento bibliográfico realizado em materiais já publicados sobre a temática. Espera-se que esta pesquisa subsidie o tema da TS nos mais variados contextos e aplicações a partir dos elos da TS com o cooperativismo e os princípios da economia circular.

No segundo capítulo, intitulado *A política de assistência social e a tecnologia social: uma busca por analogias através de um estudo bibliométrico*, os autores Aline Muriel Vicentini Arbelo, Veridiane Kronbauer e Louise de Lira Roedel Botelho analisam a produção científica sobre a TS e a Política de Assistência Social brasileira. Para tanto, a metodologia qualitativa, de abordagem bibliométrica e de análise de conteúdo foi utilizada. Os procedimentos metodológicos se deram através da preparação teórica e metodológica, de coleta e registro de dados e de sistematização e análise dos resultados. Foram pesquisados, na base de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os arquivos publicados nos últimos 10 anos sobre esta temática. Tal pesquisa encontrou quatro (04) publicações, que formaram a amostra analisada no estudo. Identificaram-se, assim, diferentes produções acadêmicas sobre o assunto. Há, todavia, uma vasta lacuna com relação à produção científica que relaciona a TS e a Política de Assistência Social – daí a importância desta pesquisa.

O terceiro capítulo, intitulado *Agricultura Orgânica e Tecnologia Social: alternativas para reduzir o uso de agrotóxicos*, de autoria de Darlan Nei Writzl, Iara Denise Endruweit Battisti, Dionéia Dalcin e Taísa Pereira Welter, reflete sobre a agricultura orgânica como uma Tecnologia Social capaz de reduzir o uso de agrotóxicos e, conseqüentemente, diminuir a exposição de trabalhadores rurais aos pesticidas, promover a inclusão social e facilitar o desenvolvimento econômico. Nesta pesquisa, foram destacadas as cadeias curtas de abastecimento alimentar, que permitem uma aproximação entre produtores e consumidores como alternativa inovadora para enfrentar problemas sociais e ambientais. O texto também aborda, brevemente, o consumo ético de alimentos.

No capítulo quatro, intitulado *Relato de experiência das ações extensionistas do Programa Gestão para Cooperação*, as autoras Paola Vogt e Louise de Lira Roedel Botelho apresentam as ações desenvolvidas no projeto de extensão “Programa Gestão para Cooperação” e discutem seus resultados

nos campos social e acadêmico. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Os principais resultados discorrem sobre a importante geração e disseminação do conhecimento para o público-alvo do projeto e sobre a troca de conhecimentos e experiências entre universidade e sociedade, considerados a base dos projetos de extensão. Pode-se afirmar, assim, que tanto o objetivo do projeto PGC como o objetivo deste trabalho foram plenamente atingidos. Assim como foi o PGC, espera-se que ações como esta sejam realizadas em outras regiões e possibilitem a disseminação de conhecimentos.

No quinto capítulo, intitulado *Cooperativismo e Educação: análise do projeto 'A união faz a vida'*, as autoras Diana Juciéli Ribeiro e Enise Barth apresentam o programa “A União faz a vida”, que surgiu dentro da Sicredi, em 1993, e possui como objetivo fomentar a educação cooperativista, a economia solidária e a educação financeira. O programa adentra escolas e propõe atividades que colaborem para o despertar de atitudes colaborativas e cidadãs nos alunos e alunas. Dessa forma, este capítulo é uma pesquisa qualitativa, com objetivo descritivo, concebido a partir de um estudo de caso do programa, buscando compreender como se materializa a ação de uma cooperativa para promover o espírito cooperativo e a cidadania na sociedade a qual pertence. Entre os resultados, constata-se que os impactos sociais do programa são muito positivos, colaborando para a formação de crianças e adolescentes com senso de cidadania, cientes de seus direitos e deveres, e que apresentam facilidade para trabalhar em equipe, dialogar e cooperar.

No sexto capítulo, intitulado *Cooperativismo e Governança: um estudo da cooperativa de fruticultores de Panambi/RS*, os autores Carlos Eduardo Ruschel Anes, Deise de Moura Tolfo, Dione Joel Thomas, Euclides Spies, Rozelaine Rubia Bueno D’Almeida e Schana Shirley Silva descrevem a percepção dos cooperados, conselheiros, presidente e gestor da Frutipan no que diz respeito às estruturas de governança praticadas, que são realizadas por meio da participação dos cooperados. Para tanto, o percurso metodológico ocorreu através da pesquisa fenomenológica com objetivos descritivos e a natureza da abordagem desta pesquisa é a investigação qualitativa. A metodologia, por seu turno, teve como base a aplicação de um questionário para dez participantes, cujo objetivo foi identificar a percepção sobre governança e tomada de decisão de cada um deles. A transcrição das entrevistas e a realização da análise de conteúdo foram as técnicas escolhidas para obtenção dos resultados da pesquisa. Assim, foram delimitadas as seguintes categorias analíticas para a descrição dos resultados:

i) Caracterização do gestor, conselheiros e cooperativados, ii) Descrição dos aspectos hierárquicos da cooperativa e iii) Percepção dos participantes sobre os processos de governança e tomada de decisão na cooperativa. Os resultados demonstram que a cooperativa Frutipan desempenha seus processos de governança através de princípios do cooperativismo e, por isso, as decisões tomadas sobre o futuro da cooperativa são estabelecidas por critérios democráticos, nos quais cada cooperado decide por meio de voto.

O sétimo capítulo, intitulado *Princípio do interesse pela comunidade: uma análise nas cooperativas de crédito de Santa Rosa – RS* de autoria de Deise de Moura Tolfo, Dione Joel Thomas, Euclides Spies, Rozelaine Rubia Bueno D’Almeida, Dirce Raquel Thomas e Louise de Lira Roedel Botelho, abordou o contexto que fundamenta o cooperativismo, além de discutir sobre os princípios norteadores e as ações cooperativistas. Com tal objetivo em vista, optou-se por descrever estratégias desempenhadas por duas cooperativas, que atuam no ramo do cooperativismo de crédito, situadas no município de Santa Rosa/RS. O principal interesse desta pesquisa foi a identificação das ações de ambas as cooperativas em relação ao sétimo princípio do cooperativismo, que tem por definição o interesse na comunidade. O percurso metodológico utilizado para a obtenção dos resultados foi norteado através de pesquisa fenomenológica e descritiva, de natureza qualitativa. Os dados foram coletados por meio de questionário com perguntas abertas, aplicados aos representantes de ambas as cooperativas, e buscaram evidenciar práticas e ações desempenhadas que demonstram interesse pela comunidade. Os resultados do estudo possibilitaram o reconhecimento de que tais cooperativas de crédito, sediadas em Santa Rosa/RS, realizam trabalhos orientados para a comunidade, que promovem a educação cooperativa e a cidadania entre os munícipes.

No capítulo oito, intitulado *Aproximações entre o tema da ressocialização no sistema prisional brasileiro e as contribuições advindas das experiências de cooperativismo social*, as autoras Cláudia Jussara Harlos Heck e Sandra Vidal Nogueira debatem o tema da ressocialização de pessoas privadas de liberdade (PPL) à luz do ideário do cooperativismo social. Sabe-se que o Brasil ocupa o 3º lugar no *ranking* mundial dos países que mais encarceram pessoas e são inúmeras as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, em especial, quando se trata das lacunas nas políticas públicas para presos e egressos do sistema prisional. Em vista de tais questões, o estudo teve por base o trabalho de revisão bibliográfica na literatura especializada disponível no repositório da CAPES e em

dados disponibilizados pelo SISDEPEN e INFOPEN. A reflexão sobre as estruturas disruptivas na ambiência do sistema prisional brasileiro e de seus extra-muros possui urgência histórica, especialmente no que tange à elaboração de aportes aos estudos e às pesquisas que versam sobre os processos de ressocialização das pessoas privadas de liberdade (PPL), feitas a partir de bases emancipatórias, através da experiência das cooperativas sociais, que é uma importante estratégia de ação.

O nono capítulo, intitulado *Características dos estabelecimentos rurais cooperados na região geográfica imediata de Ijuí/RS*, de autoria de Dione Joel Thomas, Thiago Beniz Bieger e Enise Barth, apresenta características dos estabelecimentos rurais (propriedades rurais) que diferenciam estabelecimentos cooperados dos não cooperados, na região geográfica imediata de Ijuí/RS. O trabalho classifica-se como um estudo explicativo e descritivo, com abordagem quantitativa, e a coleta de dados ocorreu por meio de dados secundários, extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio de relatórios dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 e dos Relatórios das Organizações Cooperativas. Para a análise dos dados, o programa LibreOffice Calc versão 2010 foi utilizado. Os resultados do estudo ressaltam as características que diferenciam estabelecimentos com associação das cooperativas e estabelecimentos não associados, especialmente em relação à área de atuação, grupos de área total, nível de instrução do produtor responsável, uso de agrotóxicos, uso de adubação, agricultura orgânica e orientação técnica nos estabelecimentos. Concluiu-se que estabelecimentos cooperados se diferenciam dos demais estabelecimentos por meio de vivências dinâmicas proporcionadas pelas cooperativas, resultando no desenvolvimento econômico e social dos estabelecimentos cooperados.

No décimo capítulo, intitulado *Desenvolvimento social e econômico do município de Cerro Largo/RS: parceria das cooperativas Cresol e Sicredi com o CRAS*, os autores Fabiano Kapelinski, Cláudia Jussara Harlos Heck, Carlos Eduardo Ruschel Anes, Enise Barth e Louise de Lira Roedel Botelho, apresentam as contribuições geradas por meio de uma parceria entre as cooperativas de Crédito: Sistema de Crédito Rural (SICREDI) e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cerro Azul do Município de Cerro Largo/RS, Brasil, entre os anos de 2018 e 2019. O procedimento metodológico adotado pode ser classificado em um estudo descritivo. Quanto à abordagem a pesquisa classificou-se como qualitativa, e a coleta de dados ocorreu por meio de dados secundários e observação

participante e, para análise de dados, utilizou-se o programa LibreOffice Writer, versão 2010. Ambas as cooperativas colaboram com o público vinculado ao CRAS, seja com recursos financeiros ou com apoio em ações e/ou projetos. Dessa forma, foi possível constatar que a parceria do CRAS com as referidas cooperativas de Crédito contribui para o desenvolvimento social e econômico do município.

O capítulo onze, intitulado *Desenvolvimento regional: a vivência do cooperativismo pela COOPERMIL*, de autoria de Anadesia Britzke, Andréia Borkovski, Enise Barth e Fabiano Kapelinski, descreve a atuação da Coopermil – Cooperativa São Luiz Ltda., na perspectiva da promoção do cooperativismo e do desenvolvimento regional. A Coopermil abrange diversos ramos do agronegócio, está presente em 10 municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e visa ao comprometimento com seu quadro de associados e ao desenvolvimento de ações no âmbito socioeconômico e cultural. Dada a sua importância, foram analisadas informações contidas na página da Cooperativa, que revelam relatos de experiência contendo os propósitos institucionais, as ações e os projetos realizados e em andamento. Os resultados demonstram a atuação da Coopermil em relação à preocupação com a educação social de associados, familiares e da comunidade, de modo geral. Há uma relação de credibilidade com seus cooperados, que, por consequência, buscam melhores resultados e acesso a informações relevantes para o desenvolvimento de suas atividades. Constatou-se que os empreendimentos cooperativistas podem apresentar alternativas para o desenvolvimento local e regional, por estarem alicerçados nos princípios de cooperação e inclusão econômica das pessoas de suas áreas de atuação. Assim, a necessidade de trabalho em conjunto oportuniza a capacidade criativa, cujo foco é no sujeito e no capital social, aumentando o índice de empreendimentos associados. Por isso, a tendência dos municípios analisados é de serem mais desenvolvidos do que aqueles que não desenvolvem a atividade cooperativista, já que acreditam e investem em sua terra, lema pelo qual trabalha a Coopermil.

No décimo segundo capítulo, intitulado *Papel de uma cooperativa de eletrificação rural no desenvolvimento regional sustentável: um estudo da Cooperativa de Eletrificação Rural – Ceriluz*, os autores Jonathan Dalla Rosa Melo, Enise Barth e Denize Grzybovski se propõem a refletir sobre o papel de uma cooperativa de eletrificação rural para o desenvolvimento regional sustentável. A Ceriluz foi fundada em 1966 com o objetivo inicial de gerir e executar um projeto de eletrificação rural para beneficiar 160 propriedades rurais no município de Ijuí. Nos anos seguintes, sua área de

atuação foi ampliada para os demais municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento rural, o incremento do comércio local de eletrodomésticos e novos investimentos em geração e distribuição de energia elétrica. Os resultados da análise da história da Ceriluz revelam que suas estratégias e ações não ficaram limitadas ao seu papel inicial, de gerir e executar um projeto de eletrificação rural para um grupo limitado de cooperados. A Ceriluz assumiu o seu papel de cooperativa que transforma a realidade do território e oferece bem-estar rural, seja instalando fibra ótica nas áreas rurais, para conectar a população rural à rede mundial de computadores, seja disponibilizando energia elétrica, para facilitar a digitalização dos processos e o consumo da agricultura de precisão.

O décimo terceiro capítulo, intitulado *Hortas comunitárias no ambiente escolar: uma possibilidade para o trabalho em economia solidária e a superação da fome*, de autoria de Rita Vanderléia Martel, Daniel Hedlund Soares das Chagas, Louise de Lira Roedel Botelho e Enise Barth, apresenta a vulnerabilidade de pessoas à margem da sociedade, e volta-se para a implementação de hortas comunitárias como uma possibilidade de trabalho e da superação da fome. Para tanto, estudou-se uma horta comunitária cultivada por Imigrantes Haitianos na Cidade de Santo Ângelo/RS, localizada no pátio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha. Como metodologia, recorreu-se a uma abordagem qualitativa e ao uso de revisão bibliográfica. Já como instrumento de coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas. Com tal pesquisa, espera-se contribuir para a discussão entre a relação da economia solidária e a superação da fome no Brasil.

No capítulo catorze, intitulado *O papel das ITCPs e da tecnologia social na promoção do desenvolvimento regional*, os autores Fabiano Kapelinski, Louise de Lira Roedel Botelho e Paola Vogt apresentam discussões a respeito das ITCPs com a interface da tecnologia social na promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, a metodologia adotada foi a qualitativa, descritiva e bibliográfica, baseada em artigos científicos e livros. Como se sabe, as ITCPs atuam diretamente com empreendimentos cooperativos e econômicos solidários ou grupos sociais. As ITCPs surgiram para integrar, de forma dinâmica, a transferência de tecnologias e conhecimentos através da metodologia participativa e sistêmica por meio do aprofundamento sobre novas formas de organização. A tecnologia social serve para redefinir sua função social, pois apresenta um entendimento da construção histórica e da busca pelo redimensionamento do papel da

sociedade na criação e apoio às políticas públicas, buscando alavancar mudanças em suas condições de qualidade de vida. Quando as ITCPs aplicam tecnologias sociais com participação efetiva da comunidade no seu processo de construção, os resultados quanto ao desenvolvimento regional, tendem a ser satisfatórios. Isso porque são mecanismos que atendem a demandas da sociedade, resultam em interações sociais, envolvem atores públicos e privados, fortalecem e estimulam a organização com participação social e política, proporcionando, assim, a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

O décimo quinto capítulo, intitulado *Uma releitura multirreferencial do processo produtivo: o reconhecimento do capital social no mundo do trabalho*, de autoria de Marcelo Ordesto Rodrigues e Sandra Vidal Nogueira, problematiza as bases estruturantes das dinâmicas disruptivas existentes no mundo do trabalho, que estão severamente influenciadas pela lógica das tecnologias hegemônicas no modelo capitalista. Tendo em vista a elaboração de aportes multirreferenciais sobre uma vertente conceitual mais crítica, criativa e emancipatória sobre a estruturação produtiva das relações de trabalho noutras bases, sustentadas a partir do reconhecimento do capital social como garantia de uma existência humana plural, autônoma e sustentável, essa reflexão é necessária. Objetiva-se, assim, ampliar o repertório científico sobre o tema, incorporando na agenda contemporânea brasileira novas visões das práticas profissionais, respaldadas por valores substantivos de direitos fundamentais, justiça social e democracia, com vistas a atender as demandas concretas vividas e identificadas pela população. Para tanto, o texto é composto por introdução, desenvolvimento e conclusão. No subitem “desenvolvimento”, os conteúdos selecionados buscam aprofundar reflexões em duas perspectivas: a primeira delas versa sobre o binômio capital/trabalho e seus atravessamentos nos cenários do capitalismo, enquanto a segunda aborda o novo modelo produtivo e a arquitetura de controle do metabolismo social do capital.

Por fim, o capítulo de Lídia Linck Lagemann e Edemar Rotta, intitulado *Políticas públicas de incentivo à inovação e suas repercussões nas médias indústrias do segmento metalmeccânico do município de Santa Rosa* é apresentado. Esta pesquisa centra-se na tríade desenvolvimento, políticas públicas e inovação, e suas relações nas empresas do segmento metalmeccânico de Santa Rosa, município localizado no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo do estudo é analisar as políticas públicas de incentivo à inovação disponíveis no Brasil para as médias indústrias com vistas a identificar as suas repercussões no segmento metalmeccânico

de Santa Rosa. Os objetivos específicos foram: proporcionar conhecimento sobre as políticas públicas de incentivo à inovação, mapear o perfil das indústrias do município, analisar como as empresas conhecem, acessam e as utilizam e compreender a influência das políticas públicas nas dinâmicas de desenvolvimento local-regional. A metodologia utilizada tem foco qualitativo com alcance exploratório em uma abordagem crítico-dialética e cinco entrevistas semiestruturadas com os gestores de indústrias localizadas na área industrial do município de Santa Rosa foram realizadas. Constatou-se que as empresas conhecem superficialmente as políticas públicas de incentivo à inovação existentes para o setor, não as utilizam como ferramentas para impulsionar seus empreendimentos e pouco compreendem o conceito de inovação e suas diversas formas de aplicação possíveis. Em vista disso, pode-se inferir que as políticas públicas de incentivo à inovação praticamente não exercem influência nos empreendimentos de médio porte do segmento metalmeccânico de Santa Rosa.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Os organizadores

Capítulo 1

TECNOLOGIA SOCIAL INTEGRADA AO COOPERATIVISMO E A ECONOMIA CIRCULAR: REFLEXÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Enise Barth

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Louise de Lira Roedel Botelho

Paola Vogt

Denize Grzybowski

Introdução

Ao longo das décadas, pesquisas científicas vêm apontando o crescimento de estudos sobre a tecnologia social (TS). Desenvolveram-se ferramentas e arcabouços conceituais no intuito de compreender os aspectos emergentes advindos do próprio processo de desenvolvimento, buscando a relação entre a economia informal e a economia solidária (ES). Temas como inclusão social, geração de trabalho e renda de populações aquém do processo de desenvolvimento econômico estão em voga, pois esse processo alicerçado por vários países acaba por excluir ou distanciar essa população de sua finalidade. As organizações, sobretudo as empresariais, sucessivamente focam seus esforços produtivos no conceito da lei da mais-valia, a qual repercute na geração de lucro com a atividade do trabalho e concentra o ganho nas mãos de poucos. Todavia, são geradoras de emprego e renda. No entanto, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, é fundamental que haja crescimento econômico, inclusão social e preservação do meio ambiente. Somente assim, será possível a promoção de melhoria da qualidade de vida de toda população.

O termo TS é alvo de debates, muito se deve a suas características e a sua amplitude de enfoque e trabalho. Pode-se considerar a TS um processo ou técnica que busca solucionar algum tipo de problema social. Esse processo ou técnica pode ser simples ou complexo, desde que atenda

aos resultados propostos em sua aplicação, além de ter um baixo custo e ser possível sua replicação. Desta forma, a TS pode fazer uso de propostas inovadoras para o processo de desenvolvimento sustentável, alicerçadas na construção de soluções e resultados para problemas sociais, como, por exemplo: resíduos sólidos, água potável, alimentação, energia, renda, saúde, entre outros. Sua principal meta é promover qualidade de vida através da inclusão social e da geração de trabalho e renda.

A TS assim como o cooperativismo se constitui em caminhos para a promoção de um desenvolvimento local, regional e sustentável. O cooperativismo, historicamente, se apresenta como resultado da união de pessoas e/ou empresas com objetivos e interesses comuns, que, por meio da estratégia de colaboração, buscam o desenvolvimento econômico e social. Estruturadas em forma de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, o principal objetivo do cooperativismo é promover o desenvolvimento econômico e social, de maneira sustentável e equilibrada. Dessa forma, as atividades produtivas devem atender tanto aspirações econômicas como sociais de seus associados. A TS, por sua vez, emerge de ambientes com restrições socioeconômicas e se apresenta como alternativa ao desenvolvimento local. Neste sentido, estes constructos possibilitam reflexões sobre suas interconexões, bem como empiricamente suscitam investigações que as evidenciam.

Da mesma forma há de se pensar sobre as interconexões entre a TS e a economia circular. Ambas procuram solucionar questões ligadas a demandas específicas da sociedade, que se manifestam em diferentes contextos sociais. Contudo, a economia circular expõe os limites da sobrecarga ecológica das práticas insustentáveis da economia linear, a exaustão de vários recursos naturais, o volume de resíduos gerados pelas indústrias e encontra na TS o suporte necessário para resolver muitos dos problemas sociais decorrentes. Dessa forma, a integração da TS com a economia circular permite lançar mão de uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento econômico, mais voltada para indivíduos, comunidades, associações, pequenos empreendimentos no nível local e regional. Para tanto, não prescinde dos aspectos culturais, das práticas e ações coletivas e solidárias, numa perspectiva democrática e participativa.

Isso posto, evidencia-se que a importância da TS está no potencial do impacto que pode causar no cooperativismo, na economia circular e no desenvolvimento local e sustentável. Seu uso pode trazer muitos benefícios para a sociedade e para as camadas mais necessitadas, mediante um conjunto de técnicas e metodologias com potencial de transformação social. Diante

desse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar a gênese da TS, seus conceitos e aplicabilidades no mundo contemporâneo, aliada ao cooperativismo e aos princípios da economia circular, fazendo uso de sua importância e replicabilidade para o desenvolvimento sustentável consciente e solidário.

Em termos metodológicos, este trabalho apresenta-se como uma pesquisa desenvolvida pelo paradigma interpretativista (BURRELL; MORGAN, 1979) tendo em vista que, para explicar os fenômenos ocorridos no cotidiano, faz-se necessário visualizar o problema social a partir dos sujeitos que dele fazem parte. Assim, o paradigma interpretativista considera a realidade como um produto das experiências subjetivas e intersubjetivas dos indivíduos. Partindo dessa visão interpretativa do fenômeno estudado, na presente investigação seguiu-se as orientações metodológicas propostas por Merriam (1998), valorizando a posição dos investigadores no percurso da pesquisa e fazendo com que tal feito assegure a qualidade na pesquisa com abordagem qualitativa. Ainda, esse tipo de abordagem assemelha-se a um grande “guarda-chuva”, cujo princípio é regido pelo entendimento do fenômeno social (MERRIAM, 1998; BOTELHO, 2008).

Além disso, a presente pesquisa aporta-se no procedimento de coleta de dados com o uso de levantamento bibliográfico realizado em materiais já publicados sobre a temática. O trabalho de revisão da literatura especializada sobre o tema foi realizado junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹, utilizando, inicialmente, os seguintes descritores: tecnologias sociais, desenvolvimento sustentável, economia solidária, economia circular e cooperativismo.

Este capítulo está estruturado em sete partes, as quais refletem os principais conceitos que envolvem a temática tratada. A **primeira parte** apresenta-se a introdução do trabalho, com o objetivo geral do estudo e metodologia utilizada, a **segunda parte** aborda aspectos concernentes a tecnologia apropriada (TA) *versus* TS, trazendo à tona a gênese e os motivos pelos quais a TA está em desuso na atualidade. A **terceira parte** apresenta os conceitos de TS e suas características. Seguindo, tem-se a **quarta parte** do capítulo que trabalha a relação direta da TS com a economia solidária (ES). Já, a **quinta parte** do trabalho apresenta a relação entre TS e cooperativismo e na sequência, a **sexta parte** aborda os conceitos e relações

1 Para maiores informações consultar: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>

entre a TS e economia circular. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

Tecnologia Social *versus* Tecnologia Apropriada: uma discussão necessária

A TS deve ser compreendido em sua gênese, ou seja, a partir de outro conceito relevante, o da tecnologia apropriada (TA). Assim, a TA foi um elemento catapultante para o surgimento da TS. As concepções desta tecnologia foram desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970. No entendimento de Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1070), a TA gera alternativas às tecnologias em uso nos países desenvolvidos, e essas são transplantadas para os demais, principalmente por meio das empresas multinacionais.

Para os mesmos autores, um dos méritos do movimento gerado pela TA foi discutir a tecnologia dentro de considerações mais amplas da abordagem dominante, na qual prevalece a avaliação econômica e técnica realizada sob a ótica do capital. Desta forma, a tecnologia em sua origem visava resultados ao capital, mas não possuía a amplitude necessária para resolver situações em que a sociedade demandava em seu escopo no processo de desenvolvimento. Com isso, perderam sua força na década de 1980 diante dos processos de globalização da economia, conduzidos por intensa competitividade entre países, regiões e empresas. Em consequência, por não suprirem todas as carências do estado social, acabaram por deixar sequelas, como a exclusão social e degradação ambiental (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

A TA atualmente é vista como uma tecnologia atrasada, superada pelos avanços e discussões das mais variadas frentes, principalmente sobre as questões sociais e a própria capacidade de carga do planeta. Para os críticos a este modelo de tecnologia está a suspeita de que tal modelo termina por distanciar países ricos e países pobres, deixando esses últimos aquém do processo de desenvolvimento sustentável e dependente sempre dos países ricos para os processos de troca de conhecimentos e tecnologias, uma vez que a Terra não suportaria a universalização do padrão de consumo desses países, que se sustenta com a exploração dos ecossistemas além de suas fronteiras.

Rodrigues e Barbieri (2008, p. 1073) afirmam que:

O debate a respeito da capacidade do planeta de suportar os processos de desenvolvimento tornou-se acalorado no início dos anos 1970 com

o relatório do Clube de Roma, propondo o crescimento zero como forma de deter o processo de degradação ambiental. Assim, congelar o crescimento dos países pobres seria uma forma de sustentar o elevado padrão de consumo nos países ricos, pois dificilmente as populações destes países iriam reduzir espontaneamente o seu consumo e seus governantes iriam tomar medidas nesse sentido, pois certamente perderiam eleições. As tecnologias apropriadas cumpririam um papel funcional nesse processo, mitigando os problemas da pobreza por meio de tecnologias de baixo impacto que geram melhorias, mas não alteram o *status quo*, permitindo a continuidade da exploração dos recursos naturais dos países não desenvolvidos para sustentar o consumo fora das suas fronteiras com o mínimo de contestação política.

Nesse contexto, surge a desconfiança em torno de propostas que integram o movimento heterogêneo da tecnologia apropriada, as quais vão de encontro com o desenvolvimento sustentável. O termo “desenvolvimento sustentável” emergiu a partir de estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas ocorridas no século XX (BARBOSA, 2008). A partir disso, o Relatório *Brundtland* de 1988 define que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL..., 1991, p. 46).

Em ato contínuo, em 2015, diante da busca pelo desenvolvimento sustentável, a ONU estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais estão apresentados na Figura 1 e que integram a Agenda 2030 (ONU, 2015). Aos ODSs/ONU está associado um plano de ação internacional, no qual constam 169 metas, a serem atingidos até o ano de 2030 (EMBRAPA, 2023).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU (2015).

Na Agenda 2030 estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução de desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (ONU, 2015).

Nesta perspectiva, as TSs diferente das TAs são consideradas uma ferramenta capaz de auxiliar no alcance dos ODSs, porque “focam na promoção da inclusão social e pautam um modelo que não contribui para os objetivos de maximização de lucros, mas sim para dimensões humanas, sociais e ambientais em primeiro plano” (NACHTIGALL *et al.*, 2019, p. 8).

Além disso, de acordo com Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2007, p. 29), a TS se diferencia:

sobretudo por superar a concepção de “transferência de tecnologia” ainda presente na TA ao incluir, como elemento central das práticas que designa, a construção do processo democrático participativo e a ênfase na dimensão pedagógica. Assim, as populações, antes consideradas como “demandantes” de tecnologias, passam a ser atores diretos no processo de construção do desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à “recepção” de tecnologias.

Esses elementos, que diferem as TSs das TAs, são capazes de proporcionar um desenvolvimento além do econômico, levando em consideração fatores sociais e ambientais o que, conseqüentemente, conduz a um desenvolvimento mais sustentável. Diante dessa preocupação com os recursos naturais e desigualdades sociais, e da relevância que as tecnologias sociais possuem no alcance dos ODSs, surge uma discussão maior sobre esse tipo de tecnologia, a qual será tratada mais detalhadamente na próxima seção.

Tecnologia Social e suas características

O ITS (2004, p. 26), define TS como um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Na mesma linha de pensamento, Thomas (2009, p. 2, tradução nossa) define TS como sendo “uma forma de desenhar, desenvolver, implementar e gerir tecnologia

orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e desenvolvimento sustentável”.

A TS, em seu escopo, busca aliar os saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos, permitindo que sua eficácia possa ser comprovada ou repetida por outras pessoas, e que chegue até a ponta do processo, ou seja, que possa ser incorporada junto às populações atendidas, assumindo assim o processo da mudança. A TS deve ainda promover educação por meio da difusão e da ação educativa, da construção da cidadania e de processos democráticos, da inclusão, da acessibilidade, da sustentabilidade, da participação e da cultura.

De acordo com Dagnino, Brandão e Novaes (2004), algumas características da TS são:

- Liberadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direto;
- Não discriminatória (empregador *versus* empregado);
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas;
- Orientada para o mercado interno de massa;
- Adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro; liberada da diferenciação.

A TS pode ser, portanto, uma ferramenta que permite o crescimento de empreendimentos econômicos solidários, buscando a sustentabilidade dos mesmos e permitindo que essa população tenha acesso de forma alternativa a melhoria da qualidade de vida, pelo seu potencial de produzir resultados emancipadores.

Sendo assim, a TS está inserida na economia solidária, no cooperativismo e na economia circular, cujos temas serão tratados a seguir.

Tecnologia Social e Economia Solidária

Com a crise do capitalismo a partir do final do Século XX, passaram a surgir oportunidades para se repensar questões relacionadas à economia, à sociedade, à cultura e ao meio ambiente. Todas essas questões levam para a necessidade de um outro “caminho”, que envolve aspectos mais igualitários e solidários em relação à dinâmica entre pessoas e organizações. Nesse sentido, a economia solidária se apresenta como alternativa para se repensar o papel dos pequenos produtores e empreendimentos, que por

meio da TS podem aplicar a autogestão e a cooperação de maneira mais solidária e igualitária (DAGNINO, 2010, 2014).

A TS se integra à economia solidária por meio de relações de trabalho e produção solidárias, em que os vínculos de compra e venda de bens e serviços, bem como produção e consumo, passam a acontecer por meio da cooperação de pessoas e empreendimentos solidários. Esta integração pode resultar na organização de novos arranjos produtivos solidários, a partir das redes de economia solidária e das incubadoras tecnossociais de cooperativas e empreendimentos solidários.

Da relação/integração entre a tecnologia social e a economia solidária surge a oportunidade da aproximação com o desenvolvimento, não mais limitado conceitualmente como “crescimento econômico”, mas como um desenvolvimento mais amplo, capaz de entender o dinâmico contexto socioeconômico local como diferente dos modelos globais ligados à economia industrial capitalista. Dessa forma, na interpretação de Feenberg (2005), a TS e a economia solidária estabelecem uma resistência ao modelo capitalista de produção industrial, através de movimentos produtivos coletivos que permitem renda aos produtores/trabalhadores como resultado da organização coletiva, solidária e igualitária.

Essa resistência oferece alternativas ao desenvolvimento local e regional, por meio de ações e tecnologias que permitam dar mais ênfase às especificações mais localizadas e às particularidades regionais. A promoção da autonomia coletiva/comunitária, por meio do reconhecimento de culturas minoritárias, pode proporcionar uma dinâmica social mais inclusiva, valorizando a diversidade cultural, as formas de produzir, de entender a produção, e de gerar conhecimento. Dessa maneira, se estabelece um pensamento socioeconômico mais solidário, que se contrapõe à hegemonia do pensamento econômico industrial (KAHLAU; SCHNEIDER; SOUZA-LIMA, 2019).

A TS se relaciona com empreendimentos do tipo solidários ao abarcar traços característicos, como: autogestão, democracia, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social e interage com as incubadoras ao buscar solução para problemas sociais, atendendo coletivos em situação de vulnerabilidade econômica e apoiando a geração de trabalho e renda para as comunidades urbanas e rurais, produzindo valor de outra forma do que a economia de mercado e produzindo solidariedade de outra forma do que a economia de tratamento social (BRUM, 2003).

Enquanto iniciativa que dialoga com saberes tradicionais e territoriais, a TS encontra incentivo em espaços como as incubadoras de cooperativas populares ou de TS, que promovem a apropriação de conhecimento e o desenvolvimento de empreendedores para a elaboração e manutenção da tecnologia, considerando os aspectos pedagógicos do processo e os princípios de organização solidária, sem subordinação do produtor à tecnologia e proporcionando melhoria da qualidade de vida das comunidades (OLIVEIRA; VASCONCELLOS; FIGUEIRA, 2019).

Diversas são as iniciativas existentes nesse formato, principalmente vinculadas à Instituições de Ensino Superior e à Organizações Não-Governamentais, que oferecem suporte para o desenvolvimento desses empreendimentos, dando chance à criação de artefatos tecnológicos baseados na adequação sociotécnica e promovendo o desenvolvimento coletivo.

A organização do trabalho mediante incubação organiza e capacita empreendedores no desenvolvimento de novas tecnologias sociais ou na manutenção de tecnologias já existentes, alicerçada pelos princípios da TS e da economia solidária, atendendo a necessidades sociais reais e adaptadas ao contexto regional, além de incluir esses empreendedores como protagonistas do processo.

Tecnologia Social e Cooperativismo

O campo de estudo da TS aborda, entre outros elementos de discussão, a técnica ou conjunto de técnicas sob o domínio social que implicam em práticas de inclusão e desenvolvimento. Quando positivas ao processo de desenvolvimento, as TSs são alternativas para o atendimento dos anseios da sustentabilidade e alternativa ao desenvolvimento local. De igual forma, as cooperativas se configuram como um ambiente favorável às práticas de inclusão, pela cultura coletivista, valores de autoajuda e solidariedade. Assim, se verifica convergência de interesses na relação da TS com o cooperativismo e, juntas, se configuram como alternativas para a emergência do desenvolvimento não só local, mas regional e sustentável.

O cooperativismo, historicamente, se apresenta como resultado de união de pessoas e/ou empresas com objetivos e interesses comuns, que, por meio da estratégia de colaboração, buscam o desenvolvimento econômico e social. Estruturadas em forma de uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, o principal objetivo do cooperativismo é promover o

desenvolvimento econômico e social, de maneira sustentável e equilibrada. Dessa forma, as atividades produtivas desenvolvidas se propõem a atender tanto aspirações econômicas quanto sociais de seus associados. A TS, por sua vez, pode emergir das atividades produtivas desenvolvidas pelo cooperativismo, seja em ambientes com restrições socioeconômicas ou que se propõe a solucionar problemas sociais. Assim, a TS se apresenta como alternativa ao desenvolvimento local e estabelecer a relação entre esses constructos possibilitam reflexões sobre suas interconexões, bem como empiricamente suscitam investigações que as evidenciam.

O cooperativismo deve sua origem ao movimento operário e a um movimento de ideias, o qual se proliferou e se consolidou pelas práticas cooperativistas. Schneider (2012, p. 245) explica que, a cooperação, apesar de sempre estar presente na história da Humanidade, de forma mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. Trata-se de uma forma de ajuda mútua, de organizar e gerenciar forças de trabalho para aumentar o poder de barganha e, não raras vezes, se confunde com própria técnica da atividade cooperativista, que consiste na autogestão democrática, voluntarismo, promoção econômica, social e humana de todos (HOCAYEN-DA-SILVA *et al.*, 2007).

A cooperativa, um tipo de empreendimento que representa o cooperativismo, decorre de quatro aspectos essenciais (Quadro 1), os quais se vinculam ao conceito de TS pelo método, produto, processo ou técnica criada para solucionar os problemas sociais.

Quadro 1 – Aspectos essenciais do cooperativismo

Elementos	Descrição
Social e associativo de pessoas	Uma cooperativa não é uma sociedade de capital, mas uma associação de pessoas; e um elemento econômico, ou seja, uma empresa comum. O objetivo da associação é criar uma empresa econômica comum, cujos titulares e responsáveis são os associados.
Melhora econômica e social de seus membros	As cooperativas são formas construtivas para fazer frente a necessidades e carências socioeconômicas e, de maneira especial, às originadas pelo sistema capitalista.

<p>Autoajuda e ajuda mútua como condição básica</p>	<p>Autoajuda implica em autorresponsabilização, enquanto ajuda mútua implica em responsabilidade com o social. Autoajuda defende a autonomia e a criatividade da pessoa numa perspectiva neoliberal, enquanto a ajuda mútua procede do pensamento socialista. A feliz combinação das duas, permite realizar verdadeiros saltos qualitativos na realidade social, verdadeiras “mutações sociais”. A autonomia, tão defendida pelo cooperativismo, decorre desta atitude. O cooperativismo quer nascer, crescer e expandir-se de forma autônoma, sem paternalismos ou ingerências do poder público ou de outros poderes. O cooperativismo aceita e, às vezes, até reclama a colaboração do poder público, mas desde que o respeite na sua especificidade e autonomia. Desde o começo, o cooperativismo buscou sua força na união. Isso exige uma participação ativa dos seus reais donos, os associados, nos aspectos societários, e uma colaboração eficaz na tarefa comum.</p>
<p>Valores e princípios cooperativos</p>	<p>Não basta o mero cumprimento de princípios e normas. Além deles, deve haver um espírito coletivo e cultura cooperativa. As normas são a concretização do espírito cooperativista.</p>

Fonte: Os autores

O espírito e os valores cooperativos materializam-se em uma série de princípios, que já foram reformulados três vezes pela *International Cooperative Alliance* (ICA, 2023), mas sempre procurando ser fiéis ou em retomar aspectos de uma tradição que provém do pioneirismo cooperativo, tanto do cooperativismo de consumo quanto o dos outros ramos ou setores cooperativos.

No Quadro 2 consta uma síntese dos princípios do cooperativismo, cuja reformulação mais recente foi iniciada em 1988 e finalizada em 1995, no Congresso Centenário da ICA em Manchester.

Quadro 2 – Princípios do cooperativismo

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
<p>Adesão voluntária, consciente e do livre acesso</p>	<p>As Cooperativas são organizações voluntárias abertas a todas as pessoas aptas para usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades de sócios, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.</p>

Gestão e controle democrático por parte dos associados	<i>São organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau (singulares), os sócios têm igualdade de votação (um sócio, um voto); as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.</i>
Participação econômica do associado	Os associados contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos, parte deste capital é usualmente propriedade comum da cooperativa. Eles recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito (realizado), como uma condição da sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; retornos aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações, incluindo governamentais, ou recebem capital de origens externas, elas devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.
Educação, treinamento e informação cooperativa	As cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários; assim, eles podem contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes fornecedores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação
Cooperação intercooperativa e a integração cooperativa	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
Preocupação com a comunidade	As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio de políticas aprovadas por seus membros.

Fonte: Adaptado de Reisdorfer (2014).

Merece destacar que o interesse pela comunidade e por tudo que envolve o bem-estar do coletivo (7º princípio do cooperativismo) tem sido evidenciado em estudos que apontam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média em localidades com cooperativas fortes

e atuantes.

De acordo com Schneider (2015), os empreendimentos associativos são considerados um modo sustentável de trabalho e geração de renda, conferindo dignidade às pessoas que vivem em contextos de restrição socioeconômica, a exemplo dos resultados positivos ao desenvolvimento produzidos pelas organizações da economia cooperativa e solidária. Os resultados econômicos e financeiros gerados (excedentes), especialmente pelos empreendimentos cooperativos, tendem a ser apropriados individualmente pelos associados, por decisão colegiada e democrática. Dessa forma, equidade, autoajuda, participação são valores da organização que contribuem para o bem-estar material, social e humano.

Assim, afirma-se que o cooperativismo é um movimento que já nasce com valores de sustentabilidade. Os princípios que regem o cooperativismo estão alinhados com ideia do *triple botton line* ou ESG (*environmental, social, governance*) e o modelo de negócio, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), faz do mundo um lugar mais justo, feliz e equilibrado para todos que o habitam. Ainda, afirma-se que os resultados de iniciativas cooperativistas se apresentam como uma das evidências empíricas de que é possível relacionar o desenvolvimento social com o econômico e sustentável.

Contudo, no contexto atual, é preciso considerar que o cooperativismo também precisa desenvolver TSs, pois, de acordo com a ONU, as cooperativas contribuem diretamente com sociedades mais inclusivas, além de serem protagonistas na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tanto, em 2018, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) firmaram um compromisso conjunto para que as cooperativas brasileiras se empenhem na construção de uma sociedade e economia mais justas, sustentáveis, equilibradas e com melhores oportunidades para todos.

Decorre desse compromisso, mais projetos e ações das cooperativas correspondentes aos ODSs e, em especial na produção e transferência de tecnologias sociais para a sociedade. Há desafios a serem superados no que tange ao desenvolvimento sustentável efetivo com o protagonismo das cooperativas, mas a responsabilização compartilhada pelos diferentes atores da sociedade (empresas, governo, sociedade civil organizada, instituições de ensino, centros de pesquisa, sindicatos, entre outros) tendo em vista que

a produção de tecnologia social ainda está ausente nos debates.

À guisa de conclusão, face às considerações anteriores, cabe apenas enfatizar que cooperativas, organizações da economia solidária e outros empreendimentos cooperativos já são importantes instâncias de construção de uma sociedade mais justa, mas ainda podem mais no que concerne à produção e à transferência de tecnologia social.

Uma reflexão sobre a Tecnologia Social e a Economia Circular

A TS, assim como a economia circular, visa solucionar demandas sociais manifestadas em diferentes contextos da sociedade. Dessa forma, a integração da TS com a economia circular possibilita uma nova perspectiva, mais voltada para indivíduos, comunidades e associações de pequenos empreendimentos locais e regionais, através de aspectos culturais aliados a ações coletivas e solidárias, numa perspectiva democrática e participativa. Para López e Herreros (2021), tal implementação é benéfica, pois adota práticas participativas que favorecem a transformação da realidade, o que torna os processos circulares um instrumento no qual a economia está a serviço das pessoas, trazendo, por consequência, resultados mais positivos tanto para o meio ambiente quanto para demandas sociais.

Nos últimos anos, as questões ambientais, econômicas e sociais vêm sendo pauta de debates nacionais e internacionais, especialmente em decorrência dos problemas relacionados à poluição, da geração crescente de resíduos e do esgotamento dos recursos naturais do planeta. O modelo econômico neoclássico, que predominou ao longo do século XX, gerou uma crise ecológica, que deve ser modificada ou ajustada a uma “realidade de crise”. Nessa perspectiva, reavaliar as ações das organizações, atualmente, torna-se um elemento fundamental para dar base à inovação em diferentes áreas do conhecimento.

Assim, segundo Motta (2022), a economia circular representa uma alternativa à lógica linear tradicional, que gerou possibilidades deecoinovações. Por ecoinovações entende-se um tipo de inovação que permite reduzir o consumo de recursos naturais, de gases de efeito estufa e geração de resíduos, mas que contém inovações para além da produção, contemplando medições em redistribuição, consumo e outras atividades (KOELLER *et al.*, 2020)

No mesmo sentido, Gardênia Mendes de Assunção (2019), em seu estudo sobre *A gestão ambiental rumo à economia circular: como*

o Brasil se apresenta nessa discussão, argumenta que a economia circular traz questionamentos com relação à mudança nos padrões de consumo e produção, e podem ser compreendidos em total oposição ao pensamento linear dos processos produtivos, que, em geral, ainda defendem a utilização de grandes quantidades de materiais e recursos naturais.

De Assunção (2019, p. 224) afirma que:

A diferença entre a economia linear e a circular é que, na primeira, faz-se uso de recursos naturais de forma desordenada sem considerar que esses estão cada vez mais escassos. A produção linear transforma a matéria-prima em produtos que são embalados, vendidos, consumidos e descartados, ignorando a necessidade de atentar ao descarte e a reutilização das embalagens.

Dessa forma, as interpretações de Motta (2022) e De Assunção (2019) convergem, já que ambas sugerem que a economia circular é restaurativa e regenerativa, tendo como propósito manter todos os recursos, como, por exemplo, componentes, materiais e produtos, de maneira equilibrada e sustentável.

Na Figura 1 consta o diagrama da economia circular, o qual evidencia os benefícios decorrentes da produção e utilização inteligente dos recursos naturais.

Figura 1 – Diagrama da economia circular



Fonte: Portal da Circular Economy Portugal (2023). Link da imagem: <https://circulareconomy.pt/wp-content/uploads/2022/04/diagrama-economia-circular.jpeg>

Para López e Herreros (2021), a economia circular sempre esteve interessada em questões relacionadas a grandes corporações e à produção

industrial linear. No entanto, integrar a economia circular à TS representa uma oportunidade de criar novas perspectivas para indivíduos, associações de pequenos produtores, comunidades locais e regionais, principalmente no que diz respeito aos valores culturais dentro de um processo democrático que contempla a participação coletiva.

Com base nessa integração, pode-se compreender que a economia circular intervém na realidade local e regional por meio da criação, integração e aplicação de estratégias no território, na comunidade e em organizações, com o objetivo de maximizar o tempo de utilização de um recurso na cadeia de produção, consumo e abastecimento, procurando minimizar os danos ambientais e, sobretudo, aumentar seu valor e utilidade social. Convém destacar que as estratégias circulares podem ser aplicadas em diferentes escalas, ou seja, na micro (local), meso (regional) e macro (nacional/transnacional), abarcando diversos tipos de conhecimento, desde o conhecimento local até as novas tecnologias (LÓPEZ, HERREROS, 2021).

Assim, compreende-se que TS e economia circular possuem objetivos comuns, uma vez que ambas fornecem a base para a solução de demandas socioambientais e buscam a melhoria da qualidade de vida da sociedade e perseguem, por meio de suas práticas, o desenvolvimento sustentável.

Considerações finais

No presente capítulo, o objetivo foi apresentar a gênese da TS, seus conceitos e aplicabilidades no mundo contemporâneo, analisando sua importância e replicabilidade no campo de estudos do desenvolvimento, tanto na perspectiva do cooperativismo quanto da economia circular.

Na perspectiva do cooperativismo, a TS encontra-se vinculada pelo método, produto, processo ou técnica, inovadora, criada para solucionar problemas sociais. O cooperativismo é um movimento que contempla valores de sustentabilidade, uma vez que seus princípios estão alinhados à ESG e a um modelo de negócio mais sustentáveis.

Na perspectiva da economia circular, a qual é restaurativa e regenerativa, a TS encontra-se vinculada pelo seu propósito maior, que é manter todos os recursos naturais, valorizando a sustentabilidade em todas as etapas do processo produtivo. Assim, a TS no campo de estudos da economia circular representa uma oportunidade de criar novas perspectivas

para a produção e o consumo, contemplando os valores culturais da sociedade em geral e a participação coletiva nas decisões sobre a produção.

Por fim, a principal contribuição deste capítulo está nas evidências apresentadas de que a TS emerge de ambientes com restrições socioeconômicas e se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento local e sustentável. É importante para o campo de estudos sobre desenvolvimento porque pode auxiliar as comunidades no alcance das metas estabelecidas nos Agenda 2030, uma vez que seu foco está na promoção da inclusão social e no bem-estar social, por contemplar as dimensões humanas, sociais e ambientais. O mesmo foco das ações é encontrado no cooperativismo e na economia circular, o qual é de contribuir para solucionar um problema social, porém com inovação.

Espera-se com esta pesquisa que a mesma subsidie o tema da TS nos mais variados contextos. Da mesma forma, espera-se que os resultados instiguem pesquisadores a pensarem nas aplicações possíveis a partir dos elos estabelecidos com o cooperativismo e os princípios da economia circular.

Referências

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, 2008.

BOTELHO, L. L. R. Ascensão profissional de executivas em empresas baseadas no conhecimento. 2008. 161 p. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento)– Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Heinemann: London, 1979.

BRUM, A. L. Economia solidária: elementos para compreensão. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 217-228, 2003. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.1.217-228>

CIRCULAR Economy Portugal. A origem da economia circular. 2023. Disponível em: <https://www.circulareconomy.pt/sobre-economia-circular/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DAGNINO, R. P. (Org). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2.ed. revista e ampliada. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, R. P.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO Banco do Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. (p. 15-64)

DAGNINO, R. P. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Insular 2014. (Série Tecnologia Social, Volume 2) <https://doi.org/10.7476/9788578793272>

DE ASSUNÇÃO, G. M. A gestão ambiental rumo à economia circular: como o Brasil se apresenta nessa discussão. **Sistemas & Gestão**, v. 14, n. 2, p. 223–231, 2019.

EMBRAPA. **O que são os ODS?** Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FEENBERG, A. Teoría crítica de la tecnología. **Revista CTS**, v. 2, n. 5, p. 109-123, 2005.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. *et al.* Gestão organizacional em cooperativas de trabalho: processos de participação, comunicação e planejamento. **Revista Alcance**, v. 14, n. 1, p. 49-68, 2007. <https://doi.org/10.14210/alcance.v14n1.p49-68>

ICA. International Cooperative Alliance. **Cooperatives Are Building a Better World: Discover How!** Disponível em: <https://www.ica.coop/en>

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seguem intatos. **Notícias**, 17 dez. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538310-os-17-objetivos-de--desenvolvimento-sustentavel-seguem-intatos>

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Conhecimento e Cidadania 1 - Tecnologia Social**. São Paulo: ITS. 2007. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_5dbe395e82e142caad9baa12765461bb.pdf. Acesso em: 28 jan. 2023.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. Tecnologia social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania. **Caderno de Debate**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2004. Disponível em: <https://irp.cdn-website.com/c8d521c7/files/uploaded/CADERNO%20DEBATE.pdf>.

Acesso em: 28 jan. 2023.

KAHLAU, C. A.; SCHNEIDER, A. H.; SOUZA-LIMA, J. E. Tecnologia social como alternativa ao desenvolvimento: indagações sobre ciência, tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 15, n. 36, p. 190-213, 2019. <https://doi.org/10.3895/rts.v15n36.8128>

KOELLER, P. *et al.* Ecoinovação: revisitando o conceito. **Texto para discussão nº 2556**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

LÓPEZ, V. P.; HERREROS, M. G. Economía circular como tecnología social: una herramienta para el desarrollo sostenible del sector agropecuario lechero. In: GARCÍA, J. M. P.; URIBE, J. F. C. **Tecnologías sociales em la producción pecuária de América Latina y el Caribe**. Universidad de Colima. México, 2021.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MOTTA, W. H. O papel das ecoinovações na transição para uma economia circular. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, e5940, 2022. <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5940>

NACHTIGALL, Y. L. *et al.* Estratégias em promoção aos objetivos de desenvolvimento sustentável: experiências com a reprodução de tecnologias sociais no Brasil. **Economia e Desenvolvimento**, v. 32, n. 8, p. 1-10. 2020. <https://doi.org/10.5902/1414650941490>

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. **História do Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>.

OLIVEIRA, T. S.; VASCONCELLOS, D. B. C.; FIGUEIRA, W. A. Gestão de tecnologia social e economia solidária: a Incubadora Baiana de Empreendimentos Econômicos Solidários (IBEES). In: ALMEIDA, A. *et al.* **Sociedade, inovação e tecnologia social**. Cruz das Almas: UFRB, 2019.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. New York: United Nations, 2015.

PACTO GLOBAL. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Rede Brasil**, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600003>

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 251- 273, 2012.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Outra Economia**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015. <https://doi.org/10.4013/outra.2015.916.07>

THOMAS, H. **De las tecnologías apropiadas a las tecnologías sociales: conceptos/estrategias/diseños/acciones**. Ponencia presentada al IV Seminario Ibero-Americano de Ciencia Y Tecnología do Centro Experimental de la Vivência da Economía. Córdoba: Argentina. 2009.

Capítulo 2

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A TECNOLOGIA SOCIAL: UMA BUSCA POR ANALOGIAS ATRAVÉS DE UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Aline Muriel Vicentini Arbelo

Veridiane Kronbauer

Louise de Lira Roedel Botelho

Introdução

Significativos avanços ocorreram em relação as demandas da sociedade brasileira em diferentes esferas, o que não foi diferente no que diz respeito a construção da política de assistência social, como direito do cidadão, que dela necessita. A partir de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais que viabilizam e garantem os direitos igualitários e as condições dignas de vida aos cidadãos, a Política Pública de Assistência Social brasileira compõe o tripé da Seguridade Social, junto a Política de Saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Previdência Social com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), constituída como direito social, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988 que em decorrência desta, passa a ser vista como uma política pública de primazia de execução do Estado, tendo as entidades do terceiro setor como parceiras na oferta de serviços de forma complementar (BRASIL, 2008).

Em completude ao trazido pela Constituição Federal a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), apresenta em seu artigo 1º que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, como Política de Seguridade Social não contributiva, que *provê os mínimos sociais*, realizada através de um conjunto integrado de ações *de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas* (LOAS, 2011, grifo nosso).

Neste contexto, conforme previsto na CF e na LOAS, o Estado deve inserir-se junto com a sociedade na execução desta política pública para a implantação de ações que busquem a efetivação dos direitos sociais. A LOAS (2011), traz ainda em seu artigo 2º parágrafo único que “Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada

às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais” (LOAS, 2011, s.p.).

Isto posto, possibilita identificar que a política de assistência social busca efetivar direitos sociais, tendo este item em pauta como um dos elementos centrais no que diz respeito à superação de vulnerabilidades sociais.

Uma das formas que se pode buscar para a superação das suscetibilidades e fragilidades coletivas é a de reconhecer as diversidades sociais, econômicas e ambientais, e a introdução de outras áreas do conhecimento, dentre elas a Tecnologia Social (TS)¹ como forma de inserção e inclusão social.

As TS são entendidas como um modelo que combina estratégias, processos e produtos construídos de modo compartilhado, com foco na mudança das dinâmicas de inclusão social e em políticas públicas, visando ao desenvolvimento mais equitativo. Nelas, as dimensões humanas e sociais são prioridades. Oportuniza através de estratégias, fomentar e incentivar processos de inclusão social dos desfavorecidos ou excluídos economicamente, do mundo produtivo. O conhecimento trazido pela TS e seus frutos, visam o desenvolvimento social partilhado, desta forma, a tecnologia média, a garantia e o exercício dos direitos sociais, não objetivam lucros financeiros, mas sim, identifica-se interações entre o campo da TS e a política de assistência social (MEDEIROS; SILVA, 2016).

A escolha do tema Tecnologia Social e a política de assistência social se dá devido às experiências das pesquisadoras na execução desta política pública, as quais trabalham diretamente com a efetivação de direitos

1 Essa tecnologia apropriada é conhecida como TECNOLOGIA SOCIAL (TS) estabelece 04 (quatro) dimensões e ou, princípios, sendo os mesmos:

1. Conhecimento, ciência, tecnologia TS tem como ponto de partida os problemas sociais; TS é feita com organização e sistematização; TS introduz ou gera inovação nas comunidades.
2. Participação, cidadania e democracia TS enfatiza a cidadania e a participação democrática; TS adota a metodologia participativa nos processos de trabalho; TS impulsiona sua disseminação e reaplicação.
3. Educação TS realiza um processo pedagógico por inteiro; TS se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos; TS é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia.
4. Relevância social TS é eficaz na solução de problemas sociais; TS tem sustentabilidade ambiental; TS provoca a transformação social. Até 2015, as tecnologias sociais contribuíram, de forma participativa e democrática, com os Objetivos do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU). Agora, com Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>), as tecnologias sociais são importantes instrumentos para a construção de um mundo mais justo, resiliente e sustentável. Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html. Acessado em jul. 2021.

sociais, buscando articular ações de direito social para que os usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios tenham acesso a estes como parte dos mínimos sociais, de forma a efetivar a perspectiva de superação da exclusão social (PNAS, 2004).

Desta forma, o presente trabalho pretende através de um estudo bibliométrico, que de acordo com Araújo (2006), essa análise consiste em realizar um levantamento da produção científica que relaciona a temática da TS e a política de assistência social, isso ocorre levando em consideração a abordagem social da TS apresentada pela disciplina Tecnologia Social e Políticas Públicas para o Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. Identificou-se desse modo, a necessidade de buscar teorias sobre a relação entre a Política Pública de Assistência Social e sua vinculação com a TS, as quais contribuem efetivamente na superação de vulnerabilidades sociais e potencializadoras de transformações sociais.

Assim, a partir do conhecimento da TS, trazido pela disciplina do PPGDPP e pela vivência profissional das pesquisadoras, realizou-se através de pesquisa bibliométrica, técnica quantitativa e estatística que, de acordo com Araújo (2006), permite avaliar índices de produção, publicação do conhecimento e desenvolvimento de diferentes contextos científicos, como também as concepções dos autores, de modo a contribuir na solução de problemas que preocupam a comunidade acadêmica, buscas por pesquisas que abordassem analogias entre a Política de Assistência Social e a Tecnologia Social.

Concepções sobre a Tecnologia Social

A tecnologia sempre esteve presente na humanidade desde seus primórdios, trazendo tanto impactos positivos, quanto negativos para as sociedades. Nessa perspectiva Castells (2006, p. 16) corrobora, “[...] a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias”. Associada ao conhecimento é considerada indispensável às conquistas humanas. Podendo também ser definida com uma atividade socialmente organizada e baseada em procedimentos de caráter prático (Baumgarten, 2006 *apud* Mourão, 2016, p. 05).

A concepção de Tecnologia Convencional (TC), que, ao contrário da TS, a TC, que em relação as suas características, “a sua visão lucrativa exprime decisões que desvalorizam o ser humano em busca de maior produtividade e lucro” (TOMAZ et, al. 2013, p. 5). Portanto, traz em seu foco principal a produção do capital, deixando de lado a preocupação com o social e o ambiental. Bem como o foco da mesma não está na resolução de problemas relacionados com necessidades básicas da população. Em contraponto a TC, surgem nas décadas de 1960 e 1970, novas propostas de tecnologias denominadas de Tecnologia Apropriada (TA) (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

A TA considerada relevante nos padrões de desenvolvimento econômico do período, ela, segundo Silva “[...] possibilitava tecnologias àqueles que não poderiam acessar as tecnologias desenvolvidas pelos modos convencionais” (2012, p. 35). Tem sua gênese na Índia do final do século XIX, nesta época o pensamento dos reformadores estava voltado para a reabilitação e o desenvolvimento de tecnologias tradicionais praticadas pelos próprios aldeões e, que pudessem se contrapor ao domínio britânico. Gandhi dedicou-se à construção de programas visando a popularização da fiação manual, realizada em uma roca de fiar, e que até hoje é reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado, chamado de Charkha. Considerando este um movimento de luta contra a injustiça social e o sistema de castas que se perpetuava na Índia, Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 5) sugerem que isso:

[...] despertou a consciência política de milhões de habitantes das vilas daquele país sobre a necessidade da autodeterminação do povo e da renovação da indústria nativa hindu, o que pode ser avaliado pela significativa frase por ele cunhada: “Produção pelas massas, não produção em massa”.

Infundido nesta experiência, o economista alemão Schumacher reconheceu ali uma tecnologia que, “[...] em função de seu baixo custo de capital, pequena escala, simplicidade e respeito à dimensão ambiental, seria mais adequada para os países pobres” (id. p. 06). Os avanços que o movimento da TA propôs são extremamente positivos e inspiram em muitos níveis atuais as práticas relacionadas à Tecnologia Social (TS) – expressão que ganha força a partir de meados da década de 1990.

A TA perdeu forças na década de 1980, diante da expansão do pensamento neoliberal de globalização da economia, no entanto, devido às sequelas deixadas em termos de exclusão social e degradação ambiental, o movimento ressurgiu, a partir do século XX sob a denominação de

Tecnologia Social (DAGNINO, 2004).

Importante destacar que a TS, se diferencia sobretudo da TA, por ultrapassar a concepção de “transferência de tecnologia” ainda presente na TA ao incluir, como elemento central das práticas que designa, a construção dos processos democráticos participativos e a ênfase nas dimensões pedagógicas, com metodologias ou processos desenvolvidos na interação, reaplicáveis, voltadas para a inclusão social. Assim, as populações, antes consideradas como “demandantes” de tecnologias, passam a ser atores diretos no processo de construção do desenvolvimento tecnológico, sem se limitar mais à “recepção” de tecnologias (MACIEL; FERNANDES, 2011).

Segundo Dagnino (2014), o conceito de tecnologia é formulado como o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho que ele controla e que, em função das características do contexto socioeconômico, do acordo social, e do ambiente produtivo em que ele atua, permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo o seu interesse.

Sendo assim o autor conceitua TS como:

[...] o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo) que ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2014, p. 158).

Desta forma, pautada em princípios solidários, em inclusão e melhoria de condições de vida, no bem comum, destacamos as principais características da TS:

- 1) ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; 2) não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; 3) ser orientada para a satisfação das necessidades humanas (produção de valores de uso – “o mundo não é uma mercadoria, tal como nos informa o lema do Fórum Social Mundial”); 4) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; 5) ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas. Por fim, a TS estaria mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto. (MACIEL, *et. al.*, 2011, p. 151, *apud*

NOVAES; DIAS, 2009, p. 18-19).

As TS podem ser compreendidas como produto, técnica ou metodologia desenvolvida *in loco* para resolução de uma demanda social específica, sempre com viés sustentável e valorizando e desenvolvendo o protagonismo social. Sendo assim, a TS está ligada à realidade social da população, em especial de grupos populacionais locais, com efetivas transformações sociais.

Diante disso, podemos destacar que a TS é um processo de produção coletiva e solidária, para sanar uma demanda local e, utilizada no ambiente onde ocorre, não sendo um produto mercadológico que visa o lucro de grandes empresas privadas ou, do governo, referindo-se a uma das principais características que a diferencia da TC (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

No cenário brasileiro, a TS tem insurgido nesta primeira década do século XXI, sendo discutida por diferentes atores sociais entre elas, organizações da sociedade civil, instituições de ensino superior, integrantes do governo e trabalhadores. Vindo a se constituir como uma das possíveis respostas para o atendimento das demandas sociais. Destaca-se, entre esses atores, a preocupação com a crescente vulnerabilidade e exclusão social, a precarização e a informalização do trabalho, a violação e o desrespeito dos direitos humanos, bem como a compreensão acerca dos limites da atual política de ciência e tecnologia do país (MACIEL; FERNANDES, 2011).

Podemos dizer que no Brasil, a TS surge como um movimento de “baixo para cima”, caracterizado pela capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em gerar alternativas para suprir as suas necessidades sociais. Nela os diversos saberes são valorizados. Não se constitui como uma política pública, mas sua importância tem aumentado consideravelmente devido à capacidade de promover um novo modelo de produção da ciência, e da aplicação da tecnologia, em prol do desenvolvimento social (MACIEL; FERNANDES, 2011).

A Tecnologia Social propõe o equilíbrio entre o capital e o social, levando em consideração a sustentabilidade, a cooperação, a capacidade de replicação e inclusão social (DAGNINO, 2014). É importante salientar que o uso de princípios científicos avança na resolução de problemas de ordem social. Quando citamos a política de assistência social, vemos a capacidade de transformação social que a mesma proporciona, levando em consideração as particularidades de cada território em que há sua inserção (PNAS, 2004). A abordagem da tecnologia social no âmbito da ciência-

tecnologia-sociedade, torna-se elemento indispensável na construção de uma sociedade mais equânime (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004).

De acordo com Maciel e Fernandes (2011):

As iniciativas de TS se constituem em uma das mais profícuas alternativas de enfrentamento das expressões da questão social, por se tratar de experiências constituídas por meio das iniciativas comunitárias locais, pelo saber popular em articulação com os saberes acadêmicos, por processos participativos e democráticos (...). Além disso, são reveladoras da capacidade da sociedade em se organizar em função dos interesses da comunidade, partindo, muitas vezes, da identificação do capital já existente na comunidade e que passa a ser potencializado para benefício da coletividade. Em alguns casos, esse processo de organização vem acompanhado do trabalho, em parceria, de técnicos e pesquisadores, mas é importante destacar que esse acompanhamento não é uma condição sine qua non para que se constituam as TS (p. 162-163).

É importante destacar que as Tecnologias Sociais consideram sempre as especificidades das realidades locais, estando diretamente relacionadas aos processos de organização coletiva e democrática, assim representam, soluções para a superação de diversas situações de vulnerabilidades social e econômica, sobrevivendo desse modo na melhoria das condições de vidas dos indivíduos envolvidos com a TS, com ferramentas que proporcionam transformações nas comunidades, por meio das atitudes da própria comunidade (MACIEL; FERNANDES, 2011).

A Política de Assistência Social Brasileira

A Assistência Social enquanto política pública, como direito do cidadão e dever do Estado (Brasil, 1988), passa a ser reconhecida no Brasil como política pública de acesso gratuito ao usuário² a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Porém, a história da assistência social brasileira tem origem nos tempos primórdios de sua colonização, como

2 Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 33).

nos mostra Pereira (2007, p. 64):

Com efeito, até 1988, a assistência social no Brasil não era considerada direito do cidadão e dever do Estado. Embora existisse desde o Brasil Colônia, a sua ação era ditada por valores e interesses que se confundiam com o dever moral, vocação religiosa, sentimento de comiseração, ou, então com práticas eleitoreiras, clientelistas e populistas. Nessa época predominava o que denominamos *assistencialismo*, isto é, o uso distorcido e perverso da assistência – ou a *desassistência*, como prefiro chamar – porque a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos não constituía o alvo dessas ações ditas assistencialistas.

Portanto, compreender a política pública de assistência social nos moldes atuais, instituída e executada pelo Estado, com objetivos pertinentes e alcançáveis, torna-se chave para entender e relacionar a assistência social enquanto política pública com demais áreas do saber. Para Albuquerque (2006, p. 49), pode-se formar uma linha do tempo na instituição desta política pública brasileira.

A Assistência Social passa a ser reconhecida, como política pública no Brasil, com o advento da Constituição de 1988, compondo com a saúde e a previdência social o tripé da Seguridade Social e estruturando um novo regime de proteção social não contributiva, como direito do cidadão e dever do Estado. Após cinco anos, em dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada, conferindo as bases para a efetivação da política de Assistência Social, processo este de difícil incorporação pela sociedade brasileira e pelos próprios organismos governamentais.

A partir da LOAS, há diversas ações que engajam o início das ações planejadas da assistência social, deixando de lado o caráter assistencialista.

Ao assumir a condição de política pública de Seguridade, que deveria concretizar direitos sociais previstos na constituição, de 1988, e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993 – que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Carta Magna, a assistência social deu, em verdade, um salto de qualidade. Não só do crônico estágio de alternativa de direito, ou da abominável condição de anti – direito, mas revolucionou o pensamento *jus político* (jurídico e político). Exigiu também redefinições legais, teóricas e filosóficas, que lhe confirmam um paradigma próprio, antes inexistente, e contribuíram para a ampliação do catálogo de direitos no país (PEREIRA, p. 65).

É somente no ano de 2004, após 11 anos da promulgação da LOAS, que nasce a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a partir da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no governo do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A PNAS estabelece nos municípios e “se configura

necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo [...] municípios brasileiros como suas referências privilegiadas de análise, pois se trata de uma política pública, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios” (BRASIL, 2004, p. 16). A implementação da PNAS traz consigo a visão da oferta de proteção social para aqueles que utilizam os serviços, programas, projetos ou benefícios socioassistenciais ofertados pela assistência social, sendo essa segurança³ estabelecida pela “segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004, p. 31).

Para estabelecer uma política pública a nível nacional, com intuito de superação das vulnerabilidades sociais, é preciso levar em consideração a grandiosidade do território brasileiro, bem como seu espaço usado e suas particularidades, trazidos por Milton Santos e evidenciado por Fuini (2015), bem como uma ação conjunta entre os entes federados na efetivação de ações socioassistenciais equânime. Para isto, em 2005 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS publica a Norma Operacional Básica/ SUAS, resolução CNAS nº 115, de 15 de julho, seguindo então uma inegável “necessidade de adotar, para a Assistência Social, um regime geral próprio de gestão” (BRASIL, 2005, p. 81). Ainda:

A regulamentação do regime próprio de gestão da Política de Assistência Social constitucionalmente atribuído, exige a revisão das normas operacionais por meio das quais tem-se efetuado as vinculações entre os entes federativos, organizações de Assistência Social e demais políticas sociais e econômicas no processo de gestão, de financiamento, de repasse de recursos e de controle social (p. 85).

Organizar uma política pública de forma a alcançar todos os municípios brasileiros, conforme apresentado, exige um esforço coletivo tanto dos equipamentos ligados à gestão e execução da agenda pública, quanto das entidades privadas executoras dos serviços socioassistenciais, as denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs) ou

3 A **segurança de rendimentos** não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. Por **segurança da acolhida**, entende-se como uma das seguranças primordiais da política de assistência social. Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade. A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. A **segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio** é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. (BRASIL, 2004, p. 25).

Organizações da Sociedade Civil (OSCs) (IPEA, 2021).

Pensando na melhor organização e execução destas ações, é editada em 2006 pelo CNAS, a resolução nº 269, de 13 de dezembro, a então denominada Norma Operacional Básica/Recursos Humanos (NOB/RH). Esta normativa “representa um avanço no que diz respeito à profissionalização da política de assistência social, com vistas a garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) serviços públicos de qualidade” (FERREIRA, 2011, p. 13). Ainda estabelece os princípios de atuação dos trabalhadores dos equipamentos públicos e privados contidos na rede socioassistencial⁴ de atendimentos, na execução do SUAS, sendo estes os principais princípios éticos:

1. A Assistência Social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operam técnicas e **procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários;**
2. Os princípios éticos das respectivas profissões deverão ser considerados ao se elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial.
3. São princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social:
 - a) Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;
 - b) Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o **fortalecimento de laços familiares e sociais;**
 - c) Promoção aos usuários do **acesso à informação**, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
 - d) Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e **resgatando sua história de vida;**
 - e) **Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;**
 - f) Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a **programas de oportunidades para inserção profissional e social;**

4 Rede Socioassistencial: A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. (BRASIL, 2004, p. 94).

g) **Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;**

h) Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;

i) Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o **fortalecimento de seus interesses;**

j) Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (id. p. 23. Grifos nossos).

Contextualizar e aplicar estes conceitos na realidade local, necessita de uma orientação e de qualificação. A PNAS (2004) solidifica a atuação pública da assistência social brasileira e em 2009, tipifica os serviços e programas de atuação, a partir da resolução do CNAS nº 109 de 11 de novembro daquele ano, que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS), com as seguintes indicativas:

Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (BRASIL, 2009, p. 4).

Por fim, na apresentação da linha do tempo da política pública de assistência social brasileira, em 2011 é promulgada pela Lei nº 12.435 que complementa a LOAS, passando a acrescentar a assistência social o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, que regulamenta e organiza a atuação da PNAS de forma descentralizada em todo o território nacional, junto aos municípios e estados, com comando único, tendo por eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, a descentralização político administrativa e a territorialização, a partir da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de média e alta complexidade, sedo executado pela rede socioassistencial.

Metodologia

Os caminhos metodológicos do presente trabalho estão fundamentados em métodos de pesquisa quali-quantitativa, exploratória, no que diz respeito aos procedimentos técnicos, à consulta e ao emprego da bibliométrica, tendo a última perspectiva um enfoque mais detido, além da pré-análise na seleção e organização dos artigos.

Como estratégia de pesquisa quali-quantitativa, exploratória, tem-se, para a pesquisa qualitativa, compreende-se e estuda-se os princípios do conhecimento e suas relações complexas da realidade e seus dados interpretados, resultam em escritos. E na pesquisa quantitativa, explica a ocorrência de um dado fenômeno com base em números, a fim de tentar retratar uma realidade examinada (GUEDES, 2012).

Ainda, de acordo com Guedes (2012), a Bibliometria é uma ciência formada por leis e princípios estatísticos que colaboram para o estabelecimento da fundamentação, permitindo a produção de diferentes indicadores de grande relevância para o tratamento e a gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de avaliação científica.

Conforme Araújo (2006, p. 12), a bibliometria é a “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Já de acordo com Guedes (2012), a bibliometria é uma ciência formada por leis e princípios estatísticos que colaboram para o estabelecimento da fundamentação, permitindo a produção de diferentes indicadores de grande relevância para o tratamento e a gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de avaliação científica.

Desta forma, este trabalho consiste em um estudo bibliométrico da produção científica, intenta investigar, a partir da revisão das referências com constatações e estudos de autores que dialogam sobre a temática, e com o objetivo de analisar a produção científica, que versa sobre a TS e a Política de Assistência Social.

Para a coleta dos dados, utilizou-se da base de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo esta uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil, que opera na ampliação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, em todos os estados brasileiros.

A escolha desta base de dados específica, se deu devido ao sistema

de avaliação da CAPES⁵ ser continuamente aperfeiçoado, e servir de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica, em especial para os mestrados e doutorados. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento.

A busca no portal da CAPES ocorreu no mês de junho do ano de 2021, por meio da opção pesquisa avançada e com as seguintes palavras-chave “Tecnologia Social” e “Assistência Social”. Encontrou-se na pesquisa nove (09) produções científicas, as quais inicialmente foram realizadas as leituras dos títulos dos trabalhos, dos resumos e das palavras-chave, que possibilitaram verificar a presença ou ausência do enfoque sobre a temática. Identificou-se que das nove (09) publicações, nenhuma apresentaram analogias entre a temática específica desejada, ou seja, nenhum dos estudos correlacionou a TS e a Política de Assistência Social.

Destaca-se ainda que das nove (09) produções encontradas, somente quatro (04) apresentaram nas palavras-chave as palavras “Tecnologia Social” e/ou “Assistência Social”, assim se realizou a análise bibliométrica dessas quatro (04) publicações. Os resultados extraídos da base de dados foram então compilados no Quadro 01, para avaliação dos parâmetros bibliométricos sendo eles: autores, título, ano de publicação, palavras-chave, sítio de publicação, versões publicadas, instituições de vínculo dos autores e tipo de trabalho.

Com relação aos limites da proposta metodológica, destaca-se o uso de apenas uma (01) base de dados, visto que nessa podemos não encontrar todos os artigos científicos referente a temática.

Como estratégia para garantia da cientificidade do estudo, se realizou a revisão por pares, através da orientação dos professores da disciplina, a clareza nos procedimentos e transferência dos dados e, a descrição rica e detalhada das informações coletadas.

Resultados e discussão

Os resultados encontrados através do estudo realizado são apresentados nesta sessão que segue. Diversos parâmetros bibliométricos

5 Base de dados no portal de periódicos CAPES, disponível acessando <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>. Também com bases encontrados no site <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acessado em 29 de jun. de 21.

foram utilizados como forma de apresentar os dados coletados, sendo eles: identificação dos autores, título, ano de publicação, palavras-chave, sítio de publicação, versões publicadas, instituições de vínculo dos autores e tipo de trabalho. Partindo das constatações relacionados a análise dos métodos quantitativo e qualitativo, técnica também utilizadas no desenvolvimento da pesquisa, implicaram nos resultados e posteriormente no desenvolvimento do trabalho das pesquisadoras.

Conforme pesquisa realizada notou-se uma lacuna nas publicações que realizam analogias entre a Tecnologia Social e a Política de Assistência Social brasileira. Pode-se assim afirmar que dos nove (09) estudos encontrados, na base de dados pesquisada, nenhum relaciona a Tecnologia Social com a Política de Assistência Social, assim como proposto e objetivado pelas autoras desta obra. No entanto, quatro (04) estudos apresentaram pelo menos uma das palavras-chave, destes, três (03) apresentaram Tecnologia Social e um (01) apresentou Assistência Social. O critério de exclusão adotado para estas verificações foi à seleção dos trabalhos que atenderam a pelo menos uma das palavras-chave utilizadas no item busca da base de periódicos da CAPES, totalizando quatro (04) trabalhos.

O período pesquisado foram os últimos dez anos, (2010-2020). Tal pesquisa resultou nos trabalhos dispostos no quadro 01, descrito na sequência. Essas pesquisas contribuem para demonstrar a pertinência das análises das produções científicas na forma de “estados da arte⁶”, das áreas de conhecimentos específicas, bem como, a avaliações de comportamentos de publicações de pesquisadores.

6 Pesquisas significativas e relevantes que apresentam conhecimentos tanto quantitativo quanto qualitativo, são ditas “estado da arte”, portanto, “Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisadas”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em jul. de 2021.

Quadro 01 - Trabalhos verificados

Autores	Título	Ano	Palavras-chave	Sítio de Publicação	Versões publicadas	Instituição de vínculo dos autores	Tipo
Maira Coelho Bonilha; Maria Iolanda Sachuk.	Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança	2011	-Tecnologia social; - Identidade; - Unidade; - Fragmentação; - Transformação.	Cadernos EBAPE.BR Publicação de: Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas 01 June 2011, Vol.9(2), pp.412-437.	Português Inglês	Universidade Estadual de Maringá – UEM.	Artigo
Renato Dagnino	Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas	2014	- Processos sociais; - Desenvolvimento Social; - Inclusão Social; - Economia Solidária; - Ciência e Tecnologia para a cidadania; - Tecnologia Social.	Editora da Universidade Estadual da Paraíba Campina Grande/PB: EDUEPB, 2014. 319 p.: il. Editora Insular, Florianópolis/SC, 2014.	Português	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Livro
José Carlos da Exaltação Torres	Cadastro Único: tecnologia de reclassificação social.	2016	- Política social; - Assistência social; - Pobreza; - Renda, Distribuição; - Banco de dados relacionais.	Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2016.	Português	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Livro

<ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Amadeu Dutra Moresi; - Sibeles Graziela Guedes Godinho - Ricardo Spindola Mariz; - Mário de Oliveira Braga Filho; - Jair Alves Barbosa; - Michel Carmo Lopes; - Waldemar Anton Osma Junior; - Marcos Augusto Alves Tito de Moraes. 	Tecnologia Social: a doação na perspectiva do aplicativo Solidarius	2017	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia social; - Aplicativo social; - Dispositivos móveis; - Solidarius. 	RISTI (Revista Iberoica de Sistemas e Tecnologias de Informação), 2017, Issue 23, p.1(16)	Português Espanhol	Universidade Católica de Brasília (Todos os autores).	Artigo
---	---	------	---	---	---------------------------	--	--------

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Assim, é possível identificar através da análise do Quadro 01, que todos os trabalhos apreciados são de autores brasileiros, que a única palavra-chave que aparece em mais de um estudo é Tecnologia Social, a qual consta em três (03) estudos.

Esta investigação possibilitou perceber que todos os estudos examinados estão escritos em língua portuguesa, sendo que dois (02) deles apresentam versões em língua estrangeira, correspondendo-as na língua inglesa e espanhola.

Outro fator de análise foi às instituições de pesquisa que contribuíram para a produção científica na área, sendo 04 universidades, das quais duas (02) são Universidades Federais, uma (01) Estadual e uma (01) privada.

Quanto à seleção da linguagem escrita, outra evidência encontrada foi, dos estudos analisados dois (02) são artigos e dois (02) são livros.

Na sequência das verificações das produções científicas, são apresentados breves relatos dos quatro (04) trabalhos expostos no Quadro 01. Os trabalhos estão expostos por ordem cronológica por ano de

publicação.

Iniciaremos pelo artigo de Bonilha e Sachuk (2011), o qual buscou compreender de que forma a Tecnologia Social contribuiu para o processo de construção e constituição da identidade de um determinado grupo pesquisado, este artigo publicado nos Cadernos EBAPE.BR da Fundação Getúlio Vargas, voltado a publicação de editoriais de administração.

Outro estudo que traz aspectos relevantes com relação a TS, é o livro de Dagnino (2014), visto que, o objetivo do seu estudo foi abordar aspectos conceituais e metodológicos acerca da Tecnologia Social e de assuntos a ela relacionados. Desse modo, é relevante ressaltar que sua indagação é utilizada como base por diversos autores de diferentes áreas.

Já o livro de Torres (2016) se relaciona com a política de assistência social ao analisar o processo de criação, desenvolvimento e operacionalização do sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A obra aborda sobre a gerência das políticas sociais focalizadas que exigem a operação de uma estrutura institucional e tecnológica complexa, voltada à produção de estatísticas, para se definir sobre quem são o público-alvo das ações sociais do Estado.

O último trabalho estudado é o artigo de Moresi, *et. al*, (2017), analisa as motivações do uso de um aplicativo social para a realização de doações para famílias carentes. Conclui-se que a solidariedade mediada pela tecnologia, apesar de ser anônima, possibilita a existência de um vínculo, que permite ao usuário um sentido de pertencimento a uma instituição ou, a uma causa maior que ele mesmo, além de gerar os sentimentos de satisfação e gratidão.

Considerações finais

A pesquisa realizada, teve como objetivo analisar a produção científica dos últimos 10 anos, que versa sobre a Tecnologia Social e a Política de Assistência Social, a fim de investigar o estado da arte no Brasil.

Com relação ao objetivo específico deste escrito, a pesquisa realizada identificou uma lacuna em relação a produção científica envolvendo a referida temática, pois não foram encontrados nenhum estudo que realizasse alguma relação entre a Política de Assistência Social e a Tecnologia Social, conforme objetivado pelas autoras desta obra.

Apesar de a obra de Torres (2016) se conectar com a política de assistência social quando analisar o processo de criação, desenvolvimento e

operacionalização do sistema de Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), bem como sua contribuição metodológica, difere do objetivo inicial proposto pelas autoras, porém não deixa de ser importante, já que o CadÚnico é a estrutura institucional e tecnológica complexa, voltada à produção de estatísticas, para se definir sobre o público-alvo das ações sociais do Estado no acesso aos direitos sociais.

Evidencia-se assim, a necessidade de produção científica que correlacione ambos os temas. Este percalço não exclui ou invalida o trabalho apresentado, mas serve como base para pesquisas futuras de outros pesquisadores ou, até mesmo, para as autoras deste trabalho.

Torna-se uma abertura, uma necessidade a ser explorada, em um campo que envolve duas áreas do conhecimento que podem se complementar para a busca da efetivação de direitos sociais e conseqüentemente, na diminuição das vulnerabilidades sociais, conforme apresentado, buscando teorias que relacionem a Tecnologia Social e a Política de Assistência Social, as quais contribuem efetivamente na superação de vulnerabilidades sociais e potencializadoras de transformações sociais, buscando soluções e ferramentas para a superação de diversas situações de vulnerabilidades social e econômica, sobrevivendo desse modo na melhoria das condições de vidas dos indivíduos e/ou comunidades envolvidos.

Referências

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) **Participação popular em políticas públicas**: espaço de construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mapa OSC. 2021. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei orgânica da assistência social (LOAS)**: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlatas. Brasília, 2016. Versão PDF. Atualizada até 30/1/2017.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.

BONILHA, Maira Coelho. SACHUK, Maria Iolanda. **Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança**; Cadernos EBAPE.BR, 2011, Vol.9, nº 2, artigo 10, Rio de Janeiro, junho 2011.

CASTELLS, Manuel. CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede do conhecimento a ação política**. Lisboa, 2006. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 04 de jul. 2021.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. **Sobre o Marco Analítico-conceitual da Tecnologia Social**. In: LASSANCE JR, Antônio E. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro – RJ, 2004.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.; 23

FUINI, Lucas Labigalini. **Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos**. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan. /jun. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na cena contemporânea*. 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o->

servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf.
Acesso em: 27 jun. 2021.

MDS. Conselho Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004:** norma operacional básica NOB/SUAS. Brasília-DF: MPAS/SAS, 2005

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 146-165, 2011.

MEDEIROS, Cristina Maria Barros de. SILVA, Luiza Rosângela da. **Dimensões constitutivas de tecnologias sociais no campo da saúde:** uma proposta de construção e apropriação de conhecimento em territórios vulneráveis. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 15, n. 1, p. 144-159, jan./jul. 2016.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra; GODINHO, Sibeles Grasiela Guedes; MARIZ, Ricardo Spindola; BRAGA FILHO, Mário de Oliveira; BARBOSA, Jair Alves; LOPES, Michel Carmo; OSMALA JÚNIOR, Waldemar Anton; MORAIS, Marcos Augusto Alves Tito de. **Tecnologia Social:** a doação na perspectiva do aplicativo solidários. *Risti - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, [S.L.], n. 23, p. 1-16, 1 set. 2017. AISTI. <http://dx.doi.org/10.17013/risti.23.1-16>.

MOURÃO, N. M. **Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG.** *Revista Brasileira do Desenvolvimento Regional*, PPGDR/Universidade Regional de Blumenau, ISSN 2317-5443, 2017. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2017v5n1p053-067>. Acesso em 05 de jul de 2021.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS.** *Ser Social*, Brasília, v. 20, p. 63-83, 2007.

SILVA, Gisleine Lima da. **Tecnologias Sociais e a Interlocação com o Serviço Social:** formação e trabalho profissional. 2013. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2013.

SILVA, E. **O Desenvolvimento de Tecnologias Sociais nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná.** 2012. Tese- Universidade Federal do Paraná

TOMAZ, Lourenço K, MEDVEDOVSKI, Nirce S, ALMEIDA, Joseane da S. A Tecnologia Social (TS) como proposta para melhorias na qualidade da produção de habitações de interesse social (his). III Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído. VI Encontro de Tecnologia de Informação e Comunicação na Construção. Campinas. Anais. Pelotas. ANTAC, 2013.

Capítulo 3

AGRICULTURA ORGÂNICA E CADEIAS CURTAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS: TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Darlan Nei Writzl

Iara Denise Endruweit Battisti

Dionéia Dalcin

Táisa Pereira Welter

Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde alcançou ganhos na produção de alimentos e segurança alimentar em muitos países de baixa renda, particularmente na produção de trigo e arroz, por meio do desenvolvimento de variedades de alta produtividade (HYV, *High-Yielding Varieties*) e ampliação do uso de fertilizantes, pesticidas e técnicas de regulação da água (CONWAY; BARBIER, 1988). Nesse contexto, a Revolução Verde foi considerada um sucesso pela maioria dos observadores e, apesar de terem surgido preocupações acerca de equidade e impactos ambientais, estas eram tidas como secundárias (LEE; FERRARO; BARRETT, 2001).

De acordo com Conterato e Fillipi (2009, p. 30), “a Revolução Verde decretou o abandono da noção de fertilidade natural” e, por meio de “pacotes tecnológicos”, buscava implementar um sistema de produção mais especializado e com métodos padronizados de cultura. Os agroquímicos foram introduzidos com o objetivo de aumentar o rendimento das culturas e protegê-las de pragas, permitindo reduzir significativamente as perdas (CARVALHO, 2006). A quantidade de agrotóxicos pulverizados sobre os campos vem aumentando a cada ano, sendo que essa expansão não foi apenas quantitativa, mas também qualitativa, com maior eficiência e integração entre diferentes ingredientes ativos (MORAES, 2019). No entanto, esses venenos agem sobre espécies não-alvo, causando sérios efeitos colaterais e elevam os custos de produção dos alimentos (CARVALHO, 2006).

Gomes *et al.* (2020) ressaltam que muitos são os problemas relacionados ao uso irrestrito de agrotóxicos e assinalam que é necessário reavaliar a empregabilidade de tais compostos e desenvolver novas maneiras de produzir alimentos mais saudáveis, suprimindo a demanda global. Para Carthy *et al.* (2018), a segurança alimentar é uma questão desafiadora e difícil de resolver, sendo que o principal desafio está em lidar com a crescente escassez de alimentos, causada por uma combinação de desperdício e uma população mundial em constante crescimento. De acordo com as Nações Unidas (2017), em 2050, a população mundial deve chegar a 9,8 bilhões de pessoas e, em 2100, 11,2 bilhões e espera-se que a tendência de aumento no tamanho da população continue, mesmo assumindo que os níveis de fecundidade continuarão diminuindo.

Conforme Fung, Wang e Menon (2018), a globalização desencadeou uma crescente demanda dos consumidores por uma maior diversidade de alimentos. Assim, os produtores, distribuidores, manipuladores e vendedores de alimentos devem assumir a responsabilidade de garantir a segurança alimentar e, com os avanços tecnológicos, novos regulamentos devem ser decretados para fornecer produtos alimentícios seguros e saudáveis para a saúde e bem-estar das pessoas.

Gaboardi (2022) analisou os relatórios do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxico em Alimentos (PARA) para o período de 2001 e 2018 e verificou que, em média, 63% dos alimentos que são consumidos pelos brasileiros, e que foram analisados pelo PARA, possuem resíduo de agrotóxico. Horlings e Marsden (2011) apontam que as abordagens agroecológicas podem contribuir para alimentar o mundo e, assim, viabilizar uma verdadeira Revolução Verde, repensando mecanismos e organizações de mercado e a participação de agricultores e consumidores.

Shukla *et al.* (2022) observam que a importância dos agrotóxicos no ecossistema agrícola não pode ser desconsiderada, pois têm sido responsáveis por tornar os alimentos mais acessíveis para indivíduos de todas as classes econômicas e sociais. Apesar do papel importante dos agrotóxicos na segurança alimentar, seu uso está impactando a saúde humana, sendo que a exposição crônica a agrotóxicos pode levar a complicações respiratórias, digestivas, neurológicas, reprodutivas, oculares e podem causar vários tipos de câncer. Boederker *et al.* (2020) estimam que 385 milhões de casos de intoxicação aguda não intencional por pesticidas ocorram anualmente em todo mundo, incluindo aproximadamente 11.000 mortes.

Estudos também relatam a contaminação por agrotóxico nas águas

superficiais e subterrâneas. Lima *et al.* (2020), por exemplo, constataram a presença de níveis elevados de quatro herbicidas (2,4-D, atrazina, deetilatrazina e simazina), três fungicidas (carbendazim, tebuconazol e epoxiconazol) e um inseticida (imidacloprid) na água do Rio Guaporé e seus afluentes, no Rio Grande do Sul-Brasil, que irriga as lavouras de milho, soja, cereais de inverno e pastagens forrageiras. Marsala *et al.* (2020) verificaram a ocorrência de sete produtos fitofarmacêuticos em nível superior ao padrão de qualidade ambiental (0,1 µg/L) em águas subterrâneas de uma área montanhosa situada no Vale do Tidone, noroeste da Itália, caracterizada pela produção intensiva de viticultura.

Freitas *et al.* (2013) destacam que é preciso buscar alternativas que possam superar os desafios do desenvolvimento sustentável e as ineficiências da tecnologia convencional em atender as demandas ambientais e sociais. Nesse contexto, a Tecnologia Social é um caminho para o desenvolvimento sustentável. Conforme Neves, Lima e Gonçalves (2019), a Tecnologia Social pode ser definida como aquela tecnologia que melhor se alinha à proposta de solucionar os problemas sociais. Ela é construída e aplicada a partir de meios proativos, coletivos, solidários e democráticos, alinhando conhecimento científico e conhecimento local e tradicional (MIRANDA, LOPEZ; SOARES, 2011).

Agricultura orgânica: uma alternativa para promover práticas sustentáveis

Os agrotóxicos fazem parte de um grupo de compostos orgânicos com diferentes características físico-químicas, destinados a combater e prevenir pragas em várias culturas e plantações, melhorando a produtividade (GOMES *et al.*, 2020). Tang *et al.* (2021) descobriram que 64% das terras agrícolas globais estão em risco de poluição por agrotóxicos e 31% apresentam alto risco. Aproximadamente, 34% das áreas de alto risco estão em regiões de alta biodiversidade, 5% em regiões com escassez de água e 19% em países de baixa e média renda.

O Brasil vem intensificando sua atividade na agricultura e, como resultado, tornou-se um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo (FERREIRA *et al.*, 2022). A partir do início dos anos 1990, o uso de agrotóxicos se intensificou substancialmente no país, sendo que a utilização é concentrada em lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar e também nas regiões Centro-Oeste, Sul e no estado de São Paulo (MORAES, 2019).

Os três agrotóxicos mais vendidos no país são 2,4-D, atrazina e glifosato, utilizados nas lavouras devido à sua alta eficiência, baixo custo e legislação permissiva (BROVINI *et al.*, 2021).

Os trabalhadores agrícolas são impactados ao máximo pela exposição aguda e crônica aos pesticidas (SHUKLA *et al.*, 2022). Buralli *et al.* (2020) exploraram a relação da exposição ocupacional a agrotóxicos com sintomas agudos e de saúde mental em São José de Ubá (Rio de Janeiro-Brasil). Os agricultores (aplicadores e ajudantes) demonstraram alta prevalência de sintomas como cefaléia, irritação de mucosa, taquicardia, cansaço, sensação de inutilidade e sinais depressivos.

Estudos demonstram que a exposição ocupacional a agrotóxicos também está associada a transtornos mentais. Ao verificar a associação de transtornos mentais comuns e depressão autorreferida com a exposição a agrotóxicos em uma população rural residente no município de Dom Feliciano, Rio Grande do Sul-Brasil, Campos *et al.* (2016) observaram que indivíduos que relataram depressão estavam mais expostos à dinitroanilina e sulfonilureia, assim como piretróides e álcool alifático. Complementarmente, agricultores correm maior risco de problemas de sono após exposição recente a pesticidas. Isso foi verificado por Fuhrmann *et al.* (2022) em uma pesquisa realizada com 253 pequenos agricultores na região central de Uganda.

Lee, Ferraro e Barrett (2001) observam que as estratégias de desenvolvimento agrícola devem melhorar a segurança alimentar, abordar problemas como a pobreza e geração de empregos e promover práticas ambientalmente sustentáveis. De acordo com Muller *et al.* (2017), a agricultura orgânica é uma alternativa promissora para atingir sistemas alimentares sustentáveis, porém sua viabilidade também é contestada. Os autores destacam que uma conversão de 100% para agricultura orgânica exigiria mais terra do que a agricultura convencional, porém tem vantagens como redução do excedente de nitrogênio e uso de pesticidas, pois como os pesticidas sintéticos não são usados na agricultura orgânica, seus impactos caem para zero.

A agricultura orgânica, pode ser definida como

um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes compostos sinteticamente, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para alimentação animal. Na medida do possível, os sistemas de agricultura orgânica dependem de rotações de culturas, resíduos de culturas, esterco animal, leguminosas, adubos verdes, resíduos orgânicos não agrícolas, cultivo mecânico de rochas minerais

e aspectos de controle biológico de pragas para manter a produtividade do solo e fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS, 1980, p. 7).

Dalcin *et al.* (2013) enfatizam que, no Brasil, a agricultura orgânica surge como um movimento social e ideológico que se opõe ao sistema industrial de cultivo. No entanto, a preocupação dos consumidores brasileiros com a qualidade e valor nutricional dos alimentos fez com que a produção e comercialização de produtos orgânicos aumentasse, ultrapassando essa ideologia e tornando-se uma cadeia produtiva com produtos diferenciados e de alto valor agregado, o que se deve, em grande parte, às práticas de marketing apoiadas aos princípios da saúde humana, social e ambiental.

Lima *et al.* (2020) apresentam um panorama da produção de produtos orgânicos no mundo, revelando que, de 2000 a 2017, a área agricultável destinada à agricultura orgânica passou de 15 milhões de hectares para 69,8 milhões de hectares, o que representa um aumento de 365% nesse período (aproximadamente 10% ao ano). No entanto, o percentual em relação ao total das terras agrícolas disponíveis destinadas a cultivos orgânicos era de apenas 1,4% em 2017. Em 2020 esse percentual aumentou para 1,6% (FiBL, 2021).

Goldberger (2011) avaliaram as percepções de agricultores orgânicos certificados no estado de Washington (Estados Unidos) e constataram que, entre os 200 entrevistado, 74% concordaram que a agricultura orgânica é mais sustentável ambientalmente do que a convencional, 61% consideraram a agricultura orgânica mais sustentável socialmente e 48% acreditavam que a agricultura orgânica é mais sustentável economicamente. Dessa forma, os entrevistados entendem que suas operações agrícolas orgânicas contribuem mais para objetivos ambientais e sociais do que econômicos. Goldberger (2011) também indica que fazendas orgânicas mais engajadas civilmente (marketing direto e associação a organizações de agricultura orgânica) contribuem mais para a gestão ambiental e vitalidade da comunidade.

Os consumidores consideram os alimentos orgânicos mais saudáveis como consequência do manejo ambientalmente correto e, mesmo com preços relativamente mais altos e menor disponibilidade, tendem a valorizá-los mais em comparação aos alimentos convencionais (SUCIU; FERRARI; TREVISAN, 2019). Rodríguez-Bermúdez *et al.* (2019) verificaram a percepção dos consumidores em relação aos alimentos orgânicos em Galiza (Norte da Espanha), sendo que a maioria dos

consumidores (incluindo consumidores convencionais) têm uma opinião positiva sobre alimentos orgânicos e consideram que são melhores para a saúde, pois evitam a aplicação de pesticidas. Por outro lado, ao contrário do que afirmam Suciú, Ferrari e Trevisan (2019), Rodríguez-Bermúdez *et al.* (2019) mostram que o preço é uma barreira ao consumo de produtos orgânicos, uma vez que os entrevistados disseram que consumiriam mais alimentos orgânicos se o preço fosse apenas entre 10% e 30% maior do que o equivalente convencional.

Reganold e Watcher (2016) examinaram o desempenho da agricultura orgânica à luz de quatro principais métricas de sustentabilidade: produtividade, impacto ambiental, viabilidade econômica e bem-estar social. Os autores destacam que os sistemas de agricultura orgânica são menos rentáveis em comparação com a agricultura convencional. No entanto, eles fornecem alimentos mais ou igualmente nutritivos e sem resíduos de agrotóxicos, além de promoverem maiores benefícios sociais. Lobley, Butler e Reed (2009) observaram que as pessoas que operam fazendas orgânicas na Inglaterra são mais jovens, possuem maior escolaridade e parecem mais dispostas a diversificar seus negócios agrícolas. Assim, os agricultores orgânicos desempenham um papel importante no desenvolvimento rural, contribuindo com suas habilidades e experiências para empreendimentos cooperativos. Entretanto, existem barreiras significativas à adoção desses sistemas e políticas públicas serão necessárias para facilitar seu desenvolvimento e implementação (REGANOLD; WATCHER, 2016).

Nesta perspectiva, Jouzi *et al.* (2017) investigaram as principais oportunidades e desafios de pequenos agricultores na produção de alimentos orgânicos. Os autores mostram que as vantagens mais significativas da agricultura orgânica são a proteção ambiental, aumento da renda dos agricultores, redução de custos com insumos externos e aumento das oportunidades de emprego. Os principais desafios incluem rendimentos mais baixos em comparação aos sistemas convencionais, dificuldades na gestão de nutrientes do solo, certificação e barreiras de mercado. Por outro lado, ao examinar a lucratividade da agricultura orgânica nos Estados Unidos, Uematsu e Mishra (2012) constataram que os agricultores orgânicos certificados não obtêm renda familiar significativamente maior do que os agricultores convencionais, pois os produtos de culturas orgânicas possuem despesas mais altas com mão de obra, seguro e marketing.

Cadeias curtas de abastecimento de alimentos (*Short Food Supply Chain*)

Com a pandemia da covid-19, Cappelli e Cini (2020) procuraram entender como garantir o acesso a alimentos essenciais em meio às restrições aplicadas pelos governos. Nesse contexto, as cadeias curtas de abastecimento alimentar (do inglês, *Short Food Supply Chain* – SFSC) surgem como uma alternativa que sofre menos o efeito das restrições por estarem enraizadas no território e mais próximas dos consumidores. Na perspectiva de Benos *et al.* (2022), os consumidores estão buscando alternativas mais sustentáveis ao modo convencional de fornecimento de alimentos e a pandemia da covid-19 estimulou a compra local e desencadeou impactos positivos nas atitudes dos consumidores em relação às SFSCs. De acordo com Kiss, Ruzskai e Takács-György (2019), as SFSCs estão mais conectadas à sustentabilidade, pois utilizam métodos de produção extensivo e curtas distâncias de transporte e também estão ligadas à maior qualidade dos alimentos, proximidade entre produtor e consumidor e economia local.

Vittersø *et al.* (2019) exploraram as contribuições das SFSCs, destacando algumas percepções de participantes da pesquisa (consumidores e produtores), entre elas: a) transparência e proximidade: proporcionam oportunidades de troca de informação, observação direta, diálogo e *insights* que podem ser usados para melhorar as práticas de produção dos alimentos, além dos consumidores terem conhecimento sobre a origem dos produtos e maior confiança; b) apoio à produção local: apoiar a produção local aparece como um valor explícito expresso pelos consumidores e, muitas vezes, está associado com outras motivações, como qualidade do produto, bem-estar animal, fortalecimento da comunidade, produção de alimentos ética e ambientalmente correta; c) sustentabilidade econômica: possibilidade dos produtores obterem preços mais altos do que poderiam ser obtidos com vendas através de atacadistas nas cadeias alimentares convencionais, pois esses intermediários são eliminados e os produtores buscam agregar valor aos produtos por meio da diferenciação (por exemplo, alimentos orgânicos); d) sustentabilidade ambiental: os consumidores consideram que comprar em SFSCs é mais ecológico em comparação com a compra de alimentos em um supermercado comum. Vale destacar que o estudo de Vittersø *et al.* (2019) abrangeu 12 casos europeus de SFSC de seis países: França, Hungria, Itália, Noruega, Polônia e Reino Unido.

Para Mundler e Laughrea (2016), as fazendas que operam em SFSCs em Quebec (Canadá) empregam um número maior de pessoas

e seguem práticas ambientalmente amigáveis, com alta proporção de produtores orgânicos certificados. González-Azcárate, Maceín e Bardají (2021) buscam compreender os atributos e barreiras das SFSCs a partir da percepção de consumidores espanhóis. Os autores verificaram que a qualidade dos produtos é um elemento chave para os consumidores comprarem diretamente dos produtores, uma vez que a maioria dos participantes da pesquisa concordaram que os pequenos agricultores oferecem produtos mais seguros. Assim, abordar as preocupações de saúde dos consumidores e vinculá-las com os alimentos vendidos por meio de SFSCs pode ser uma tática de marketing eficaz. González-Azcárate, Maceín e Bardají (2021) também relatam algumas barreiras para comprar diretamente dos produtores: falta de conveniência, preços mais caros, variedades limitadas e preocupações com o controle de qualidade nas SFSCs.

Malak-Rawlikowska *et al.* (2019) e Jarzębowski, Bourlakis, e Bezat-Jarzębowska (2020) mostram que as SFSCs fazem parte do conceito de desenvolvimento sustentável em três dimensões: a) econômica: geração de empregos locais, redução da distância geográfica entre produtor e consumidor, o que permite que os produtores capturem uma grande proporção da margem absorvida por diferentes intermediários e alcancem melhores preços pelos produtos; b) social: conexões fortalecidas entre produtores e consumidores, reconhecimento dos produtores e aumento da confiança e senso de comunidade; c) ambiental: métodos de produção ecológicos, menos uso de energia, menor emissão de gases do efeito estufa e milhas alimentares mais baixas.

Para González-Azcárate, Maceín e Bardají (2021) as cadeias curtas podem ter um impacto positivo na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento rural, não como um modelo que substituirá o convencional, mas pode ser complementar na medida em que responde às demandas dos consumidores. Na Suécia, por exemplo, os produtos orgânicos estão cada vez mais populares entre os consumidores, sendo que a maioria dos produtores de cadeias curtas que participaram do estudo de Aggestam, Fleiss e Posch (2017) tinham sistemas de produção orgânicos.

Estudos demonstram que a produção orgânica pode ter impactos positivos na saúde, bem-estar e qualidade de vida dos agricultores, devido à ausência de pesticidas químicos. Dupre, Lamine, Navarrete (2017) verificaram que, no sul da França, a horticultura orgânica diversificada é caracterizada por cargas e ritmos de trabalho rigorosos, que andam de mãos dadas com um ambiente de trabalho ativo, contribuindo para a satisfação

profissional. Ao mudar da horticultura especializada para horticultura orgânica diversificada e, simultaneamente, de cadeias de abastecimento alimentar longas para curtas, os agricultores percebem uma forma diferente de se envolver na ocupação agrícola.

Cross *et al.* (2008) relatam que trabalhadores agrícolas de fazendas orgânicas do Reino Unido eram mais felizes do que os trabalhadores de fazendas convencionais, pois realizavam atividades mais diversificadas no dia a dia. Os benefícios de estar em contato direto com a terra, o contentamento com a ocupação agrícola, sentimentos de responsabilidade socioambiental e engajamento em atividades sociais que possam promover o capital humano e social são fatores que contribuem para a saúde mental dos agricultores orgânicos (BRIGANCE *et al.*, 2018).

As feiras representam espaços onde os produtores vendem seus produtos diretamente para os clientes. Essa forma de comércio é uma cadeia curta de comercialização que promove a socialização e interação entre o produtor e o cliente final, que pode conhecer quem produziu os alimentos, quais insumos foram usados e como é o processo de produção. Lopes, Ferreira e Ferreira (2022) destacam o Mercado Orgânico de Petrolina (Pernambuco) como um canal curto de comercialização criado para proporcionar aos pequenos produtores a possibilidade de oferecer seus produtos diretamente aos clientes que frequentam o local em busca de alimentos mais saudáveis. Os autores relatam que há fortes laços de amizade e companheirismo entre os produtores e a solidariedade costuma ser comum entre vendedores de feiras, seja ajudando com vendas de colegas ou compartilhando temas que interessam ao grupo.

As preocupações dos consumidores com questões de sustentabilidade ecológica e social podem ter impactos significativos na demanda por alimentos nas políticas alimentares. Os consumidores éticos são ativistas alimentares altamente envolvidos e comprometidos com a criação de práticas justas de mercado. As características mais importantes na escolha de um produto ético envolvem os direitos dos trabalhadores (renda justa aos trabalhadores e sem exploração) e preocupações ambientais (SACCHI, 2018).

Para Zander, Stolz e Hamm (2013), existe um potencial substancial de diferenciação de produtos no setor orgânico por meio de padrões éticos mais elevados, como por exemplo bem-estar animal, produção local e preços justos ao produtor. Adicionalmente, Zander e Hamm (2010) demonstram que a maioria dos consumidores de alimentos orgânicos estão dispostos

a pagar preços mais altos por produtos orgânicos com atributos éticos adicionais. Valores que refletem o consumismo ético podem estimular maiores frequências de compra de alimentos orgânicos.

Conforme Azzurra, Massimiliano e Angela (2019), o nível de preocupação dos consumidores com sustentabilidade afeta a intensidade do consumo de alimentos orgânicos. Assim, os formuladores de políticas públicas e agricultores devem enfatizar os benefícios ambientais da agricultura orgânica e sua contribuição nos aspectos econômicos e sociais, como por exemplo, oportunidades de emprego, desenvolvimento rural e respeito aos direitos humanos.

Franzoni e Silva (2016) identificaram e mapearam sete cooperativas e associações de Porto Alegre-Rio Grande do Sul, pertencentes a uma cadeia curta de abastecimento, que tem como objetivo atender à resolução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE preconiza que do total dos recursos destinados à alimentação escolar dos municípios brasileiros, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Os autores descrevem alguns aspectos de tecnologia social identificados nesta cadeia curta, como compromisso com a transformação social, sustentabilidade socioambiental e econômica, mudança de um contexto problemático (abertura de novos mercados, preços mais justos pagos aos produtores, fim da exploração pelos intermediários e volta dos jovens às propriedades), diálogo entre diferentes saberes, contribuição cidadã do processo democrático, entre outros.

Considerações finais

O setor agropecuário na produção agrícola e pecuária, promove o uso cada vez maior de agrotóxicos a fim de alavancar o sistema produtivo. Embora os agrotóxicos sejam utilizados para garantir a produção de alimentos para uma população em crescimento, sua aplicação é percebida por muitos como um obstáculo para alcançar a sustentabilidade. Ademais, a literatura aponta que a pulverização de pesticidas pode causar agravos à saúde dos agricultores e consumidores de alimentos.

Os defensores da agricultura industrial argumentam que alternativas orgânicas são muito caras ou utilizam muita terra. O termo orgânico envolve qualquer produto cultivado sem pesticidas químicos de acordo com sistemas biológicos naturais que protegem a água, o solo, o ar e a biodiversidade. As fazendas orgânicas podem ser de pequena escala

e atender as comunidades locais ou podem ser grandes e industriais, transportando alimentos para grandes distâncias. No entanto, os consumidores começaram a questionar o sistema agroalimentar global, buscando redes alternativas mais sustentáveis, como SFSCs.

As cadeias curtas são espaços alternativos que propõem a aproximação entre produtores e consumidores, permitindo a valorização do local e a construção de relações de confiança, proximidade, interconhecimento, solidariedade e valorização da qualidade, diferenciação e aspectos éticos dos alimentos. O consumismo ético é uma tendência crescente que transcende o conceito de agricultura orgânica. Nesse sentido, os consumidores se sentem responsáveis por uma gama mais ampla de questões, como sociais, ambientais, poluição, trabalho infantil, direitos humanos e outras preocupações semelhantes e, por meio da compra de produtos éticos, retratam sua moral e valores.

Este capítulo buscou abranger uma literatura ampla sobre agricultura orgânica, SFSCs e uso de agrotóxicos, mas é mais do que provável que muitas informações não foram incluídas. Para estudos futuros sugere-se avaliar a sustentabilidade de SFSCs orgânicas na Região das Missões, Rio Grande do Sul e seu papel como tecnologia social, além de investigar se o consumo ético influencia na intenção de compra de alimentos orgânicos.

Referências

AGGESTAM, Vivianne; FLEISS, Eva; POSCH, Alfred. Scaling-up short food supply chains? A survey study on the drivers behind the intention of food producers. **Journal of Rural Studies**, v. 51, p. 64-72, 2017.

AZURRA, Annunziata; MASSIMILIANO, Agovino; ANGELA, Mariani. Measuring sustainable food consumption: a case study on organic food. **Sustainable Production and Consumption**, v. 17, p. 95-107, 2019.

BENOS, Theo *et al.* When mindful consumption meets short food supply chains: empirical evidence on how higher-level motivations influence consumers. **Sustainable Production and Consumption**, v. 33, p. 520-530, 2022.

BOEDEKER, Wolfgang *et al.* The global distribution of acute unintentional pesticide poisoning: estimations based on a systematic review. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1875, p. 1-19, 2020.

- BRIGANCE, Christina *et al.* The mental of the organic farmer: psychosocial and contextual actors. **Workplace Health & Safety**, v. 66, n. 12, p. 606-616, 2018.
- BROVINI, Emília Marques *et al.* Three-best-seller pesticides in Brazil: freshwater concentrations and potential environmental risks. **Science of The Total Environment**, v. 771, 2021.
- BURALLI, Rafael Junqueira *et al.* Occupational exposure to pesticides and health symptoms among family farmers in Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 133, 2020.
- CAMPOS, Ylida *et al.* Exposure to pesticides and mental disorders in a rural population of Southern Brazil. **Neuro Toxicology**, v. 56, p. 7-16, 2016.
- CAPPELLI, Alessio; CINI, Enrico. Will the COVID-19 pandemic make us reconsider the relevance of short food supply chains and local productions? **Trends in Food Science & Technology**, v. 99, p. 566-567, 2020.
- CARVALHO, Fernando P. Agriculture, pesticides, food security and food safety. **Environmental Science & Policy**, v. 9, n. 7, p. 685-692, 2006.
- CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CONWAY, Gordon R.; BARBIER, Edward B. After the Green Revolution. **Futures**, v. 20, n. 6, p. 651-670, 1988.
- CROSS, Paul *et al.* Comparative assessment of migrant farm worker health in conventional and organic horticultural systems in the United Kingdom. **Science of The Total Environment**, v. 391, n. 1, p. 55-65, 2008.
- DALCIN, Dionéia *et al.* Organic products in Brazil: from an ideological orientation to a market choice. **British Food Journal**, v. 116, n. 12, p. 1998-2015, 2014.
- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS. **Report and recommendations on organic farming**. US Govt. Printing Office: Washington, 1980.
- DUPRÉ, Lucie; LAMINE, Claire; NAVARRETE, Mireille. Short food supply chains, long working days: active work and the construction of professional satisfaction in french diversified organic market gardening.

Sociologia Ruralis, v. 57, n. 3, p. 396-414, 2017.

FERREIRA, Monica Lopes *et al.* Impact of pesticides on human health in the last six years in Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 6, 2022.

FiBL Statistics. **The development of the organic area share in percent**. 2021. Disponível em: <https://statistics.fibl.org/visualisation/key-indicators-on-organic-agriculture.html>. Acesso em: 20 Out. 2022.

FRANZONI, Gabriel Borela; SILVA, Tania Nunes da. Inovação social e tecnologia social: o caso da cadeia curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, ano 14, n. 37, p. 353-386, 2016.

FREITAS, Carlos Cesar Garcia *et al.* Tecnologia social e a sustentabilidade. Evidências da relação. **Interciencia**, v. 38, n. 3, p. 229-236, 2013.

FUHRIMANN, Samuel *et al.* Recent pesticide exposure affects sleep: a cross-sectional study among smallholder farmers in Uganda. **Environment International**, v. 158, 2022.

FUNG, Fred; WANG, Hwei-Shyong; MENON, Suresh. Food safety in the 21st century. **Biomedical Journal**, v. 41, n. 2, p. 88-95, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla. Resíduos de agrotóxicos em alimentos no Brasil: considerações acerca do monitoramento do PARA (2001-2018). **Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 4, n. 1, p. 160-200, 2022.

GOLDBERGER, Jessica R. Conventionalization, civic engagement, and the sustainability of organic agriculture. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 3, p. 288-296, 2011.

GOMES, Hiago de O. *et al.* A socio-environmental perspective on pesticide use and food production. **Ecotoxicology and Environmental Safety**, v. 197, 2020.

GONZÁLEZ-AZCÁRATE, Mario; MACEÍN, José Luis Cruz; BARDAJÍ, Isabel. Why buying directly from producers is a valuable choice? Expanding the scope of short food supply chains in Spain. **Sustainable Production and Consumption**, v. 26, p. 911-920, 2021.

HORLINGS, Lummina G.; MARSDEN, Terry K. Towards the real green revolution? Exploring the conceptual dimensions of a new

ecological modernisation of agriculture that could ‘feed the world’.

Global Environmental Change, v. 21, n. 2, p. 441-452, 2011.

JARZĘBOWSKI, Sebastian; BOURLAKIS, Michael; BEZAT-JARZĘBOWSKA, Agnieszka. Short Food Supply Chains (SFSC) as local and sustainable systems. **Sustainability**, v. 12, n. 11, p. 1-13, 2020.

JOUZI, Zeynab *et al.* Organic farming and small-scale farmers: main opportunities and challenges. **Ecological Economics**, v. 132, p. 144-154, 2017.

KISS, Konrád; RUSZKAI, Csaba; TAKÁCS-GYÖRGY, Katalin. Examination of short supply chains based on circular economy and sustainability aspects. **Resources**, v. 8, n. 4, p. 1-21, 2019.

LEE, David R.; FERRARO, Paul J.; BARRETT, Christopher B. Introduction: changing perspectives on agricultural intensification, economic development and the environment. *In*: LEE, David R.; BARRETT, Christopher B. (Ed.). **Tradeoffs or synergies? Agricultural intensification, economic development and the environment**. CAB International: New York, 2001.

LIMA, José Augusto Monteiro de Castro *et al.* “Modern agriculture” transfers many pesticides to watercourses: a case study of a representative rural catchment of southern Brazil. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 27, p. 10581–10598, 2020.

LIMA, Sandra Kitakawa *et al.* Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. **Texto para discussão**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2020.

LOBLEY, Matt; BUTLER, Allan; REED, Matt. The contribution of organic farming to rural development: An exploration of the socio-economic linkages of organic and non-organic farms in England. **Land Use Policy**, v. 26, n. 3, p. 723-735, 2009.

LOPES, Veronica Maria Neto; FERREIRA, Liliane Caraciolo; FERREIRA, Caliane Borges. The challenges of marketing organic products: leafy vegetables in the Municipal Organic Market in Petrolina-PE. **International Journal of Advanced Engineering**, v. 9, n. 6, p. 503-514, 2022.

MALAK-RAWLIKOWSKA, Agata *et al.* Measuring the economic, environmental, and social sustainability of short food supply chains. **Sustainability**, v. 11, n. 15, 2019.

- MARSALA, Roberta Zambito *et al.* First evaluation of pesticides occurrence in groundwater of Tidone Valley, an area with intensive viticulture. **Science of The Total Environment**, v. 736, 2020.
- MIRANDA, Isabel; LOPEZ, Michelle; SOARES, Maria Clara Couto. Social technology network: paths for sustainability. **Innovation and Development**, v. 1, n. 1, p. 151-152, 2011.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. **Texto para discussão**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 2019.
- MULLER, Adrian *et al.* Strategies for feeding the world more sustainably with organic agriculture. **Nature Communications**, v. 8, n. 1290, 2017.
- MUNDLER, Patrick; LAUGHREA, Sophie. The contributions of short food supply chains to territorial development: A study of three Quebec territories. **Journal of Rural Studies**, v. 45, p. 218-229, 2016.
- NAÇÕES UNIDAS. **World population prospects: the 2017 revision, key findings and advance tables**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2017. Disponível em: https://population.un.org/wpp/publications/files/wpp2017_keyfindings.pdf. Acesso em: 20 Out. 2022.
- NEVES, Ednalva Felix das; LIMA, Márcia Maria Tait; GONÇALVES, Gabriel Eduardo. Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: uma aproximação. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, v. 32, edição especial, p. 1-13, 2020.
- REGANOLD, John P.; WACHTER, Jonathan M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Plants**, v. 2, n. 15221, 2016.
- RODRÍGUEZ-BERMÚDEZ, Ruth *et al.* Consumers' perception of and attitudes towards organic food in Galicia (Northern Spain). **International Journal Consumer Studies**, v. 44, n. 3, p. 206-219, 2019.
- SACCHI, Giovanna. The ethics and politics of food purchasing choices in Italian consumers' collective action. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, v. 31, p. 73-91, 2018.
- SHUKLA, Ananya *et al.* Pesticides and human health: the noxious impact on maternal system and fetal development. *In*: SINGH, Pardeep; SINGH, Suruchi; SILLANPÄÄ, Mika (Ed.). **Pesticides in the natural environment: sources, health risks, and remediation**. Elsevier:

Cambridge, 2022. p. 209-226.

SUCIU, Nicoleta Alina; FERRARI, Federico; TREVISAN, Marco. Organic and conventional food: comparison and future research. **Trends in Food Science & Technology**, v. 84, p. 49-51, 2019.

TANG, Fiona H. M. *et al.* Risk of pesticide pollution at the global scale. **Nature Geoscience**, v. 14, p. 206–210, 2021.

UEMATSU, Hiroki; MISHARA, Ashok K. Organic farmers or conventional farmers: where's the money? **Ecological Economics**, v. 78, p. 55-62, 2012.

VITTESSØ, Gunnar *et al.* Short food supply chains and their contributions to sustainability: participants' views and perceptions from 12 European cases. **Sustainability**, v. 11, n. 17, 2019.

WANG, Jianming; PHAM, Thuy Linh; DANG, Van Thac. Environmental consciousness and organic food purchase intention: a moderated mediation model of perceived food quality and price sensitivity. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 3, p. 1-18, 2020.

ZANDER, Katrin; HAMM, Ulrich. Consumer preferences for additional ethical attributes of organic food. **Food Quality and Preference**, v. 21, n. 5, p. 495-503, 2010.

ZANDER, Katrin; STOLZ, Hanna; HAMM, Ulrich. Promising ethical arguments for product differentiation in the organic food sector. A mixed methods research approach. **Appetite**, v. 62, p. 133-142, 2013.

Capítulo 4

RELATO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DO PROGRAMA GESTÃO PARA COOPERAÇÃO

Paola Vogt

Louise de Lira Roedel Botelho

Introdução

Uma das principais demandas das cooperativas e das propriedades rurais e familiares é pela gestão de seus empreendimentos. Prezotto (2002, p. 141) ressalta que “o importante na gestão é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores”. Dessa forma, Wives e Kühn (2018) salientam que para obter sucesso no negócio são essenciais as buscas pelo conhecimento, informações comparativas, informações atualizadas do setor, apoio de entidades e o entendimento básico das áreas da administração em si.

Nesse contexto, encontra-se a relevância dos projetos de extensão universitária, os quais buscam, principalmente por meio de cursos, palestras, visitas técnicas, seminários, entre outros, satisfazer as demandas da sociedade levando conhecimentos à comunidade e recebendo dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações (NUNES; SILVA, 2011).

Diante disso, criou-se o Projeto “Programa Gestão para Cooperação (PGC)”, com o objetivo de desenvolver cursos de capacitação gerencial e de liderança para agricultores familiares, dirigentes de cooperativas e agroindústrias e proprietários de empreendimentos econômicos solidários, estimulando a transformação social, a promoção de ferramentas metodológicas de gestão que permitam o empoderamento, geração de trabalho e renda frente ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul. O construto teórico do mesmo está alicerçado em três eixos de trabalho, sendo eles: sucessão familiar, gestão de propriedades rurais e familiares e gestão de cooperativas.

Dada a relevância do assunto e na perspectiva de refletir sobre a importância dos projetos de extensão para a sociedade, este estudo tem

como objetivo apresentar as ações desenvolvidas no projeto de extensão “Programa Gestão para Cooperação” e discutir seus resultados nos campos social e acadêmico.

Extensão universitária

Segundo o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a extensão universitária “é, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28). Essa transformação gera um compromisso para a universidade transmitir e operacionalizar o conhecimento gerado na academia, evidenciando uma maior abrangência do compromisso da extensão universitária, envolvendo todos os cidadãos (CHAVES *et al.*, 2019).

“A extensão universitária é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social” (DESLANDES; ARANTES, 2017, p. 179). Nunes e Silva (2011) complementam afirmando que a extensão universitária é considerada uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, funcionando com uma via de mão dupla, onde a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e dela recebe suas reais necessidades, além da universidade aprender com os saberes dessas comunidades.

Dessa forma, no momento em que a extensão universitária proporciona a disseminação de novos saberes à comunidade, ela favorece o empoderamento de indivíduos que estão necessitando desses saberes (CHAVES *et al.*, 2019).

Um bom exemplo para a aplicação do conhecimento científico na transformação de realidades e inserção de indivíduos na sociedade ou até mesmo no mercado são os projetos de extensão que buscam atender às carências de atuação, formação e autogestão de empreendimentos populares inseridos na economia solidária. Nesse caso, a universidade, usando projetos de extensão, busca contribuir para a gestão e autogestão de empreendimentos solidários, como por exemplo, associações de pequenos produtores e cooperativas de trabalho (CHAVES *et al.*, 2019, p. 23).

Nesse contexto, a extensão universitária, por intermédio dos projetos de extensão, é capaz de auxiliar tanto na formação dos acadêmicos, pois promove sua inserção na realidade cotidiana, política, social e econômica, participando diretamente na vivência com a comunidade em que está inserido, ensejando um ciclo de transformação social, quanto na socialização e democratização de conhecimentos por parte da sociedade (DESLANDES; ARANTES, 2017).

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, referente às atividades de extensão realizadas em um projeto de extensão, intitulado “Programa Gestão para Cooperação (PGC)”, desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de graduação em Administração e Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Cerro Largo/RS, Chapecó/SC, Erechim/RS e Laranjeiras do Sul/PR, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) UFFS, *campus* Cerro Largo/RS.

O desenvolvimento das atividades do projeto iniciou em agosto de 2019 e foi finalizado em dezembro de 2022. As ações extensionistas realizadas no PGC envolveram atividades voltadas à capacitação gerencial e de liderança para agricultores familiares, dirigentes de cooperativas e agroindústrias e proprietários de empreendimentos econômicos solidários, com o intuito de estimular a transformação social, a promoção de ferramentas metodológicas de gestão que permitam o empoderamento e a geração de trabalho e renda frente ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário da Região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul.

Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em três âmbitos, sendo um deles a promoção de cursos de capacitação, o segundo envolvendo *webinários* (seminários *online*) sobre temas relacionados ao cooperativismo e disponibilizados para a comunidade em geral através da plataforma *You Tube*. E o terceiro âmbito refere-se à construção de livro, com acesso *online* e gratuito, para disseminar o conhecimento envolvendo as temáticas dos três eixos do PGC.

Salienta-se que este relato das ações desenvolvidas no projeto PGC foi elaborado pela coordenadora do projeto, docente do curso de Administração e do PPGDPP da UFFS Cerro Largo e pela aluna (bolsista

e voluntária), mestranda do PPGDPP da UFFS Cerro Largo, as quais fizeram parte do projeto desde o seu início.

Resultados

O projeto PGC iniciou suas atividades em agosto de 2019 através do Edital nº 554/GR/UFFS/2019 o qual tinha, inicialmente, os seguintes objetivos: construir conhecimento sobre cursos de capacitação nos três eixos estruturantes (sucessão familiar, gestão de propriedades rurais e familiares e gestão de cooperativas); contatar o público-alvo (agricultores familiares, dirigentes de cooperativas e agroindústrias, proprietários de empreendimentos econômicos solidários) para participarem dos cursos; a realização de cursos presenciais de capacitação gerencial e de liderança para o público-alvo; visitas técnicas para aproximar a teoria da prática trabalhada nos cursos; e um seminário geral de avaliação do projeto. Além disso, também no mês de agosto de 2019, foi realizada uma reunião com o Conselho Universitário (CONSUNI), onde apresentou-se o projeto “Programa Gestão para Cooperação”, o qual foi aprovado via emenda parlamentar (BOTELHO, *et al.*, 2022).

Durante o andamento do projeto, algumas das atividades planejadas não puderam ser realizadas devido a pandemia da Covid-19, que iniciou no ano de 2020. [...] Diante desse cenário, as atividades que estavam previstas para ocorrerem de forma presencial não puderam ser concluídas, sendo: a realização de cursos presenciais de capacitação gerencial e de liderança para o público-alvo; visitas técnicas para aproximar a teoria da prática trabalhada nos cursos; e seminário geral de avaliação do projeto. Portanto, o projeto alcançou parcialmente seus objetivos iniciais e foi prorrogado para os anos de 2021 e 2022, visando o alcance total dos objetivos (BOTELHO, *et al.*, 2022, p. 178-179).

Em meio ao período prorrogado, e diante de uma não mudança no cenário pandêmico, realizou-se o apostilamento com remanejamento de rubrica do PGC em 2021 com base nas dificuldades para a realização de atividades presenciais, quando o governo e o mundo primavam pelo afastamento social. O projeto foi adaptado e os cursos foram planejados para a realização de forma remota, as visitas técnicas presenciais foram substituídas por *webinários* com temas relacionados aos três eixos de trabalho e o seminário geral também foi realizado no formato remoto, adequando-se assim aos protocolos de segurança e possibilitando a realização de todas as atividades planejadas inicialmente (BOTELHO, *et al.*, 2022).

Dessa forma, salienta-se que primeiramente foram realizadas

atividades relacionadas com a organização de todo o projeto, incluindo a elaboração de material didático para utilização nos cursos e a construção do conhecimento, os quais foram elaborados por parte de docentes e discentes que fizeram parte da equipe do projeto.

O primeiro semestre do ano de 2021 foi dedicado à organização dos cursos e *webinários* e seleção de bolsistas (docentes e discentes). Em seguida, mais precisamente no dia 24 de junho de 2021, foi realizado o primeiro *webinário*, o qual teve como temática “Cooperativismo e desenvolvimento regional: uma relação necessária e possível”. Este *webinário* teve como palestrante o Prof. Dr. Pedro Luís Büttgenbender, mediadora a Prof.^a Dr.^a Enise Barth e contou com um total de 653 visualizações.

O segundo *webinário* foi realizado no dia 1º de julho de 2021, com o palestrante Mestrando Natxo Devicente e mediador Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli, os quais discutiram sobre o tema: “A experiência cooperativa de Mondragón. Histórias e lições para o Brasil”, contando com um total de 731 visualizações. No dia 26 de agosto de 2021, realizou-se o terceiro *webinário*, tendo como palestrante a Prof.^a Dr.^a Alessandra Troian (Unipampa) e mediadora a Prof.^a Dr.^a Dionéia Dalcin, com a participação de 192 pessoas, no qual foi discutido sobre “Agricultura familiar, um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável?”.

O quarto *webinário*, realizado no dia 31 de agosto, contou com a participação de 295 pessoas e discutiu sobre o tema “Juventude Rural, sucessão e sindicalismo na agricultura familiar”. Este *webinário* contou com a presença de dois palestrantes, sendo: Prof. Doutorando Airton Rodrigues - (Casa Familiar Filhos da Terra) e Jaciara Muller - (FETAG) e dois mediadores: Prof. Dr. Valdecir José Zonin (UFFS) e Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth (UFFS). Em seguida, no dia 14 de setembro de 2021, foi realizado o quinto *webinário*, o qual teve como temática “Juventude rural e Desenvolvimento”, com a palestrante Prof.^a Dr.^a Rosani Marisa Spanevello (Professora associada do Departamento de Zootecnia e Ciências da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM) e mediadores Prof. Dr. Valdecir José Zonin (UFFS) e Prof. Dr. Darlan Christiano Kroth (UFFS), tendo um total de 310 visualizações.

Já o último *webinário* realizado no ano de 2021, em 21 de setembro, com o palestrante Dr. Elizário Noé Boeira Toledo (Doutor em Desenvolvimento Sustentável - CDS - UnB) e mediadores Prof. Dr. Valdecir Zonin (UFFS) e Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes (UFFS), discutiu sobre o tema “Desafios e novos paradigmas para a Agricultura

Familiar brasileira” e contou com a presença de 297 pessoas.

No Quadro 1 apresenta-se um resumo das informações referente aos *webinários* realizados no ano de 2021.

Quadro 1 - Informações dos *webinários* realizados no ano de 2021

Data	Temática	Visualizações¹	Disponível em:
24/06/2021	Cooperativismo e desenvolvimento regional: uma relação necessária e possível	653	https://abre.ai/fgb6
01/07/2021	A experiência cooperativa de Mondragón. Histórias e lições para o Brasil	731	https://abre.ai/fgcd
26/08/2021	Agricultura familiar, um meio de alçar o desenvolvimento sustentável?	192	https://abre.ai/fgcf
31/08/2021	Juventude Rural, sucessão e sindicalismo na agricultura familiar	295	https://abre.ai/fgch
14/09/2021	Juventude rural e Desenvolvimento	310	https://abre.ai/fgci
21/09/2021	Desafios e novos paradigmas para a Agricultura Familiar brasileira	297	https://abre.ai/fgck

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Em relação aos cursos de capacitação, foram realizados nos meses de outubro e novembro do ano de 2021, com duas turmas, sendo dividido em três módulos:

- Módulo 1 – Gestão de propriedades rurais e familiares
- Módulo 2 – Sucessão familiar
- Módulo 3 – Gestão de cooperativas

Cada módulo possuía uma carga horária de 4h, assim o curso teve carga horária total de 12h. Os principais assuntos discutidos no módulo 1 do curso estavam ligados a dificuldade e aos desafios enfrentados pelos agricultores no gerenciamento da sua propriedade de maneira eficiente, sendo que os participantes relataram as atividades desenvolvidas em suas propriedades relacionadas à gestão e ao planejamento das tarefas. Dessa forma, abordou-se as principais soluções e formas de auxiliar os participantes quanto às dificuldades e desafios relatados.

Em relação aos temas trabalhados no módulo 2, destaca-se: dificuldades e desafios enfrentados no processo de sucessão familiar,

¹ Dados coletados no dia 18 de novembro de 2022.

identificação dos principais motivos que levam o afastamento dos jovens das atividades agrícolas, apresentação do que pode ser melhorado para que a sucessão ocorra e os filhos dos agricultores sintam-se motivados a continuar o trabalho, novas possibilidades para incentivar os filhos a permanecerem no campo, reversão dos desertos demográficos no campo, agricultura familiar e patronal.

Já no módulo 3, os principais assuntos debatidos estavam relacionados com: conceitos da gestão do cooperativismo, os principais setores de atuação, diferenças entre associação, cooperativas e empresa mercantil, classificações dos tipos de cooperativas, além de apresentar diversos exemplos de distribuição de gênero e exemplos das cooperativas registradas no Brasil.

Além disso, cada turma contou com a inscrição de 50 pessoas, totalizando 100 pessoas. No entanto, a Turma 1 teve a presença de 35 pessoas e a Turma 2 contou com a presença de 16 pessoas, totalizando um público de 51 pessoas. Salienta-se que os participantes eram: produtores (as) de leite; produtor de suínos; presidentes de sindicato, ex-prefeito; produtora de cactos e suculentas; filhos (as) de agricultores familiares; alunos (graduação e mestrado) de instituições públicas e privadas; corretora de imóveis; integrantes da Casa Familiar Rural de Ijuí e produtor de morango e hortaliças, sendo que os participantes residem em diversas regiões dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Ao final do curso, foi realizado uma avaliação através de um questionário *online*, no qual os participantes puderam expressar suas opiniões em relação ao desenvolvimento do curso. Essa avaliação não era obrigatória, dessa forma, apenas 25 participantes responderam o questionário, sendo que, a maior parte dos participantes (72%) classificaram o curso como “Muito bom” e o restante (28%) classificaram o curso como “Bom”. Em relação a satisfação com o material didático utilizado durante o curso, 68% dos participantes mostraram-se muito satisfeitos com o material, 28% ficaram satisfeitos e um dos participantes mostrou-se neutro em relação a essa questão. Já em relação ao curso, 68% dos participantes ficaram “muito satisfeitos” e o restante, 32%, ficaram “satisfeitos” com o curso.

Além disso, todos os participantes citaram que o curso atendeu as suas expectativas e ajudou na obtenção de novos conhecimentos e aprendizados, além de possuírem o interesse em participar de outro curso organizado pelo projeto (caso seja realizado). A última questão do questionário foi uma pergunta aberta, exclusiva para aqueles participantes

que desejassem inserir algum comentário geral sobre o curso. Assim, destacam-se os seguintes comentários: “*Os 3 módulos foram excelentes*”; “*O curso estava ótimo, professores maravilhosos que proporcionaram uma boa reflexão diante os assuntos propostos*”; “*Curso excelente! Conteúdo muito enriquecedor e ótimos pontos levantados pelos professores*”.

No final do ano de 2021, foi realizado um seminário geral para avaliação do projeto, com o intuito de enfatizar o seu melhoramento e possível prorrogação. Devido aos resultados obtidos durante o ano de 2021, verificou-se a possibilidade e importância de prorrogar o projeto PGC para o ano de 2022, dando continuidade às suas atividades. Dessa forma, com a sua prorrogação, foram elaborados também artigos científicos, verbetes, apresentação em evento, como forma de disseminação do conhecimento principalmente sobre as temáticas tratadas nos três eixos de trabalho que envolvem o PGC.

Ainda, foram realizados outros cinco *webinários* ao longo do ano de 2022. No mês de junho, realizou-se um *webinário* que tratou sobre o tema “Direito Cooperativo: desafios para gestão”, o qual contou com a presença de 457 pessoas e teve como palestrante Ronaldo Chaves Gaudio (presidente da Asociación Iberoamericana de Derecho Cooperativo, Mutual y de la Economía Social y Solidaria – AIDCMESS) e mediação da Prof.^a Dr.^a Enise Barth (UFFS). Já o segundo *webinário* do ano de 2022, realizado no mês de julho, com o palestrante Prof. Dr. Renato Della Vecchia e mediadora Prof.^a Dr.^a Sandra Vidal Nogueira (UFFS), discutiu sobre o assunto “Incubadoras de Economia Solidária: potencialidades e limites” e teve um total de 148 visualizações.

O terceiro *webinário* foi realizado no mês de agosto, tendo como temática o “Cooperativismo e as Epistemologias do Sul: Histórias Invisibilizadas”. Contou com a palestrante Prof.^a Dr.^a Ângela Ester Mallmann Centenaro e com a mediação da Prof.^a Dr.^a Sandra Vidal Nogueira (UFFS), tendo a presença de 117 pessoas. Logo, no mês de setembro realizou-se um *webinário* sobre as “Potencialidades e possibilidades do movimento cooperativo na atualidade: pensamentos e reflexões”, com o palestrante Dr. Valter Frantz e mediador Prof. Dr. Edegar Rotta, o qual atingiu 548 visualizações. E o último *webinário* realizado no ano de 2022, com o palestrante Prof. Dr. Carlos Eduardo Ruschel Anes e mediadora Prof.^a Dr.^a Enise Barth, discutiu sobre “Economia e Sustentabilidade: um olhar a partir da Tecnologia Social”, e teve um total de 162 visualizações.

No Quadro 2 apresenta-se um resumo das informações referente

aos *webinários* realizados no ano de 2022.

Quadro 2 - Informações dos *webinários* realizados no ano de 2022

Data	Temática	Visualizações ²	Disponível em:
21/06/2022	Direito Cooperativo: desafios para gestão	457	https://abre.ai/fgcs
12/07/2022	Incubadoras de Economia Solidária: potencialidades e limites	148	https://abre.ai/fgct
30/08/2022	Cooperativismo e as Epistemologias do Sul: Histórias Invisibilizadas	117	https://abre.ai/fgcv
22/09/2022	Potencialidades e possibilidades do movimento cooperativo na atualidade: pensamentos e reflexões	548	https://abre.ai/fgcw
16/11/2022	Economia e Sustentabilidade: um olhar a partir da Tecnologia Social	162	https://abre.ai/fjJG

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Com a realização dos *webinários* foi possível elaborar também alguns cortes (pequenos vídeos) dos mesmos, como forma de apresentar, resumir e destacar os pontos mais importantes do evento, facilitando o compartilhamento do conhecimento para com a sociedade. Esses cortes (vídeos) também estão disponíveis no canal do *YouTube* do Programa Gestão para Cooperação³.

Salienta-se ainda que a equipe do projeto PGC elaborou, de forma conjunta, dois volumes do livro intitulado “Programa Gestão para Cooperação”, ambos no formato impresso e digital, como forma de ampliar e compartilhar conhecimentos científicos com o público em geral. Os livros digitais (*e-books*) estão disponíveis para *download* através dos links:

- Livro “Programa Gestão para Cooperação (PGC) – volume 1”: <https://editorailustracao.com.br/livro/programa-gestao-para-cooperacao-pgc-volume-1>.
- Livro “Programa Gestão para Cooperação (PGC) – volume 2”: <https://editorailustracao.com.br/livro/programa-gestao-para-cooperacao-pgc-volume-2>.

2 Dados coletados no dia 18 de novembro de 2022.

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCwV80YLCTnJ1T4-spJwe6gg/videos>

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar as ações desenvolvidas no projeto de extensão “Programa Gestão para Cooperação” e discutir seus resultados nos campos social e acadêmico, para tanto, em termos metodológicos, utilizou-se a abordagem descritiva como forma de descrever todas as ações desenvolvidas pelo projeto. O Projeto de Extensão “Programa Gestão para Cooperação” constatou que, mesmo diante da suspensão das atividades presenciais, é possível e, muitas vezes, mais viável, intensificar o contato entre universidade e comunidade externa. Salienta-se que, com a utilização de ferramentas digitais, foi possível alcançar pessoas de diversas localidades, o que permitiu a integração e a troca de conhecimentos entre diferentes pessoas.

Dessa forma, conclui-se que a realização de eventos, cursos e/ou palestras na modalidade *online* é essencial para a disseminação do conhecimento, integração entre profissionais, docentes e discentes e, ainda, para a proximidade entre universidade e sociedade, tanto sobre temáticas que tratam sobre gestão e cooperativismo, quanto sobre outros assuntos demandados, principalmente, pela comunidade externa.

Referências

BOTELHO, Louise de Lira Roedel et al. O papel da extensão e a experiência discente: percepções dos bolsistas e voluntários do Programa Gestão para Cooperação. In: BOTELHO, Louise de Lira Roedel; ANES, Carlos Eduardo Ruschel; KROTH, Darlan Christiano (org.). **Programa Gestão para Cooperação** (PGC). Cruz Alta: Ilustração, 2022. p. 171-187. Vol. 2. Disponível em: <https://editorailustracao.com.br/livro/programa-gestao-para-cooperacao-pgc-volume-2>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CHAVES, Carlos Jaelso Albanese et al. PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um compromisso da universidade com a inclusão social. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 35, p. 1-17, nov. 2019.

DESLANDES, Maria Sônia; ARANTES, Álisson Rabelo. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse Múltipla**, v. 6, n. 2, p. 179-183, 18 dez. 2017.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Plano**

Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, v. 4, n. 7, p. 119-133, dez. 2011. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60/89>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PREZOTTO, Leomar Luiz. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**, n. 31, p. 133-153, abril, 2002.

WIVES, Daniela Garcez; KÜHN, Daniela Dias. **Gestão e planejamento de agroindústrias familiares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão (FAPEU) - Projeto nº 118/2019.

Capítulo 5

COOPERATIVISMO E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PROJETO "A UNIÃO FAZ A VIDA"

Diana Juciéli Ribeiro

Enise Barth

Introdução

O cooperativismo surgiu através de movimentos operários, na explosão da Revolução Industrial, quando os funcionários eram submetidos a condições precárias de trabalho. Antes disso já aconteciam atividades por meio da cooperação, que acompanharam a história da humanidade, desde seus primórdios. A oficialização, porém, se deu na Inglaterra, com o estabelecimento das cooperativas modernas, na cidade de Rochdale, quando 28 tecelões, em um contexto de greves e demissões em massa, criaram, em 1844, a primeira cooperativa. O grupo entrou para a história como ‘Os pioneiros de Rochdale’ (SCHNEIDER, 2012).

No cooperativismo, o espírito e os valores cooperativos materializam-se por meio dos princípios cooperativos, sendo assim definidos no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (1995): 1) Adesão voluntária, consciente e do livre acesso; 2) Gestão e do controle democrático por parte dos sócios; 3) Participação econômica do sócio; 4) Autonomia e Independência; 5) Princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa; 6) Cooperação Intercooperativa e a Integração Cooperativa; 7) Preocupação com a Comunidade/interesse pela comunidade. Schneider (2012) ainda apresenta um oitavo princípio, da Expansão Cooperativa.

Neste trabalho, interessa-nos aprofundar o quinto princípio, “Princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa”, que corresponde à promoção de atividades para cooperados (que visa o desenvolvimento e o fomento à ideologia cooperativista) e à investida das cooperativas em escolas (com o intuito de desenvolver projetos que promovam em crianças e adolescentes o espírito cooperativo).

Na busca por compreender como acontece a relação entre

cooperativa e escola, foi desenvolvido um estudo de caso do programa “A união faz a vida”, mantido pela Fundação Sicredi, que há mais 25 anos estimula a cooperação e a cidadania por meio de projetos realizados em escolas do Brasil.

O presente artigo está constituído por cinco sessões, sendo a primeira a Introdução, que apresenta uma breve contextualização sobre os primórdios do cooperativismo e seus princípios, seguindo de Referencial Teórico que contempla abordagens sobre o cooperativismo e a educação como ferramenta de mudança de mundo; a terceira sessão descreve os procedimentos metodológicos. Os resultados do estudo compreendem a quarta sessão, que contextualiza a Sicredi e, especialmente, o programa ‘A união faz a vida’: Educação para a cooperação; e, na quinta e última sessão, constam as considerações finais.

Cooperativismo: origem, definições e princípios

Na busca por informações históricas e ideológicas acerca do cooperativismo, estudos de José Odelso Schneider e de Walter Frantz e Shönardie embasaram esta pesquisa. No que se refere à ligação entre cooperativismo e educação, trabalhos de Andrioli contribuíram para a realização deste trabalho.

Em relação à educação, para fazer um paralelo entre o poder transformador da educação e o papel de uma educação cooperativa e popular na construção de uma sociedade mais justa, Freire, Gadotti e Libâneo foram os principais estudiosos pesquisados.

O cooperativismo

A origem do cooperativismo se deu por meio de movimentos operários, na explosão da Revolução Industrial, quando os trabalhadores eram submetidos a condições laborais precárias. Naquele contexto, se de um lado o capitalismo industrial crescia de maneira espetacular, com progressos técnicos significativos e uma grande ampliação de mercado, de outro, trabalhadores desempenhavam suas tarefas em condições miseráveis e até desumanas. Frente a esta realidade é que surge o movimento operário, quando trabalhadores reivindicam a necessidade de mudança na ordem social e compreendem que se unidos, possuem força para conquistar seus direitos, ou seja, percebem que a força operária é advinda de seu número e, principalmente, de sua união.

A noção de associação “como ação emancipadora da classe trabalhadora, em que se organizam os interesses da classe trabalhadora por meio da autoajuda e não a partir do poder político” (SCHNEIDER, 2012, p. 255) se estabelece e, a partir daí, surgem as primeiras cooperativas. A oficialização do cooperativismo se deu na Inglaterra, com o estabelecimento das cooperativas modernas. Na cidade de Rochdale, 28 tecelões, em um contexto de greves e demissões em massa, criaram, em 1844, a primeira cooperativa. O grupo entrou para a história como ‘Os pioneiros de Rochdale’ (SCHNEIDER, 2012).

O cooperativismo, que surgiu da necessidade e da vontade de mudança dos trabalhadores, desde seus primórdios, trouxe consigo princípios em relação à ideologia cooperativa.

A doutrina cooperativa situa-se na linha do dever ser, não numa dimensão impositiva, mas como um apelo às consciências, próprio da educação em prol da solidariedade, para se optar por uma proposta comportamental na sua atividade econômica e social, que conduza a uma sociedade e a um sistema econômico alternativo, mais solidário, justo, autônomo, democrático e participativo (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

No sentido de orientar e desenvolver nos associados e na comunidade o espírito cooperativista e a noção de solidariedade, a educação torna-se um dos braços do cooperativismo.

A educação como ferramenta de mudança no mundo

É impossível pensar em transformação da sociedade, em formação de pessoas conscientes e solidárias, sem pensar em educação, seja ela a formal, que ocorre dentro das escolas, ou a informal, que ocorre em diferentes locais, como em casa ou no convívio com pessoas em outras esferas da sociedade. Para Libâneo (1998, p. 71),

A educação, para além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade (...) as funções da educação somente podem ser explicadas partindo da análise objetiva das relações sociais vigentes, das formas econômicas, dos interesses em jogo. Com base nesse entendimento, a prática educativa é sempre a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade.

Gadotti (2009), no ‘Fórum Mundial de Educação: pro-posições para um outro mundo possível’, defende que faz parte do processo de

educação para novas realidades, propor uma lógica humanizadora do capital, que não tenham no individualismo e no lucro seus fundamentos principais. De acordo com o autor, é preciso “Educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual (GADOTTI, 2009, p. 31), combatendo desigualdades e construindo uma sociedade mais digna a todos e todas.

Freire (1996) declara que a educação é um modo de intervenção no mundo e que ela promove ideologias e, sendo emancipadora, suscita nos estudantes a possibilidade de ‘ler’ o mundo, reproduzindo ideologias ou refutando-as.

Frente a realidade da educação, Andrioli (2007) aponta que o sistema de ensino, em muitas situações, mostra-se competitivo, compreendendo neste caso, competitivo como o antônimo de cooperativo. O autor destaca que inúmeros são os mecanismos de competição observados em práticas escolares, que no desempenho de suas atividades, possibilitam as ideias de ‘competência’ e ‘superioridade’, defendidas pela ideologia liberal. A competitividade traz implícita em si a noção de que se há superiores, haverá também aqueles que não estarão ‘no topo’, e que, conseqüentemente, serão excluídos e não obterão sucesso. De forma nem sempre sutil, práticas competitivas apontam para esse rumo perverso e podem ser visualizadas em inúmeras situações dentro de escola.

A superação da competitividade, traz à luz uma educação para a cooperação. Freire (1996), ao afirmar que o professor aprende ao ensinar e o estudante ensina ao aprender, sem nem mencionar a palavra ‘cooperativismo’, descreve uma prática cooperativa, que guia, ou deveria guiar, a educação. No que diz respeito às práticas escolares que visam uma formação integral do cidadão e o desenvolvimento de pensamentos coletivos e cooperativos, Andrioli (2007) sugere que sejam criados espaços nos quais as práticas cooperativas possam ser vivenciadas.

O fundamental, portanto, é a criação de espaços de vivência da cooperação. Ao invés do estímulo à competição, à concorrência e ao individualismo, o esforço dos educadores com o trabalho cooperativo nas escolas é a construção de experiências de solidariedade, de socialização, de exercício da criatividade em grupo (ANDRIOLI, 2007, p. 57).

A preocupação com a educação e a expansão dos ideais cooperativistas é crucial para a perpetuação do cooperativismo. Gadotti afirma que

A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária não só

para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários, mas como base de toda cidadania. A solidariedade não é hoje apenas um valor. É condição de sobrevivência de todos e de todas (GADOTTI, 2009, p. 124).

Compreendendo o poder da educação e considerando que a construção de um mundo mais solidário passa pela escola, ações foram e são pensadas e executadas por cooperativas no ambiente escolar, colocando em prática o quinto princípio do cooperativismo, o ‘Educação, Treinamento e Informação Cooperativa’. Neste trabalho, busca-se compreender como se materializa a ação de uma cooperativa para promover o espírito cooperativo e a cidadania na sociedade em que está inserida. Para colaborar com esse estudo, o programa “A união faz a vida”, que surgiu na região noroeste do Rio Grande do Sul e vem sendo desenvolvido há mais de 25 anos, torna-se foco de análise.

Metodologia

Por se tratar de uma análise de materiais disponíveis no site do programa ‘A união faz a vida’, a presente pesquisa apresenta procedimentos característicos de uma pesquisa qualitativa, com objetivos descritivos. A metodologia utilizada é o Estudo de Caso do programa já mencionado. Yin (2001) caracteriza o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que visa responder como e porque determinadas situações ocorrem, focando sempre em contextos da vida real e em casos atuais. O pesquisador define o estudo de caso como uma investigação empírica que compreende um método com coleta e análise de dados.

Para desenvolver o estudo de caso do programa “A união faz a vida”, foi realizada uma busca por materiais disponibilizados pela Fundação Sicredi, feita a pesquisa documental e a análise de conteúdo.

SICREDI: Histórico e compromisso com o 5º princípio do cooperativismo

O Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) tem sua origem no ano de 1902, na cidade gaúcha de Nova Petrópolis, e é considerada a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil. Desde então, foi se expandindo pelo país. Atualmente, segundo dados divulgados no site oficial da instituição, a Sicredi possui mais de 5,5 milhões de cooperados, distribuídos em aproximadamente 2,2 mil agências por todo o Brasil.

Tendo como missão a valorização do relacionamento, a oferta de soluções financeiras para agregar renda e contribuição para a melhoria da qualidade de vida de seus associados e da sociedade, a Sicredi desenvolve uma série de ações que visam desenvolver o cooperativismo. Tais ações são promovidas e executadas por meio da Fundação Sicredi. A Fundação trata-se de uma entidade privada, com autonomia jurídica e financeira, que é o braço social e cultural da cooperativa. Seu principal objetivo é desenvolver ações educacionais e culturais que promovam a manutenção e a perpetuação da essência do cooperativismo.

Ações voltadas aos associados e à comunidade são coordenadas por pessoas que trabalham diretamente no desenvolvimento do cooperativismo. Desta forma, a Fundação Sicredi fornece orientação técnica e especializada às iniciativas voltadas à educação financeira e à captação de recursos. Entre estas ações, está o programa 'A união faz a vida', a principal iniciativa de responsabilidade social da Sicredi.

De acordo com Lago (2008) a participação das cooperativas na educação cooperativa, trata-se de uma questão de sobrevivência das próprias organizações, compreendida pela necessidade da manutenção e aplicação de um outro princípio cooperativista. Schneider (2003, p. 14) enfatiza que:

Educar para a cooperação é uma tarefa difícil, pois as pessoas nascem e vivem num contexto de concorrência, de individualismo, do crescimento deixando os outros para trás. Não se consegue mudar uma situação de concorrência para uma situação de ajuda mútua de uma hora para outra. Desencadeia-se um processo, cujo resultado geralmente só se obtém a longo prazo. Por isso, também, deve enfatizar-se na educação cooperativa seu caráter de educação permanente.

Desta forma, a criação de meios de estratégias que visem desenvolver o espírito cooperativo, tanto nos cooperados, quanto na comunidade em geral, faz-se fundamental. Drimer (1973, p. 28-29 apud SCHNEIDER, 2012), integram ao espírito cooperativo valores de:

“Esforço próprio e ajuda mútua como condição para a autonomia. Solidariedade e cooperação entre associados e entre cooperativas. Igualdade, democracia e participação. Justiça nas normas, equidade e liberdade. Promoção humana e educação cooperativa. Coincidência com os interesses gerais da comunidade. Mutualidade, retribuindo a cada qual segundo o esforço dispensado” (SCHNEIDER, 2012, p. 258).

O programa "A união faz a vida": educação para a cooperação

Existem dois modos de agir em sociedade: cooperando ou competindo. É fato que em determinadas situações não se pode fugir à competição, como no caso dos esportes, ou até mesmo no desenvolvimento de campos da ciência, porém dar ênfase apenas a práticas competitivas é um erro.

Com o objetivo de fomentar a cooperação e a cidadania, compreendendo a escola como espaço primordial para a transformação social, no ano de 1995, foi desenvolvida a primeira experiência do Programa 'A união faz a vida', na cidade de Santo Cristo – Rio Grande do Sul. Ao longo dos anos, com o aprimoramento da metodologia e a necessidade de expansão deste e de outros programas, surge a Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo, a Fundação Sicredi, que, a partir de 2006, passa a coordenar o 'A união faz a vida', que, neste período já era desenvolvido na Central Sicredi Centro Norte, mais precisamente em Nova Mutum, no Mato Grosso, e na Central Sicredi PR/SP/RJ, com a implementação em Capanema, no Paraná.

Perpassam pelo trajeto histórico do programa a reorganização da base pedagógica, a criação de uma identidade nacional e a adoção de uma metodologia baseada em projetos (2007), a publicação de uma coleção de livros intitulada 'Educação Cooperativa' (2008) e a expansão do programa para doze estados brasileiros. Também, com o apoio de voluntários da Sicredi Centro Oeste Paulista, com o apoio da Sicredi PR/SP/RJ e da Fundação Sicredi levam o programa para o Haiti.

Com o passar dos anos, de acordo com o 'PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA 25 ANOS: RESGATE HISTÓRICO' (2022), alguns ajustes e atualizações foram necessários, porém se manteve o objetivo inicial, pensado na década de 90: "disseminar os princípios da cooperação e cidadania nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento humano e a qualificação integral dos indivíduos".

Neste movimento de um quarto de século, não à toa que o símbolo adotado para o programa foi a abelha: pregou-se a cada momento o trabalho em conjunto, a união, a cooperação. O programa enfatizou que cooperação e cidadania não se ensina, mas se vivencia, na prática, seja em sala de aula ou em outras esferas da sociedade.

Dentre as informações divulgadas no site oficial do programa, estão as noções adotadas de cooperação e cidadania. Cooperação trata-se

de um esforço coletivo para atingir um objetivo em comum, sendo que a educação cooperativa se propõe a formar e educar para o desenvolvimento de iniciativas capazes de transformar comunidades, indo de encontro ao atendimento de suas necessidades. O conceito de cidadania, aparece ligado à noção de direitos e deveres que existem em uma sociedade democrática.

Conforme defendem Schneider e Hendges (2006, p. 39) “a educação cooperativa deve basear-se não tanto na educação bancária, mas sobretudo deve saber despertar a criatividade e o protagonismo das pessoas”, ou seja, os estudantes devem ter lições de conteúdo, mas sobretudo devem ser preparados para a vida em sociedade. Por meio da educação cooperativa, busca-se desenvolver a consciência e formar cidadãos humanos, cientes de seu papel e das possibilidades que a cooperação pode trazer de melhoria para sua vida e dos seus iguais.

A metodologia adotada pelo Programa propõe o aprendizado por meio do desenvolvimento de projetos, que mobilizam interesses e curiosidades dos discentes, articulando conteúdos curriculares, contextualização das áreas de conhecimento e identificação de situações da realidade local. Valores como respeito, solidariedade, cooperação, entre outros, são postos em prática por meio de uma pedagogia ativa. No que se refere a projetos, é interessante ressaltar a contribuição de Gadotti (2000), que determina que a noção de projeto traz intrínseca a ideia de futuro, afinal projetar é pensar para o futuro, ou seja, é recriação, inovação, transformação.

A metodologia do trabalho com projetos, também coloca em evidência o princípio da preocupação com a comunidade (7º Princípio do Cooperativismo). De acordo com Schneirder (2012), devem fazer parte das ações do cooperativismo, atividades que busquem a resolução de problemas como a preservação do meio ambiente, o cuidado com os recursos hídricos, a busca por um desenvolvimento sustentável, entre outros, que são abarcados por projetos desenvolvidos por meio do ‘A união faz a vida’.

A relação entre cooperação e educação está situada no âmbito da educação popular, ou seja, parte da necessidade da população, que, pela cooperação com seus semelhantes, se prepara ‘para participar da transformação das condições de existência’ (FÁVERO, 2013, p. 51). FRANTZ; SHÖNARDIE, 2016, p. 24).

Por meio dos apontamentos de Fávero (2013) e Frantz e Shönardie (2016) é possível refletir que o programa ‘A união faz a vida’ encaixa-se facilmente na categoria de educação popular, que, segundo Torres apud

Frantz e Shönardie (2016) trata-se de “uma elaboração discursiva e uma prática social com a intenção de contribuir para que as camadas populares se constituam como sujeitos de transformação desta ordem social” (FRANTZ; SHÖNARDIE, 2016, p. 24).

Em relação ao programa ‘A união faz a vida’, de acordo com pesquisas realizadas pela Fundação Sicredi, são inúmeros os resultados positivos percebidos ao longo dos anos. Aponta-se, em relatório denominado ‘Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida’ (2020), que os principais impactos que o programa causa nos alunos participantes são o aumento do interesse e do protagonismo no processo de aprendizagem, o maior senso de coletividade e cidadania e o fortalecimento de relações e habilidades sócio econômicas.

No que diz respeito aos resultados quantitativos, o *Protocolo Social Return on Investment* (SROI), indica que a cada R\$ 1,00 (um real) investido no Programa A União Faz a Vida, são criados R\$ 4,07 (quatro reais e sete centavos) em valor social, ou seja, o impacto social gerado é quatro vezes maior do que o valor investido, demonstrando a grande contribuição do programa na vida de alunos e professores.

Como forma de mensurar os resultados do programa, por meio dos eixos da Teoria da Mudança, foram realizados levantamentos em relação às melhorias que as ações do “A União faz a vida” trouxeram aos alunos. Através de análise de escala de intensidade das mudanças, por abordagem chamada de ‘Pré-Pós Design’, os alunos participantes avaliaram cada tópico comparando o antes (pré) e o pós (agora), em relação ao projeto.

Figura 1 - Escala de intensidade da avaliação feita pelos alunos.

	Nenhuma contribuição	Contribuição muito baixa	Contribuição baixa	Contribuição média	Contribuição alta	Contribuição muito alta
ESCALA DE INTENSIDADE	0	1	2	3	4	5

Fonte: Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida (2020)

De acordo com a Escala de intensidade, fica evidente que o zero representa nenhum impacto na vida dos envolvidos no projeto, enquanto o 5 representa o maior impacto possível.

A mensuração foi realizada de acordo com 4 eixos: Eixo de impacto 1: Sobre o aumento do interesse, envolvimento e protagonismo dos alunos no processo de aprendizagem; Eixo de impacto 2: Sobre o desenvolvimento de maior senso de cidadania e coletividade nos alunos; Eixo de impacto 3:

Sobre o fortalecimento dos relacionamentos interpessoais dos alunos; e Eixo de impacto 4: Sobre o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos alunos. Os resultados que se apresentaram foram:

Figura 2 - Avaliação do eixo de impacto 1

Aumento do interesse, envolvimento e protagonismo no processo de aprendizagem	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Maior interesse pelo espaço e atividades escolares	3,69	3,67
Aumento de interesses e conhecimentos que vão além do conteúdo formal abordado na escola	3,69	
Desenvolvimento de postura mais questionadora	3,67	
Maior autonomia e proatividade na condução e desenvolvimento das atividades escolares	3,64	

Fonte: Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida (2020).

Conforme o exposto na Figura 2, a partir do programa “A união faz a vida”, os alunos participantes das ações, passaram a interessar-se mais pelos espaços e atividades escolares, além disso, aumentou neles a percepção em relação à importância dos conhecimentos formais, que são desenvolvidos por meio das mediações que ocorrem da escola. Também se percebeu uma postura mais questionadora e autônoma dos estudantes em relação aos assuntos e às atividades constituintes das aulas.

Figura 3 - Avaliação do Eixo de impacto 2

Maior senso de cidadania e coletividade	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Maior consciência acerca de sua responsabilidade como cidadão e do seu papel como agente de transformação positiva da realidade	3,65	3,64
Valorização da história, ativos e saberes da comunidade local	3,64	
Desenvolvimento do papel de conscientizador, compartilhando seu conhecimento para benefício de todos	3,66	
Desenvolvimento de visão crítica e mais ampla do mundo através do contato com novas realidades	3,61	

Fonte: Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida (2020).

O programa planejado e executado pela Fundação Sicredi, além de difundir os ideais do cooperativismo, se propõe a desenvolver a cidadania em crianças e adolescentes. Na Figura 4 que expõe os resultados do eixo de impacto relacionado ao sendo de cidadania e coletividade, fica explícito que os estudantes envolvidos tiveram um alargamento da consciência de direitos e deveres enquanto cidadãos, integrantes da sociedade, capazes de modificar realidades, de modo colaborativo. Outros aspectos de destaque são a valorização às histórias e aos saberes das comunidades locais, o desenvolvimento da leitura de mundo, da criticidade e da possibilidade de compartilhar saberes.

Figura 4 - Avaliação do Eixo de impacto 3

Fortalecimento dos relacionamentos interpessoais	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Fortalecimento dos vínculos de amizade no ambiente escolar	3,72	3,67
Fortalecimento do vínculo entre aluno e professor	3,81	
Melhora no relacionamento familiar	3,56	
Maior facilidade e abertura para desenvolver trabalhos em equipe	3,72	
Priorização do diálogo como ferramenta para resolução de conflitos	3,54	

Fonte: Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida (2020).

Nos projetos do programa, os relacionamentos também foram fortalecidos, tanto entre alunos, quanto entre alunos e professores e alunos e familiares. A realização de trabalho em equipe, por meio de colaboração e não de competição, proporcionou a prática do diálogo como ferramenta para resolução de conflitos.

Figura 5 - Avaliação do Eixo de impacto 4

Desenvolvimento de habilidades socioemocionais	Média Ponderada	Intensidade do impacto
Maior autoconfiança para enfrentar desafios	3,56	3,61
Desenvolvimento da habilidade de comunicação e expressão pessoal	3,66	
Maior capacidade de se posicionar diante de diferentes situações e expressar suas próprias opiniões	3,59	
Maior capacidade de reconhecer e respeitar as diferenças	3,64	

Fonte: Avaliação de Impacto Social do Programa A União faz a vida (2020).

Como pode ser comprovado pelas figuras apresentadas anteriormente, os resultados são positivos. As ações do programa colaboram para um maior interesse dos alunos pela educação, despertando nos participantes uma postura questionadora e instigando-os a buscar o conhecimento não apenas na escola. Em relação ao senso de cidadania, percebe-se o aumento da responsabilidade e da consciência em relação aos seus direitos e deveres.

Com ações voltadas à observação de situações reais da comunidade para a elaboração do projeto e a busca de estratégias para solucionar problemas, os estudantes puderam ampliar seus horizontes e situarem-se como possíveis agentes de transformação.

No âmbito do fortalecimento dos relacionamentos interpessoais, observaram-se avanços tanto nos vínculos de amizade entre colegas, quanto entre aluno e professor. No eixo de impacto relativo ao desenvolvimento socioeconômico, habilidades relacionadas à autoconfiança no enfrentamento

de situações problemas, à comunicação, à capacidade de se posicionar e expressar opiniões, respeitando a diferença foram desenvolvidas de forma satisfatória, de acordo com a pesquisa realizada com os estudantes.

Para atingir os objetivos, o programa 'A união faz a vida, conta com o apoio de uma equipe, denominada de 'Rede de compromisso', esquematizada no gráfico divulgado nos materiais oficiais:

Figura 6 - Rede de Compromisso



Fonte: Site oficial do Programa A união faz a vida (2022).

Integram o grupo 'Gestores' as entidades que fazem parte do Sicredi, que planejam e executam as ações, além de ter idealizado o programa. As 'Entidades parceiras' são as Secretarias de Educação e as ONGs que direcionam os locais onde ações do programa serão desenvolvidas. O grupo 'Apoiadores' é composto por pessoas e instituições que colaboram com o programa, em alguns casos com patrocínio financeiro. No geral são familiares de alunos envolvidos ou empresas. De responsabilidade das 'Assessorias pedagógicas' está a promoção de formações para professores e a condução das ações do programa na escola. Fazem parte deste grupo de assessoramento universidades e instituições especializadas.

Portanto, o destaque especial é das crianças e adolescentes, protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, que é conduzido pelos educadores. O grupo dos 'Educadores' é integrado não apenas pelos professores, mas por todos os profissionais envolvidos nas atividades da escola, como diretores, coordenadores pedagógicos, entre outros. Percebe-

se que os resultados positivos do programa só são possíveis graças à Rede de Apoio, empenhada em sua execução.

Considerações finais

O programa “A união faz a vida”, no decorrer de seus 26 anos de história, atingiu 3,7 milhões de crianças e adolescentes, 180 mil educadores, 2.600 escolas, de 470 cidades, distribuídas em 11 estados brasileiros. Para além dos números, pesquisas divulgadas pela Fundação Sicredi apontam resultado significativos no desenvolvimento da cidadania e do espírito cooperativo dos estudantes envolvidos. É indiscutível o fato de que, ao adentrar escolas e propor o desenvolvimento de projetos que levem em consideração às realidades locais, o programa “A união faz a vida” mobiliza o princípio da Educação, Treinamento e Informação Cooperativa e o princípio da Preocupação com a Comunidade.

O sucesso do programa se comprova pelo seu tempo de duração e por pesquisas realizadas com professores e alunos, como a exposta neste artigo. Percebe-se que, aqueles que vivenciam experiência cooperativas junto ao programa, desenvolvem habilidades importantes de pensamento coletivo, de comunicação, de mediação de conflito, e são convidados a colocarem-se como protagonistas de suas práticas.

As ações do programa, no desejo de colaborar para o fortalecimento da solidariedade, promovem a cooperação como um instrumento de trabalho e, desta forma, mostram que, na prática, resultados obtidos por meio da união de esforços do trabalho em grupo são muito mais significativos do que o obtido individualmente.

Neste processo, a ênfase está focada na educação integral de alunos e alunas, ou seja, suas aprendizagens não devem ser conteúdos descontextualizados da realidade, mas voltadas à cidadania plena, à vida, à humanização e à consciência crítica. O programa ‘A união faz a vida’ propõe uma educação preocupada com a articulação entre os conhecimentos e as experiências humanas, valorizando os saberes locais, tendo o aluno como centro do processo e fazendo a sua parte para a construção de uma sociedade menos desigual e egoísta.

Compreendendo o ideal cooperativo como uma forma de atenuar os abismos sociais que se percebem em nossa sociedade e como uma maneira mais humana de preocupar-se com o bem-estar coletivo, talvez a construção de uma sociedade mais colaborativa e altruísta possa parecer

um sonho distante, porém, como afirma Freire (1996), na obra *Pedagogia da Autonomia*, “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível”.

Desta forma, na confiança de que uma educação para a cooperação pode ser abraçada pelas comunidades escolares, espera-se que o programa a ‘A união faz a vida’ siga espalhando bons exemplos e despertando saberes e consciência nas crianças e adolescentes que tiverem a oportunidade de serem impactados por ele.

Referências

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na Região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

CORTEZE, Miguelângelo. Educação popular e cooperação na Escola Pública. **Contexto e Educação**. Editora Unijuí. Ano 26. 2011.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso Educação cooperativista / Gabriel Murad Velloso Ferreira, Daniela Fonseca da Silva. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, **Rede e-Tec Brasil**, 2015. 65 p.: il.; 28 cm ISBN: 978-85-63573-92-6

FRANTZ, Walter. SHÖNARDIE, Paulo Alfredo. Educação em práticas cooperativas. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 19–34, 2017. DOI: 10.14393/REP-v15n22016-art02. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/34097>. Acesso em: 17 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Fórum Mundial de Educação**: pro-posições para um outro mundo possível / Moacir Gadotti. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Cidadania Planetária; 1).

LAGO, Adriano. EDUCAÇÃO COOPERATIVA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DO SICREDI “A UNIÃO FAZ A VIDA. XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, Acre, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

PRINCÍPIOS do cooperativismo. Sistema OCB/GO. Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/cooperativismo/conceitos-e-doutrina-cooperativista/principios-do-cooperativismo/> . Acesso em 10 de outubro de 2022.

SCHNEIDER, José Odelso. **Pressupostos da educação cooperativa:** a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP. 2003. p.13-58.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Outra Economia**, vol. 9, n. 16, Unisinos, 2015.

SCHNEIDER, José Odelso. HENDGES, Margot. **Educação e Capacitação Cooperativa:** sua importância e aplicação. Unisinos, 2006.

SCHNEIDER, José Odelso. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador/Bahia, Universidade Federal da Bahia, v.3, n.2, p.251- 273, jul./dez. 2012.

SICREDI. **Sobre nós.** Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/> . Acesso em 23 de maio de 2022.

UNIÃO FAZ A VIDA, 2022. Disponível em: <https://auniaofazavida.com.br/index.html> . Acesso em: 12 de maio de 2022.

“O Projeto Pedagógico da Escola: Uma Ferramenta Estratégica da Gestão Educacional.” em *Só Pedagogia*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2022.. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/projetogestaoeducacional/index.php?pagina=1>

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 6

COOPERATIVISMO E GOVERNANÇA: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE FRUTICULTORES DE PANAMBI/RS¹

Deise de Moura Tolfo

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Dione Joel Thomas

Rozelaine Rubia Bueno D'Almeida

Euclides Spies

Schana Shirley Silva

Introdução

O cooperativismo pode ser considerado como uma alternativa que permite a organização de atividades econômicas e sociais de forma participativa, cujo intuito é ser orientado pelas necessidades de seus membros. Segundo Pies, Baggio e Romeiro (2017), os vínculos estabelecidos nesses empreendimentos são constituídos pela essência da participação, da ajuda mútua, pela união dos esforços individuais e coletivos e pelo princípio democrático.

Os preceitos da governança em empreendimentos cooperativos estão imbricados nas questões que norteiam os processos administrativos organizacionais, determinados por um conjunto hierárquico que possibilita a ocorrência de processos decisórios. A Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, determina que os processos governança de cooperativas singulares ou centrais sejam conduzidos por meio de assembleia geral anual. Desse modo, cabe aos associados a responsabilidade de participação, por meio da qual é garantida o direito de voto para as decisões da cooperativa. A administração da cooperativa deve ser conduzida pelos membros do conselho de administração (ou diretoria), os quais devem ser eleitos pelos sócios, cuja duração de participação nessa atividade será de, no máximo, quatro anos. Ademais, deve existir um conselho fiscal, eleito anualmente,

1 Apresentado e publicado nos Anais do III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (III SLAEDR).

no qual haja, ao menos, dois terços do total de membros renovados no período em questão (BRASIL, 1971).

As boas práticas de governança de cooperativa requerem, logicamente, qualificação e habilidades dos membros que fazem parte da diretoria e dos conselhos, uma vez que são eles que estabelecem os fluxos administrativos e fiscais no sistema. Assim, a compreensão de regras e as atribuições legais de cada membro precisam ser muito bem delimitadas para que o processo de governança seja realizado de forma coerente com os propósitos da cooperativa (DAVIS; NETO, 2010).

Diante da relevância da temática sobre as boas práticas de governança cooperativista, este estudo apresenta uma compreensão dos princípios da governança e dos processos decisórios desempenhados pela Cooperativa de Produção Agroindustrial Frutipan, situada no município de Panambi/RS. Dessa forma, esta pesquisa pretende identificar como a cooperativa organiza seus processos de governança, com o intuito de compreender de que forma as decisões são tomadas. Para tanto, o seguinte problema de pesquisa foi estabelecido: Como ocorrem os processos de governança e tomada de decisões e quais as percepções dos gestores e dos cooperativados da Frutipan em relação a tais processos?

Para responder à questão de pesquisa, as especificidades e os processos de governança da cooperativa foram minuciosamente investigados, a fim de identificar a hierarquia e as relações entre membros dos conselhos, gestores e cooperativados. Além disso, outra estratégia utilizada foi a busca pela compreensão da percepção do gestor, dos conselheiros e dos cooperados sobre a governança e as decisões tomadas em favor da cooperativa.

Canquerino (2019) ressalta que as possibilidades que o cooperativismo agroindustrial oferece ao desenvolvimento das regiões são inúmeras, chegando ao ponto de, inclusive, ultrapassarem

fatores unicamente econômicos, pois possibilitam o protagonismo e a melhoria das condições de vida dos indivíduos e de seus grupos de relações. Nesse sentido, compreender como ocorre o processo de governança em contextos particulares, como é o caso da Frutipan, é relevante para o estudo dos fenômenos sociais, cujas bases dependem das investigações de caráter científico.

Quanto ao caráter metodológico, esta pesquisa pode ser classificada como um estudo de abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e fenomenológico, com finalidades descritivas. Como bem esclarece Martins (2004), o método qualitativo possui um viés orientado ao aprofundamento

de um estudo, que considera a percepção dos sujeitos frente a determinadas questões, além de prover a descrição das informações mais relevantes para o objetivo da pesquisa. Ainda a esse respeito, Augusto (2014) define que a pesquisa qualitativa se norteia pela concepção interpretativa e descritiva sobre a percepção dos sujeitos acerca da realidade.

A etapa de coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com alguns dos membros da cooperativa Frutipan. Trivinos (1987), aliás, enfatiza que as entrevistas semiestruturadas permitem um detalhamento e aprofundamento sobre os significados do objeto, que possibilitam identificar quais elementos mais interessam ao pesquisador.

Com o fito de detalhar e aprofundar o estudo sobre governança cooperativa, foram realizadas dez entrevistas: uma com o gestor, uma com o representante do conselho administrativo, outra com o representante do conselho fiscal e as demais com os cooperados.

As entrevistas foram aplicadas em forma de roteiro, que elencou perguntas sequenciais que visaram esclarecer aspectos relacionados ao funcionamento da cooperativa, da hierarquia e dos processos de tomada de decisão.

Os dados obtidos pelas entrevistas foram gravados através de um aplicativo de áudio de um *Smartphone*, que, após a gravação, foram transcritos e organizados para possibilitar o adequado refinamento das informações. Para tanto, a técnica de Análise de Conteúdo, que tem por enfoque a análise dos discursos dos participantes da pesquisa, foi utilizada.

Com base na técnica de Análise de Conteúdo alguns critérios foram estipulados: quatro categorias de análise foram selecionadas. A primeira categoria identifica os aspectos pertinentes às particularidades de cada participante, enfatizando suas características e relações com a cooperativa. A segunda categoria, por sua vez, trata sobre como se constitui a estrutura hierárquica da cooperativa e as funções exercidas pelos seus membros. Já a terceira e quarta categoria evidenciam as formas de poder desempenhadas por cada membro e suas escolhas em relação aos objetivos da cooperativa.

Com base na análise dos elementos apresentados acima, as conclusões da pesquisa foram obtidas, que, vale mencionar novamente, abordam o reconhecimento da estrutura hierárquica da cooperativa com o objetivo de compreender os processos de governança e de tomada de decisão de seus membros.

Abordagens históricas e conceituais sobre o cooperativismo

O marco histórico do cooperativismo ocorreu na Europa, em especial devido à formalização do grupo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Segundo Singer (2002), o grupo foi criado pelo interesse na promoção de uma aldeia autossuficiente, com o intuito de apoiar os demais segmentos com os mesmos propósitos. Em geral, crê-se que os princípios desse grupo foram norteadores para as primeiras concepções sobre o cooperativismo, tais como sua forma democrática, de livre acesso e seu modo regulamentado para atender as necessidades de seus membros.

Por outro lado, há que se considerar também que o cooperativismo foi influenciado pelas ideologias dos liberais e fisiocratas capitalistas, que consideravam o cooperativismo como um instrumento de correção para as distorções ocasionadas pelo capitalismo (OLIVEIRA, 2010).

Com base nessas características, permeada por noções humanísticas no contexto organizacional, entende-se que as cooperativas atuam sobre as mais diversas áreas e segmentos. Como se sabe, sua participação na economia moderna remonta a uma longa jornada, que teve início na Revolução Industrial Inglesa. A experiência dos pioneiros de Rochdale propiciou à sociedade um novo modo de organização, cujo objetivo foi a inserção das pessoas em contextos socioeconômicos, através da ajuda mútua e da solidariedade. Nesse sentido, o cooperativismo assumiu uma identidade própria, conduzindo um processo de gestão inovador, subsidiado pelos preceitos da livre adesão, participação dos membros nos processos decisórios e divisão das sobras (JUNIOR; WANDER, 2020).

Já no Brasil, o cooperativismo teve como marco histórico a consolidação da Companhia Telefônica, no ano de 1891, no município de Limeira, no estado de São Paulo. No ano de 1892, novas experiências de cooperativas do ramo agropecuário foram implementadas nos municípios de Veranópolis e Antônio Prado, no estado do Rio Grande do Sul. E, em 1894 e 1895, nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, surgiram outras cooperativas no ramo de consumo. O cooperativismo de crédito, por seu turno, surgiu em 1902 no município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul (SCHMIDT; PERIUS, 2003).

Ao apresentarem um estudo sobre o cooperativismo na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Rotta, Bütthenbender e Höfler (2016) relatam que as primeiras experiências de práticas cooperativistas foram contempladas pelo processo de colonização da região. Nas Reduções

Jesuíticas, por exemplo, as práticas cooperativistas decorriam do ato da catequização dos índios. Os padres ensinavam valores, princípios de solidariedade, respeito e comprometimento aos índios, de modo a inseri-los em práticas comunitárias, realizando a divisão do trabalho e a partilha dos produtos originados da agricultura. Similarmente, o processo de colonização iniciado na região também teve uma orientação baseada nas práticas cooperativistas: grande parte dos imigrantes europeus, recém-chegados na colônia, realizavam atividades com base no trabalho comunitário, estabelecido pelos preceitos da ajuda mútua e reciprocidade.

Atualmente, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, o cooperativismo é definido como uma filosofia de vida, que busca transformar a sociedade em um espaço mais feliz e justo. Além disso, acredita-se que o cooperativismo torna a sociedade mais humana, já que acrescenta uma perspectiva de comunidade, na qual os valores humanos são prioridade. Por meio do compartilhamento de ideias, as decisões e as ações desempenhadas pelas organizações cooperativistas visam atingir benefícios próprios, tendo em vista, essencialmente, a promoção do bem comum, o qual é fortalecido pelos valores de solidariedade, responsabilidade, democracia e igualdade (OCESC, 2022).

Assim, o cooperativismo pode ser caracterizado como uma doutrina que busca solucionar problemas sociais por meio da gestão equitativa e da participação dos sócios sobre os bens produzidos, como bem define Lacombe (2004). Nessa mesma perspectiva, Da Silva (2017) argumenta que o cooperativismo se fundamenta pela mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas em função de objetivos comuns, justiça social, democracia e autogestão e, sobretudo, pela não exploração do homem pelo homem. Além disso, pode-se caracterizá-lo por ser um sistema fundamentado na reunião de pessoas, que visa às necessidades equitativas do grupo e não prioriza somente o lucro ou o capital.

Segundo a OCESC (2022), o cooperativismo é norteado mundialmente por meio da orientação de sete princípios fundamentais, que assumem a seguinte ordem: 1º) Adesão Voluntária e Livre; 2º) Gestão Democrática; 3º) Participação Econômica dos Membros; 4º) Autonomia e Independência; 5º) Educação, Formação e Informação; 6º) Intercooperação; 7º) Interesse pela Comunidade.

Segundo a OCESC (2022), existem ramos do cooperativismo que abrangem setores distintos. Atualmente, as cooperativas atuam em sete ramos diferentes, tais como o ramo agropecuário, de crédito, de transportes,

de trabalho e produção de bens e serviços, de saúde, de consumo e, por fim, o ramo de infraestrutura.

Levantamentos realizados quanto à participação das cooperativas na economia mundial mostram sua presença em mais de 100 países: nesses países, há cerca de 2,6 milhões de cooperativas, que estabelecem vínculo direto com cerca de 1 bilhão de pessoas, além de gerarem, em média, 250 milhões de empregos (OCB, 2020).

Já a regulamentação da atividade cooperativa no Brasil foi primeiramente realizada por meio de ações delimitadas pelo estado, a fim de formalizar as prerrogativas do cooperativismo. Promovidas pela Constituição de 1891, por meio do seu artigo 72, parágrafo 8.º, tais normativas possibilitaram direitos aos trabalhadores, já que viabilizaram a formalização de associações de natureza sindical e cooperativa (DOS REIS; WIZNIEWSKY, 2018).

No ano de 1932, surge a Lei Cooperativista, instituída por meio do Decreto de n.º 22.239/1932, que definia as especificidades e o formato constitutivo das organizações cooperativistas (PINHO, 1982). Conforme Pinho (1982), do ano de 1965 até meados de 1970, houve um enfraquecimento do cooperativismo de crédito, ocasionado pela reforma bancária de 1965. O período posterior a tal reforma bancária se deu em função da intensificação do cooperativismo de liderança agrícola. Além disso, outro marco significativo para o cooperativismo remonta ao período posterior à regulamentação da Política Nacional de Cooperativismo, regulamentada pela Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Na ocasião, houve a criação de um regimento jurídico exclusivo às cooperativas (BRASIL, 1971).

Conforme aponta o Anuário do Cooperativismo Brasileiro divulgado no ano de 2020, os segmentos cooperativistas demonstraram força própria mesmo em situações adversas, como as que se apresentaram no ano de 2008 e 2020. Parte da força cooperativista, certamente, está associada ao número de participantes: dados da OCB registram que há 15 milhões de cooperados reunidos em 5.314 cooperativas, o que permite a geração de 427.576 empregos diretos (OCB, 2020).

Governança cooperativa

A partir da década de 1970, muitos empreendimentos de natureza cooperativa começaram a operar no Brasil. Naturalmente, à medida que o

número de cooperativas aumentava, os tratados e regulamentações para o funcionamento tornaram-se necessários, pois seus princípios deveriam ser respeitados e difundidos. Desse modo, foi formalizado, no país, o Sistema de Organização das Cooperativas, o qual passou a atuar com o fito de fortalecer as bases do cooperativismo nacional. As funções desse sistema assumiram o papel representativo político-institucional, cujo objetivo principal era o fomento ao desenvolvimento da gestão de cooperativas e a promoção da cultura cooperativista. Ademais, foi assumido o papel de representante sindical da referida categoria. Ainda em relação aos aspectos estruturais, esse Sistema conta com três representações, a saber: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviços Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) (OCESC, 2022).

Cabe esclarecer que a finalidade das boas práticas de governança cooperativa é a condução do sistema cooperativo nacional de maneira ética, transparente e responsável. Essas ações visam garantir a continuidade do sistema, sempre considerando as responsabilidades da cooperativa com seus membros e com a sociedade, a fim de garantir tanto a qualidade dos serviços oferecidos como a integração entre a cooperativa e a sociedade civil. Já em relação aos princípios da governança cooperativa, pode-se afirmar que são delimitados pelos preceitos da autogestão, pelo senso de justiça, pela transparência, pela educação e pela sustentabilidade (OCESC, 2022).

Quanto às estruturas de governança, as funções estruturantes são determinadas pela Gestão Executiva, que são os responsáveis pela execução das normativas delimitadas pelo Conselho de Administração ou Diretoria, esses responsáveis pelo ato de prestação de contas. Nessa lógica, o Conselho de Administração e a Diretoria ficam incumbidos de tomar as decisões estratégicas da cooperativa. Eleitos de forma democrática através de Assembleia Geral, são considerados o principal componente dentro de um sistema de Governança Cooperativa, pois também são encarregados de manter um vínculo entre a Gestão Executiva e os cooperados (OCESC, 2022).

A estrutura de governança também conta com dois outros conselhos: o fiscal e o consultivo. O Conselho Fiscal tem a função de fiscalizar todos os atos da administração da cooperativa e sua atuação se efetiva junto à Assembleia Geral, embora ainda funcione de forma independente às demais estruturas de governança. O Conselho Consultivo, por outro lado, é reconhecido pela sua atuação não deliberativa, constituído por conselheiros

independentes ou externos, cujo principal objetivo é o fornecer suporte aos demais conselhos e diretoria (OCESC, 2022).

A governança cooperativa é organizada a partir de um processo decisório dos próprios cooperados, que definem os membros encarregados da atuação em áreas estratégicas, que, por sua vez, compreendem o controle, o monitoramento e a fiscalização das ações da cooperativa. As boas práticas de governança possibilitam definir um conjunto elementar de procedimentos a serem realizados de modo que, através deles, os objetivos da cooperativa possam ser contemplados sempre com base nos princípios norteadores (PIES; BAGGIO, ROMEIRO, 2017).

Nesse sentido, entende-se a governança como sistema que dirige, monitora e incentiva as organizações. Ademais, a governança envolve a relação entre proprietários e cooperados, conselho de administração, diretoria e demais órgãos de controle e um de seus principais intuitos é a definição da distribuição dos direitos e das responsabilidades de cada um dos membros. As boas práticas de governança devem ser utilizadas para transformar os princípios em recomendações, pois o seu objetivo é alinhar os interesses de todos os *stakeholders* da cooperativa, contribuir para preservar e elevar o valor, permitindo o desenvolvimento sustentável, a perenidade e a longevidade (IBGC, 2015).

Organizações cooperativas e processos de tomada de decisão

Os processos decisórios que constroem as organizações são produtos de várias dimensões da racionalidade e apresentam influência das subjetividades individuais e das relações – por esse motivo, apresentam limites de controle para a obtenção satisfatória dos objetivos que se estabelecem pelos critérios da decisão (ESAÚ; DEPONTI, 2020).

Lara (1991) destaca que a decisão é um ato que busca respostas, que, em geral, pode ou não ser precedida de reflexões sobre determinada situação. As decisões são provenientes de escolhas, e o ato de selecionar geralmente acontece quando existem múltiplas possibilidades em um dado contexto. A esse respeito, Pereira e Fonseca (1997) destacam que os processos decisórios devem considerar as circunstâncias que envolvem determinada situação e a tomada de decisão é sistêmica. Isto é, deve-se decidir e analisar um conjunto de elementos, que mantém relação com determinada situação, na qual busca-se decidir ou escolher.

Para Barreiros, Protil e Moreira (2008), o processo decisório deriva

da racionalidade humana, da capacidade de assimilar contextos e analisá-los a fim de tomar uma posição sobre determinada situação. Assim, como já mencionado, o ato de decidir envolve aspectos relacionados à subjetividade humana, que apresenta vínculos com as experiências individuais e com a maturidade de cada um. Segundo os autores, as decisões abrangem a sociedade em todos os seus aspectos, desde as ações triviais e cotidianas, até as mais complexas, como aquelas de um ambiente organizacional.

Diante de tais circunstâncias, as decisões no ambiente cooperativo exigem do gestor grande envolvimento, especialmente quanto aos aspectos que tangem a tomada de decisões. Conforme Waack e Machado Filho (1999), as principais dificuldades em decidir em um ambiente organizacional do tipo cooperativo decorrem dos princípios doutrinários do modelo de gestão. Isso porque o voto dos cooperados possui um peso político muito forte nas decisões de cooperativa, pois trata-se de um ambiente heterogêneo de interesses, no qual as práticas de governança devem buscar canalizar os aspectos relacionados à gestão para propiciar foco nos negócios.

Evidentemente, esse ambiente de interesses é definido pela lógica coletiva, que se configura pelas relações individuais, estabelecidas em detrimento de objetivos organizacionais comuns. Por isso, as decisões são reflexos das escolhas entre o ato de pensar e agir e, portanto, é necessário agir estrategicamente para obter algum resultado positivo. No cooperativismo, as decisões não são voltadas apenas ao controle dos recursos ou daquilo que provêm somente das relações com os mercados (BEILER; LENZ; SAMPAIO, 2014). Na verdade, as decisões devem levar em consideração as subjetividades, os anseios dos sócios – entretanto, não é possível desconsiderar que, para a sobrevivência das cooperativas, deve-se manter o foco naquilo que é sua razão de existir, ou seja, na relação que exerce junto aos mercados, de onde emergem os interesses do grupo (WAACK; MACHADO FILHO, 1999).

O caso em análise: a Cooperativa dos Fruticultores de Panambi Ltda

A Cooperativa de Fruticultores de Panambi LTDA (FRUTIPAN) está sediada na Linha Maranei, interior do município de Panambi-RS, e apresenta um total de trinta e um associados ativos. Localizada na faixa territorial da região do planalto rio-grandense, na região Noroeste Colonial

do estado do Rio Grande do Sul, seus municípios limítrofes são: Condor e Ajuricaba ao norte, Santa Bárbara do Sul ao leste, Pejuçara ao sul e Bozano a oeste (PANAMBI, 2022). O município possuía uma população estimada em 44.583 habitantes no ano de 2021, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de (IDHM) 0.761 e um índice de Gini de 0,547 (IBGE, 2010; SEBRAE, 2020).

A FRUTIPAN iniciou suas atividades de forma informal no ano de 1991, em decorrência da consolidação do Programa Estadual de Citricultura, operacionalizada pela Emater/RS-Ascar. O programa de citricultura foi promovido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de estimular o plantio de citros, principalmente a laranja, (Entrevistado 01) para fomentar o abastecimento do produto no estado e ainda promover a diversificação da produção rural.

A formalização ocorreu no ano de 2001 por meio da criação da Associação dos Fruticultores de Panambi e foi consolidada em função do interesse do grupo de produtores no processamento do suco de laranja, que tinham por objetivo agregar valor ao seu produto. A partir desse momento, a Associação obteve um espaço próprio, uma estrutura de uma escola rural desativada, que foi cedida pela prefeitura municipal de Panambi, a fim de que os produtores tivessem um local apropriado para processar o suco de laranja *in natura* (Entrevistado 01).

Após a comercialização do suco das primeiras safras, o grupo de sócios, orientados pelos extensionistas da Emater/RS-Ascar e pelos representantes da Secretaria da Agricultura do Município, articularam-se formalmente para constituir a Cooperativa dos Fruticultores de Panambi LTDA. De acordo com a ata de fundação da cooperativa, a Assembleia Geral de fundação ocorreu no dia 23 de outubro do ano de 2004, através de ato solene formalizado pelo grupo de 22 agricultores e membros da associação, que subscreveram os valores nominais de suas quotas de capital. Conforme relato do gestor, à época, houve a eleição da primeira diretoria, que deu encaminhamento aos ajustes e logo formalizou o Estatuto Social da Cooperativa, aprovado com unanimidade (Entrevistado 01).

A partir da fundação e da legalização da cooperativa, o suco de laranja processado começou a ser comercializado em vários municípios da região. Isso se deve graças ao cadastro realizado pela cooperativa junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que estabelece a legislação para essa categoria de produto (Entrevistado 02). Como se sabe, a regulamentação sanitária de bebidas possui especificações

estabelecidas pela Instrução Normativa de n.º 49, que regulamenta os padrões de identidade e qualidade do suco de polpa de frutas (BRASIL, 2018).

No ano de 2014, a cooperativa vinculou-se ao Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF), o qual tornou possível a regularização da sua situação quanto às normas e exigências sanitárias, fiscais e ambientais exigidas pelo estado. Por meio do acesso ao PEAF, a cooperativa obteve linhas de créditos específicas, que possibilitaram a aquisição de um veículo e de equipamentos mais modernos para qualificar o processo de produção do suco de laranja *in natura*. Ao longo do processo de consolidação da cooperativa, os mercados locais e regionais (PNAE, supermercados, padarias e restaurantes) foram fundamentais, visto que os resultados econômicos eram positivos e permitiam a divisão dos excedentes entre cooperados (Entrevistado 03).

Resultados e discussão

Caracterização dos cooperados da Frutipan

Ao analisar a questão de gênero dos associados da Frutipan, nota-se que 90% são do gênero masculino e apenas 10% é do gênero feminino. Já na diretoria e no conselho fiscal, constata-se que 100% dos membros são do gênero masculino.

Ao analisar o contexto do cooperativismo brasileiro quanto à característica do gênero no quadro social, percebe-se que também há predominância do gênero masculino. Conforme os dados divulgados pelo Sistema OCB (2022), existem, no Brasil, um total de 4.868 cooperativas distribuídas em todas as unidades da federação. Durante o ano de 2019 e 2020, o perfil de gênero do quadro social em 2.386 cooperativas foi analisado, o que corresponde a 7,5 milhões de associados. Os resultados do estudo revelaram que, em 2019, a participação de homens era de 62%, e a de mulheres, 38%. Já no ano de 2020, houve uma redução de 2% na participação de homens em organizações cooperativas e um aumento de 2% de atuação de mulheres.

Sobre a faixa etária dos cooperados da Frutipan que participaram da pesquisa, houve uma variação entre os 52 e os 80 anos de idade. Dos dez cooperados entrevistados, 50% possuem entre 51 e 60 anos, 20% estão na faixa de 61 aos 70 anos, e 20% estão entre os 71 e os 80 anos. A faixa etária

com menor representatividade foi a dos 40 aos 50 anos, cujo percentual foi de apenas 10% do total de entrevistados.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, constatou-se que quatro (40%) dos participantes possuem o ensino médio completo, 30% o ensino fundamental incompleto, 20% o ensino superior completo e 10% possuem ensino fundamental incompleto.

Com relação ao tempo de participação dos associados na cooperativa, a maior parte deles aderiu à Frutipan no ano de 2004, o ano de sua fundação. Do total dos entrevistados, 7 deles (70%) apresentaram um vínculo de 18 anos com o cooperativismo. Os demais entrevistados, representados por 3 participantes (30%), afirmaram ter aderido ao cooperativismo a partir do ano de 2019. Em razão disso, possuem pouca experiência no ramo cooperativo, visto que ainda não participaram das reuniões periódicas da cooperativa. É necessário ressaltar, entretanto, que todos demonstraram interesse em participar das futuras reuniões e se envolver, mais e mais, com as atividades da entidade.

Além das particularidades relacionadas ao gênero, faixa etária e tempo de relacionamento com a cooperativa Frutipan, os sócios entrevistados também comentaram sobre sua situação em relação à agricultura. A esse respeito, foi constatado que 50% fazem parte da agricultura familiar e 50% não apresentam relação com o segmento.

Aspectos hierárquicos da cooperativa Frutipan

Ao serem questionados sobre as funções do quadro social da Cooperativa Frutipan, 100% dos entrevistados foram incisivos ao afirmar que a incumbência do conselho fiscal é a verificação das ações da cooperativa e a fiscalização do conselho administrativo. Já em relação ao conselho administrativo, o entrevistado 01, membro do conselho, argumentou que uma de suas principais atribuições como conselheiro é a execução de tarefas administrativas que possibilitem orientar e direcionar as ações da cooperativa. Segundo ele, o conselho administrativo precisa concluir as contas da cooperativa para prestação de contas aos associados (Entrevistado 01).

Sobre as atribuições do presidente, os entrevistados 07 e 08, que são cooperativados desde a fundação, afirmaram que ele é o responsável por executar aquilo que é decidido pelas assembleias. Segundo os participantes, o presidente da cooperativa Frutipan auxilia e delega tarefas

aos demais conselheiros para que os objetivos comerciais e os relacionados aos interesses dos associados sejam atingidos.

A entrevistada 09 destaca que a função do presidente da Frutipan é a seguinte:

Representar a cooperativa perante órgãos públicos em todos os níveis, ampliar a carteira de clientes da cooperativa, realizar a gestão da cooperativa tendo por base um Plano Estratégico Plurianual (curto, médio, longo prazo) para não comprometer o patrimônio físico, monetário e financeiro da cooperativa [...] (Entrevistada 09).

Em relação ao questionamento sobre a função dos sócios para a cooperativa, o presidente destacou que o cooperativado tem um papel inquestionável, pois, além de ser o provedor da matéria-prima para o beneficiamento do produto principal da cooperativa, é quem detém parte das decisões. Segundo o presidente, tudo na cooperativa funciona para o atendimento dos interesses do cooperativado. Convém sublinhar também que a Frutipan tem como principal objetivo proporcionar um destino para a matéria-prima de seus associados. Essa matéria-prima, que é a laranja, após ser beneficiada, torna-se o produto principal (suco) e é, por fim, comercializado em várias regiões do nosso estado (Entrevistado, 03).

Após análise dos questionamentos sobre os aspectos hierárquicos da cooperativa, nota-se que os cooperativados reconhecem que a estrutura organizacional da Frutipan é composta pela assembleia-geral, na qual o sócio participa por meio do voto, e pela diretoria, que é composta pelos conselhos administrativo e fiscal, presidente e gestor.

Com base na estrutura administrativa, entende-se que os cooperados definem as decisões da cooperativa através de voto durante a assembleia-geral. Segundo o relato do entrevistado 05, que cumpre a função de gestor, os processos de governança cooperativa dependem das reuniões e pautas, bem como dos fluxos fiscais e administrativos. Assim,

[...] são realizadas duas assembleias por ano, com convocação para todos os associados. Nestas assembleias são tomadas as decisões que determinam as ações administrativas da cooperativa. A partir disso, o conselho fiscal orienta suas ações, a fim de fiscalizar os trâmites e procedimentos adotados na cooperativa. No ano passado, por exemplo, foram realizadas três reuniões do conselho de administração, que também envolve um número considerável de associados, se pensando que a cooperativa tem no total de trinta e um associados e nove deles são envolvidos no conselho de administração (Entrevistado 05).

A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, além de regulamentar o funcionamento das cooperativas sobre seus direitos e deveres, define

também sobre os aspectos da governança. Tais aspectos envolvem uma estrutura mínima, formalizada pela assembleia-geral, conselho fiscal, conselho administrativo ou diretoria (BRASIL, 1971). Com relação à formação da diretoria, o gestor salienta a seguinte informação:

[...] em relação aos membros do conselho se indica o presidente, vice, secretário e a renovação do conselho fiscal é realizado por conversa prévia e convite, como o grupo é pequeno é realizado um revezamento. Sobre a questão do presidente é o mesmo desde a fundação pelo motivo de disponibilidade e proximidade e também é feito por indicação. Esses arranjos são realizados com antecedência e é realizado por aclamação [...] (Entrevistado 05).

As relações hierárquicas entre os membros da diretoria e os associados ocorrem de forma harmoniosa, uma vez que as decisões são feitas pelos meios democráticos, realizados rotineiramente durante assembleias e reuniões. Nesse sentido, a percepção do entrevistado é de que há um consentimento sobre as decisões macro, que são delegadas para um grupo menor, porque exigem certas responsabilidades. Além disso, outro aspecto citado pelo gestor se refere ao processo de associação ou demissão de novos membros:

[...] para a admissão de novos sócios é realizada uma análise para verificar a condição do produtor e dos pomares. Quando admitido ele passa a adquirir uma quota capital de acordo com o tamanho do seu pomar [...] (Entrevistado 05).

Quanto ao processo de gestão da cooperativa, principalmente o que envolve os fluxos de caixa, custos e receitas, percebe-se que tais ações estão centralizadas no gestor. No que se refere ao recebimento de matéria-prima, transporte e entrega do produto final, pode-se afirmar que são atividades realizadas pelos funcionários. Um dos problemas ressaltados pelo entrevistado 05 é a sobrecarga do trabalho contábil – para ele, haveria a necessidade de departamentalização da cooperativa.

As assembleias e as reuniões do conselho administrativo são os meios pelos quais são tratadas e debatidas as pautas da cooperativa, que são previamente estabelecidas e orientadas pelo processo de gestão. Nessa perspectiva, o gestor relata que

[...] as pautas são construídas antes das assembleias pelo conselho da administração, mas se trata basicamente das prestações de contas e aprovação de contas pelo conselho fiscal, renovação do conselho fiscal que 1/3 é anual. Quando existe indicação para novos membros para a diretoria, pois às vezes algum membro está saindo ou coisa assim, ou eleição de nova diretoria quando necessário segundo estatuto. A

segunda pauta é o planejamento estratégico, ano passado foi tratado sobre as linhas de atuação e diretrizes do ano. Outro ponto debatido na assembleia, foi referente às questões que envolvem assistência técnica e investimentos [...] (Entrevistado 01).

Governança e participação na percepção dos cooperativados da Frutipan

Como se sabe, os processos democráticos são um dos fundamentos do cooperativismo. A esse respeito Pies, Baggio e Romeiro (2017) destacam que esse não somente é um dos princípios primordiais do cooperativismo, mas também é o que possibilita a participação dos sócios sobre as decisões, possibilitando que o cooperativado tenha o direito a um voto sobre as pautas e as decisões. Quanto aos processos de decisão, o entrevistado 03, presidente, enfatiza que:

[...] Sempre que existem decisões, segue o roteiro de qualquer cooperativa, é realizada por votação da assembleia e questões mais pontuais são realizadas pelo conselho de administração [...] (Entrevistado 03).

As estratégias empregadas para estimular a participação dos sócios e membros do conselho administrativo e fiscal durante assembleias e reuniões ocorrem de duas maneiras: via contato direto com os cooperados e/ou através de editais de convocação. Além disso, anualmente, é realizada uma confraternização a fim de promover aproximação entre os sócios e a cooperativa. Para o presidente, a participação dos membros nas reuniões e assembleias é positiva, pois

[...] se percebe um interesse de todos os associados pelos rumos da cooperativa, saliento que uma boa parte tem interesse em participar de uma boa parte das decisões [...] (Entrevistado 03).

Em relação aos processos de governança adotados pela cooperativa Futipan, cabe ressaltar que todos os participantes demonstraram satisfação em relação à forma como a gestão é realizada na estrutura organizacional da cooperativa. A esse respeito, o entrevistado 04 enfatiza que há comprometimento em manter os sócios informados sobre os fluxos financeiros da cooperativa. Segundo ele, existe transparência nas contas da cooperativa e todas as informações e movimentações financeiras do caixa são apresentados aos cooperados na assembleia-geral (Entrevistado 04).

No que tange à participação dos cooperados nas assembleias da Frutipan, percebe-se que, ao fim de cada ano, é realizada uma assembleia-

geral para demonstrar os resultados do balanço fiscal do exercício. Como já mencionado, uma das formas adotadas pela diretoria para estimular a participação do máximo de associados possível é por meio da realização de uma confraternização (Entrevistado, 05).

Quando perguntado a cada cooperado sobre sua participação na assembleia-geral, na qual define-se as decisões da cooperativa, observou-se que aqueles que possuem funções administrativas são mais participativos nas decisões e, em geral, mais proativos. Quatro membros da diretoria foram entrevistados e todos demonstraram comprometimento com o futuro da cooperativa. Dentre os seis sócios entrevistados que não são membros da diretoria ou conselho fiscal, três deles (Entrevistado 07; Entrevistado 09; Entrevistado 10) afirmaram não participar das assembleias e não conhecer a situação atual da cooperativa. Por fim, sobre a participação dos cooperados na assembleia-geral: dois membros que não participam das decisões da cooperativa justificaram que não o fazem por não possuir matéria-prima para entregar na Cooperativa (Entrevistado 07; Entrevistado 10). Já a entrevistada 09 afirmou que seu vínculo com a cooperativa é recente e que apenas neste ano conseguirá entregar, pela primeira vez, a matéria-prima.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo descrever a percepção dos cooperativados da Frutipan quanto às estruturas de governança praticadas, que são orientadas por meio da participação dos cooperados. Para tanto, foram analisadas as seguintes questões: i) Caracterização dos cooperativados; ii) Descrição, funções e relações hierárquicas desempenhadas na cooperativa; iii) Processos de governança e tomada de decisões da cooperativa.

Com base nos dados coletados, referentes ao contexto do cooperativismo, governança e tomada de decisões, compreende-se que as atividades desempenhadas pela Frutipan possuem adesão aos princípios do cooperativismo, uma vez que há orientação participativa. Além disso, há também vínculos com os quesitos da governança - ou seja, suas estruturas administrativas são hierarquizadas e mobilizadas pelos objetivos organizacionais. Por fim, por meio da realização deste estudo, concluiu-se que não há fluxo intenso de sócios na cooperativa, pois ela depende de um produto específico, no qual demanda-se planejamento do agricultor em relação à citricultura. Além do mais, percebe-se que o intuito da cooperativa é beneficiar a matéria-prima do cooperativado, agregar valor à sua produção e posicionar o produto nos mercados.

Quanto aos aspectos científicos, este estudo demonstra, através de práticas metodológicas específicas, a natureza de fenômenos que norteiam as práticas de governança e decisão na estrutura organizacional de uma cooperativa. O conhecimento das particularidades dos cooperativados da Frutipan revela o comportamento que a cooperativa assume em relação aos preceitos jurídicos de sua própria natureza. Convém lembrar que as cooperativas têm como base a gestão democrática e a participação dos sócios sobre decisões. Além disso, foi possível compreender suas funções em relação aos sócios, dependentes da atuação da cooperativa para agregar valor aos produtos e acessar os mercados e, desse modo, promover renda para os cooperativados.

Referências

AUGUSTO, A. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In: **Fórum Sociológico**. Série II. CESNOVA, 2014. p. 73-77. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/1073>. Acesso em 10 jan. 2022.

BEILER, F; LENZ, T. C. Z; SAMPAIO, C. A. C. Tomada de decisão na ambiência do cooperativismo. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 9, n. 1, p. 59-78, 2014. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/463>. Acesso em 15 jun. 2022.

BARREIROS, R. F; PROTIL, R. M; MOREIRA, V. R. Processo decisório nas cooperativas agroindustriais do Paraná: uma análise comparativa utilizando o modelo racional e o modelo político de decisão. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 3-22, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34718>. Acesso em 22 mai. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 49, de 26 de setembro de 2018**. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42586576/do1-2018-09-27-instrucao-normativa-n-49-de-26-. Acesso em 15 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (1971)**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em 25 jun. 2021.

CANQUERINO, Y. K. *et al.* **O nível de adoção das práticas de governança corporativa em cooperativas no Oeste do Paraná.**

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon. 2019. Disponível em: http://131.255.84.103/bitstream/tede/4569/5/Yogo_Canquerino_2019.pdf. Acesso em 06 set. 2021.

DAVIS, P; NETO, S. B. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC**, v. 5, n. 1, p. 1-24, 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/esac/article/view/18871>. Acesso em 20 mai. 2022.

DOS REIS, M. B; WIZNIEWSKY, C. R. F. A territorialização do cooperativismo no âmbito legal. **Boletim de Geografia**, v. 36, n. 1, p. 131-141, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/34563>. Acesso em 10 jul. 2021.

ESAU, C.; DEPONTI, C. M. Tomada de decisão pela diversificação: uma alternativa para agricultura familiar na microrregião de Santa Cruz do Sul/RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 439-460, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2749>. Acesso em 03 jun. 2021.

I.B.G.C. INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia das melhores práticas de governança para as cooperativas**. São Paulo, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisas**. Índice de Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Pecuária Municipal. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panambi/pesquisa/37/30255>. Acesso em 12 jan. 2022.

JUNIOR, O. de P. O; WANDER, A. Cooperativismo agroindustrial: diagnóstico atual da região centro-oeste brasileira. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 13, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/38585/pdf_2. Acesso em 10 jul. 2021.

LARA, B. (1991). **La decisión**: un problema contemporáneo. Madrid, Espasa-Colpe. 462 pp.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, p. 289-300, 2004. Disponível em: <https://www.scielo>.

br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/abstract/?lang=pt. Acesso em 07 jan. 2022.

OCB, Organização das Cooperativas do Brasil. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**: 2020. Disponível em: [http://novo.ocbes.coop.br/arquivos/PUBLICACOES/1608152662Anuario_2020-vf%20\(1\).pdf](http://novo.ocbes.coop.br/arquivos/PUBLICACOES/1608152662Anuario_2020-vf%20(1).pdf). Acesso em 25 jun. 2021.

OCESC. Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Boas Práticas de Governança do Cooperativismo**. 2022. Disponível em: http://www.ocesc.org.br/documentos/manual_boas_praticas.pdf. Acesso em 13 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. R. de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 p. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105066>. Acesso em 26 jun. 2021.

PANAMBI. Prefeitura Municipal. **Dados gerais do município**. Disponível em: <https://panambi.atende.net/cidadao>. Acesso em 05 mai. 2022.

PEREIRA, M. J. L.de B., FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

PIES, M. P.; BAGGIO, D. K.; DO CARMO R. M. Participação dos associados: um pilar estratégico de governança do cooperativismo. **Revista de Administração IMED**, v. 6, n. 2, p. 221-236, 2017. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/1579/1085>. Acesso em 02 set. 2021.

PINHO, D. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**: manual do cooperativismo. São Paulo: USP; Saraiva, 1982a (Volume 3). Disponível em: <https://archive.org/details/OCOOPERATIVISMONOBRASIL/page/n29/mode/2up?q=22.239+1932+>. Acesso em 25 jun. 2021.

ROTTA, E.; BÜTTENBENDER P. L.; HÖFLER, C. E. A presença dos princípios do cooperativismo no Noroeste do Rio Grande do Sul: revisitando a tradição histórica. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. (Org.). **Fronteira Sul – ensaios socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 163-194.

SCHMIDT, D; PERIUS, V. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63–71.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das cidades gaúchas**, 2020. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Panambi.pdf. Acesso em 02 out. 2021.

SINGER. P. **Introdução à Economia Solidária**. Paul Singer. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduccion a los metodos cualitativos de investigacion**. Barcelona: Ediciones Paidós 1984, Cap 1, p. 3-23.

TRIVINÖS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987. Cap 2, p. 30-75.

WAACK, R. S; MACHADO FILHO, C. P. Administração estratégica em cooperativas agroindustriais. In: **Proceedings of the Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares**. 1999.

Capítulo 7

PRINCÍPIO DO INTERESSE PELA COMUNIDADE: UMA ANÁLISE NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE SANTA ROSA - RS¹

Deise de Moura Tolfo

Dione Joel Thomas

Euclides Spies

Rozelaine Rubia Bueno D'Almeida

Dirce Raquel Thomas

Louise de Lira Roedel Botelho

Introdução

A partir do progresso técnico e de constantes transformações, as sociedades buscam se adaptar e desenvolver formas de vivência e de organização. Uma dessas formas, consolida-se com o modelo de organização cooperativista. Tal modelo, tem em seu cerne a organização de cooperações mútuas entre os partícipes, buscando o auxílio recíproco no alcance do objetivo, que normalmente levam ao desenvolvimento, tanto econômico como social dos indivíduos, além de ser um meio de desenvolvimento local mais amplo.

Atualmente, percebe-se que o cooperativismo está presente em praticamente todas as áreas econômicas e em muitos locais, o que não é diferente para as atividades voltadas para a cooperação no meio rural, sendo esse um dos setores que mais se destaca na utilização do cooperativismo como meio de desenvolvimento, crescimento e difusão, é o cooperativismo de crédito que busca ser um meio de suporte financeiro e de crédito aos seus cooperados, promovendo assim benefícios que bancos tradicionais não proporcionam, e possibilitar acesso financeiro diferenciado às pessoas com dificuldade de acessar serviços de grandes instituições financeiras.

1 Apresentado e publicado no III Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional (III SLAEDR).

Sparemberger *et al.* (2020), coloca que a presença do significativo número de cooperativas em diversos segmentos, e sua grande representatividade de associados, direciona ao fortalecimento da região, através da sustentabilidade e inovação, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. A cooperação por meio do cooperativismo é sinônimo de desenvolvimento, proporcionando o desenvolvimento nas comunidades onde as cooperativas atuam, principalmente gerando melhoria da qualidade de vida das pessoas (REISDORFER, 2014).

Sendo o cooperativismo uma manifestação do desenvolvimento local, através da necessidade e do interesse pela comunidade, identifica-se que o interesse pela comunidade, aponta como um princípio fundamental do sistema cooperativista, sendo que o mesmo está previsto nos princípios do cooperativismo (sétimo princípio). Neste sentido, as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento de suas comunidades, através de ações e políticas de benefício local, de cooperação, de interação entre seus membros e com a sociedade.

Conforme afirma Buttenbender (2019), o cooperativismo busca vivenciar novas dinâmicas no âmbito da governança, sustentabilidade, busca de resultados e alavancar o desenvolvimento econômico e social dos seus membros e das regiões onde atuam. O sistema cooperativo apresenta uma estrutura de organização diferente, quando comparadas a outras empresas de outros setores e atividades, principalmente na distribuição do poder e na distribuição dos resultados, que em geral oferece vantagens a partir de uma gestão eficiente e coerente (BÜTTENBENDER *et al.*, 2021).

Para Cunha *et al.* (2020), o cooperativismo é um movimento econômico e social que preconiza a colaboração e associação de pessoas, oferecendo vantagens em suas atividades, podendo ser de diversos tipos, destacam-se aqui as cooperativas de crédito. Sendo que “cooperativas do ramo de crédito se baseiam em objetivos que visam o bom desenvolvimento de uma região através de empréstimos e financiamentos de crédito para os cooperados, para que assim eles possam investir em sua produção e melhorar suas condições de vida” (SILVA; CANÇADO; SOUSA, 2014).

Neste sentido, o cooperativismo segue sendo gerido por princípios que servem de orientação para o bom funcionamento e andamento destas, pelas quais as cooperativas levam a prática seus valores, onde investem nas relações entre empresa e cliente, criando com isso um vínculo de confiança (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 43). Portanto estes princípios estão

descritos em sete princípios que são:

1. Adesão voluntária e livre.
2. Gestão democrática pelos membros.
3. Participação econômica dos membros.
4. Autonomia e independência.
5. Educação, formação e informação.
6. Intercooperação.
7. Interesse pela comunidade. (adaptado de Cançado e Gontijo, 2004, p.4).

Diante disso, o presente estudo tem como base o sétimo princípio do cooperativismo, “Interesse pela Comunidade”, praticado pelas cooperativas de crédito. Desta forma, buscou-se identificar as ações desenvolvidas por duas cooperativas de crédito do município de Santa Rosa durante o período de 2020 a 2021 e como as mesmas pretendem atender as demandas da comunidade. Sendo assim, a primeira intitulada neste trabalho de Cooperativa A e a segunda Cooperativa B.

Para dar sequência ao estudo, aponta-se que a amostragem investigada é a não probabilística, na qual “a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas de causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem faz a amostra” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p.195).

O estudo é classificado como descritivo, que segundo Gil (2002), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Utilizando uma abordagem qualitativa, que descreve variáveis, explica mudanças e movimentos, voltados à produção de dados descritivos, por meio das informações e dados coletados, conforme apresenta Sampieri, Collado e Lucio (2013).

Quanto ao seu alcance é caracterizada como abordagem qualitativa, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), que descreve variáveis, explica mudanças e movimentos, voltados à produção de dados descritivos, por meio das informações e dados coletados. Possibilitando ainda a compreensão do ser humano em suas relações com o mundo, investigando a realidade no universo, que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reproduzidos na operacionalização de variáveis (MINAYO, 2011).

Em relação aos objetivos o estudo pode ser classificado como descritivo, pois como apresenta Gil (2003, p 42), “este estudo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Os dados coletados são do tipo primários, coletados a partir da

entrevista com dirigentes das cooperativas de crédito. O instrumento de coleta de dados foi realizado através de um questionário semi-estruturada, baseado em um roteiro de perguntas, onde o entrevistador tem a liberdade de fazer novas perguntas a fim de entender novos conceitos ou obter mais informações sobre os temas desejados (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 426). De posse dos dados levantados, busca-se identificar as ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito do município de Santa Rosa, a fim de atender o sétimo princípio do cooperativismo, através da técnica da análise do discurso.

Cooperativismo

O cooperativismo surge como uma alternativa para a classe trabalhadora, que se encontrava exposta a longas jornadas de trabalho, traumas econômicos e sociais, na Inglaterra no século XVIII, juntamente ao período de início da Revolução Industrial (FIORIN, 2007). Mais tarde no século XIX em 1844 na Inglaterra surge um movimento do sistema cooperativista através de um grupo de 28 tecelões da cidade de Rochdale, logo este movimento se consagrou como um dos maiores movimentos de ideias, tentando atingir desenvolvimento econômico e social para as pessoas envolvidas (REISDORFER, 2014; FIORIN, 2007).

Os tecelões de Rochdale tornaram-se os pioneiros no âmbito do cooperativismo, a partir da fundação de uma sociedade cooperativa de consumo. Sendo referência de uma cooperativa com um propósito coletivo, constituída muito próxima aos termos e estrutura das cooperativas atuais da época (REISDORFER, 2014). Surgindo ainda como uma forma encontrada para melhorar as condições de vida das pessoas, frente às dificuldades enfrentadas na época como a mão de obra barata (SILVA; CANÇADO e SOUZA, 2014).

O cooperativismo corresponde principalmente ao ato de cooperação, com ênfase na relação que as pessoas estabelecem entre si (REISDORFER, 2014), e com isso alcançar objetivos em comum, sem visar lucros (FIORIN, 2007). Neste sentido, “surgiu como necessidade, como meio de sobrevivência, por meio da reciprocidade das pessoas em seu trabalho, no conjunto de ideias e no esforço continuado de suas ações, realizavam seus propósitos e seus objetivos” (REISDORFER, 2014 p.25).

O cooperativismo também pode ser considerado como um movimento econômico, social, e político entre pessoas que possuem

os mesmos objetivos, que de certa forma individualmente não seriam possíveis de serem alcançados, por meio da cooperação, propondo um aprimoramento do ser humano em suas dimensões, econômicas e culturais (OLIVEIRA; CHAVES; COSTA, 2019). Também é tido como uma doutrina que preconiza principalmente a associação e a integração de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, com vantagens comuns no desenvolvimento de suas atividades (WIKIPEDIA, 2021).

No entendimento de Silva, Cançado e Souza (2014, p. 36),

cooperativismo é a união de pessoas em busca de objetivos que venham a melhorar a vida tanto dos cooperados, quanto da comunidade onde residem. Esta união prima pela educação, cooperação, solidariedade e também por resultados econômicos para o desenvolvimento da região.

Para Bутtenbender (2008) adaptado de Schneider (1992), cooperativismo é uma “doutrina, um sistema, um movimento, ou, simplesmente uma atividade que considera, as cooperativas como uma forma de organização humana”. Podendo ainda “contribuir como uma afirmativa para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária” (KAPELINSKI *et al.* 2020, p. 229).

Assim, o cooperativismo pode ser visto como uma alternativa para o desenvolvimento das regiões onde se encontra inserido, trazendo de forma coletiva e igualitária, direitos e deveres às pessoas envolvidas, sem distinção de qualquer natureza, a fim de contemplar todos os associados que cooperam para um propósito coletivo, e tendo como uma das principais vantagens a existência da ajuda mútua entre os membros (SILVA; CANÇADO; SOUZA, 2014, p. 40).

O cooperativismo é um modelo econômico-social que gera e distribui riqueza de forma proporcional ao trabalho de cada associado (OCERGS SESCOOP/RS). Para a Organização das Nações Unidas - ONU a organização cooperativista é um modelo de negócios que possibilita a construção de um mundo melhor, pois tem uma preocupação para além da geração de resultados econômicos/renda aos cooperados, ou seja, possui uma preocupação com práticas de igualdade social e de alteridade das pessoas envolvidas. No modelo cooperativo, pode haver harmonia e cooperação quando se trata de atingir objetivos que são benéficos a indivíduos de uma sociedade que sofrem com falta de oportunidades e abusos de autoridades (SILVA; CANÇADO; SOUZA, 2014 p. 40), desempenhando com isso um benefício coletivo, para que as pessoas permaneçam em suas próprias comunidades, desenvolvendo seu papel no processo de desenvolvimento local.

Neste sentido, o cooperativismo pode se organizar de diferentes formas e perfis, conforme os interesses da coletividade, podendo ser organizações formadas por instituições de crédito rural, de distribuição da produção, de assistência técnica, e serviço, por meio de empreendimentos formalmente estabelecidos e democraticamente geridos. Já os valores e princípios do cooperativismo são o alicerce para o bom desenvolvimento do sistema cooperativista, com influência direta no comportamento dos indivíduos, por meio da transformação dos valores em ações (OLIVEIRA; CHAVES; COSTA, 2019).

No Brasil o desenvolvimento do cooperativismo se desencadeou a partir de 1889, com a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Verde no estado de Minas Gerais, com o objetivo de baratear o custo dos alimentos, funcionando assim como uma cooperativa de consumo baseado nos moldes do cooperativismo Rochdaleano (SOUZA, 2008). Já o cooperativismo de crédito agrícola para pequenos produtores rurais teve destaque em 1900 no Rio Grande do Sul, impulsionado pela vinda do padre suíço Theodor Amstad, o qual fundou a primeira cooperativa de crédito do modelo Raiffeisen em 1902, e logo em 1906 fundou a primeira cooperativa de crédito do modelo Luzzatti (SOUZA, 2008). Logo após as boas experiências desenvolvidas pelo padre Theodor Amstad, o sistema cooperativista de crédito se difundiu para as mais diversas regiões Sul do Brasil e posteriormente para outros Estados.

Como as cooperativas podem atuar em diversos setores da economia, a fim de facilitar sua organização e representação, foram divididas em ramos do cooperativismo que reúnem as cooperativas pelo tipo de trabalho que elas desenvolvem. No Brasil foram criados 13 (treze) ramos de atuação, sendo eles; ramo agropecuária, consumo, crédito, educação, habitacional, infraestrutura, mineração, produção, saúde, sociais, trabalho, transporte, turismo e lazer (SESCOOP/RS, 2022).

A partir da resolução da OCB nº 56/2019, que regulamenta a classificação dos ramos do cooperativismo, agora, estes passam dos atuais treze para sete ramos; agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, e transporte. Esta redução de ramos do cooperativismo, se dá a partir de um processo democrático e de avaliação dos benefícios para o cooperativismo, como o regime tributário, enquadramento sindical, e principalmente quantidade de cooperativas, foram considerados a fim de formar ramos com maior representatividade e mais força. Alguns ramos foram unidos, bem como alguns renomeados, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Composição dos sete ramos do cooperativismo

Ramos	Composição
Agropecuária	Agropecuária + Cooperativas de alunos de escolas técnicas de produção rural
Consumo	Consumo + Turismo e Lazer (consumidores) + Educacional (pais)
Crédito	Sem alteração
Infraestrutura	Infraestrutura + Habitacional
Trabalho, produção de bens e serviços	Trabalho + Produção + Mineral + Turismo e Lazer (profissionais) + Especial + Educacional (professores)
Saúde	Médicos + Odontólogos + Demais profissionais de saúde
Transporte	Transporte de cargas + Transporte de passageiros + Transporte turístico

Fonte: Organização das cooperativas brasileiras - OCB.

No Rio Grande do Sul são mais de 400 cooperativas ligadas ao Sistema da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, onde conta com 24,8% da população gaúcha associada a uma destas cooperativas. Já União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES constituída em 2005 com 5 ramos de atuação; crédito, produção, trabalho, comercialização, e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária, conta com 42 cooperativas no estado ligadas a ela. Ainda existem diversas entidades ligadas ao cooperativismo e principalmente a economia solidária, como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão - ANTEAG e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários - UNISOL que realizam o fomento e assessoria a empreendimento solidário, sendo entidades representadas pelos trabalhadores das organizações por eles compostas, tendo como característica a direção coletiva e caráter autogestionário (ONUMA; MAFRA; MOREIRA, 2012).

Desta forma o cooperativismo no RS está fortemente difundido por meio das iniciativas coletivas e principalmente por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul (SESCOOP/RS) e também pela UNICAFES/RS. Sendo que o cooperativismo no ramo de crédito está presente nestas duas centrais de cooperativas do estado do RS, nesse sentido, promovendo um desenvolvimento cooperativo saudável e primordialmente, com o propósito

da união das pessoas em um objetivo coletivo.

Cooperativismo de crédito

O cooperativismo de crédito teve seu início no estado do Rio Grande do Sul pelo então padre Theodor Amstad entre 1902 e 1906, por meio de dois modelos cooperativos, o modelo Raiffeisen e o modelo Luzzatti. O modelo Raiffeisen de cooperativa de crédito fundado por Amstad, foi baseado nos princípios cooperativos criados por Friedrich Raiffeisen entre 1847 e 1848 na Alemanha (SOUZA, 2008), sendo que tais cooperativas tinham por propósito atender principalmente às necessidades dos agricultores, tentando ainda eliminar a agiotagem naquela época (J. SCHNEIDER, 2006).

Já o modelo cooperativo Luzzatti, foi criado por Luigi Luzzatti em Milão na Itália em 1864, voltada para a população urbana, tendo como destaque a adoção do princípio Self-Help (ajuda-te) (E.SCHNEIDER, 2006). Amstad difundiu principalmente as ideias cooperativistas do modelo raiffeisen, organizando Caixas Rurais nas cidades gaúchas, sendo ele responsável direto pela criação de aproximadamente 26 cooperativas de crédito no estado do RS (PINHO, 2004 apud SOUZA, 2008).

O padre Amstad desenvolveu a organização cooperativa no Rio Grande do Sul, procurando conscientizar os colonos da exploração dos comerciantes intermediários que ficavam com toda a renda gerada por seu trabalho (SOUZA, 2008). Neste sentido, o cooperativismo foi proposto como uma alternativa, de superar a exploração e assim promover uma valorização da produção, através da agregação de valor aos produtos dos agricultores da época.

No estado do Rio Grande do Sul, nos municípios da região das imediações do município de Ijuí, composta por 77 municípios, estão presentes 12 cooperativas de crédito, ligadas à OCERGS e a UNICAFES, o que demonstra a força do setor cooperativo de crédito.

Conforme Silva, Cançado e Souza (2014, p. 44), as

cooperativas do ramo de crédito se baseiam em objetivos que visam o bom desenvolvimento de uma região através de empréstimos e financiamentos de crédito para os cooperados, para que assim eles possam investir em sua produção e melhorar suas condições de vida.

Segundo a resolução do Banco Central do Brasil - BACEN 3.859 de 2010, prevê que:

Art. 17. As cooperativas de crédito devem observar política de governança corporativa aprovada pela assembleia geral, que aborda os aspectos de representatividade e participação, direção estratégica, gestão executiva e fiscalização e controle, e que contemple a aplicação dos princípios de segregação de funções na administração, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e prestação de contas.

Para Cunha *et al.* (2020, p. 302) as cooperativas de crédito têm investido na disseminação dos sete princípios cooperativistas, a fim não só de trazer estratégias efetivas de relacionamento com os clientes, mas como uma aplicação fiel da estrutura ética do cooperativismo. No Brasil o cooperativismo de crédito está estruturado em oito linhas de cooperativas: o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, Sistema de Crédito Cooperativo - Sicredi, sistema Cooperativa Central de Crédito - Ailos, instituição financeira cooperativa - Unicred, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol, cooperativa de crédito Uniprime e Central das Cooperativas de Crédito Mútuo do Rio Grande do Sul - Cecrers (OCB, 2021). Estas cooperativas de crédito são na verdade associações de aporte financeiro, com algumas diferenças de um banco comum (CUNHA, 2020), mas que possuem as mesmas operações de bancos comerciais, controlados pelo Banco Central (ACI, 2018).

Princípios do cooperativismo

Os princípios do cooperativismo surgiram juntamente com a cooperativa dos 28 tecelões de Rochdale, na cidade de Rochdale-Inglaterra, auxiliando no desenvolvimento da cooperativa. Surgido para que as cooperativas possam ser guiadas no intuito de manter a ordem e não haver problemas em sua direção, administração ou até mesmo evitar o favorecimento de determinadas classes (SILVA; CANÇADO; SOUSA, 2014). Propondo com isso direitos iguais aos participantes, como sendo uma forma dos cooperados manter o controle sobre a cooperativa. Para Veiga e Fonseca (2001, p. 43) os princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam à prática os seis valores, sendo opostos aos do capitalismo porque invertem as relações entre empresa e seus clientes.

Na época de sua criação em 1844 os princípios do cooperativismo eram compostos de oito princípios:

- Livre adesão e livre saída de seus associados;
- Democracia nos direitos e deveres dos associados;
- Compras e vendas à vista na cooperativa;
-

Juro limitado ao capital investido; - Retorno proporcional; - Operação com terceiros; - Formação intelectual dos associados; - Devolução desinteressada dos ativos líquidos; (SILVA; CANÇADO; SOUSA, 2014 p. 42-43).

No decorrer dos anos os princípios do cooperativismo foram sofrendo reformulações e ajustes, até chegar nos dias atuais com diversas adaptações e modificações, tendo hoje sete princípios de definição do cooperativismo. Todas as adequações tiveram que ser realizadas devido a rápidas mudanças ocorridas no desenvolvimento socioeconômico mundial com o passar dos anos.

Um dos principais órgãos de participação na discussão destes princípios foi a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), entidade de cunho mundial que havia sido criada no ano de 1895, a fim de preservar e defender os princípios do cooperativismo (Portal do Cooperativismo). No Quadro 2 é apresentado a evolução e atualização dos princípios cooperativistas, no decorrer do período do tempo.

Quadro 2 - Evolução dos princípios do cooperativismo

Evolução dos Princípios Cooperativistas		
Congresso da Aliança Cooperativa Internacional		
1937 (Paris)	1966 (Viena)	1995 (Manchester)
a) Princípios essenciais de fidelidade aos Pioneiros: 1. Adesão aberta; 2. Controle ou gestão democrática; 3. Retorno pró-rata das operações; 4. Juros limitados ao capital; b) Métodos essenciais de ação e organização: 5. Compras e vendas à vista; 6. Promoção da educação; 7. Neutralidade política e religiosa;	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racial e social). 2. Gestão democrática. 3. Distribuição das sobras: a) ao desenvolvimento da cooperativa; b) aos serviços comuns; c) aos associados proporcional a das operações. 4. Taxa limitada de juros ao capital social. 5. Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral. 6. Ativa cooperação entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.	1. Adesão voluntária e livre. 2. Gestão democrática pelos membros. 3. Participação econômica dos membros. 4. Autonomia e independência. 5. Educação, formação e informação. 6. Intercooperação. 7. Interesse pela comunidade.

Fonte: Reisdorfer (2014) adaptado de Cançado e Gontijo (2004).

Assim no ano de 1995, em um congresso realizado pela ACI em Manchester na Inglaterra, foi realizada a última alteração nos princípios do cooperativismo, onde foram reduzidos a sete princípios, e realizada a inclusão do atual sétimo princípio do cooperativismo, Interesse pela Comunidade (SILVA; CANÇADO; SOUSA, 2014). Nesse sentido, esta última atualização dos princípios cooperativos, preocupou-se em dar uma definição formal e internacional do que seria uma cooperativa, identificando claramente as características principais de toda organização cooperativa, podendo ser utilizada por qualquer tipo de cooperativa em qualquer setor ou país (REISDORFER, 2014 p. 38).

Fiorin (2007, p. 8-9) apresenta uma síntese de cada um dos sete princípios do cooperativismo definindo e interpretando sobre cada um destes princípios:

1 - Adesão livre e voluntária - Cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

2 - Controle democrático pelos sócios - as Cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos sócios - os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.

4 - Autonomia e Independência - as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia. 5 - Educação, treinamento, informações - as Cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral,

particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6 - Cooperação entre cooperativas - as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.

7 - Preocupação com a comunidade – as Cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas.

Sendo estes os princípios do cooperativismo que norteiam o andamento das cooperativas, a fim de assegurar que as decisões estejam alinhadas com os interesses dos cooperados, ampliando a credibilidade das relações bem como das informações fornecidas pela cooperativa.

Resultados

Ações voltadas para a comunidade

Através das entrevistas realizadas com integrantes das cooperativas, obteve-se uma gama de informações que serão descritas nesta seção, buscando evidenciar como as referidas cooperativas do ramo de crédito, intituladas de Cooperativa A e de Cooperativa B, estão desenvolvendo o sétimo princípio do cooperativismo, que é o Interesse pela Comunidade.

As ações desenvolvidas pela Cooperativa A identificadas, foram ações como destinação de recursos do fundo social no atendimento de entidades sem fins lucrativos, tendo como áreas de interesses: a ambiental, por meio da reciclagem, preservação, conservação e geração de energia limpa; cultural, com atividades coletivas que desenvolvam o teatro, música, dança, pesquisa e seus respectivos materiais; educacional, investindo em educação, materiais didáticos, móveis, equipamentos, utensílios e melhoria de estruturas; a esportiva, realizando a inclusão de jovens e adultos através da prática de esportes, aquisição de materiais e equipamentos; a saúde, com ações de melhorias de infraestruturas e de equipamentos utilizados por entidades de saúde e clubes de serviço; a segurança, a partir de ações voltadas à segurança pública.

Ações desenvolvidas em parceria com grupo de voluntários

denominados Parceiros Voluntários de Santa Rosa, onde são trabalhados com os líderes das turmas de escolas, módulos de cultura cooperativa e cooperativismo, a educação financeira, desenvolvimento do espírito de liderança e protagonismo dos alunos.

Outra iniciativa de responsabilidade social, é desenvolvida em escolas do município, com objetivo de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional. Buscando contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade, tendo ligação direta ao 5º e 7º princípio do cooperativismo, promovendo a educação, formação e informação e o interesse pela comunidade.

Outro projeto desenvolvido em prol da comunidade foi o incentivo e estímulo por cooperativa para que a população comprasse no comércio local, fazendo com isso que a moeda circulasse mais no mercado local, gerando menores impactos econômicos no contexto local. Buscando prestigiar mais o comércio local, a fim de impulsionar a economia, uma vez que com a pandemia (Covid-19), o comércio físico foi amplamente atingido com as ações de distanciamento social.

Ainda foi desenvolvido uma proposta de criação de Cooperativas Escolares, por meio de associações de estudantes formados pela adesão voluntária de crianças ou adolescentes de 10 a 17 anos de idade. Realizando atividades sociais, econômicas ou culturais, realizado no contraturno escolar, buscando despertar nas crianças o espírito cooperativista.

Ações realizadas pela Cooperativa B foram projetos como o de recolhimento de lixo nas avenidas da cidade, realizado de forma voluntária, por meio dos colaboradores, o que configura um ato de interesse ambiental pela comunidade, tentando promover um desenvolvimento mais sustentável, com a preservação do meio ambiente. Outra ação foi a de arrecadação de alimentos para ações do dia C, ação realizada juto aos supermercados da cidade, com o intuito de arrecadar alimentos que serão destinados para famílias carentes do município.

O auxílio financeiro realizado para as instituições hospital da cidade, com o objetivo de auxiliar no enfrentamento da Covid-19, possibilitando que hospitais pudessem se organizar, adaptar e equipar seus espaços, para melhor atender às pacientes vítimas da Covid-19, bem como pudessem aumentar os leitos disponíveis com equipamentos adequados para o atendimento destes enfermos. Esta ação configura o interesse pela saúde

pública da comunidade onde estão inseridos.

Auxílio financeiro na aquisição de doces e brinquedos a serem distribuídos a crianças carentes, é uma ação desenvolvida principalmente em datas comemorativas como o dia das crianças, proporcionando que crianças carentes também possam ser presenteadas neste dia, sentindo-se valorizadas e permitindo um dia mais feliz. Outra ação é a auxílio em eventos esportivos, e aquisição de uniformes para times de futebol da cidade, onde são realizadas doações financeiras, no intuito de auxiliar na promoção da recreação esportiva, de grupos formais ou informais, incentivando o exercício físico e o lazer da população.

Diante das informações apresentadas, foram identificadas no total dez ações desenvolvidas no município de Santa Rosa, no período de 2020 e 2021, que visam atender ao princípio do interesse pela comunidade. Das ações identificadas, três delas são ações desenvolvidas nas escolas, com o propósito de atender crianças, e as demais ações são desenvolvidas para a comunidade em geral.

Através disso, tanto a Cooperativa A como a Cooperativa B do município de Santa Rosa - RS, trabalham ou desenvolvem ações e atividades voltadas ao sétimo princípio do cooperativismo, o interesse com a comunidade. Através de diversas ações desenvolvidas, atendendo diferentes públicos e entidades como, crianças carentes, escolas, comércio local, entidades sem fins lucrativos, hospitais, eventos esportivos, times de futebol, famílias carentes e comunidade em geral. Decorre também deste princípio e das ações desenvolvidas, a preocupação destas cooperativas em realizar atividades para com a comunidade local. Mostrando com isso, que as cooperativas de crédito disseminam o desenvolvimento social, por meio das práticas sociais cooperativas desenvolvidas.

Conclusão

O estudo evidencia como as cooperativas de crédito pesquisadas, possuem uma preocupação com o princípio cooperativista do Interesse pela Comunidade, realizando investimentos em ações em prol da comunidade local, com diversos enfoques, buscando atender as diferentes demandas sociais. Percebe-se na análise realizada, que os princípios do cooperativismo são tidos como uma forma de orientar as cooperativas quanto aos valores e ações a serem desenvolvidas. Por meio das ações identificadas na pesquisa, cabe destacar as ações desenvolvidas nas

escolas, desempenhando atividades com as crianças, proporcionando o desenvolvimento de atitudes e valores, de cidadania e cooperação mútua, contribuindo na formação de cidadãos mais disciplinados, colaborativos e motivados, e consequentemente construindo para uma sociedade mais humana, justa e igualitária.

Também vale a ressalva especial, para as ações desenvolvidas com ênfase na sustentabilidade, por meio de atividades de coleta de lixo, ações de bem-estar social, realizados por meio de campanhas de arrecadação de alimentos para posterior doação aos mais necessitados e entidades beneficentes. Da mesma forma, destaca-se a atuação na preocupação com a saúde da comunidade, por meio de doações realizadas a hospitais da cidade, buscando contribuir com o enfrentamento a Pandemia do COVID 19, que afetou de forma drástica o sistema de saúde. Outra ação de destaque, que pode ser evidenciado, foi a campanha de incentivo ao comércio local, que teve como objetivo, incentivar que as pessoas continuassem a realizar a aquisição de seus produtos do comerciante local, contribuindo para que a crise das restrições provocadas pela COVID 19, não gerassem tanto impacto na renda dos empreendedores e trabalhadores locais.

A partir das informações coletadas, nota-se que as cooperativas de crédito realizam ações, programas e atividades voltadas ao interesse pela comunidade, por meio de trabalhos orientados para comunidade, que promovem a educação cooperativa e a cidadania entre os munícipes. Buscando atender com isso ao sétimo princípio do cooperativismo Assim, para próximos estudos sugere-se aprofundar mais o estudo sobre as ações desenvolvidas pelas cooperativas de crédito, a fim de analisar estas ações sob a ótica de quem as recebeu ou foi beneficiado, para não avaliar a ação apenas a partir do olhar de quem desenvolve as ações.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 3.859**, de 27 de maio de 2010. Altera e consolida as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito.

BUTTENBENDER, D. Estudo sobre a estrutura de governança de uma cooperativa de crédito: o caso da Sicredi União RS. **Revista científica Faculdade de Balsas**. v.8, n.1, p. 57 – 70, 2017.

BÜTTENBENDER, P. L. *et al.* Um estudo sobre o cooperativismo, administração, governança cooperativa e desenvolvimento: desafios e

prioridades para a sustentabilidade futura. **Salão do conhecimento**, XXIV Jornada da pesquisa. Unijuí, 2019.

BÜTTENBENDER, P. L. *et al.* O processo de implantação de modelo de governança em uma cooperativa de crédito: um estudo de caso. **Revista de gestão e organização cooperativas - RGC**. v. 8, nº 17. Jan. / Jun. 2021.

CUNHA, V. C. *et al.* Análise dos princípios do cooperativismo aplicado nas cooperativas de crédito: um estudo de caso na cooperativa do sistema Sicred. **II SITEFA – Simpósio de Tecnologia Fatec**. 2020, p. 302 – 312.

FIORIN, José Augusto (org.). **Introdução ao Cooperativismo**. Ijuí: Sapiens Editora, 2007. 60 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

NASCIMENTO, F. P. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

OCERGS - SESCOOP/RS. **O que é cooperativismo?** Disponível em: <https://www.sescoopr.s.coop.br/cooperativismo/o-que-e-cooperativismo/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

OLIVEIRA, Sabrina. CHAVES, Carlos J. A. COSTA Fábio M. G. **Cooperativismo e preocupação com a comunidade: compromissos com a questão ambiental**. Enepex - Encontro de ensino, pesquisa e extensão. 13º Enepe UFGD, 10º Epex UEMS. 2019.

ONUMA, F. M. S. MAFRA, F. L. N. MOREIRA, L. B. Autogestão e subjetividade: interface e desafio na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Caderno EBAPE.BR**. v. 10, artigo 4, Rio de Janeiro. Mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Sistemas cooperativos**. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/ocb-organizacao-das-cooperativas-do-brasil/>. Acesso em 10 nov. 2021.

PERIUS, Vergílio F. **A origem do cooperativismo**. Porto Alegre. SESCOOP/RS, 2020. 140 pgs.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Universidade Federal de Santa Maria. Colégio Politécnico. Rede e-Tec Brasil. 2014. 106 p.

SAMPIERI, Roberto H. COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 615 p.

SCHNEIDER, E. P. **Cooperativismo de crédito**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006a.

SCHNEIDER, J. O. HENGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC. Economia solidária e ação cooperativa**. v. 1, n. 1, jul./dez. 2006.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCOOP/RS. **Ramos do cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://www.sescoopr.rs.coop.br/app/uploads/2019/10/cartilha-ramos-cooperativismo-2019.pdf>. Acesso em 10 nov. 2021.

SILVA, M. C. **Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis**. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Biguaçu – SC. 2009.

SILVA, R. F. CANÇADO, A. C. SOUSA, D. N. Princípios cooperativistas e cooperativismo de crédito: um estudo de caso em Paraíso do Tocantins, Brasil. **Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social**, vol. 14, n. 27, jan.-jun, 2014, p. 35-54.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Caminhos de geografia** - revista on-line. Uberlândia. V.10, N. 30. Jun. 2009. p. 65 - 78. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SPAREMBERGER, Ariosto et al. Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local ao global. **Revista de Gestão e Organização Cooperativa – RGC**. Santa Maria, RS. Vol. 7, n. 11, Jan. / Jun. 2020.

VEIGA, S.M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: fase, 2001.

Capítulo 8

APROXIMAÇÕES ENTRE O TEMA DA RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E AS CONTRIBUIÇÕES ADVINDAS DAS EXPERIÊNCIAS DE COOPERATIVISMO SOCIAL

*Cláudia Jussara Harlos Heck
Sandra Vidal Nogueira*

Introdução

O Brasil pode ser considerado, do ponto de vista geopolítico, como sendo um país periférico¹, pelas desigualdades sociais e também os altos índices de pessoas encarceradas. Isto se evidencia sobremaneira na posição que o país ocupa no contexto internacional, ou seja, o 3^a lugar, neste quesito. Dados apresentados pela Plataforma Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN, 2022) demonstram que, no período entre janeiro e junho de 2022, a população privada de liberdade no Brasil era de 626.005 homens e 28.699 mulheres, totalizando 654.704 pessoas.

Comumente, o número de indivíduos encarcerados acaba sendo maior que a própria capacidade de estrutura física das celas. Esta evidência torna a superlotação dos presídios um dos maiores gargalos do sistema carcerário brasileiro. Aliado a isto, encontra-se o fenômeno da precariedade de condições no atendimento ao quesito da ressocialização.

Ao revisitar as contribuições que o assunto possa ensejar ao debate sobre as tecnologias sociais², em função das demandas advinda da sociedade civil, das universidades, dos setores governamentais, há de se focalizar melhor a maneira pela qual se perpetuam as estruturas disruptivas na ambiência do sistema prisional brasileiro. Tal reflexão se torna uma urgência histórica, em se tratando da elaboração de aportes aos estudos e

1 Em se tratando do sistema político e econômico capitalista mundial.

2 Materializadas por meio de processos, métodos, técnicas, produtos ou mesmo de artefatos, desenvolvidos nas diferentes esferas da sociedade.

às pesquisas que versam sobre uma vertente teórica mais crítica em relação a compreensão sobre os processos de ressocialização das pessoas privadas de liberdade (PPL), a partir de bases emancipatórias.

A reincidência ao crime demonstra o fracasso das prisões

A prisão entendida como “espaço restrito para o cumprimento de uma pena” foi sendo revisto ao longo dos tempos, de modo que mudanças de concepções aconteceram, até se chegar nos parâmetros conceituais existentes nos modelos atuais. Nesse sentido, de acordo com Foucault (2014, p. 89), “O direito de punir deslocou-se da vingança à defesa da sociedade”.

Apesar disto, não se pode deixar de considerar que as prisões sempre foram instituições históricas destinadas, estrategicamente, ao controle de pessoas, que apresentam certo grau de perigo à sociedade, atribuindo punições³ devidas. A questão do poder disciplinar exercido nesse tipo de instituição para a aplicação de castigos é referenciada por Foucault (2014), quando ele cita o Panóptico⁴, na clássica obra “Vigiar e Punir”⁵.

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravessasse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de

3 “A punição estava, no passado, vinculada à ideia de vingança. O progresso humano, ao longo da história, foi alterando essa lógica e o que era a vingança pessoal, ou do clã, passou a ser a vingança do corpo social: uma resposta à agressão que agora era sentida por toda a sociedade, por vezes representada apenas por um indivíduo, ao ser desrespeitada uma norma de conduta” (LEMOS, 2013, p. 126).

4 Termo cunhado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, em 1785, se fez presente no legado de Foucault como sendo uma “arquitetura panóptica”, ou seja, que permite ser usada em praticamente qualquer lugar e instituição (tais como: fábricas, escolas, quartéis e hospitais), a exemplo das prisões (FOUCAULT, 2014).

5 Em sua 42ª edição no Brasil.

luz e esconder - só conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 2014, p. 121).

Seria este um modo eficiente de produzir “corpos dóceis”, a partir de um modelo disciplinar de “arquipélago carcerário”. A esse respeito o autor supracitado esclarece:

Em todo caso, pode-se dizer que os encontramos no fim do século XVIII diante de três maneiras de organizar o poder de punir. A primeira é a que ainda estava funcionando e se apoiava no direito monárquico. As outras se referem, ambas, a uma concepção preventiva, utilitária, corretiva de um direito de punir que pertencia à sociedade inteira; mas são muito diferentes entre si, no nível dos dispositivos que esboçam. Esquemmatizando muito, poderíamos dizer que, no direito monárquico, a punição é um cerimonial de soberania, ela utiliza as marcas rituais de vingança que aplica sobre o corpo do condenado; e estende sob os olhos dos espectadores um efeito de terror ainda mais intenso por ser descontínuo, irregular e sempre acima de suas próprias leis, a presença física de seu soberano e de seu poder. No projeto dos juristas reformadores, a punição é um processo para requalificar os indivíduos como sujeitos de direito; utiliza, não marcas, mas sinais, conjuntos codificados de representações, cuja circulação deve ser realizada o mais rapidamente possível pela cena do castigo, e a aceitação deve ser a mais universal possível. Enfim, no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com os traços que deixa, sob a forma de hábitos, no comportamento; e ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena (FOUCAULT, 2014, p.129-130).

Vale relembrar que o surgimento da prisão no Brasil teve seu início no período colonial⁶ e, desde então, existe uma tendência crescente na adoção de uma visão mais humanizada da pena. Segundo Foucault (2014, p.81), isto pressupõe, na prática, uma nova “economia política” do poder de punir.

A chamada Lei de Execuções Penais (LEP) - 7210/1984⁷ definiu

6 “[...] o sistema de controle disciplinar carcerário no Brasil teve seus contornos no âmago da sociedade escravista brasileira do século XIX, em especial durante o começo da expansão cafeeira. Muitos eram os focos de tensão e de ameaça à hegemonia do modelo cafeeiro insurgente, destacando-se os interesses ingleses contrários ao tráfico intercontinental, os plantadores escravistas, os produtores interioranos, sobretudo do Sul de Minas, ligados ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, os colonos das demais regiões, os escravos insurretos e a malta urbana” (ROIG, 2005, p. 35).

7 De acordo com Roig (2005, p. 138), “A Lei de Execução Penal é um meio de controle das condutas carcerárias, como suposto objetivo de proporcionar a “reintegração” social do condenado, resguardando um acervo de direitos sem aplicabilidade, desse modo delegou aos

avanços expressivos nessa direção. Logo em seu primeiro item assegura que o intuito é a ressocialização do condenado e interno, em seus artigos subsecutivos identifica-se que o Estado endossa a assistência jurídica, material, saúde, educacional, social e religiosa para prevenir e orientar, estendendo-a ao egresso, sendo que o estabelecimento penal deverá conter espaços destinados para a prestação do assessoramento.

No entanto, o sistema penitenciário brasileiro, carece do adensamento de políticas públicas mais efetivas e capazes de impulsionar os processos de ressocialização, construídos noutras bases. A esse respeito Foucault (2014, p.259), pontua:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de criminosos permanece estável, ou ainda pior aumenta. [...]. A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, têm-se mais chance de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos. [...]. A prisão fabrica delinquentes: fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que seja lhes imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade. [...] a prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as complicitades

A vida no interior de uma prisão pode agravar e até piorar a conduta dos apenados. Estando eles no meio de gente abandonada por familiares e excluídos pela própria sociedade, acabam por estreitar laços no mundo do crime. Exemplo disso é o crescimento das facções no Brasil e a crescente adesão, principalmente das populações mais vulneráveis, a esse tipo de grupo. De acordo com dados da literatura especializada, o Brasil possui 53 facções criminosas atuando dentro e fora de presídios. Cada Estado possui pelo menos um grupo registrado e ativo. Cinco principais grupos disputam poderes e desenham os rumos de tornar o Brasil um narco-estado. A maior facção no Brasil é o Primeiro Comando da Capital (PCC), que surge em 1983 no Vale do Paraíba em SP. Possui 112 mil membros, 12 líderes, 2000 dirigentes, 1000 soldados e 10 mil associados. Já possui ramificações no Paraguai, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Se estrutura nos moldes da máfia italiana. O Comando Vermelho (CV), mais antigo que o PCC, nasceu na Ilha Grande no RJ nos anos 70 é a segunda. A Família do Norte (FDN) é a terceira, surge no Amazonas em 2007. Os Guardiões do Estado (GDE), é formada em 2016 no Ceará, e está em quarto lugar. 25 mil membros é

órgãos da execução penal julgar o comportamento dos presidiários, para tanto dispôs de uma série de procedimentos, tendo em vista a organização nos presídios.”

o número estimado. Nos anos 2000 a Nova Okaida é criada na Paraíba e aparece em quinto lugar com 12 mil membros.

Nesse sentido, ao abordar o tema do encarceramento e seus resultados é, pois, imprescindível tematizar sobre os modelos de ressocialização das pessoas privadas de liberdade (PPL) e dos egressos do sistema prisional brasileiro, ou seja, há de se tratar do cumprimento de leis que visam a reintegração social com dignidade, de maneira a prevenir os casos de reincidência entre a população carcerária.

A superlotação carcerária e as vivências da ociosidade e escassez de práticas laborais

O Código Penal brasileiro estabeleceu, em seu artigo 32, três tipificações de pena: privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Numa análise sobre a dinâmica carcerária, Lemos (2013, p. 123) esclarece que: “Se por um lado a prisão representou um avanço em direção à humanização da punição, por outro lado foi alvo de críticas tão contundentes como as que lhe deram origem no século XVIII”. Assim sendo, mesmo após a Lei de Execução Penal brasileira ensejar ser uma das mais completas no mundo, infelizmente, na prática, não é seguida em sua integralidade no país.

A superlotação carcerária, por exemplo, se faz presente não somente nas penitenciárias e cadeias públicas, mas permeia o sistema como um todo. Em face disto, devido à crise em que se encontra o sistema prisional brasileiro, a pena privativa de liberdade continua não logrando os resultados esperados. Segundo dados disponibilizados pelo INFOPEN (2021), os negros representam 64% da população carcerária brasileira, sendo que 55% de todo esse coletivo, localiza-se na faixa etária entre 18 a 29 anos e concentra-se em todas as unidades federativas, com destaque para os Estados de Acre, Amazonas, Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Sergipe.

Considerando as principais deficiências do sistema prisional brasileiro (estruturais e sistêmicas) vinculadas às PPL e também aos egressos, encontram-se, por um lado, as rotinas de tempo ocioso e, por outro, as situações com escassez de práticas laborais. Tais realidades funcionam negativamente no processo de humanização dentro nas prisões. Para Greco (2011, p. 443), “Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao

normal convívio em sociedade”.

Com relação aos altos índices de reincidência, Bittencourt (2012, p. 597) enfatiza que estes “têm sido, historicamente, invocados como um dos fatores principais da comprovação do efetivo fracasso da pena privativa de liberdade, a despeito da presunção de que, durante a reclusão, os internos são submetidos a um tratamento ressocializador”.

Em face de tudo isso, torna-se urgente uma reforma profunda no Direito Penal para que a pena privativa de liberdade seja utilizada somente nos casos em que não exista outra solução, evitando assim, a prisão desnecessária e, conseqüentemente, o aumento considerável da população carcerária. Carnelutti (1995, p. 80), cita em sua obra “As misérias do processo penal”:

Na esperança de retornar ao convívio humano e de reassumir a condição de homem livre, de retornar ao seu lugar na sociedade, é o oxigênio que alimenta o encarcerado [...] O preso, ao sair da prisão, acredita não ser mais preso; mas as pessoas não. Para as pessoas ele é sempre detento; nesta fórmula está a crueldade e o engano. A sociedade fixa cada um de nós ao passado; e o devedor, porquanto tenha pagado a sua dívida, é sempre devedor.

Conclui-se, desse modo, o quão forte é a crença que se mantém na sociedade com relação ao indivíduo que tenta se ressocializar, cuja imagem permanece vinculada ao ideário de encarcerado. Este preconceito, inviabiliza sobremaneira a possibilidade de reconstrução de vidas marcadas pelo cárcere e trazendo inúmeras dificuldades na sociedade e também no mercado de trabalho.

Pode-se dizer com isto, que os rumos tomados pelos processos de ressocialização estão diretamente ligados a forma como as ações são planejadas e executadas e, isto somente poderá acontecer de maneira positiva, à medida em que se possa salvaguardar a dignidade da pessoa humana, por meio de práticas cotidianas diferenciadas dos usuais modos de segregação. Dizendo de outro modo, a reintegração do preso ao convívio social é um fator decisivo para que a ressocialização *per se* obtenha bons resultados, no médio e longo prazos,

Nesse sentido, há de se considerar que a prática laboral representa uma importante estratégia para as ações de políticas públicas no sistema prisional brasileiro, com capilaridade em três esferas diferentes. São elas: a estatal, a criminal e a penitenciária. A esse respeito, Maurício Kuehne (2013, p. 32), acrescenta:

O trabalho, sem dúvida, além de outros tantos fatores apresenta

um instrumento de relevante importância para o objetivo maior da Lei de Execução Penal, que é devolver a Sociedade uma pessoa em condições de ser útil. É lamentável ver e saber que estamos no campo eminentemente pragmático, haja vista que as unidades da federação não têm aproveitado o potencial da mão de obra que os cárceres disponibilizam.

Na prática, o trabalho pode alterar muitas realidades no espectro das desigualdades sociais, “contudo, isso é potencializado quando o egresso do sistema prisional, na busca por reinserção social, encontra no trabalho uma fonte de renda e de melhoria financeira e aceitação social” (CHAVES; TEIXEIRA; MARANHÃO, 2021, p. 978).

Entendido, portanto, sob a ótica de um direito social atribuído a todos os cidadãos, o trabalho está expressamente previsto na Constituição Federal em seu art. 6º. A própria Lei de Execução Penal em seu artigo 41, inciso II, também o elencou o trabalho como sendo direito do preso e um importante mecanismo ressocializador, porém, ainda são poucos os estabelecimentos que fornecem vagas de trabalho aos reclusos e egressos.

As cooperativas sociais e suas contribuições aos processos de ressocialização das PPL

O cooperativismo se constitui como sendo uma forma de associação que propõe diversas possibilidades de organização no mundo do trabalho aos seus associados, a fim de que eles possam alcançar objetivos em comum, a partir de dois princípios básicos, quais sejam: reinvestir nas comunidades e se ocupar do bem-estar das pessoas de maneira amplificada.

Nestas bases, as cooperativas são instituições civis de direito privado, promotoras de práticas laborais que protagonizam ações de solidariedade, participação democrática, responsabilidades compartilhadas, ajuda mútua, distribuição de renda de forma equitativa e modelos horizontais na administração dos empreendimentos.

Em síntese, o diferencial dessas organizações está na busca pela erradicação das desigualdades, por meio de uma estrutura democrática e com dinâmicas emancipatórias, que não distingue etnia, raça, gênero, orientação sexual e circunstância econômica. De acordo com Pinto (2009, p. 77), “são organizações coletivas que asseguram a igualdade de direitos na defesa da livre iniciativa, cuja finalidade é reduzir as desigualdades entre as classes sociais e manter o equilíbrio econômico de setores essenciais à sobrevivência humana”.

Na data de 10 de novembro de 1999 foi sancionada no Brasil a Lei nº. 9.867 que “Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos” (BRASIL, 1995). Em seu art. 3º estão especificadas as pessoas consideradas em desvantagem de acordo com a lei, aqui vale ressaltar os Incisos “IV - os egressos de prisões” e “VI - os condenados a penas alternativas à detenção”.

A conceituação de cooperativismo, por excelência, tem aproximações salutares com a ideia de ressocialização no sistema prisional brasileiro e tudo que gira em seu entorno. Destaque seja feito para a Lei da Discriminação no Emprego - 9.029/1995 que, em seu art. 1º, proíbe a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa no que tange à relação de emprego, ou sua manutenção, por motivo de sexo, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade.

Muitos países já vêm implantando cooperativas sociais em estabelecimentos penitenciários no intuito de ressocializar e preparar as pessoas encarceradas para o mundo “além dos muros”. No Brasil ainda são poucas as experiências, porém já existem resultados positivos em relação a algumas cooperativas. Exemplo disso é a “Cooperativa Social João-de-Barro (Cootrajoba)”, criada no ano de 2003, em Pedro Osório, Rio Grande do Sul, como parte integrante do “Projeto Trabalho para a Vida”, da Corregedoria-Geral da Justiça.

Garante trabalho e renda para egressos do sistema prisional, adolescentes egressos do cumprimento de medidas com privação de liberdade, e familiares de presos, que trabalham na produção de tijolos, telas em arame, tanques, pias, sanitários e na prestação de serviços de pintura, limpeza e jardinagem. Verificam-se reduzidos índices de reincidência quanto àqueles que a ela aderem. A ação ganhou o Prêmio Direitos Humanos 2005, na categoria Defesa dos Direitos Humanos (FORO, 2007, n.p.).

A referida cooperativa, coordenada pelo Foro de Pedro Osório, serviu de inspiração para o Município de São Sepé, Rio Grande do Sul que, por sua vez, criou “a Cooperativa Esperança”, formada por apenados, familiares e egressos do sistema prisional daquele Município” (FORO, 2007, n.p.).

A Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (Coostafe), organizada no Centro de Recuperação Feminina de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém/PA é a primeira cooperativa de mulheres privadas de liberdade no Brasil e vem servindo de inspiração para

outros estabelecimentos penitenciários⁸. Em recente matéria publicada pela “Easycoop Cooperativismo em Revista” e intitulada, “Cooperativas de trabalho ajudam a ressocializar presas”, a experiência da Coostafe ganhou maior destaque: “As detentas aprendem o ofício, montam um negócio, encontram compradores e repartem o lucro. A cooperativa não é somente uma fonte de renda, mas um passaporte de ressocialização. Quando saem da prisão, podem seguir no projeto ou vender individualmente” (PAIXÃO, 2020, não paginado).

As cooperativas geram um conjunto de valores agregados às pessoas, principalmente quando estas são pensadas para mulheres encarceradas, por exemplo. As vantagens vão muito além de gerar emprego, porque proporcionam, ainda, a inclusão social, trazendo maior dignidade, confiança e independência financeira. Nessa perspectiva, Otero e Barrera (2021, p. 10) esclarecem: “la conformación de redes colectivas, basadas en vínculos de confianza y solidaridad, posibilitan la construcción de prácticas y sentidos que permiten la inclusión sociolaboral de personas que transitan y transitaron contextos de encierro”.

Considerações finais

Destarte, a Lei de Execução Penal, juntamente com o Estado, possuem papel central na reinserção do apenado à sociedade, a superlotação e as condições precárias em que os encarcerados são mantidos, mostra que a reintegração do preso não é uma prioridade, mesmo diante da norma.

Os fatores relevantes para a inclusão do preso na sociedade devem se basear, principalmente na educação, no trabalho, para que, em última análise, se consolide a possibilidade de não reincidência. Esta é uma visão que incorpora a ideia de reabilitação do indivíduo, como essencial. Entretanto, segundo dados apresentados pelo Ministério da Justiça, de 2014, apenas 25% dos presos brasileiros realizam algum tipo de trabalho interno ou externo.

Este cenário, além de contrariar as garantias previstas na Lei de Execução Penal (7.210/1984) e em tratados internacionais assinados pelo Brasil, a falta de políticas estruturadas nessa esfera coloca em risco a própria capacidade de reintegração das pessoas encarceradas à sociedade.

Pode-se concluir, assim, que o sistema prisional brasileiro vem

8 Iniciativas similares estão em implantação em Tremembé, no interior paulista, e em Palmas, capital do Tocantins (PAIXÃO, 2020, não paginado).

deixando de lado a função social de ressocialização e está retrocedendo ao enfatizar apenas para a função punitiva. A lógica do atual modelo econômico se sustenta na exclusão dos meios de produção de grande parcela da população e, nesse sentido, consta-se que o instituto jurídico da pena possui substantivo amparo legislativo, com direitos e deveres expressos e bem elencados, assim sendo não ocorre a ineficiência da legislação, mas sim sua ineficácia devido a sua não concretização no plano da realidade. Isso acontece em grande parte, porque, os presídios ainda são lugares quase inacessíveis para a sociedade civil.

Apesar de se constituírem em instrumentos indispensáveis para a interrupção do ciclo de encarceramento, as políticas públicas para a reinserção de egressos ainda se mostram com alcance limitado no contexto brasileiro. Uma das alternativas de ampliação dessa perspectiva é, pois, a possibilidade descrita no ensaio, da criação e consolidação de cooperativas constituídas por apenados e/ou familiares, visando oportunizar um novo caminho e outro futuro, sem retorno ao mundo do crime.

A criação de cooperativas sociais, constituídas a partir de presos, seus familiares e também de egressos do sistema prisional brasileiro, significa um avanço considerável, nas formas de oportunizar uma via diferenciadas para a busca de direitos para seus associados. O que está em questão aqui é, pois, tratar do cooperativismo como sendo uma ferramenta de transformação social, que só cresce em termos globais e, que, pode oferecer excelentes resultados nos processos de ressocialização. Principalmente nos contextos onde as políticas públicas nem sempre são capazes de alcançar a parcela menos favorável da população.

Referências

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. São Paulo: Conan, 1995.

BARRERA, Yael Yanina; OTERO, Analia Elizabeth. Sentimiento libertad: singularidades de una experiencia cooperativa que busca derribar los muros carcelarios. **Reflexiones**, San José, Costa Rica, vol. 101 (1), p.1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/44230> Acesso em: 12 set. 2022.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 v. 1, 24. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

BRASIL. **Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execuções Penais.** Brasília, DF, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em: 24 dez 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.** Lei da Discriminação no Emprego. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9029-13-abril-1995-348798-norma-pl.html>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. **INFOPEN.** Brasília: DEPEN, 2021.

CHAVES, Gesline Cavalcante; TEIXEIRA, Paulo Tadeu Ferreira; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro. Direitos dos Presos e Reinserção Social de Ex-presidiários pelo Trabalho: Uma Revisão Sistemática. **Id on Line Rev. Psic.** v.15, n. 57, p. 975-996, Out., 2021. Disponível <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3265/0> Acesso em: 13 set. 2022.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Sisdepen: Sistema de Informações do Sistema Penitenciário Nacional.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen> Acesso em: 14 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FORO. Cooperativa João-de-Barro, de Pedro Osório, serve de modelo à Cooperativa Esperança, criada no município de São Sepé. **In Pedroosório.Net.** Disponível em: <https://www.pedroosorio.net/cooperativa-joao-de-barro-de-pedro-osorio-serve-de-modelo-a-cooperativa-esperanca-criada-no-municipio-de-sao-sepe>. Acesso em: 11 set. 2022.

GRECO, Rogério. **Direitos Humanos, Sistema Prisional e Alternativa à Privação de Liberdade.** São Paulo: Saraiva, 2011.

KUHENE, Maurício. **Lei de Execução Penal Anotada.** 11. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2013.

LEMOS, Daniel de Souza. A moderna política dos castigos uma perspectiva da punição em Michel Foucault. **Em Tese,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 114-135. 2013.

PAIXÃO, Mayara. Cooperativas de trabalho ajudam a ressocializar presas. **EasyCoop em Revista.** Disponível em: <https://easycoop.com.br/>

Noticias/49116/Cooperativas-de-trabalho-ajudam-a-ressocializar-presas.
Acesso em: 15 set. 2022.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Direito e prática histórica da execução penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS COOPERADOS NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE IJUÍ/RS

*Dione Joel Thomas
Thiago Beniz Bieger
Enise Barth*

Introdução

O processo cooperativista no estado do Rio Grande do Sul/RS teve seu início em 1902 com o padre jesuíta Theodor Amstad, que fundou a primeira cooperativa de crédito do modelo Raiffeisen, em Nova Petrópolis, em 1906. Também fundou a primeira cooperativa de crédito do modelo Luzzatti, em Lajeado (SOUZA, 2009). Desde então, o cooperativismo de crédito agrícola no RS, mantém-se em crescimento constante, sendo distribuído para todas as regiões do estado, em especial na região Noroeste.

Com o aumento no número de cooperativas e o crescente número de cooperados, se expande também a atuação do cooperativismo nos diversos ramos da atividade econômica, como agropecuária, crédito, infraestrutura, saúde, transporte, consumo, trabalho e produção (OCERGS, 2021), alcançando elevada importância para o desenvolvimento local e regional.

Conforme os dados de 2020 da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGS, existem cerca de 455 cooperativas presentes no RS, sendo 137 localizadas na região Noroeste. As mesmas atuam nos diversos ramos, como agropecuária, infraestrutura, saúde, trabalho e produção, crédito e transporte. Tais dados demonstram o potencial representativo da região noroeste no cooperativismo. Contudo, o cooperativismo na região noroeste do RS se destaca na agropecuária.

Para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande Do Sul – SESCOOP/RS (2019), a presença marcante do cooperativismo no contexto da região Noroeste, vem se firmando como alternativas para que estabelecimentos agropecuários

do meio rural consigam, por meio da organização coletiva, uma melhor organização do trabalho e da distribuição mais igualitária do poder e da renda (SPAREMBERGER *et al.*, 2019).

Neste sentido, a presença de cooperativas e do espírito associativista, historicamente estão presentes nas propriedades rurais da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, mantendo-se importantes para o desenvolvimento econômico e social. Contribuem ainda com a união das pessoas, no poder de barganha e a intervenção no setor econômico, na distribuição de lucros proporcionais a sua participação ou no trabalho de cada associado, enquanto estratégia de desenvolvimento onde todos ganham juntos.

Assim, o presente capítulo traz como tema a influência do cooperativismo nos estabelecimentos agropecuários. Desta forma, o estudo objetiva descrever características evidenciadas nos estabelecimentos rurais que diferenciam os cooperados dos não cooperados, na região geográfica imediata de Ijuí/RS, região que conta com 77 municípios localizados na região Noroeste do RS. Se buscou diferenciar estabelecimentos com associação a cooperativas e estabelecimentos não associados, em relação a característica como a área de atuação, grupos de área total, nível de instrução do produtor responsável, uso de agrotóxicos, uso de adubação, agricultura orgânica, e orientação técnica nos estabelecimentos.

A seleção da região como referência do estudo se justifica, por ter sido, na região Missões-Noroeste, a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil pelos padres jesuítas, que foram comunidades solidárias fundamentadas no trabalho coletivo com objetivo de promover o bem-estar de seus membros (SESCOOP/RS). O cooperativismo tem um papel cada vez mais importante no desenvolvimento local, por meio da organização das pessoas, na qual elas próprias são os agentes do processo de construção da cidadania (SPAREMBERGER *et al.*, 2019). Dessa forma, o cooperativismo pode oferecer alternativas aos estabelecimentos agropecuários por meio de suas características, como a livre adesão, práticas coletivas, e principalmente a participação na tomada de decisão das cooperativas.

Este trabalho está estruturado em cinco partes. Na primeira parte é apresentado a contextualização do estudo, expondo o campo de estudo, delimitação do estudo, os objetivos, e a justificativa. Na segunda parte é exposto à base de sustentação do estudo, como o referencial teórico. Na terceira parte é detalhada a metodologia através do tipo de pesquisa,

técnicas de coleta e análise dos dados. Na quarta parte, ocupa-se com a descrição, análise e interpretação dos dados do estudo. Na quinta parte são detalhados os resultados obtidos, e as conclusões do estudo e as sugestões para novos estudos.

Desenvolvimento sustentável

O surgimento da “ideia de sustentabilidade emerge das críticas feitas aos dois modelos hegemônicos de desenvolvimento no pós-guerra, devido aos problemas ambientais e sociais gerados pelos processos de industrialização e urbanização que sustentavam os dois modelos” (ROTTA, 2021, não paginado).

Para Riedl (2020, p. 131) o desenvolvimento sustentável surge por meio do reconhecimento

do pressuposto de que o padrão de desenvolvimento que prevalece nas sociedades contemporâneas é totalmente insustentável, tanto do ponto de vista de suas repercussões econômicas e sociais como, sobretudo, o provável esgotamento de recursos naturais não renováveis.

Assim, o desenvolvimento sustentável é construído sobre três pilares ou dimensões interdependentes e mutuamente sustentadoras, o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a proteção ambiental (SCHNEIDER, 2015). Essas dimensões estão ligadas à satisfação de necessidades básicas da sociedade atual, onde estas se relacionam muitas vezes com a superação das desigualdades sociais, da pobreza, do bem-estar social, e principalmente com o equilíbrio econômico e ambiental.

O desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Para Schneider (2015), o desenvolvimento sustentável busca o equilíbrio entre proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e o direito ao bem-estar das gerações futuras, podendo se tratar de um conjunto de metas para a criação de um mundo equilibrado, evitando com isso a degradação pelo uso.

Para Bridi e Medeiros (2018, p. 73), desenvolvimento sustentável refere-se à manutenção dos padrões atuais de desenvolvimento de forma a garantir o suprimento das necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

No entendimento de Giese e Buttenbender (2015, não paginado),

o desenvolvimento sustentável refere-se a um:

processo intermediário para a busca da manutenção contínua do ambiente onde se vive, apresentando uma preocupação em estabelecer relação de equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica, social, cultural, política e espacial, onde deva ser sempre perseguida com vistas a atingir um estado de equilíbrio constante, denominado de sustentabilidade.

Tais reflexões teóricas sugerem que desenvolvimento sustentável não está dissociado dos conceitos de desenvolvimento regional, contudo, diferencia-se desse em razão das questões relativas à sustentabilidade.

Desenvolvimento regional

A discussão frente ao desenvolvimento regional vem ganhando espaço no ramo cooperativo, principalmente nas questões sobre o crescimento econômico e desenvolvimento. Neste sentido, Furtado (1983) e Schumpeter (1985), trazem como crescimento econômico o resultado financeiro, e o desenvolvimento como sendo a melhoria na qualidade de vida da população, como o acesso à educação, saúde, longevidade, entre outros.

Além de oportunizar os resultados econômicos e o crescimento, as cooperativas também priorizam o desenvolvimento local e regional, nos locais onde estão localizadas suas sedes e principalmente seus associados (DÉLAI *et al.* 2016). Buscando o desenvolvimento por meio da colaboração entre pessoas, através do envolvimento econômico e capacidade humana.

Desta forma, para Kapelinski (2021, p. 50), desenvolvimento, em qualquer concepção, “deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida”. Para Riedl (2020), desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, sendo que quanto maior será a renda per capita maior o nível de desenvolvimento das pessoas.

O desenvolvimento também é visto como liberdade, por meio de práticas e ações coletivas compostas de cidadãos iguais, em que a expansão das liberdades representa o desenvolvimento (SEN, 2000). Esta liberdade segundo Bugs e Siedenberg (2013) representa uma relevante condição para a sociedade civil trazer suas contribuições, não somente com ideias, mas sim, principalmente, com participação ativa na efetivação das soluções, contribuindo para o processo de desenvolvimento local/regional.

O desenvolvimento local é definido como o processo que pressupõe uma transformação ciente da realidade local por meio da qual o desenvolvimento endógeno é promovido em um certo pequeno espaço geográfico, territorialmente definido e representando uma identidade cultural comum através da qual os processos de organização, participação e relações sociais (BÜTTENBENDER, 2020).

No entanto, o desenvolvimento regional é entendido como um processo de transformação da estrutura econômica de uma região, na qual se verifica também uma melhoria na qualidade de vida da população (BASSAN; SIEDENBERG, 2003).

Ainda o desenvolvimento regional pode ser o reflexo do equilíbrio racional na utilização e dinamização dos recursos disponíveis de uma região, representando o resultado de políticas locais integradas com as políticas regionais, estaduais e federais, promovendo o desenvolvimento futuro com maior produtividade (BUGS; SIEDENBERG, 2013).

Neste sentido o desenvolvimento regional vai além dos aspectos econômicos e sociais, estabelecendo diversas inter-relações com vários elementos da região (SIEDENBERG, 2006), abordando relações na dimensão social, econômica, ecológica, espacial e cultural (SACHS, 1997), que pode ocorrer em determinado espaço e tempo.

Para Riedl (2020, p.124), atualmente o conceito de “desenvolvimento regional experimentou uma transformação importante, tornando-se um instrumento teórico-metodológico para a análise das características microrregionais”.

Estabelecimentos agropecuários

O objeto deste estudo se concentra nos estabelecimentos agropecuários e suas características. Utilizamos a classificação do IBGE (2019, p.16), fonte dos dados primários analisados, que define Estabelecimento Agropecuário:

É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Agricultura familiar

No Brasil os primeiros exemplos de trabalho por meio de características familiares foram as capitânicas hereditárias (MARTINS; MENEZES; BERNHOEFT, 1999), trazido ao Brasil pelos portugueses em 1535. Estas Capitânicas hereditárias eram baseadas na divisão do território brasileiro, sendo entregue aos portugueses responsáveis pelo seu povoamento (GONÇALVES, 2007). Mostrando com isso que as organizações familiares brasileiras foram constituídas já no início do povoamento do Brasil.

Nesse sentido, Moraes e Schwab (2019) mostram que “a agricultura familiar pode ser compreendida como forma de organização produtiva, a qual leva em consideração as necessidades e objetivos da família, onde a gestão e trabalho são fatores intimamente relacionados. Ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho na propriedade”.

Agricultura familiar, para Navarro (2020), é tida como uma classe social que teria atributos essenciais e destaque no desenvolvimento agrário, sendo que o adjetivo familiar refere-se ao modo da administração do estabelecimento rural, onde este somente será assim denominado quando estiver nas mãos da família.

De acordo com a Lei n 11326/2016, agricultura familiar é “uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado”.

Conforme o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) define como propriedade familiar, “o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração”. Aliado a isso, caracteriza-se imóvel rural, o imóvel descrito no art. 4º da Lei n. 4504/1964, que é “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, ou iniciativa privada”.

Na esfera legal, o conceito adotado para a Lei nº 11.236 de 24 de julho de 2006, definiu a agricultura familiar da seguinte maneira:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural,

atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II – agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006, p. 1).

Algumas características de agricultura familiar são a mão de obra basicamente familiar, contratando mão de obra complementar nos períodos de muito trabalho, a organização do processo produtivo realizado pela família, possui produção diversificada, objetivando a melhor utilização da área disponível, a mão de obra familiar e o aumento da renda (SCHNEIDER, 2003). Ainda no Quadro 1, podemos observar diversos conceitos sobre agricultura familiar bem como seus respectivos autores.

Quadro 1 – Conceitos de agricultura familiar

Atores	Conceito de agricultura familiar
Lamarche (1993)	A agricultura familiar caracteriza-se pela maneira de viver diferente das demais, pois a mesma enfoca a preservação ambiental e a identidade cultural, incentivando a permanência do jovem no campo
Wanderley (1999)	É aquela propriedade rural em que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”, sendo a agricultura camponesa tradicional uma das formas sociais de agricultura familiar.

INCRA/FAO (1996)	Propriedade rural que apresenta três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva”.
Carmo (1999)	Forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção.
Martins (2001)	Uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola.
Schneider (2003)	Forma de categoria social baseada no trabalho familiar não agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a essência da mão de obra familiar (agrícola ou não-agrícola) seja preservada.
Ahlert (2009)	Um sistema no qual os meios de produção são familiares e os resultados do processo de produção são divididos no final, ou seja, não existe salário
Abramovay (2010)	Unidade produtiva onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento.
Aquino, Gazolla e Schneider (2018)	A agricultura familiar brasileira tem peso importante na estrutura agrária nacional, além de ser responsável pela geração de empregos, ocupações, renda e pela produção de alimentos destinados ao mercado doméstico.

Fonte: Kapelinski (2021).

Dessa forma, se entende que as características da maior parte dos estabelecimentos agropecuários da região geográfica intermediária de Ijuí/RS (IBGE, 2017) são de agricultura familiar, tendo em vista o seu tamanho médio, utilização de força de trabalho. Tal informação foi confirmada pelo Censo Agropecuário 2017, que classificou 84,9% dos estabelecimentos como familiares (IBGE, 2017).

Outro dado que confirma o caráter familiar dos estabelecimentos é a proporção da força de trabalho que tem laços de parentesco com o responsável pelo estabelecimento é de 90,3% (IBGE, 2017).

Cooperativismo

O cooperativismo traz em sua essência o princípio solidário, de práticas coletivas, hábitos recíprocos, de cooperação e apoio mútuo, relações sociais, garantindo com isso a integração das pessoas por um objetivo em comum (KAPELINSKI *et al.* 2020; FRANTZ, 2012; KLAES, 2006). Sendo que cooperar é uma atividade fortemente ligada ao desenvolvimento da humanidade (OCERGS, 2021).

Assim o movimento cooperativista surge como reação emancipatória de uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a Revolução Industrial (SCHNEIDER, 2012). A partir da primeira iniciativa cooperativa da Sociedade dos Probos de Rochdale, em 1844, na cidade inglesa de Manchester, que se desencadeou a criação de cooperativas em todo o mundo, servindo de exemplo e inspiração para diversas regiões que se encontravam em situações semelhantes, devido ao modelo de produção capitalista.

O cooperativismo é definido como uma associação de pessoas, voluntariamente unidas a atender a necessidades coletivas e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa coletiva e controlada democraticamente pelos membros e associados (SCHMIDT, 2020).

Para Büntenbender *et al.* (2019), o “cooperativismo tem se apresentado, como uma forma inovadora de organização social e econômica, gerando oportunidades de trabalho e geração de renda, promovendo a distribuição mais igualitária e equitativa do poder e da renda”.

Os princípios do cooperativismo estão organizados em sete regras que o orientam:

- 1 – Adesão voluntária e livre: cooperativas são organizações voluntárias abertas para todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a aceitar suas responsabilidades de sócio sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
- 2 – Gestão democrática pelos associados: as cooperativas são organizações democráticas controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas tomadas de decisões. Homens e mulheres, eleitos pelos sócios, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação; as Cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática.
- 3 – Participação econômica dos associados: eles contribuem

equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua Cooperativa. Parte desse capital é usualmente propriedade comum da Cooperativa para seu desenvolvimento. Usualmente os sócios recebem juros limitados sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras para os seguintes propósitos: desenvolvimento das Cooperativas, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios, redistribuição das sobras, na proporção das operações.

4 – Autonomia e independência – as Cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazer em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

5 – Educação, formação e informação: as cooperativas oferecem educação e treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. Também informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6 – Intercooperação: as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, e de forma sistêmica, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, através de Federações, Centrais, Confederações etc.

7 – Compromisso com a comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros, assumindo um papel de responsabilidade social junto a suas comunidades onde estão inseridas (SESCOOP/RS, 2021).

Tendo por base seus princípios, “o cooperativismo vem contribuindo como uma afirmativa para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária” (KAPELINSKI *et al.* 2020, p. 229). Para a OCB o cooperativismo ultrapassa um modelo de negócio, podendo ser considerado uma filosofia capaz de conciliar o desenvolvimento social e econômico, produtivo e sustentável (OCB, 2021).

Neste sentido, “o cooperativismo não é um movimento de estrutura única” (KAPELINSKI *et al.*, 2020, p. 230), mas sim, uma organização moldada conforme a estrutura social e econômica, concepção política e crenças religiosas (FRANTZ, 2012).As cooperativas têm grande relação com a história e o movimento de desenvolvimento da região, onde estão inseridas, surgindo como alternativas a fim de oferecer soluções para demandas levantadas pelos próprios associados. Sendo as cooperativas empresas formadas e controladas por pessoas no sentido de resolver seus problemas, econômicos, sociais ou culturais, em comum.

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (2021), cooperativas são empresas baseadas em valores e objetivos coletivos, e não somente na geração de riquezas. Baseados principalmente na igualdade e na justiça social, permitindo para as cooperativas que as pessoas tomem controle de suas economias, em que os benefícios das atividades desempenhadas permaneçam nas próprias comunidades.

Para o Sistema OCB (2017), cooperativa é “uma sociedade autônoma, composta por pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida”.

Moraes e Schwab (2019) afirmam que “as cooperativas podem ser consideradas instituições capazes de agir estrategicamente na promoção da permanência dos agricultores no campo e condizem com uma nova forma de organização e mobilização da agricultura familiar”. As instituições cooperativas podem atuar tanto no crédito rural quanto na distribuição da produção e assistência técnica.

No setor agropecuário, os principais tipos de cooperativa presentes são as Cooperativas Agropecuárias. Nesse tipo de empreendimento, “é possível atender toda a cadeia produtiva: cultivo, colheita, tratamento, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos. Tais negócios têm como objetivo organizar, em comum e em maior escala, os serviços dos seus associados”. (Sistema OCB, 2017).

Atualmente, as organizações cooperativas, em que pese a obrigatoriedade legal de registro junto à OCB, já se associam a outras organizações como UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (PERONI, 2018).

Neste sentido, no Brasil o cooperativismo possui 13 (treze) ramos, sendo que a partir de 2020 passou para 7 (sete), tudo isso a fim de garantir uma maior proximidade do Sistema OCB com as cooperativas, gerando impactos positivos para as pessoas e negócios das cooperativas, onde alguns ramos foram unidos e outros foram renomeados. Sendo que os 7 ramos são agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, e transporte (OCB, 2021).

Metodologia

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pois busca descrever os resultados encontrados, analisando-

os com intensidade. Estudos descritivos “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002), servindo para analisar como é e como se manifesta um fenômeno e seus componentes (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Tentando com isso estabelecer relação entre cooperativismos e práticas desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários.

A pesquisa exploratória permite uma maior proximidade do pesquisador com o ambiente ou fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2017). Neste sentido, a busca de dados se deu junto ao banco de dados do IBGE, os quais contribuíram para imprimir a abordagem quantitativa dos dados coletados. Segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2013), a abordagem quantitativa permite descrever variáveis, bem como explicar mudanças e movimentos.

Para a realização da coleta de dados foram utilizados dados secundários. Esses dados foram obtidos junto ao site do IBGE cidades, referente aos censos agropecuários de 2006 e 2017. Quanto aos procedimentos, classifica-se como um artigo de caráter documental, “permitindo a investigação de determinada problemática de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social” (SILVA *et al.*, 2009).

Análise dos resultados

A influência das cooperativas nos estabelecimentos agropecuários pode ser identificada pelos mais diversos fatores e características. Podendo ser em relação à área de atuação, agricultura familiar, nível de instrução do produtor, uso de agrotóxico, uso de adubação, agricultura orgânica, e orientação técnica nos estabelecimentos. Estas características são apresentadas de diferentes formas entre os estabelecimentos cooperados e não cooperados da região. Tendo em vista estas diferenças nos estabelecimentos, foi por meio dos dados do Censo Agropecuário do ano de 2006 e ano de 2017, aqui considerado como período intercensos (2006-2017), que se tentou evidenciar características que diferenciam os estabelecimentos cooperados dos demais estabelecimentos.

De acordo com o Sistema SESCOOP/RS, no ano de 2020 cooperativas do ramo agropecuário registraram um acréscimo de 11,8% no faturamento

em relação ao exercício anterior. Sendo que o principal produto ou matéria prima comercializado foi a soja, com 50% na participação total, sendo este um dos produtos mais cultivados na região imediata de Ijuí. Esse acréscimo no faturamento acontece devido grande parte das cooperativas da região Noroeste ser do ramo agrícola, tendo um grande vínculo com as atividades do meio rural, praticadas nos estabelecimentos agropecuários.

Em 2021, existem 48 cooperativas ligadas ao Sistema SESCOOP/RS com sede na região imediata de Ijuí, sendo 17 do ramo agropecuário, 11 do ramo de transporte, 5 do ramo da saúde, 6 do ramo de crédito, 5 de infraestrutura, principalmente da distribuição de energia elétrica. As cooperativas do ramo agropecuário têm por finalidade atender a cada vez mais estabelecimentos do meio rural, a fim de promover o desenvolvimento local.

A região geográfica imediata de Ijuí/RS, melhor visualizada no Mapa 1, é um recorte geográfico decorrente da última atualização da Divisão Regional Brasileira, de 2018. É composta por 77 municípios das regiões Missões, Fronteira Noroeste, Ceilero e Noroeste Colonial. Seus principais municípios são Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Três Passos, Panambi e São Luiz Gonzaga. A população total da região é de aproximadamente 750 mil habitantes em uma área de 27 575 km² (IBGE, 2018).

Mapa 1 – Região geográfica imediata de Ijuí – RS



Fonte: Wikimedia.org (2022).

Um ponto importante é que, dos 77 municípios da região, em 18 municípios existem sedes de cooperativas (23,37% do total), a cada aproximadamente 4 municípios existe 1 com sede de cooperativa, mostrando que o cooperativismo está disseminado em todo o território.

Esta presença pode ocorrer devido ao espírito cooperativo desta região, bem como pelo grande diferencial que as cooperativas têm frente a empresas privadas, como por exemplo o fato de que as sobras geradas pelas cooperativas permanecem nas comunidades onde estão inseridas ou melhor dizendo com o próprio associado. Com isso o modelo de negócio cooperativo se torna um potencial agente de transformação e desenvolvimento econômico e social (PERIUS).

Quanto à característica de agricultura familiar, em 2017 os estabelecimentos agropecuários cooperados da região geográfica imediata de Ijuí, 84,9% dos cooperados são de agricultura familiar. Sendo que no Brasil cerca de 71,2% dos agricultores cooperados são de cunho familiar, conforme o presidente do Sistema OCB Márcio Lopes de Freitas.

Neste sentido, estes estabelecimentos em sua maioria são considerados de agricultura familiar, tendo em vista o seu tamanho médio das propriedades. Isso também pode ser observado no Tabela 1, quanto ao tamanho das áreas dos estabelecimentos agropecuários cooperados, onde a maior parte destes têm de 10 a 100 hectares. Sendo também estes os com um maior número de associados a cooperativas.

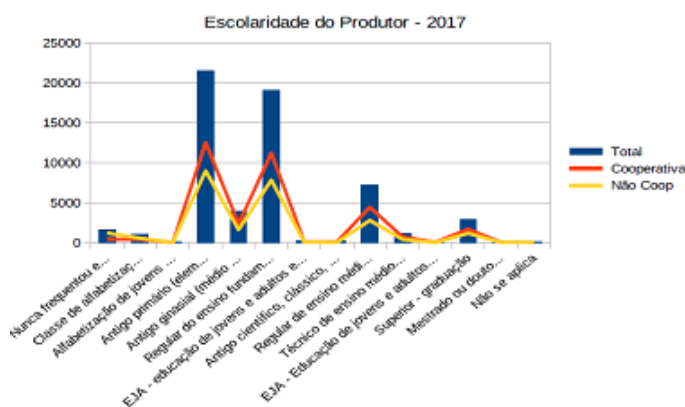
Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários x área total de estabelecimento

Número de estabelecimentos agropecuários x tamanho da área				
Área	2006		2017	
	Estabelecimentos		Estabelecimentos	
	Total	Associados	Total	Associados
Sem área	926	127	55	14
Menos de 1 ha	1988	516	1035	251
De 1 a menos de 10 ha	31568	13208	22059	8947
De 10 a menos de 100 ha	43681	30164	33007	22590
De 100 a menos de 1.000 ha	2921	2236	3263	2496
A partir de 1.000 há	170	126	254	183
Total	81258	46377	59673	34481

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Censo Agropecuário 2006 – 2017.

Entre os responsáveis pelas propriedades, é baixo o número de pessoas com nível superior, tanto em propriedades cooperativadas quanto não cooperativadas, e a velocidade de escolarização, comparando-se dados dos Censos no período é parecida entre os dois grupos (212,19% e 211,71% respectivamente).

Gráfico 1 – Escolarização do produtor em 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Entre os que não sabem ler e escrever, a taxa de analfabetismo dos responsáveis pelas propriedades não cooperativadas é três vezes maior (5,58% frente a 1,54% em 2017). Ainda, se encontraram cooperativados em todos os níveis de instrução, mostrando que a escolaridade não é impedimento para ser associado e se desenvolver em um ambiente cooperativo.

Tabela 2 – Uso de agrotóxicos

Uso de agrotóxicos X Estabelecimentos cooperados						
Ano	Total			Usa agrotóxicos		
	Estabel.	Cooperados	Não cooperados	Total	Cooperados	Não cooperados
2006	81258	46377	34881	56854	38163	18691
2017	59673	34481	25192	48094	30560	17534

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Censo Agropecuário 2006-2017.

Tanto os estabelecimentos cooperativados quando os não cooperativados utilizam predominantemente agrotóxicos em seus sistemas de produção. Os dados mostram que é maior a proporção de estabelecimentos cooperativados que utilizam agrotóxicos (88% em 2017 frente a 82% em 2006), mas o aumento no período foi maior nos estabelecimentos não cooperados (30%).

Tabela 3 – Produção orgânica

Produção orgânica X Estabelecimentos cooperativados					
Ano	Total		Produção orgânica		
	Estabelec.	Cooperativados	Total	Cooperativados	Não cooperativados
2006	81258	46377	806	319	487
2017	59673	34481	232	100	132

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Censo Agropecuário 2006-2017

A taxa de estabelecimentos com agricultura orgânica caiu 60% no período e a proporção de agricultura orgânica em estabelecimentos é menor nos estabelecimentos cooperativados (0,29%) em comparação a não cooperativados (0,52%). No entanto, a agricultura orgânica tem como característica a formação de redes de produção/certificação, uma forma alternativa de associação.

Tabela 4 – Orientação Técnica

Estabelecimentos cooperados X Orientação técnica de cooperativas						
Ano	Estabelecimentos			Cooperativados		
	Total	Recebe Orientação	Orientação de cooperativas	Total	Recebe orientação	Orientação de cooperativa
2006	81258	41678	19930	46377	30257	17532
2017	59673	31985	13713	34481	23244	12612

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Censo Agropecuário 2006-2017.

Em 2017, 42,87% dos estabelecimentos recebiam orientação técnica de cooperativa. Dos estabelecimentos associados à cooperativa, foram 36%. Ou seja, existe orientação técnica inclusive em estabelecimentos não cooperativados. A presença de orientação técnica aumentou de 24,53% dos estabelecimentos em 2006 para 42,87% e nos estabelecimentos

cooperativados se manteve estável.

Tabela 5 – Uso de Adubação

Uso de adubação X estabelecimentos associados				
Ano	Total de estabelecimentos		Estabelecimentos que usam adubação	
	Total	Cooperados	Total	Cooperados
2006	81258	46377	68548	43088
2017	59673	34481	53172	32628

Fonte: Elaborado pelos autores 2021 a partir de dados do Censo Agropecuário 2006-2017.

Houve aumento no uso de adubação nos estabelecimentos agropecuários tanto no total do universo quanto nos estabelecimentos cooperativados, chegando a 94,63%, 16% a mais que nos estabelecimentos não cooperativados 81,55%.

Considerações finais

Os estabelecimentos cooperados se diferenciam dos demais estabelecimentos, através da vivência de novas dinâmicas proporcionadas pelas cooperativas, resultando no desenvolvimento econômico e social dos estabelecimentos cooperados. Na área territorial do estudo, mais da metade dos estabelecimentos (57%) são associados a alguma cooperativa. As maiores taxas de associação se concentram em estabelecimentos de médio a grande porte.

O estudo mostrou algumas características presentes nos estabelecimentos agropecuários e algumas diferenças entre estabelecimentos cooperativados e não cooperativados, como a prevalência de maior escolaridade do produtor, o uso de agrotóxicos e a presença de orientação técnica cooperativa inclusive em estabelecimentos sem associação.

Por fim, sugere-se que mais estudos sobre as características dos estabelecimentos rurais cooperados sejam realizados, principalmente se puderem ser realizados estudos por meio da coleta de dados a partir de entrevistas nos estabelecimentos.

Referências

ALIANÇA Cooperativa Internacional. **What is a cooperative?** Disponível em: <https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>. Acesso em 25 jun. 2021.

BASSAN, Dilani S. SIEDENBERG Dieter R. Desenvolvimento desigual no Vale do Rio Pardo. **Redes**, . 8, n. 1, p. 121-150,2003.

BERNHOEFT, Renato. **Desafios e oportunidades nas sociedades familiares**. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENEZES, Paulo Lucena de; BERNHOEFT, Renato. *Empresas familiares brasileiras: perfil e perspectivas*. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 25 fev.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 de jun. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006. Disponível em: <http://www>.

bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-. Acesso em: 21 de mai. 2020.

BRIDI, Angelita P. P. MEDEIROS, Flaviani S. B. Cooperativas e sustentabilidade sob o prisma acadêmico: um levantamento dos trabalhos nos últimos 20 anos. **Saber Humano**, v. 8, n. 12, p. 70-91, 2018. <https://doi.org/10.18815/sh.2018v8n12.266>

BRUNDTLAND, Gro H. **Nuestro futuro común**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2.ed., 1991.

BUGS, João C. SIEDENBERG, Dieter R. Abordagem estratégica dos processos de desenvolvimento socioeconômico regional: o caso do Corede Vale do Rio Pardo (VRP). **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 3, n. 2, p. 114-134, 2013.

BÜTTENBENDER, Pedro L. **Desarrollo Local**. In: GRIEBELER, Marcos P. D.; RIEDL, Mário. (Org.). *Diccionario de Desarrollo Regional y Cuestiones Conexas*. Conceito. Uruguiana, 2020. p. 121-123.

BUTTENBENDER, Pedro L. *et al.* Um estudo sobre o cooperativismo, administração, governança cooperativa e desenvolvimento: desafios e prioridade para a sustentabilidade futura. In: JORNADA DE PÊSQUISA, 24, 2019, Ijuí.

DELAI Ana P. D. *et al.* Cooperativismo e desenvolvimento local: uma análise para a região da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul. **ORG & DEMO**, v. 17, n. 2, p. 115-134, 2016.

FLORIDO, Antônio C. S. **Breve histórico dos Censos Agropecuários**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/HistoricoCensosAgropecuarios.pdf>. Acesso em: 21 jun.2021.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária**. Ijuí: Unijuí, p. 162. 2012.

GIESE, Elias; BÜTTENBENDER, Pedro L. Gestão da sustentabilidade ambiental no cooperativismo: o caso da Cooperativa Mista São Luiz Ltda. – Coopermil. 2015. 21 f. **Monografia** (Especialização em Gestão de Cooperativas) – Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Cooperativas – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002

GONÇALVES, Regina C. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em 20 jun.2021.

KAPELINSKI, Fabiano *et al.* A interação das cooperativas Cresol e Sicredi com o Centro de referência de assistência social: repercussões no desenvolvimento social e econômico do município de Cerro Largo/RS. **Revista Gestão e Organizações Cooperativas**, . v. 7, n. 14, p. 222-237. 2020.

KAPELINSKI, Fabiano. O processo de aprendizagem gerencial sobre sucessão em propriedades rurais familiares: um estudo na região de abrangência da UFFS campus Cerro Largo/RS. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Cerro Largo.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Jorge L. A.; SCHWAB, Patrícia I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

NAVARRO, Zander. **Agricultura Familiar**. In: GRIEBELER, Marcos P. D. RIEDL, Mário. (Org.). Conceito. Uruguaiana, 2020. p. 22 – 24.

PERONI, Neimar D. A fidelidade em cooperativas: um estudo em

organizações de agricultores familiares no Rio Grande do Sul. 2018.

Tese (Doutorado em Extensão Rural)– Programa de Pós graduação em Extensão Rural. Santa Maria, UFSM. 2018.

RIEDL, Mário. **Desarrollo Regional**. In: GRIEBELER, Marcos P. D. RIEDL, Mário. (Org.) Diccionario de Desarrollo Regional y Cuestiones Conexas. Conceito. Uruguaiiana, 2020. p. 124 – 125.

RIEDL, Mário. **Desarrollo Sostenido**. In: GRIEBELER, Marcos P. D. RIEDL, Mário. (Org.). Diccionario de Desarrollo Regional y Cuestiones Conexas. Conceito: Uruguaiiana, 2020. P. 131 – 132.

ROMEIRO, Ademar R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria C. VINHA, Valéria. **Economia do meio ambiente**. Teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

ROTTA, Edegar. **Sustentabilidade: uma nova ideia para repensar o desenvolvimento?** Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. 2021.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

SAMPIERI, Roberto H. COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHNEIDER, José O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, v.3, n.2, p.251-273, 2012.

SCHNEIDER, José O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Outra Economia**, v. 9, n. 16, 2015.

SCHNEIDER, José. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVAT, Marcos E. **Proposta de um instrumento de diagnóstico**

e aplicação em cooperativas da agricultura familiar assessoradas pela EMATER/RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Santa Maria: UFSM.

SESCOOP/OCB (Orgs.). **Fundamentos do cooperativismo.** Brasília: Sistema OCB, 2017.

SESCOOP/RS. **Expressão do cooperativismo gaúcho 2020.** Disponível em: <https://www.sescoopr.scoop.br/app/uploads/2020/07/expressao-cooperativismo-gaucha-2020-ano-base-2019-consolidado.pdf>. Acesso em: 01 jul.2021.

SIEDENBERG, Dieter R. **Dicionário de desenvolvimento regional.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

WIKIMEDIA, ORG. **Mapa da Região Geográfica Intermediária de Ijuí/RS.** Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Regi%C3%A3o_Intermedi%C3%A1ria_de_Iju%C3%AD%2C_Rio_Grande_do_Sul.svg. Acesso em 01 jul. 2021.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CERRO LARGO/RS: PARCERIA DAS COOPERATIVAS CRESOL E SICREDI COM O CRAS¹

Fabiano Kapelinski

Cláudia Jussara Harlos Heck

Carlos Eduardo Ruschel Anes

Enise Barth

Louise de Lira Roedel Botelho

Introdução

Atualmente a exclusão social e econômica existente a nível mundial é um dos temas mais abordados por diversos setores da sociedade. Para Dupas (1999) o termo exclusão social passou a ser usado para explicar inúmeros fenômenos sociais, podendo significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física, até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam.

Entretanto, apesar do crescimento econômico significativo que se tem assistido nos últimos séculos, não se verifica a redução automática de problemas sociais. Desse modo, Lourenço (2005) ressalta que, a exclusão social tem agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também com novas manifestações e modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e entre os indivíduos.

Sobretudo, exclusão social constitui em um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objetivos de desenvolvimento do Milênio, definidos pela ONU em 2000 refletem este enorme desafio e

1 Este trabalho foi apresentado no IX Simpósio Iberoamericano em Comércio Internacional Desarrollo e Integración Regional de La RED CIDIR/2019 e publicado nos anais do mesmo, além de ser publicado na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, 2020, DOI: <https://doi.org/10.5902/2359043241732>.

definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015 (TAVARES, 2013).

Nesse contexto, abrange-se o termo economia solidária pois embarca em atividades de cooperação mútua, em um modo de produção e de distribuição alternativo ao capitalismo, como um instrumento de transformação social. Desse modo, a economia solidária é uma maneira de organizar as atividades econômicas de determinado lugar. Em vez da liberdade absoluta pregada pelo capitalismo de mercado, as associações são feitas de maneira mais padronizada, buscando diminuir a desigualdade de ganhos (SINGER, 2002).

Dessa maneira, vislumbra-se que a economia solidária surge como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluyente e solidário, visto que todos os envolvidos beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais. Sendo que não há tipo de discriminação entre os envolvidos, havendo respeito pela raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa (SILVA, 2008).

Diante do exposto, pretende-se apresentar as contribuições geradas a partir de uma parceria firmada com as cooperativas de Crédito SICREDI e CRESOL com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cerro Azul do Município de Cerro Largo/RS, (período de 2018 a 2020), no intuito de ambas colaborarem com os projetos destinados aos usuários do Sistema Único de Assistência Social, preferencialmente cidadãos de baixa renda inscritos no CadÚnico, Beneficiários do Programa Bolsa Família, trabalhadores da Cooperativa Trabalho de Catadores Unidos pela Natureza (COOPERCAUN). Além destes, grupos de mulheres da Zona Rural do município de Cerro Largo, membros de Clubes de Mães que participaram de cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), também foram receptores de benefícios oriundos desta parceria.

Referido artigo foi apresentado no IX Simpósio Iberoamericano, Comercio Internacional, Desarrollo e Integración Regional de La Red CIDIR (7, 8 e 9 nov. 2019) e posteriormente publicado na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, RGC, Santa Maria, v. 7, n.14, Jul./Dez., 2020. 7(14), 222–237, (DOI: 10.5902/2359043241732 - ISSN: 2359-0432).

Desenvolvimento social e econômico

O Desenvolvimento trouxe uma nova maneira da sociedade entender os processos de mudança social. Desse modo entender o desenvolvimento não se trata somente de uma questão conceitual, mas de postura e de sentimento, basicamente sustentados pela modéstia e promotores da simplicidade. A dimensão humana do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas em sua plenitude, que supõe crescimento econômico não como fim, mas como meio de reduzir as privações e as aflições humanas (TORRAS; ALMANSA, 1995)

Desse modo, o desenvolvimento é caracterizado por transformações qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas, como também um processo complexo de mudanças de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Sendo que busca satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (DE OLIVEIRA, 2002).

Nesse sentido, o desenvolvimento social refere-se à melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social (SACHS, 1993). Em vista disso, o termo desenvolvimento social se refere à circunstância onde uma sociedade adquire melhores condições de vida de maneira sustentável.

Em relação ao desenvolvimento econômico é um processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER PEREIRA, 2008). Enquanto que Sandroni (1994) considera que o desenvolvimento econômico é acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Além disso, defende que o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Portanto, o desenvolvimento social está relacionado com o desenvolvimento econômico na medida em que uma melhor situação de vida pode ser oferecida à população por meio de melhores acessos aos bens e serviços.

Cooperativas de Crédito

As “cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços financeiros aos seus associados, na forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, equidade, solidariedade, democracia e responsabilidade social” (PAGNUSSATT, 2004: 13). Além da prestação de serviços comuns, visam diminuir desigualdades sociais, facilitar o acesso aos serviços financeiros, difundir o espírito da cooperação e estimular a união de todos em prol do bem-estar comum (PAGNUSSATT, 2004).

Em relação a SICREDI é um sistema de três níveis formado por cento e dezesseis cooperativas singulares filiadas, cinco centrais regionais. Acionistas da Sicredi Participações S.A., uma confederação, uma fundação e um banco cooperativo e suas empresas controladas. Todas essas entidades adotam um padrão operacional único. A atuação em sistema permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas financeiras para exercer a atividade em um mercado no qual estão presentes grandes conglomerados financeiros (FUNDAÇÃO SICREDI, 2019).

Enquanto que a CRESOL é uma rede de cooperativas de crédito rural com interação solidária, buscando promover a inclusão social de agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e a serviços financeiros. Foi criado com a missão de atuar no fortalecimento e no estímulo da interação solidária entre os agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando ao desenvolvimento local com sustentabilidade (CRESOL, 2019).

Em vista disso, as cooperativas de crédito exerceram um papel de agentes de desenvolvimento econômico e social, além de colocar a moeda em circulação, cumprindo uma de suas principais funções na economia (FUNDAÇÃO SICREDI, 2014). No entanto, as cooperativas só conseguem promover o desenvolvimento, quando possuem uma gestão executiva que tem o foco na eficiência econômica e uma gestão social. Que esta gestão se preocupa a atenderem a real necessidade de cada associado, para que eles cresçam gerem renda e serviços, com isso geram empregos tirando alguns indivíduos das condições subumanas de vida, da exclusão social, se reintegram na sociedade (SANTANA, 2010).

Desse modo, o cooperativismo de crédito é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade

onde se desenvolve. Dessa forma, por representar iniciativas dos próprios cidadãos, contribui de forma relevante para o desenvolvimento sustentável, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda (SOARES; SOBRINHO, 2008).

De modo geral, o cooperativismo tem uma missão importante, estratégica e decisiva para liderar os processos de desenvolvimento de uma nação e um território (MASY, 1992). Esta missão deve ser cumprida não de maneira solitária, mas em articulação qualificada com as demais instituições e organizações produtivas, econômicas e sociais. A literatura corrente tem demonstrado que os países desenvolvidos, com melhores indicadores socioeconômicos, político-culturais e ambientais, alcançaram este patamar através da ação coordenada e articulada entre os diferentes atores que interagem no território (BÜTTENBENDER, 2010).

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS é uma unidade de Proteção Social Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nas áreas de abrangências. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social (TÉCNICAS, 2009).

O espaço é responsável pela gestão da proteção básica no seu território e pela oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), além de ser responsável pela integração dos demais serviços e benefícios socioassistenciais. O público-alvo que atende são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos sociais (TÉCNICAS, 2009).

Para Castro (2009) o CRAS é o local de referência para a população, para dar conta de seu papel, no que se refere ao aspecto logístico, deve ter localização adequada, visibilidade pública e acessibilidade. Deve ainda considerar os aspectos históricos e culturais da população que vive no território, possibilitando a apropriação dessa unidade pelos seus usuários, que o percebem como patrimônio da comunidade.

Por fim, Rockenbach (2017) ressalta que o CRAS contribui

para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e protagonistas de sua história, capazes de transpor por conta própria as dificuldades da sua vida. Defendendo que, com a implantação dos Centros de Referência nos municípios a política de assistência social tornou-se mais visível e a oferta dos serviços se desvincula do favorecimento político e torna-se acessível a todos os cidadãos, sendo um local de fácil ingresso, onde a acolhida e a escuta respeitosa estão asseguradas.

Metodologia

O estudo classifica-se quanto à abordagem em qualitativa, a qual está voltada à produção de dados descritivos, por meio das informações apresentadas pelos investigados e da conduta observada. Consiste, sim, em interpretar e compreender, com base em um olhar imparcial do pesquisador, a totalidade do ambiente em que se apresenta o objeto de estudo (TAYLOR; BOGDAN, 1998).

Quanto aos objetivos trata-se de um artigo descritivo, pois buscou-se descrever os resultados gerados a partir de uma parceria firmada com as cooperativas de Crédito SICREDI e CRESOL com o CRAS Cerro Azul do município de Cerro Largo/RS. Estudos descritivos, segundo afirma Gil (2002), possuem por objetivo essencial a descrição de características do objeto de estudo, ou mesmo, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos classifica-se em um artigo de caráter documental. Para tanto, recorreu-se a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: relatórios, documentos oficiais, artigos, documentários, fotografias, tudo isso disponibilizado pelo CRAS do município de Cerro Largo/RS. Além disso, salienta-se que foram realizadas diversas observações de participantes para o atingimento do que foi proposto.

Em relação a coleta de dados foi realizado através de dados secundários. Em que, Matar (2005) define como fontes de dados indiretos e que estão à disposição para consulta. Sendo que foram obtidos por meio de relatórios e documentos disponibilizados pelo CRAS, bem como se utilizou livros e outros materiais, tais como artigos científicos, dissertações e teses relacionadas às temáticas centrais como exclusão social, economia solidária, desenvolvimento social e econômico.

O artigo de experiência está voltado para trabalhadores do meio

rural, desempregados, catadores de materiais recicláveis, ou inseridos na informalidade, beneficiários do CadÚnico, do Programa Bolsa Família, membros de Clubes de Mães que participaram de cursos do SENAR.

Desse modo, salienta-se que a taxa de desocupados em relação à população ativa de Cerro Largo e região é 3,58%. A população do meio rural corresponde a 2718 pessoas. Em termos de trabalho e renda, a região de Cerro Largo possui 15,71% vulneráveis na pobreza; além disso, 37,33% das pessoas com dezoito anos ou mais sem ensino fundamental completo estão em ocupação informal. E registrado no CadÚnico tem-se o número de 5.111 pessoas. Assim, do total de 13.289 habitantes da região de Cerro Largo, de 10 a 20% estão enquadrados como habitantes do meio rural, desempregados, inseridos na informalidade e integrantes do CadÚnico (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Diante desse contexto, destaca-se que o município de Cerro Largo/RS localiza-se na região das Missões do Estado do Rio Grande do Sul, teve origem da colonização ocorrida em 04 de outubro de 1902, em terras férteis e cobertas de mata virgem, entre os rios Ijuí e Comandá, a Colônia Serro Azul. Além disso, o município é conhecido como Berço Regional da Cultura, tem esse cognome porque desde o início da colonização se destacou pelo número e qualidade educativa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

Discussões dos resultados

Desde o início do ano de 2018, a Secretaria do Trabalho e Assistência Social do município de Cerro Largo/RS, vem articulando parceria com Cooperativas de Crédito instaladas no município (SICREDI e CRESOL), para que as mesmas contribuam com projetos oferecidos para público prioritário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Um dos setores da Secretaria é o CRAS Cerro Azul, que tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. É exatamente o público atendido pelo CRAS, normalmente usuários do SUAS que são beneficiados com diferentes projetos e/ou programas.

Dentre os serviços prestados podemos citar os seguintes: Serviço

de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) que tem a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) tem caráter preventivo e proativo, realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Destina-se a crianças, adolescentes, idosos em situação de vulnerabilidade e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, este possui a finalidade de prevenir os agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é interessante ressaltar que o CRAS deve desenvolver serviços socioassistenciais de inclusão produtiva e oferecer um suporte aos projetos de geração de renda existente nos municípios.

Dentro dos Grupos do PAIF e SCFV, a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social por meio do CRAS Cerro Azul, possui diversos projetos e dentro destes são oferecidas oficinas de inúmeras modalidades e objetivos que tem como uma das preocupações o incentivo à geração de renda. Pensando neste fator, no decorrer do ano de 2018 buscou diversas parcerias, podendo citar duas Cooperativas de Crédito, SICREDI e CRESOL, ambas colaboraram com projetos do PAIF e SCFV, que visam também geração de renda para as famílias.

Por exemplo, no ano de 2018, a Unidade da Cooperativa de Crédito SICREDI auxiliou financeiramente nos cursos do SENAR, podendo aqui ser citado, o Curso de Eletricista Básico Rural e Montador de Motor Elétrico, Curso de Jardinagem e Plantas em Vaso, Curso de Culinária (doces e salgados), dentre outros. Referido auxílio proporcionou a compra de alimentos (lanche e almoço) para serem oferecidos aos diversos grupos durante os dias de curso.

Neste ano (2019), a Secretaria Municipal do Trabalho e assistência Social (SMTAS) e SICREDI novamente firmaram parceria referente a auxílio financeiro como complemento nos Projetos Sociais desenvolvidos no CRAS, disponibilizando também oficinas socioeducativas. Este ano (2019), a SICREDI estará colaborando no Projeto Gestante Consciente (CRAS e Secretaria da Saúde), doando 25 (vinte e cinco) banheiras, que farão parte do enxoval das participantes do projeto, além disso, também

disponibilizará auxílio em outros cursos e projetos oferecidos no CRAS, em especial aos oriundos do SENAR que necessitarem de apoio financeiro e ainda oportunizará oficinas que visam desenvolver práticas de ensino-aprendizado com foco na educação cooperativa de jovens e adolescentes, o qual será proporcionado por funcionários da Cooperativa.

Outro beneficente é a Cooperativa de Trabalho de Catadores Unidos pela Natureza (COOPERCAUN), o qual foi fundada em 13 de dezembro de 2016, conta com a sede administrativa na Linha Primeira do município de Cerro Largo/RS. Destaca-se que a cooperativa foi constituída com o assessoramento da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (ITCEES), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A mesma possui o objetivo de proporcionar aos cooperados postos de trabalho mediante o esforço pessoal direto e aprimorar as atividades profissionais por meio da organização conjunta, atuando na coleta triagem e reciclagem de resíduos sólidos. Além disso, a COOPERCAUN é responsável por triar os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) do município de Cerro Largo/RS, atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituído pela Lei Federal Nº 12.305/2010.

A COOPERCAUN foi contemplada no ano de 2018 pela CRESOL, por meio do Projeto “Fortalecendo Vínculos e Ampliando Possibilidades”, que teve como colaboradores, CRAS, ITCEES, UFFS, Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria da Agricultura. Esse projeto objetivou o atendimento e acompanhamento social da cooperativa com vistas ao seu fortalecimento enquanto equipe de trabalho cooperativo, bem como: Capacitar os integrantes da COOPERCAUN através de oficinas socioeducativas acerca de temas centrais sobre trabalho em equipe, trabalho cooperativo, liderança, mediação de conflitos, autoestima e motivação para o trabalho também visou melhorias do ambiente onde está instalada a cooperativa.

Foi nesta etapa que a CRESOL colaborou financeiramente com materiais necessários para realização das oficinas práticas de jardinagem, hortas, benfeitorias dentro do espaço físico da Cooperativa, de forma a contribuir para a funcionalidade o paisagismo da mesma, levando em consideração que esta etapa do projeto não poderia ser proporcionada financeiramente com valores oriundos da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social.

Por outro lado, a Cooperativa SICREDI contemplou a COOPERCAUN, no ano de 2018, por meio do fundo social no valor

de R\$ 4.500,00 para a aquisição de uma balança digital de 500kg, um computador de mesa e uma impressora, tudo isso com propósito de otimizar os processos de trabalho da Cooperativa.

Também em 2018 a CRESOL destinou o fundo social, para a programação Natalina, colaborando de forma especial com o encerramento do ano com uma ação solidária distribuindo cupons de sorteio de um Tablet e um Patinete prioritariamente para grupos participantes de projetos do CRAS, usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possuem Número de Identificação Social (NIS), COOPERCAUN, escolas (ensino fundamental) estaduais e municipais de Cerro Largo/RS. Na mesma ação a empresa colaborou de forma calorosa onde os próprios funcionários da CRESOL, voluntariamente distribuíram 500 picolés.

Diante da apresentação dos resultados constatou que, após experiências de parceria do CRAS e referidas cooperativas de Crédito, foi possível perceber que as mesmas, visam o desenvolvimento social e econômico do município, além de demonstrar interesse na melhoria da qualidade de vida dos associados e bem como da comunidade em geral.

Assim como a SICREDI e CRESOL são cooperativas comprometidas com o crescimento dos seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuam. E por este motivo cada ano surge novas ideias de buscar parceiros que possuem os mesmos objetivos, que são a geração de renda e igualdade social.

A partir deste artigo foi possível entender a importância do trabalho realizado por ambas as cooperativas no sentido de incentivo à geração e/ou complemento na renda das famílias usuárias do SUAS, bem como a possibilidade de inclusão social. Como se pode perceber, muitas das ações desenvolvidas pelas cooperativas SICREDI e CRESOL, foram “bem-vindas” como colaboradoras de projetos do CRAS Cerro Azul, pois estiveram relacionadas ao público prioritário.

Considerações finais

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cerro Azul do município de Cerro Largo/RS é um espaço que tem como objetivo atender o público-alvo. As Secretarias de Assistência Social, por meio dos recursos oriundos do Governo Federal e Estadual, destinados aos municípios, incluem referido público em projetos sociais. Para melhores resultados buscou-se parcerias com a intenção de que estas possam contribuir de forma

financeira e social com os projetos, já que estes objetivam principalmente a geração/complemento de renda. Com a contribuição das Cooperativas de Crédito CRESOL e SICREDI, foi possível realizar um trabalho que proporcionou resultados satisfatórios. Tendo em vista, a experiência que o CRAS adquiriu ao longo do ano de 2018 até o presente momento (maio/2019).

Portanto, ambas as cooperativas colaboram seja com recursos financeiros ou com apoio e parceria em ações e/ou projetos, beneficiando o público alvo contido pelo CRAS. Destaca-se, a colaboração com auxílios financeiros para realizar os cursos ofertados pelo SENAR, tais como: curso de eletricitista básico rural e montador de motor elétrico, curso de jardinagem e plantas em vaso e curso de culinária, com o projeto gestante consciente, doando banheiras, e com o fundo social viabilizando a aquisição de equipamentos para a entidade cadastrada.

Dessa forma, as Cooperativas CRESOL e SICREDI atendem ao sétimo princípio do cooperativismo, que é interesse pela comunidade, ou seja contribuem para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus associados. Desse modo, Dumond (2010) salienta que esse ramo do cooperativismo proporciona a um forte apelo social e devem visar o benefício não apenas de seus donos, que são todos os cooperados, mas de todo o meio social onde estão inseridas.

Referências

ALEIXO, Andreia Duarte et al. O cooperativismo de crédito: estratégias de fidelização dos cooperados para sustentação do negócio rural. **In:** XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 35., Fortaleza. Anais. Fortaleza: Enegep, 2015. p. 1 -15. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&crct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjM-5nz2bvmAhV9JrkGHT7FB64QFjAAegQIBBAC&url=http%3A%2F%2Fwww.abepro.org.br%2Fbiblioteca%2FTN_STO_208_236_27831.pdf&usg=AOvVaw0t2pfodZcUP30nJr__d6S8. Acesso em: 12 dez., 2019.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul:** experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento. Porto Alegre/RS: Editora Sescop/RS, 2010.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDSCF, 2004.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CRESOL. **Cresol Central**. 2019. Disponível em: <http://www.cresolcentral.com.br/a-cresolcentral>. Acesso em: 9 dez. 2019.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DUMOND, V.R.S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. **Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)**. Brasília. 2010. DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

ETGETO, Anderson Augusto et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de 55 crédito no Brasil**. Maringa Management: revista de Ciências Empresariais, Maringá, v. 2, p.7-19, jan. 2005.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa. 70 ed. 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Carta de princípios da Economia Solidária. **In: Plenária Nacional Da Economia Solidária, 3.**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rcrt=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewjnyfq-he3lAhVMDrkGHW2FBKMQFjAAegQIBRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mobilizadores.org.%2F2014%2F05%2Ftexto5363c725c2c79.pdf&usq=AOvVaw0C2lDSlaUQXfsq297IM8n>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e Economia Solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 162. 2012.

FUNDAÇÃO SICREDI. **A Trajetória do Sicredi: uma história de cooperação**. Porto Alegre. Fundação Sicredi. 2014.

FURTADO, Celso. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Programa nacional de amostragem domiciliar, Brasil. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico Cerro Largo**. 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cerro-largo/historico>. Acesso em: 11 dez. 2019.

KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. 1982. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/604466/os-pioneiros-de-rochdale-e-as-distor%C3%A7%C3%B5es>. Acesso: 14 dez. 2019.

KLAES, Luiz Salgado. **Introdução ao Cooperativismo**: livro didático. Palhoça: Unisul Virtual, 2006. 172p.

LEI nº 2.711, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017. **Lei Municipal Cerro Largo**. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;rio.grande.sul;cerro.largo:municipal:lei:2017-09-21;2711>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LOURENÇO, Maria dos Prazeres. **Pobreza e exclusão social e políticas sociais em Portugal**. Uma análise de políticas sociais na relação com a pobreza. Lisboa: Direção Geral de Segurança Social. 2005.

MASY, Rafael. **Carbonell de Estrategia de desarrollo rural en los pueblos guaraníes (1609-1767)**. Barcelona. Instituto de Cooperación Iberoamericana E.A.Bosch. 1992.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2014). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 11 dez. de 2019.

OCB -Organização das Cooperativas do Brasil. **Cresce número de pessoas ligadas ao Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2. 2002. Disponível em: https://www.google.com/a&uact=8&ved=2ahUKEwjRsZ2h9rnAhW4IrkGHR73D_gQFjAAegQIAxAB&url=https%3A%2F%2Frevistafae.fae.edu%2Frevistafae%2Farticle%2Fview%2F477&usg=AOvVaw2GsSZFlxLD-ngxTZQsfW5q. Acesso em 17 fev. 2020.

- PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. A economia solidária como estratégia de desenvolvimento. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p.111-133, 2007.
- PLATAFORMA AGENDA 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>. Acesso em: 17 fev. 2020.
- PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Créditos**: história e evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.
- RIGO, A.S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.
- ROCKENBACH, Cleoci Werle. **Estudo sobre a execução da política de assistência social em municípios da região das Missões**: uma análise à luz dos valores do humanismo. 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1673>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para do século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo. 1993.
- SANTANA, Fernando de Souza. **Cooperativas de Crédito**: Agentes de Desenvolvimento Local –um estudo de caso. Faculdades Sudamérica, v. 2. 2010.
- SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 514 p.
- SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo –cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 63-71. 2003.
- SESCOOP. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul.2019. Disponível em: www.ocb.sescoop.br. Acesso em: 10 dez. 2019.
- SILVA, José Luís Alves da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **e-cadernos CES**, n. 02. 2008.SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo. 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como res-posta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- TAVARES, Arlindo Semedo. **Pobreza, exclusão social e**

desenvolvimento social: o caso do programa rede social em Almada.

2013. Disponível em: <https://repositorio.iscteul.pt/handle/10071/8358>. Acesso em: 11 dez. 2019.

TÉCNICAS, Orientações. **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília. 2009.

TORRAS, Marta; ALMANSA, Fernando. **La participación de los pueblos en su desarrollo**. Intermón. 1995.

UNISOL BRASIL. **O que é a Economia Solidária?** Disponível em: <http://www.unisolbrasil.org.br/o-que-e-economia-solidaria/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A VIVÊNCIA DO COOPERATIVISMO PELA COOPERMIL¹

Anadesia Britzke
Andréia Borkovski
Enise Barth
Fabiano Kapelinski

Introdução

O agronegócio é fundamental para a economia do Rio Grande do Sul – RS e essa característica faz do cooperativismo um elemento importante na organização produtiva rural do estado, seja na agricultura familiar ou não. A região Noroeste do RS é onde há o maior percentual de associados à cooperativas do ramo agropecuário, que faz relação direta com o aumento dessa produtividade e o desenvolvimento de indústrias agropecuárias (RS, 2019).

A incorporação de novas tecnologias nesse setor beneficia produtos, incentiva produtores, oportuniza o conhecimento e a assistência técnica fomentando toda a cadeia produtiva. Por isso, o apoio de programas do ramo cooperativo é importante para criar arranjos locais e potencializar esse segmento tão promissor para a região (RS, 2015). Assim, podemos afirmar que o crescimento e desenvolvimento de uma região têm muita influência de cooperativas, pois estas exercem um papel fundamental na organização de uma sociedade, nas questões econômicas e sociais das realidades na qual estão inseridas. No entendimento de Frantz (2012), o cooperativismo surgiu por meio de diferentes experiências como um instrumento que substitui o individualismo pela cooperação, reduz custos e riscos, promove a colaboração econômica das economias associadas com a finalidade de alcançar resultados.

A forma de organização de uma sociedade reflete muito o nível de desenvolvimento que pode diferenciar a oferta e a demanda de bens e serviços, a geração de riqueza e a atuação social junto a uma comunidade

1 Publicado no VI Congreso Regional de Contabilidad Marketing y Empresa y del IX Simposio de la Red CIDIR.

em geral. Neste sentido, ressaltamos o cooperativismo, numa perspectiva moderna, que carrega em seu núcleo o objetivo da valorização do trabalho humano, fundada em dimensões técnicas e políticas do trabalho associadas às consequências sociais decorrentes (FRANTZ, 2012).

Sob este prisma, Fiorin (2007) complementa que as pessoas ou grupos se organizam em forma de cooperação em busca de um mesmo interesse a fim obter vantagens comuns em suas ações econômicas. Desse modo, o mesmo autor reforça que o cooperativismo atua como fato econômico no sentido de melhorar condições de e interferir no sistema a procura de alternativas a seus métodos e soluções.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo apresentar um relato da experiência da Cooperativa Mista São Luiz LTDA - COOPERMIL, no sentido de contextualizar sua importância para o desenvolvimento regional e sustentável nos municípios da área de atuação. Este empreendimento abrange os ramos de negócios de grãos e sementes, supermercados, postos de combustíveis, lojas agropecuárias, fábrica de rações, venda de máquinas e implementos agrícolas, e também área leiteira. Além disso, a Cooperativa oferece suporte técnico na área de grãos e nas atividades leiteiras para seus associados, com atendimento de profissionais qualificados para que o produtor tenha uma maior rentabilidade no seu negócio, objetivando o comprometimento com seu quadro de associados e o desenvolvimento de ações além do âmbito econômico.

Entre os propósitos da cooperativa estão a promoção social e cultural, buscando ampliar e incentivar a participação da família no ambiente cooperativo, oportunizando maior qualidade de vida das comunidades em que está inserida. Por outro lado, traz em seus valores a importante questão da inovação com base em estratégias que visam ao crescimento de forma sustentável. Assim, pretendemos descrever sua experiência, contribuição e relevância para a sua área de atuação, considerando pontos significativos para que possamos estabelecer ponderações e reflexões sobre a temática do cooperativismo, desenvolvimento local e regional e sustentabilidade. Para Sachs (2004), desenvolvimento é um conceito em evolução, que carrega em seu contexto histórico as perspectivas de mudanças e de reparo das desigualdades sociais ocasionadas por outras gerações e até mesmo por antigas civilizações. Portanto, o termo desenvolvimento precisa ultrapassar o paradigma econômico para aproximar-se da esfera social e contemplar as suas necessidades.

O relato que segue considera a vivência atual do empreendimento

em tela, trazendo um aporte teórico sobre os pontos que envolvem o cooperativismo como caminho para desenvolvimento local e regional sustentável, na perspectiva de refletir sobre sua importância e contribuições no contexto das sociedades atuais.

Coopermil: aspectos históricos e de formação

A Coopermil nasceu da necessidade da organização dos produtores rurais, diante das dificuldades de comercialização presentes na época. O cooperativismo se demonstrou como a melhor alternativa para a gestão de pequenas propriedades rurais, pelo fato da cooperativa buscar o crescimento planejado e sólido, sempre direcionado para economia do mercado em benefício dos seus associados. Foi fundada em 27 de agosto de 1955, na localidade de Cinquentenário, então distrito de Santa Rosa, hoje município de Tuparendi - RS. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados à agricultura, que viam no cooperativismo a melhor forma de gestão para a pequena propriedade (COOPERMIL, 2019).

A Coopermil cultiva o ideal de crescimento lento, mas sólido, efetivo e planejado, acompanhando os rumos da economia e do mercado, em benefício ao seu associado e por isso, com o consentimento do mesmo. Aos poucos a cooperativa foi expandindo, aproveitando as oportunidades presentes no cenário regional, ampliando sua área territorial de atuação, diversificando seus negócios, crescendo com responsabilidade e conquistando a credibilidade que se mantém ao longo das décadas como um de seus principais valores (COOPERMIL, 2019). Logo, busca ser referência ao associado em solidez e soluções no agronegócio, atuando em diversas áreas e abrangendo grande parte da região noroeste, em cidades como Santa Rosa, Santo Cristo, Tuparendi, Novo Machado, Cândido Godói, Giruá, Três de Maio, Cruz Alta, Doutor Maurício Cardoso São Pedro do Butiá e Cerro Largo. Possui como essência pensar no desenvolvimento da região e atuar de maneira sustentável, considerando as necessidades do produtor associado.

A gestão estratégica da Coopermil está alicerçada em três grandes áreas: Gestão da Infraestrutura e Informação, Gestão de Negócios e Gestão de Pessoas (Figura 1). Sob estes pilares planeja e executa todas as suas ações, baseando-se sempre em seus valores e comprometendo-se com a sustentabilidade de uma cooperativa forte e segura.

Figura 1: Pilares da Gestão Estratégica da Coopermil



Fonte: COOPERMIL, 2019.

Sua missão é contribuir para a geração de soluções no agronegócio, com inovação, eficiência e rentabilidade, para a viabilização do associado e da cooperativa. Entre seus valores estão: a credibilidade: valor permanente da Cooperativa; a ética e transparência: condições indispensáveis para o trabalho cooperado; o comprometimento e reciprocidade: compromisso de todos; o profissionalismo: condição necessária para o sucesso dos negócios; e a inovação: estratégia de crescimento sustentável (COOPERMIL, 2019).

Em relação à inovação e tecnologia, a cooperativa buscou a validação de suas pesquisas desde o ano de 1992, porém após dois anos foi consolidado, com a criação da Área Experimental COOPERMIL, que tem como seu principal objetivo validar os seus processos produtivos nas condições edafoclimáticas (clima e solo) da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, visando o aumento da produtividade e renda dos associados, nas principais culturas de grãos. Nesta área, são desenvolvidas atividades em parceria com instituições de pesquisa, insumos agrícolas, máquinas e equipamentos.

A Coopermil em seu histórico demonstra comprometimento com seu quadro de associados no desenvolvimento de ações em prol do âmbito social e cultural. Engajada na qualidade de vida das comunidades em que está inserida, busca promover atividades que fortaleçam o desenvolvimento socioeconômico e cultural, envolvendo todo o grupo familiar dos associados.

Assim, na área social a Cooperativa trabalha com ações no Programa de Educação Social Coopermil – PESC, que tem dez anos de atividade, atualmente atende vinte e oito grupos de mulheres associadas e clientes nos diversos municípios de abrangência da cooperativa. Os encontros são realizados a cada dois meses nas comunidades, são trabalhados assuntos

relacionados à saúde e bem-estar, à família, ao cooperativismo, à valorização da mulher no campo, bem como a sua autoestima e qualidade de vida, entre outros. Este projeto atende em torno de seiscentas mulheres.

Outro projeto realizado pela Coopermil é o Jovem Aprendiz do Campo, que mescla aulas teóricas e práticas nas propriedades dos alunos. O objetivo deste projeto é voltado para a sucessão familiar, no qual o jovem aprende a trabalhar e gerir a propriedade rural junto aos pais, com o intuito de estabelecer uma relação de confiança entre a família. Logo, ocorre a troca de experiências, o que gera um incentivo para que os jovens permaneçam no meio rural.

Além desses, também é desenvolvido o projeto Jovem Aprendiz Cooperativo, que contempla jovens de dezesseis a vinte e dois anos que ingressam na Cooperativa na função de Aprendizes. Primeiramente, eles têm aulas teóricas com o setor de Recursos Humanos que repassa informações sobre o funcionamento geral da Cooperativa, em seguida os gestores de cada área transferem informações específicas dos setores de negócio, para que posteriormente estes jovens sejam inseridos nas diversas áreas de atuação da Cooperativa.

Metodologia

Este estudo faz parte da pesquisa científica e, para tanto, demanda aspectos metodológicos. Como orienta Severino (2007), mediante da pesquisa podemos gerar conhecimento, construindo objetos que se apropriam humanamente. Ademais, constitui um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui o caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Os procedimentos metodológicos deste relato utilizaram da abordagem qualitativa, pois esta tem como propósito descobrir as relações que os sujeitos atribuem à vivência de um fenômeno social (TAYLOR; BOGDAN, 1994). Essa forma de abordagem se preocupa com a compreensão, interpretação do fenômeno, conforme aborda Gonsalves (2007). Appolinário (2011) lembra que a abordagem qualitativa apresenta certos elementos, como a recursividade, que implicam o fato de a análise poder se iniciar até mesmo ao longo da fase da coleta dos dados. Reforça ainda o fato da pesquisa qualitativa não buscar a generalização, e, a análise dos dados tem por objetivo compreender um fenômeno em seu sentido

mais intenso. Busca-se assim, uma explicação e interpretação da realidade do contexto por intermédio de uma visão subjetiva, explorando os objetivos com enfoque teórico e aplicação prática, dirigido à solução de problemas específicos de interesse local, fato que caracteriza uma pesquisa de natureza aplicada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Do ponto de vista dos objetivos esse estudo é descritivo, pois tem como propósito principal a descrição de características e da ocorrência de determinados acontecimentos (GIL, 1996; VERGARA, 2014). Quanto aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa documental (PRODANOV; FREITAS, 2013), pois utilizamos da fonte de dados e envolveram normativas e relatórios da cooperativa, bem como publicações oficiais de seu site, de suas redes sociais e de contato por telefone e e-mail, que serviram de base para informações institucionais e de atuação.

Na abordagem qualitativa a coleta e a análise dos dados ocorrem quase que concomitantemente, como destaca Sampieri, Colado e Lucio (2013): a interação entre a coleta e análise possibilita flexibilidade na interpretação dos dados e adaptabilidade nas conclusões. Assim, o tratamento dos dados coletados atenderá ao propósito do estudo por intermédio da análise de conteúdo, que na orientação de Vergara (2014), cria indicadores para interpretar e explicar em forma textual os dados coletados, as observações e compreensões dos processos em seu contexto. A organização dos resultados terá como base a interpretação do conteúdo teórico e empírico pela reflexão dos objetivos delineados no início deste estudo.

A experiência da Coopermil em sua região de atuação

Sachs (2004) revela que as metas do desenvolvimento superam as riquezas materiais alcançadas pelo crescimento econômico. Este é um fator essencial, porém não suficiente para diminuir as desigualdades sociais, promover a eficiência e obter melhora na qualidade de vida da sociedade. Nesta linha de pensamento, percebemos que há destaque na Coopermil em relação à preocupação com a educação social dos seus associados e seus familiares, bem como a comunidade em geral, reforçando a ideia de que o desenvolvimento não se retrata apenas pelo viés econômico, mas sim sob o olhar para o processo produtivo e da própria sociedade com foco no ser humano e sua satisfação plena, não apenas capital (SCHNEIDER, 2015).

Frantz (2001) alerta que a organização da cooperação exige de

seus sujeitos um canal de comunicação que articule interesses, objetivos e práticas sobre os quais precisam argumentar e decidir. Logo, é necessário compreender que não são as pessoas o motivo do sucesso ou fracasso dos empreendimentos cooperativistas, mas sim a vontade das pessoas em cooperar para construir algo além de suas limitações e suas aspirações individuais (GONÇALVES, 2005).

Nessas perspectivas, nos projetos desenvolvidos pela cooperativa é possível observar a preocupação com os aspectos sociais, principalmente com as famílias dos associados. Suas ações são voltadas para mulheres cooperadas e jovens rurais. Práticas cooperativas e educativas são aplicadas por meio dos seus projetos: Educação Social e Jovem Aprendiz do Campo. Nesse processo ocorre a troca de saberes, o que é essencial para o fortalecimento das práticas cooperativas, bem como para o desenvolvimento local das comunidades nas quais estão inseridos os associados. Para Frantz (2001), existe uma estreita relação nos seguintes fenômenos: na prática cooperativa, para além de seus objetivos e interesses específicos, é gerado o conhecimento, a aprendizagem e a educação; na prática educativa, vista como um processo complexo de relações humanas, é produzida a cooperação.

A união de esforços para enfrentar as adversidades do mercado tem sido uma forma de contribuir com o fortalecimento das cooperativas e observamos, nesse sentido, que esse segmento pode colaborar para o desenvolvimento regional, agregando renda e melhorando a qualidade de vida da sociedade. As ações conjuntas dos vários ramos do cooperativismo podem oferecer melhores serviços, ganhos em escala e agregação de valor. Bialoskorki Neto (2002) destaca que as cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no desenvolvimento econômico, aliado à geração de renda e trabalho. Ainda para Oliveira (2001), as cooperativas promovem o desenvolvimento local, pelo fato que trabalham pelo crescimento e desenvolvimento sustentado das comunidades de atuação.

Percebemos que, mesmo que de forma tímida, a Coopermil está caminhando para agregar à racionalidade instrumental, direcionada ao lucro e a produtividade, a racionalidade substantiva, isto é, aquela que tem com centro as necessidades e aspirações do ser humano (SCHNEIDER, 2015). Nessa mesma visão, o autor acredita que a cooperação contribui para a redução dos processos de desigualdades, exigindo a inserção de participantes e fortalecendo vínculos nos empreendimentos, de forma a assegurar a sua sobrevivência.

Procurando conscientizar os profissionais sobre formas corretas e uso adequado de técnicas que envolvem o agronegócio, a Coopermil tem feito um trabalho que atinge avanços significativos em melhoria de qualidade e eficiência no processo e escala de produção. Com investimento nas pessoas, de treinamento de equipes, consultorias e ensaios comparativos em áreas experimentais, dias de campo, planejamento e assistência técnica diferenciada e posicionamento de produtos, a Coopermil busca que os produtores ampliem seus resultados no ramo de suas atividades.

Exemplos desse trabalho puderem ser acompanhados pelas redes sociais da cooperativa com treinamentos de engenheiros agrônomos sobre produção leiteira, manejo de pastagens, alimentação balanceada e qualidade do leite produzido. Neste sentido, a intercooperação se destaca, pois, trabalhos desse gênero se envolvem com outras entidades, como neste caso citado acima a CCGL - Cooperativa Central Gaúcha Ltda. Seguindo este enfoque, destacamos Schneider (2015) quando propõe que um dos maiores desafios para a o cooperativismo é a inserção das cooperativas ao lado de demais entidades de todos os cunhos para enfrentar as dificuldades e obstáculos, importante fato visualizado nessa experiência.

Há ainda exemplos de parcerias no assunto sobre aprendiz e conselhos gestores, no qual as atividades e repasses de informação do Serviço Nacional do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul - SESCOOP/RS permitem um amplo conhecimento e experiências em prol do desenvolvimento profissional e pessoal, capacitando e qualificando o quadro de funcionários para que possam desempenhar um trabalho efetivo e transparente. Da mesma forma, a cooperação também acontece com entidades educativas, como a Unijui, participando de semanas acadêmicas direcionadas a programas integrados de formação de gestores, com apoio de vários sistemas com foco no desenvolvimento regional a exemplo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul - EMATER/RS e da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul - FECAAGRO/RS.

Outra facilidade que a Coopermil traz com a finalidade de promover a comunicação com a comunidade, principalmente com seus associados, é o Programa Mensageiro Rural, um programa de rádio exclusivo da cooperativa. Desse modo, é possível transmitir informações com mais alcance visto que o rádio ainda é um veículo de informação muito presente nas comunidades do agronegócio e todas as atualizações podem ser difundidas por várias emissoras de rádio da região.

O desenvolvimento com base no cooperativismo é assunto de interesse não apenas de cooperados, mas de toda a população. Afinal, as cooperativas viabilizam soluções econômicas para as pessoas, distribuem renda e geram benefícios sociais. O aproveitamento das potencialidades das pessoas da sociedade, das comunidades ou mesmo dos municípios, aliados aos recursos, às tecnologias e à vontade política são fundamentais para a agenda cooperativista, bem como para a confiança dos envolvidos.

Em suma, as cooperativas, assim como a Coopermil, são construtoras da economia e devem ser aliadas da comunidade e demais entidades do contexto inserido no sentido de buscar o desenvolvimento de forma exemplar, trabalhando com relevante impacto econômico, senso social, comunitário e ambiental. Sob o olhar aberto ao externo, o envolvimento com comunidades em prol do desenvolvimento equilibrado e aliando-se a de demais entidades, os desafios podem ser superados com mais preparação, liderança e motivação.

Considerações finais

Diante do exposto, constata-se que os empreendimentos cooperativistas são excelentes alternativas para o desenvolvimento local e regional, pelo fato de apresentarem em sua dinâmica os princípios de cooperação e inclusão econômica das pessoas de suas áreas de atuação. Desse modo, percebe-se que a Coopermil atua em prol do seu quadro de associados com o desenvolvimento de ações advindas de seus projetos voltados para a promoção da melhora da qualidade de vida da população rural e a manutenção dos jovens no campo, mediante incentivos técnicos e práticas de cooperação. Estas ações contribuem substancialmente para um desenvolvimento local e regional sustentável.

Além disso, a cooperativa continua se expandindo no cenário regional, ampliando suas unidades em diversos espaços territoriais, consolidando sua credibilidade há mais de 60 anos. Assim, é notória a sua preocupação com a relação de confiança e credibilidade com seus produtores rurais cooperados, que por sua vez acreditam que por meio desta instituição obterão melhores resultados econômicos e acesso a informações relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, por meio de capacitações desenvolvidas para os grupos familiares que compõem a cooperativa. Logo, a Coopermil contribui para o capital social de seus cooperados.

Salienta-se a importância de novas perspectivas de estudo na

temática, pelo grande dinamismo empreendedor, referente às diversas áreas de negócios, bem como a ampla interferência que o ramo cooperativista tem na região nos seus locais de inserção. Sugere-se, para novas pesquisas, enfoque na gestão ambiental da cooperativa e contato com os seus associados para verificar suas percepções a respeito das práticas de cooperação e educação social.

O cooperativismo também se apresenta relevante, no sentido de que se torna uma alternativa para o sistema econômico presente. A necessidade de trabalho em conjunto faz uso da capacidade criativa com foco no sujeito e no capital social, aumentando o índice de empreendimentos associados de forma que a tendência de seus municípios é de serem mais desenvolvidos em relação aos que não desenvolvem a atividade cooperativista, pois acreditam e investem em sua terra, lema pelo qual trabalha a Coopermil.

Percebe-se que a Cooperativa está empenhada em mecanismos de inovações e tecnologias para manter-se fortalecida no mercado. O planejamento estratégico utilizado como a ferramenta para o fortalecimento da cooperativa é imprescindível para a sustentabilidade dessas organizações diante da velocidade das mudanças do mercado. As cooperativas quando coerentes podem ser construtoras da economia e da sociedade sustentável. Aliadas à comunidade e demais entidades do contexto inserido, não esbanjando potencial natural, motivando a preservação de patrimônio para si e para gerações futuras, podem contribuir para o desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente (SCHNEIDER, 2015).

Portanto, a Cooperativa promove a educação social e a formação para que seus cooperados, trabalhadores e demais comunidades para que possam contribuir para o desenvolvimento de agronegócios e, conseqüentemente, dos locais e região que estão presentes. Estes projetos demonstram que a educação e a cooperação estão conectadas, com o propósito de transformação e inclusão social as quais refletem diretamente na sociedade.

Referências

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Estratégias e Cooperativas Agropecuárias:** Um ensaio Analítico. In: Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV, Viçosa, 2002.

COOPERMIL. **Negócios. Histórico. Princípios institucionais.**

Disponível em: <http://www.coopermil.com/>. Acesso em: 16 maio 2019.

FIORIN, J. A. (org.) **Introdução ao Cooperativismo.** Ijuí: Sapiens Editora, 2007. 60 p.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p. (Coleção educação à distância. Série livro-texto).

FRANTZ, W. (2001). **Educação e cooperação: práticas que se relacionam.** Sociologias, 3(6), 242–264.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UAB/UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159 p.

GONÇALVES, J. E. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário.**

Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, MG, Brasil, 2005. 43.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. 96p. 4 ed.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de gestão das Cooperativas: Uma abordagem Prática,** São Paulo: Atlas, 2001. 318 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1lp5R-RyTrt6X8UPoq2jJ8gO3UEfM_JJd/view. Acesso em: 7 maio 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Noroeste.** Porto Alegre: SEPLANRS/DEPLAN, 2015b. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/perfis-regionais>. Acesso em: 27 maio 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Cooperativismo na produção agropecuária. Porto Alegre: SEPOG/RS, 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/cooperativismo-na-producao-agropecuaria>. Acesso em: 27 maio 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 152p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Mc Graw Hill - Penso, 2013. 624 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHNEIDER, José Odelso. **Cooperativismo e desenvolvimento sustentável**. São Leopoldo: Unisinos, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>. Acesso em: 26 abr. 2019.

TAYLOR, S.J; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1994.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 94 p. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51815053/docslide.com.br_vergara-sylvia-constant-projetos-e-relatorios-de-pesquisa-em-administracao.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

PAPEL DE UMA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL – CERILUZ

Jonathan Dalla Rosa Melo

Enise Barth

Denize Grzybowski

Introdução

O desenvolvimento regional é um tema transversal às diferentes disciplinas do conhecimento científico, de relevância mundial por estar vinculado aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e, portanto, contemporâneo (LEAL *et al.*, 2021). Há de se pensar o desenvolvimento regional a partir das políticas públicas e das ações estratégicas delas decorrentes na perspectiva da satisfação das necessidades das gerações futuras, sem comprometer a capacidade dessas satisfazerem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987), ou seja, um desenvolvimento regional sustentável (DRS).

Por essas razões, o DRS se apresenta complexo e multifacetado e se diferencia do desenvolvimento regional por incorporar, além das questões econômicas e da equidade, as preocupações ecológicas na sua atuação (SACHS, 2008). No Brasil, discutir desenvolvimento regional se torna ainda mais complexo em razão da extensão territorial e das características tão díspares entre regiões do Sul e do Norte, bem como dentro de uma mesma microrregião. Nesse sentido, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), descrita no Decreto nº 9810/2019, nos orienta a pensar temas, como redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, a partir da criação de oportunidades de desenvolvimento usando a tecnologia digital. Entendemos que a eletrificação rural representa uma

ação que reduz desigualdades socioeconômicas, gera bem-estar rural e, especialmente, sustentabilidade às pequenas e médias propriedades rurais, por facilitar a transformação digital das práticas que impactam o uso dos recursos naturais.

Pensar o DRS implica no reconhecimento das desigualdades regionais, da forma multidimensional do fenômeno e em instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, para facilitar a cooperação entre os agentes do desenvolvimento (LEAL *et al.*, 2021). Os planos nacionais de desenvolvimento de “nova geração” (CHIMHOWU; HULME; MUNRO, 2019, p. 76), em contraste com os planos do século XX, estão sendo mais sustentados por teorias de racionalidade colaborativa em vez de racionalidade linear. Entre os diferentes agentes do desenvolvimento, destacamos a importância do papel de uma cooperativa de eletrificação rural no desenvolvimento sustentável da região oeste do estado de Santa Catarina.

Dessa forma, um pressuposto é de que o DRS está atrelado ao uso das tecnologias digitais em todos os elos de qualquer cadeia produtiva para gerar mais eficiência (STREB *et al.*, 2003; FACIN *et al.*, 2022). Por meio da inovação tecnológica na produção, de um modelo de negócios sustentáveis em plataforma digital integrando a produção à comercialização e distribuição, e do uso de aplicativos digitais nos agrosserviços, há de se pensar a “nova ruralidade” (GRAZIANO DA SILVA, 1997; CARNEIRO, 1998; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2004). O meio rural do século XXI depende de eletrificação para viabilizar o uso das tecnologias de informação e dos sistemas de informação (TIS/SIs) em direção à transformação digital da gestão dos empreendimentos rurais.

No presente capítulo nos propomos a refletir a respeito do papel de uma cooperativa de eletrificação rural no desenvolvimento regional sustentável. Tomamos a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul como espaço de pesquisa e a Cooperativa de Eletrificação Rural (Ceriluz) como um caso para ilustrar os argumentos teóricos. A delimitação do estudo está na análise e abordagem da região noroeste no contexto das ações da Ceriluz de eletrificação rural e no acesso à internet via fibra óptica aos seus associados.

O estudo se justifica no campo das políticas públicas sociais, pela relação simbiótica com o cooperativismo e a eletrificação rural para manter as pessoas no meio rural, contribuindo com a redução do êxodo rural, ao mesmo tempo em que torna possível a digitalização dos processos

produtivos e aumenta o bem-estar rural (SCHERMER; KROISMAY, 2020; THIES; CONTERATO, 2023).

Trata-se de pesquisa importante para evidenciar as contribuições realizadas pela cooperativa de eletrificação rural. Nesse aspecto, para a contribuição do desenvolvimento das regiões e de suas localidades, que não tem ou não tinham acesso à energia elétrica no começo de sua atuação e em sequência com o transcorrer dos anos a disponibilidade de outros serviços como, por exemplo, o desafio mais recente que é o de levar internet de fibra óptica a essas residências e empresas rurais e urbanas dependendo da área de atuação da cooperativa, ou seja, a abrangência rural e urbana. A função é social e trata de tema atual, pois há carências nas comunicações e em específico em áreas onde ainda não se tem o acesso às redes (sinais de telefonia) que são precários e não atendem com efetividade as necessidades demandadas pelos moradores e que carecem de tecnologias que lhes proporcionem.

Para proporcionar uma reflexão epistemológica de racionalidade de cuidado e entorno da possibilidade de repensar outro olhar possível daquele dominante que conduz sobre as condições atuais em que se vivenciam muitas dificuldades e comportamentos das pessoas, das instituições privadas e públicas em uma relação de consumo cada vez mais desenfreado e que instrumentaliza vidas. Repensar essa educação técnica de que não tem mais capacidade de refletir a diversidade é imprescindível para a garantia de uma vida isonômica entre os seres humanos que compõem a relação da complexidade das sociedades ditas como modernas em se tratando de deixar só no domínio do interesse privado ou do Estado para conduzir o desenvolvimento.

O viés e o sentido cooperativo vem com esse intuito que tange às políticas públicas e em sua perspectiva de implementação que é necessário rever a relação existente de dicotomias entre aquilo que é público e privado. Há essa dicotomia de um lado jogar para outro os problemas, principalmente na condução e efetivação de mudanças para o viés social das políticas públicas.

Com as dificuldades existentes nas relações, nos interesses e por sua vez a geração de conflitos surge então as cooperativas de eletrificação em que se tornam as forças presentes em localidades onde não há e não havia o acesso e energia elétrica e isso em anos anteriores não muito distante em que se dava o início do desenvolvimento de levar energia a lugares de difícil acesso onde não se tinha sequer esperanças para assim ter o

desenvolvimento através da eletrificação rural.

Desenvolve-se a articulação dialógica com a conexão de referenciais teóricos de autores abordados e estudados em sala de aula do componente curricular Tecnologia social e políticas públicas para o desenvolvimento, com os conteúdos encontrados páginas eletrônicas das cooperativas sobre os históricos, área de atuação e projeções de futuro tanto da eletrificação rural bem como da expansão da internet de fibra óptica onde ainda não se tem acesso a essa tecnologia disponível.

A abordagem epistemológica da pesquisa é ecossistêmica, que é no sentido da crítica emancipatória aliando o narrar histórico do desenvolvimento econômico, social e sustentável ao longo do percurso das trajetórias da idealização das cooperativas e do fortalecimento do vínculo associativista que se permite ao longo do caminho escalar ao qual se busca almejar. Na exposição dos argumentos, mostra-se a importância dos benefícios e dos impactos da eletrificação rural na região noroeste para o desenvolvimento rural sustentável pelo papel assumido por uma cooperativa. Os dados são analisados na perspectiva da contribuição social.

Eletrificação rural, políticas públicas e desenvolvimento

De acordo com o Decreto nº 62.655/1968, eletrificação rural se refere à execução de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica destinada a consumidores localizados fora da área urbana dos municípios, cujas atividades produtivas são de exploração agropecuária ou quaisquer outras, porém com carga ligada inferior a 45kVA.

No contexto contemporâneo, as políticas públicas em favor da geração de energia implicam em considerar as limitações impostas pelos 17 ODSs em favor da sustentabilidade do planeta. Nesse sentido, para além da importância econômica da energia, os indicadores sociais (taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, expectativa de vida, taxa de fertilidade total) devem ser consideradas como uma função do consumo de energia *per capita* (GOLDEMBERG, 1998), assim como os indicadores que evidenciam neutralidade de carbono, preservação de recursos e metas ambientais (IRENA; ILO, 2022) devem ser considerados na direção de investimentos e no modelo de desenvolvimento que se quer.

Higuchi e Seraphim (2009) afirmam que a eletrificação rural contribui para a inclusão social, gera oportunidades de trabalho e renda, favorecendo o desenvolvimento. Cardoso, Oliveira e Silva (2013, p.121)

a consideram “força motriz” necessária para impulsionar a produção local. No entendimento de Souza (2006), o campo de conhecimento das políticas públicas tem ganho de grande importância e se destacou devido a três fatores principais, a saber: (1) a adoção de políticas restritivas de gasto; (2) as novas visões sobre o papel do governo e (3) o fato de ainda não se ter conseguido formar coalizões políticas que solucionasse a questão do desenho das políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social.

As políticas públicas, no sentido posto por Saravia (2006), por meio da definição de objetivos e estratégias, se configuram num sistema de decisões gerenciais no âmbito da administração pública quanto à alocação de recursos públicos. Na dimensão estratégica, sua importância reside na maioria servir para modificar a realidade, desde que a avaliação da política pública seja pautada na eficácia e eficiência do programa, como propõem Figueiredo e Figueiredo (1986) e Matosinhos, Lavorato e Silveira (2020).

A energia, em suas diferentes modalidades, está sendo considerada uma necessidade às atividades humanas contemporâneas, bem como indispensável ao processo de desenvolvimento (GOLDEMBERG, 1998; STREB *et al.*, 2003; CARMINATI; SCALCO, 2013; IRENA; ILO, 2022). Contudo, para o processo de desenvolvimento sustentável, é preciso gerar energia limpa e o Brasil tem potencial para tanto (IRENA; ILO, 2022).

É importante mencionar sobre tudo o que existe e se conecta ao seu entorno e ter presente que não importa somente o econômico e sim a consciência do social em relações quando se estabeleçam a união das forças para enaltecer o vínculo de resgatar e os sentidos de conexões perdidos com a vida de maneira a celebrar o resgate e o fortalecimento do ser humano com a sua existência e virtudes de valores no enriquecimento do direcionamento dos princípios cooperativos.

Nessa linha de raciocínio existe o cooperativismo e a opção em prol da sustentabilidade em que se evidencia:

O empreendimento cooperativo/associativo não tem por finalidade acumular bens e riquezas em mãos de poucos, gerando crescentes processos de desigualdade econômica e social. Mas sim, visa satisfazer cada vez mais e melhor, e de forma equitativa, as necessidades de todas as pessoas que participam do empreendimento coletivo, buscando contribuir para a sua dignidade e o seu bem-estar material, social e humano (SCHNEIDER, 2015, p. 101).

Sob certos aspectos, é a espécie humana que está mais ameaçada, tanto pelo futuro que as pessoas são capazes de preparar para as outras

peças, através do exercício do poder, da força e da dominação, como pelo fato de que, parasita da natureza, a espécie humana não conseguiria sobreviver sem sua anfitriã. Isso obriga a buscar com ela uma relação simbiótica, em vez de continuar a explorá-la de modo predador, que chega a destruição (SACHS, 1986, p. 119-120).

O que se pressupõem, segundo Carneiro (1998, p. 11):

Esse “novo” do rural consistiria justamente na incorporação de outras ocupações que não as especificamente agrícolas aos espaços tidos como rurais. Em outros termos, a novidade do rural contemporâneo estaria na combinação, nos mesmos espaços, de atividades tidas até então como “típicas” do meio urbano, tais como as do setor de serviço, com as ocupações “características” do meio rural, ou seja, as agrícolas. Aqui, duas noções surgem como complementares à caracterização desse rural que se inova: a de continuum rural-urbano e a de pluriatividade.

A base material do processo de desenvolvimento é absolutamente decisiva, mas deve ser encarada como um meio e não como um fim. Nesta perspectiva, considera-se que o desenvolvimento requer:

que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria (SEN, 2000, p. 18).

A análise de Sen (2000) resgata a importância intrínseca da liberdade, que passa a ser valorizada não só como um instrumento para o desenvolvimento (ou, na terminologia do autor, como uma liberdade instrumental), mas também como um fator de enriquecimento da vida humana. Com isto, define o papel constitutivo da liberdade, que passa a ser vista como parte integrante do processo de desenvolvimento. A relevância do papel instrumental da liberdade, na análise de Sen (2000), manifesta-se através do argumento de que a liberdade, além de ser o fim primordial do desenvolvimento, constitui também o principal meio para o desenvolvimento.

Este tipo de desenvolvimento necessita um forte compromisso e ação social, através de um amplo conjunto de políticas públicas capazes de universalizar o acesso da população aos serviços de infraestrutura, como abastecimento de água, saneamento básico e energia elétrica, no sentido da expansão das liberdades aludida por Sen (2000). Portanto, o que se evidencia e se fortalece com o entendimento é pela universalização do

acesso as novas tecnologias e isso faz pensar em um contexto a partir da sociologia rural (CARNEIRO, 2012). A sociologia rural, enquanto uma disciplina específica, foi responsável pela “reificação de uma imagem dicotômica da sociedade sustentada na oposição entre cidade e campo como dois universos substantivamente distintos que comportam, não raro, avaliações antitéticas sobre as condições de vida em um e em outro” (CARNEIRO, 2012, p. 126).

No meio rural há uma mudança em curso, com mudanças estruturais, sociais e econômicas configurando um “novo rural” (CAMPANHOLA; GRAZIADO DA SILVA, 2004; CARNEIRO, 2012), seja combinando práticas e saberes ou gerando inovações sociais, mas com impactos no bem-estar da população rural (SCHERMER; KROISMAY, 2020; THIES; CONTERATO, 2023). A nova dinâmica no meio rural impõe um conjunto de atividades relacionadas à pluriatividade, ocupações não agrícolas e como um espaço do bem viver.

Nas palavras de Graziano da Silva (1997, p. 28), o rural:

não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

Vinculado ao viés da tecnologia social, e nesse sentido faz jus refletir como a internet amplia as formas de trabalho no campo e ajuda a combater êxodo rural agregando em desenvolvimento no espaço rural já que como se percebe e se tem aos longos dos anos a carência dessa tecnologia aos locais de difícil acesso. Existe outras tecnologias como internet via rádio, mas o acesso é mais caro e os serviços não são muitas vezes de qualidade.

Entre os motivos alegados pelos agricultores para conseguir acesso à internet está a vontade de manter o núcleo familiar agregado, sendo um fator inibidor da saída dos jovens do campo. Apesar de o êxodo rural não ser mais tão comentado como já foi um dia, ainda acontece, hoje, por motivos diferentes.

O cooperativismo é a ferramenta plena na inclusão digital com a sua força atuante e participativa na solução dos problemas existentes. O reconhecimento das cooperativas de eletrificação rural e sua forma de organização no empenho e planejamento de assumir o papel de levar internet aos seus associados legitimam a sua visão e princípios no sentido de direcionamento transformativo das realidades.

Apresentação da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí (CERILUZ)

A história da Ceriluz tem seu início no município de Ijuí, na região noroeste do Rio Grande do Sul, caracterizada historicamente como parte do território das Missões Jesuíticas dos Guarani no Brasil (WELTER, 2012), o qual foi recolonizado por descendentes europeus por meados do século XIX (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Constituída em 1966 como Cooperativa de Eletrificação Rural de Ijuí, a Ceriluz tinha como objetivo inicial gerir e executar um projeto de eletrificação rural para beneficiar 160 propriedades rurais, o qual se concretizou alguns anos mais tarde em Catuípe, município da mesma região. Concomitante, foi fundada a primeira fábrica de postes de concreto, a qual produziu melhorias no fornecimento de energia elétrica.

Assim, a Ceriluz amplia sua área de atuação para os demais municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul, a qual é compreendida pelos municípios que integram os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Alto Jacuí, Noroeste Colonial, Missões e Fronteira Noroeste (ROTTA; REIS, 2011).

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição, foi fundada em 1966 sob a razão social “Cooperativa de Eletrificação Rural Ltda.”, na qual mais tarde se insere a palavra Ijuí, em reconhecimento ao município de origem. Ela surge por iniciativa de 11 agricultores do Distrito de Mauá, com o compromisso de gerir e executar o projeto de eletrificação de 160 propriedades rurais das localidades de Alto da União, Linha 06 Leste e Mauá.

Mesmo com uma estruturação administrativa precária nos primeiros tempos, as dificuldades foram gradativamente sendo superadas e a Cooperativa foi crescendo. Apesar de ter de enfrentar a descrença de muitos, o primeiro projeto de eletrificação rural veio a se tornar realidade com a implantação da primeira rede elétrica no interior do município de Catuípe. Essa conquista gerou entusiasmo e levou, gradativamente, a execução dos primeiros projetos de rede elétrica no interior do município de Ijuí. A implantação de uma fábrica de postes de concreto não apenas tornou a Ceriluz pioneira nessa área no Estado, como representou uma significativa melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica na sua área de ação.

Nessa perspectiva e realidade da época a construção de novas redes

elétricas, especialmente no interior de Ijuí, não apenas impulsionou o desenvolvimento das áreas rurais como também teve reflexos positivos no incremento do comércio em geral, especialmente com o expressivo crescimento na comercialização de eletrodomésticos. Essa nova realidade levou também a Ceriluz a ingressar no ramo, com a abertura de uma loja de materiais elétricos, que funcionou por alguns anos, ajudando a cooperativa a tomar novos rumos nos anos que seguiram.

Devido às dificuldades em obter recursos oficiais junto ao governo, foi apenas no início da década de 1970 que foram construídas as primeiras redes de distribuição, beneficiando outras comunidades do município e não às sugeridas inicialmente, uma vez que estas já tinham recebido a eletrificação através da iniciativa do Poder Público.

Passadas as dificuldades iniciais, a pequena Cooperativa cresceu. Cada vez mais localidades e municípios passaram a solicitar os seus trabalhos e a Ceriluz estendeu suas raízes, atingindo atualmente o meio rural de treze municípios em sua totalidade e outros onze parcialmente, incluindo sedes como nos municípios de Coronel Barros, Nova Ramada, Bozano e áreas industriais, como acontece no contorno de Ijuí. Por algum tempo, entre as décadas de 1980 e 1990, a cooperativa expandiu suas atividades implantando lojas de material elétrico e eletrodomésticos.

Foi também na última década do século XX que a cooperativa passou a investir na substituição de redes monofásicas por trifásicas e continuou a substituição dos postes de madeira por postes de concreto, que hoje compõem toda sua estrutura de distribuição. Ainda nesse período a cooperativa passou a buscar a autossuficiência, objetivo concretizado em 2005, a partir da construção da Pequena Central Hidrelétrica Nilo Bonfanti (1999), no rio Buricá, em Chiapetta, e da José Barasuol (2004), no rio Ijuí.

Em 2006 ocorreu uma alteração institucional na Ceriluz. A Cooperativa de Eletrificação Rural Ijuí Ltda. passou seus ativos da geração de energia elétrica para uma outra cooperativa constituída: Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda – Ceriluz Geração. Assim, a marca Ceriluz passou a atuar por meio de duas cooperativas distintas, sendo a primeira constituída (Ceriluz) dedicada à distribuição de energia elétrica e, a segunda cooperativa constituída (Ceriluz Geração) dedicada à geração de energia elétrica.

Na história desta renomada organização destaca-se a assinatura do Contrato de Permissionária de Serviços Públicos junto a ANEEL, ocorrido

no dia 26 de maio de 2010, que a torna regulada pela mesma agência. Pelo contrato a Ceriluz passa a gerenciar a infraestrutura de distribuição, que passa à União. O prazo de validade deste contrato é de 30 anos com a possibilidade de renovação por igual período pela Cooperativa. A regularização também determina a área de atuação da Ceriluz, o que não permite que concessionárias invadam seu espaço em busca de clientes e ao mesmo tempo impede a Ceriluz de sair de sua zona de abrangência.

No ano em que a Ceriluz atingiu seu cinquentenário, 2016, a Cooperativa passou a oferecer um novo serviço aos seus associados: a internet via fibra óptica. Para viabilizar essa atividade também foi fundada uma nova empresa, a Ceriluz Provedores de Internet Ltda. Desde então a Cooperativa vem expandindo suas redes de fibra óptica, partindo de Ijuí em direção aos outros municípios, aproveitando para isso a infraestrutura já existente para a distribuição de energia. Além da expansão própria, também realizou incorporações para acelerar essa expansão, mas sempre optando pela fibra óptica, visando a qualidade do sinal de internet.

A adesão do expressivo número de participantes e sendo composto de produtores rurais proporcionou o surgimento da cooperativa ao longo da história até os presentes dias atuais. A evolução é marca constante do cooperativismo e principalmente com a participação de pessoas é que se dá o seu fortalecimento.

Fibra óptica e internet: tecnologias contemporâneas para o desenvolvimento

Em 2016 a Ceriluz assumiu um novo compromisso. Levar internet para seus associados, nas áreas urbanas e, principalmente, no meio rural dos municípios onde atua, considerando a enorme carência existente e o crescimento da necessidade dessa ferramenta para o trabalho, lazer e estudo.

Quanto à instalação da fibra óptica, a estratégia da Ceriluz foi iniciar nas áreas urbanas nos locais onde tradicionalmente presta seus serviços, onde há maior concentração de consumidores potenciais. A ideia foi usar as receitas geradas por esses clientes para expandir a fibra óptica para as áreas rurais. O município de Bozano foi o escolhido pela Ceriluz.NET para fazer a primeira instalação de fibra óptica, o que ocorreu em abril de 2016.

O desafio da Ceriluz está sendo expandir suas redes para as comunidades rurais e atender às necessidades dos associados mais distantes. A definição dos projetos é feita a partir da demanda dos associados, ou

seja, quanto maior o número de interessados, maior a possibilidade da fibra óptica chegar à comunidade. Por isso, é fundamental os associados mobilizarem suas comunidades, fazerem sua inscrição, via telefone ou nos escritórios da Cooperativa.

Em 2017, a Ceriluz completou um ano de atuação na área de distribuição de sinal de Internet. Na mesma data, em 2016, era conectado o primeiro cliente da Ceriluz.Net, no município de Bozano. De lá para cá o serviço se expandiu. Passados 12 meses do início das atividades, atualmente o sistema de fibra óptica da Ceriluz atinge praticamente 10% da sua área de ação, partindo de Ijuí e se distribuindo para os municípios de Bozano, Coronel Barros, as vilas de Santana e Chorão e ainda na direção de Cruz Alta e Augusto Pestana. A partir dessas redes principais partem derivações para comunidades próximas. Hoje são aproximadamente 200 quilômetros de redes instaladas, o que equivale a um investimento de mais de R\$ 1 milhão em fibra óptica, mais outros equipamentos e a mão de obra de instalação.

O processo de instalação está sendo feito de forma planejada, passo a passo, até porque, não é algo acessível. Está-se fazendo uma expansão lógica, partindo para as comunidades onde existe maior potencial de conexão e a partir daí se espalhando, considerando o custo-benefício, explica o presidente da Ceriluz. Conforme ele, o objetivo é ter fibra óptica em redes troncais à disposição em toda a área de ação da Ceriluz num período de quatro anos. A definição dos projetos é feita a partir da demanda dos associados, ou seja, quanto maior o número de interessados, maior a possibilidade da fibra óptica chegar à comunidade.

No início ocorriam alguns problemas, contudo, compreende que se tratava de um período em que ajustes precisavam ser feitos, afinal, ela foi a primeira cliente. Hoje, porém, elogia a qualidade da internet via fibra óptica e os serviços de assistência técnica. “A internet da Ceriluz para nós é muito satisfatória, tanto pela velocidade, quanto pelo atendimento. A gente vê o serviço prontamente sendo feito, especialmente por parte das equipes, das quais sempre recebemos um bom suporte”, comenta ela. “Para nós foi importante a vinda da Ceriluz com fibra óptica, especialmente para os negócios. Talvez nós não teríamos o potencial que temos hoje, vendendo para outros lugares, até para outros estados, se não fosse a fibra óptica chegar via Ceriluz”, completa ela.

Ceriluz Provedora de Internet registrou no ano de 2020 um aumento de 77,9% no número de conexões por parte dos associados da

Cooperativa. Enquanto em 2019 eram 2.204 usuários da internet Ceriluz, no final de 2020 esse número subiu para 3.921. Essa adesão por parte dos associados também exigiu da Ceriluz maior investimento em novas redes para atender essa demanda. A Cooperativa fechou o ano com um total de 2.543 km de redes, crescimento de 52% em relação aos 1.673 km de 2019.

O crescimento no número de conexões reflete a realidade do meio rural, onde está a maioria das conexões realizadas por meio dos serviços da Ceriluz, em especial por meio da oferta de serviços de internet de qualidade aos cooperados, os quais até então tinham acesso apenas à Internet via rádio. Portanto, a fibra ótica passou a representar melhoria nas condições de vida da população rural da região, conferindo-lhe qualidade na busca de informações, realização de transações financeiras *on line*, instalação de tecnologia para emissão de notas fiscais eletrônicas, entre outras facilidades do mundo digital.

A demanda por mais acesso digital foi ampliada no período da pandemia da Covid-19, em razão da necessidade de distanciamento social. Em 2020, a Ceriluz aproximadamente R\$ 4,5 milhões na expansão dos serviços com fibra ótica; no período 2015-2020, a Ceriluz investiu em torno de R\$ 15 milhões, incluindo serviços de instalação de fibra ótica, materiais e equipamentos. Por conseguinte, a Ceriluz passou a oferecer cobertura de sinal em toda a área que compreende os municípios de Ijuí, Bozano e Coronel Barros. Para o ano de 2021, a Ceriluz se propôs a atender a demanda total da população do município de Augusto Pestana, não limitando-se a ele. Assim, os municípios Catuípe, Ajuricaba e Nova Ramada também foram contemplados e a região passou a ser totalmente atendida pela tecnologia fibra ótica.

Nos anos seguintes, a Ceriluz manteve a sua estratégia de expansão da fibra ótica na região, visando atender a demanda dos cooperados, atingindo 3 mil km de fibra ótica distribuída na mesma rede de distribuição de energia elétrica. Em 2022, a Ceriluz era o provedor principal de Internet de 5.067 usuários, número 35% superior ao registrado em 2021. Trata-se de uma estratégia de sucesso, que teve início no ano 2015 em Ijuí, expandindo-se para os municípios mais próximos até atender a toda região de atuação da Ceriluz. Dessa forma, hoje municípios como Ijuí, Augusto Pestana, Jóia, Boa Vista do Cadeado, Coronel Barros e Bozano, já estão contemplados com fibra ótica em praticamente 100% das redes da Cooperativa. Agora a Ceriluz volta seus esforços para os municípios de Catuípe, atualmente 40% atendido, Ajuricaba, 30% atendido, e também Nova Ramada, com fibra ótica em 30% de sua área. No espaço urbano

de Nova Ramada, no entanto, vale salientar que a fibra óptica está à disposição dos associados em 100% das redes. A fibra também já começa a chegar no município de Chiapetta, nas comunidades de Monte Alvão, Nova Conquista e arredores.

Desde que começou a oferecer os serviços de internet via fibra óptica aos associados, por meio da Ceriluz Provedores de Internet, a cooperativa já investiu mais de R\$ 14,4 milhões. Apenas no ano de 2022, o investimento foi de R\$ 8 milhões e contemplou uma campanha institucional de valorização da infraestrutura construída pela cooperativa e seus reflexos nas comunidades em que atua.

Apesar de ter os agricultores como seu principal grupo de consumidores de energia, as mudanças ocorridas dentro de sua área de ação, inclusive com alterações nas taxas de povoamento de algumas comunidades, proporcionando a formação de novos municípios, fizeram com que a Ceriluz passasse a atender também áreas urbanas e dentro delas surgiram consumidores de diferentes setores produtivos e sociais. Dessa forma, a cooperativa hoje ajuda a fomentar também a Educação, atendendo 40 escolas e uma universidade, a Saúde, fornecendo energia para unidades de atendimento básico, o Comércio, com mais de 800 unidades consumidoras cadastradas nessa categoria e a indústria, que utiliza a energia da Ceriluz para beneficiar e agregar valor ao que é produzido em Ijuí e região.

Quando a Ceriluz tomou a decisão de atuar no provimento de internet para seus associados, desde o começo optou por fazê-lo por fibra óptica, pensando na qualidade dos serviços. Claro que isso, representou um desafio a mais, afinal, representa um custo maior pelo uso do cabo em toda extensão de suas redes. Além disso, significou um tempo a mais para a expansão desse serviço, em comparação à distribuição de sinal via rádio. Tanto que, mais de sete anos após o início dos trabalhos, ainda hoje há regiões mais distantes, que não receberam a fibra óptica, apesar de todos os esforços realizados. Atualmente a Ceriluz está com 6,4 mil usuários conectados a seu sistema composto por 3,6 mil quilômetros de fibra óptica distribuídos por meio das redes de distribuição de energia da cooperativa, atingindo aproximadamente 80% de sua área de ação.

Ao evidenciar a evolução e aderência ao uso das novas tecnologias no meio rural, e em específico a expansão da fibra óptica pela cooperativa dá-se uma projeção de quanto é necessário a existência do associativismo, pois já o que aparenta ser impossível na individualidade torna-se possível

com a virtude coletiva.

Considerações finais

A eletrificação rural é um importante fator indutor do desenvolvimento humano, econômico e social, com impactos que ultrapassam as fronteiras das comunidades rurais. A eletrificação em conjunto com o fornecimento de internet fibra óptica demonstrou ainda mais forte o papel do cooperativismo enquanto meio para o desenvolvimento rural. Os benefícios da eletrificação rural gerados aos cooperados são expressivos, seja em termos econômicos quanto sociais, e fazem com que os membros das diferentes gerações das famílias rurais se mantenham no campo, pois reconhecem que têm acesso aos mesmos recursos tecnológicos disponíveis à população urbana. Dessa forma, um importante papel da Ceriluz é contribuir para reduzir o êxodo rural.

Outra questão importante a ser destacada no papel da Ceriluz para o desenvolvimento regional sustentável está no fato da eletrificação rural contribuir para ampliar o uso das tecnologias digitais nos processos produtivos. Drones, sensores e outras tecnologias embarcadas em máquinas e implementos agrícolas inteligentes facilitam o mapeamento das áreas rurais e o processo de decisão sobre quanto e onde devem ser aplicados os insumos (fertilizantes, pesticidas, outros) e quanto a planta necessita de água da irrigação. Reconhecemos que há limitações na infraestrutura de comunicação adequada em zonas rurais, por ausência de uma política pública mais efetiva, mas a eletrificação rural tem sido responsável por uma parcela importante das melhorias tecnológicas à população rural. As cooperativas de eletrificação rural e com o enfoque inicial que surgiram na década de 1960 devido à necessidade de luz elétrica de comunidades rurais dos municípios, assumiu para si o compromisso de atender a demanda por internet e nesse sentido fortaleceu os elos entre os agentes do desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a Ceriluz, por meio da geração de energia elétrica para a população rural, contribui para a digitalização dos processos e redução do esforço físico no trabalho rural. Em síntese, os resultados da análise da história da Ceriluz revelam que suas estratégias e ações não ficaram limitadas ao seu papel inicial, de gerir e executar um projeto de eletrificação rural para um grupo limitado de cooperados. A Ceriluz assumiu o seu papel de cooperativa que transforma a realidade do território e oferece bem-estar rural, seja instalando fibra óptica nas áreas rurais, para conectar a população rural à rede mundial

de computadores, seja disponibilizando energia elétrica, para facilitar a digitalização dos processos e o consumo da agricultura de precisão.

Referências

BRASIL. Decreto nº 62.655, de 03 de maio de 1968. Regulamento a execução de serviços de eletrificação rural mediante autorização para uso privativo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 07 de maio, 1968.

BRASIL. Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Diário Oficial da União**, Edição Extra, 30 mai., 2019.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Edts.). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v. 6.

CARDOSO, B. F.; OLIVEIRA, T. J. A.; SILVA, M. A. R. Eletrificação rural e desenvolvimento local uma análise do Programa Luz Para Todos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 117-138, 2013.

CARMINATI, J. G. O.; SCALCO, P. R. Relações de causalidade entre energia e crescimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Energia**, v. 19, n. 2, p. 355-374, 2013.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X:Faperj, 2012.

CERILUZ. Além da energia. **Informativo Ceriluz**, ano XVI, jan. 2023.

CERILUZ atingiu crescimento de mais de 50% na extensão de suas redes de fibra óptica. Notícias, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/news/todas-noticias/824%20ceriluz-registrou-crescimento-de-mais-de-50-na-extensao-de-suas-redes-de-fibra-optica>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CERILUZ provedores registra crescimento de 35% no número de

usuários. **Notícias**, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/news/todas-noticias/938-ceriluz-provedores-registra-crescimento-de-35-no-numero-de-usuarios>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CERILUZ PROVEDOR. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/internet/ceriluz-provedor>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CERILUZ atingiu crescimento de mais de 50% na extensão de suas redes de fibra óptica. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/news/todas-noticias/824-ceriluz-registrou-crescimento-de-mais-de-50-na-extensao-de-suas-redes-de-fibra-optica>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CERILUZ.NET: **Um ano de fibra óptica para associados**. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/news/todas-noticias/640-ceriluz-net-um-ano-de-fibra-optica-para-associados>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CERILUZ DISTRIBUIÇÃO. Disponível em: <https://www.ceriluz.com.br/index.php/company/ceriluz-distribuicao>. Acesso em: 25 mai. 2022.

CHIMHOWU, A. O.; HULME, D.; MUNRO, L. T. The ‘New’ national development planning and global development goals: Processes and partnerships. **World Development**, v. 120, p. 76–89, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2019.03.013>

FACIN, A. L. F. *et al.* Temas de destaque na pesquisa em transformação digital: evidências de estudo bibliométrico e análise de conteúdo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 6, e2021-0112, 2022. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220602>

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, v.1, n. 3, p. 107-127, 1986.

GOLDEMBERG, J. Energia e desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, p. 7–15, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRZYBOVSKI, D.; PEREIRA, A. D. S. Desenvolvimento econômico na região colonial no Rio Grande do Sul: uma análise das implicações da Constituição Econômica de 1891. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, p. 110, 2013. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.24.110-140>

- HIGUCHI, C. A. P.; SERAPHIM, O. J. Avaliação da evolução do consumo de energia elétrica do Programa “Luz Para Todos”, implantado na cooperativa de eletrificação rural de Itaí, Paranapanema e Avaré – Ceripa. **Revista Energia na Agricultura**, v. 24, n. 3, p. 24-33, 2009.
- IRENA/International Renewable Energy Agency; ILO/International Labour Organization. **Renewable energy and jobs: Annual review 2022**. Irena: Abu Dhabi; ILO: Geneva, 2022.
- LEAL, E. A. S. *et al.* Desenvolvimento regional sustentável: uma agenda para a microrregião centro-oeste do Espírito Santo. **Revista Ifes Ciência**, v. 7, n. 2, p. 1-23, 2021. <https://doi.org/10.36524/ric.v7i2.1201>
- MATOSINHOS, L. A.; LAVORATO, M. P.; SILVEIRA, S. F. R. Avaliação da eficácia e da eficiência do programa luz para todos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 251-262, 2020.
- ROTTA, E.; REIS, C. N. Desenvolvimento diferenciado no noroeste gaúcho. In: ALVIN, A. M.; SOUZA, O. T.; CALANDRO, M. L. (Org.). **Os desafios do desenvolvimento: tendências e perspectivas para a economia gaúcha**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. v. 1, p. 87-129.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. p. 21-42. (Coletânea, Volume 1)
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-44, 2006.
- SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015. <https://doi.org/10.4013/otra.2015.916.07>
- SCHERMER, M.; KROISMAYR, S. Social innovation in rural areas. **Österreich Z Soziol**, v. 45, p. 1-6, 2020.

STREB, C. *et al.* Energia no meio rural: uma análise na perspectiva da sustentabilidade. In: ENCONTRO DE ENERGIA NO MEIO RURAL, 3., 2000, Campinas. **Anais do Encontro...** Campinas: Unicamp, 2000. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_MSC0000000022000000200006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 02 jun. 2022.

THIES, V. F.; CONTERATO, M. A. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 1, e245689, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689>

WELTER, S. C. Caracterização fitogeográfica da região de assentamento das reduções jesuítico-guaranis estabelecidas no atual território do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (século XVII). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 489-508, 2012.

HORTAS COMUNITÁRIAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA POSSIBILIDADE PARA O TRABALHO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E A SUPERAÇÃO DA FOME¹

Rita Vanderléia Martel

Daniel Hedlund Soares das Chagas

Louise de Lira Roedel Botelho

Enise Barth

Introdução

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Os dados foram revelados pelo relatório o Estado da Insegurança Alimentar no Mundo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). A FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 à 2013, houve uma queda de 82% em relação ao número de brasileiros em situação de subalimentação (FAO, online).

O mesmo relatório apresenta o Indicador de Prevalência de Subalimentação. Este indicador é empregado pela FAO há 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, sendo que no Brasil o nível apontou queda de 5%. Ainda, segunda a FAO, 10% da população global, ou seja, cerca de 768 milhões de pessoas passaram fome no ano de 2020, um aumento de 118 milhões em relação ao ano de 2019. O relatório da FAO, em 2021, apontou que no ano de 2020 mais de 2,3 bilhões de pessoas não tiveram acesso a alimentação adequada (FAO, online).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) é a agência especializada do Sistema Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha no combate à fome e à pobreza por

1 Artigo apresentado e publicado nos anais do X Simpósio Iberoamericano de la Red Cidir, 2021.

meio da melhoria da segurança alimentar e do desenvolvimento agrícola.

A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os objetivos² de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Neste trabalho, destacamos 02 dos 17 objetivos das Nações Unidas, que estão contribuindo a fim de que possam atingir a Agenda 2030 no Brasil: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável (ONU, online).

O Brasil vem apresentando melhoras contínua em seus índices de pobreza e extrema pobreza, em especial a partir de 2003. No entanto, ainda é alarmante a grande quantidade de famílias em situação de miséria e vulnerabilidade social, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos (FAO, online).

Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. Pode ocorrer por diversos fatores, como a falta de oportunidades de emprego, falta de condições mínimas de moradia, alimentação, educação, acesso a oportunidades para seu desenvolvimento enquanto cidadão. Neste sentido, as políticas públicas voltadas ao fomento de economias solidárias, que buscam a transformação desse cenário, são de grande valia para os indivíduos em situação de risco e miserabilidade (MONTEIRO, 2011).

A economia solidária (ES) por definição, tem a pretensão de diminuir a desigualdade na sociedade, logo, é uma forma de economia colaborativa ao invés de competitiva. Só pode ser concretizada se houver plena igualdade entre todos que se unem para produzir, consumir, comerciar ou trocar. Pensando nisso, a economia solidária visa a união entre iguais em vez do contrato entre os desiguais. Conceituar economia solidária não é uma tarefa fácil, pois, por tratar-se de um assunto relativamente novo, existe uma multiplicidade de definições. Para Paul Singer (2002, p. 10):

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica.

2 Compreende a preservação e manutenção do meio ambiente, cujo principal **objetivo** é garantir que as necessidades das gerações futuras não sejam prejudicadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais na atualidade.

Iaskio (2007), considera difícil a definição de economia solidária, mas não impossível, ao analisar de várias formas e peculiaridades essa definição. Assim parte de princípios comuns como a “[...]solidariedade, a autogestão e a posse comum dos meios de produção [...] os empreendimentos de economia solidária são formados e geridos pelos próprios trabalhadores, com vistas à geração de trabalho e renda”, ressaltando que os benefícios são voltados diretamente para os trabalhadores envolvidos na prática, e dessa forma pontua:

A economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda. Essa organização deve ser pautada em princípios de solidariedade e de autogestão. Entre os empreendimentos de economia solidária estão as cooperativas, as associações, as empresas autogestionárias e qualquer outro empreendimento cujas características conferem com as descritas (IASKIO, 2007, p. 59).

As hortas comunitárias se mostram como instrumento importante para que as famílias em situação de miséria possam enfrentar os problemas relacionados ao acesso à alimentação de qualidade. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE-FAO):

O país está relativamente urbanizado, com 15% da população vivendo em áreas rurais em 2013 (Banco Mundial, 2015). A maioria dos pobres vive em áreas urbanas e destina uma parte significativa da renda para a alimentação. Os pobres rurais são menos numerosos, mas a incidência de pobreza é mais do dobro das áreas urbanas, com aproximadamente 30%. A agricultura é também compradora e fornecedora de uma parte significativa da economia em relação aos insumos agrícolas, de agro processamento e varejo, com uma contribuição de mais de 17% do Produto Interno Bruto (PIB) e em torno de 18% do emprego (OCDE, 2014).

Nas hortas comunitárias é possível cultivar dos mais variados tipos de: frutas, hortaliças, raízes, verduras e legumes. Dessa forma, alimentos que contribuam para a elevação dos níveis nutricionais das famílias, com escassez de produtos de qualidade em suas mesas. Em zonas rurais, o cultivo de horticultura é praticado há muito tempo, porém, em áreas urbanas pouco se vê o cultivo, muitas vezes por não receber incentivos, infraestrutura e capacitação profissional que possibilite aos indivíduos implementarem o cultivo das hortas em suas comunidades.

No Brasil, há projetos de hortas comunitárias sendo desenvolvidos em áreas urbanas como na cidade de São Paulo - SP, e em Agudo no RS, promovidas pela Organização não governamental (ONG) – Cidades Sem Fome, possibilitando acesso a alimentos saudáveis a pessoas em estado de

vulnerabilidade social. As hortas urbanas, são estruturadas com base em processos de produção orgânica, transformando os partícipes do projeto em agricultores urbanos, melhorando a situação de escassez de alimentos e nutricional de milhares de pessoas (ONG - Cidade Sem Fome, 2021).

Este estudo de caso, objetiva apresentar a vulnerabilidade de pessoas a margem da sociedade, voltada à implementação de hortas comunitárias. Para tanto, utilizou-se o caso de uma horta comunitária com Imigrantes Haitianos junto a Cidade de Santo Ângelo, alocada no pátio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha. Essa otimização ocorre por meio de um projeto de extensão oportunizado em conjunto por servidores do Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo, voluntários como a Diretora da escola em que ocorre a produção e Haitianos erradicados na cidade, em situação de vulnerabilidade social, para prover a erradicação da fome e a inclusão linguística, perfazendo uma alternativa de desenvolvimento de cidades sustentáveis.

Os desafios da ONU para erradicação da pobreza e da fome

Um dos grandes desafios do Brasil e do Mundo é a erradicação da pobreza, e conseqüentemente, acabar com a fome de milhares de pessoas que ainda se encontram em situação de miserabilidade. Em que pese as expectativas em erradicar a pobreza e a fome, é grande a quantidade de famílias em situação de miséria e vulnerabilidade social, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos (FAO, online).

Neste sentido, a ONU lançou como principais Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 pontos que devem ser melhorados no Brasil, que estão contribuindo para se atingir a Agenda 2030 no Brasil. Dentre elas, a erradicação da pobreza e à fome zero e agricultura sustentável.

Para tanto, traçou-se algumas metas para se atingir tais objetivos:

1. Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
2. Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
3. Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

4. Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;
5. Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;
6. Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;
7. Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. (ONU, on-line).

No que diz respeito a erradicação da fome, tem-se como objetivos os seguintes pontos: alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Assim, para se atingir tais pontos é preciso seguir alguns caminhos apontados pela ONU, quais sejam:

1. Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
2. Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;
3. Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;
4. Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros

desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

5. Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

6. Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

7. Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

8. Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos (ONU, on-line).

Observa-se que inúmeros são os desafios para se concretizar os objetivos propostos pela ONU para a Agenda 2030. Porém, a ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando naquilo que se propuseram, a fim de garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Em que pese os inúmeros esforços para o êxito em tais propostas, não se pode fechar os olhos para o alarmante número de pessoas que ainda vivem em situação de vulnerabilidade social no Brasil.

Vulnerabilidade social é um conceito multidimensional que diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social (MONTEIRO, 2011). Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com

condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

Do início dos anos 2000 até 2014, o Brasil reduziu drasticamente sua taxa de pobreza. Porém, por conta da crise econômica que rondou o país, o crescimento estagnou e o índice de vulnerabilidade social voltou a crescer. Os números são da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mostram que 23,3 milhões de pessoas entraram para a estatística no período entre 2014 e 2017. O estudo ainda indica que, com o lento crescimento econômico atual, o Brasil só voltará a atingir seu melhor índice em 2030.

De acordo com Yasbek (2003), “são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social”.

A vulnerabilidade social pode ocorrer por diversos fatores, como a falta de oportunidades de emprego, falta de condições mínimas de moradia, alimentação, educação, acesso a oportunidades para seu desenvolvimento enquanto cidadão. Para Katzman (1999, p. 171-189):

A vulnerabilidade é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhor sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

Neste sentido, as políticas públicas voltadas ao fomento de economias solidárias, que buscam a transformação desse cenário, são de grande valia para os indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

A Economia Solidária (ES) é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínua pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000), pois vem sendo constituída como uma das alternativas dos sujeitos contestarem a forma que o processo de trabalho é desenvolvido por meio do sistema, nos outros empreendimentos privados.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p. 138).

Na visão de França-Filho e Laville (2004, p.149):

No Brasil a economia solidária tem servido para identificação de diferentes iniciativas de grupos sociais (e de base popular, na maioria

dos casos) que se organizam sob o princípio da solidariedade e da democracia para enfrentar suas problemáticas locais através da elaboração de atividades econômicas. Na maioria das vezes, os debates suscitados por estas experiências articulam-se em torno de empregos que elas criam. Esta é a razão pela qual esse termo aparece na maior parte dos casos associado às novas formas de trabalho e de geração de renda.

A economia solidária desperta os interesses de governos como ferramenta de suas políticas públicas e de organizações não governamentais voltadas ao apoio às comunidades e populações de baixo poder aquisitivo e que sofrem com a ausência de políticas públicas em várias áreas. Com políticas públicas eficientes, o território nacional se torna fértil para a ampliação e fomento da ES, como alternativa de geração de trabalho e renda.

De acordo com Biazotti (2020), as primeiras iniciativas e programas públicos de introdução de hortas comunitárias para redução da fome e da pobreza no Brasil despontaram a partir da década de 1980, quando movimentos sociais passaram a incorporar as pautas de reivindicação por alimentação popular de baixo custo nos territórios periféricos das grandes cidades. Já de 2000 a 2019, a agricultura urbana e as hortas comunitárias se inserem no planejamento territorial e na agenda de elaboração de políticas públicas de âmbito local, como fatores de segurança alimentar e preservação ambiental, como formas de ativismo político e ocupação de espaços urbanos.

No âmbito escolar, as hortas comunitárias podem ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os partícipes envolvidos. A educação ambiental e alimentar já fazem parte do currículo de muitas escolas de educação infantil e fundamental, mas, na prática, os professores ainda têm dificuldades em lidar com esses temas (EDUCAÇÃO, 2002).

O Ministério da Educação considera importante que se estabeleça novos modelos educacionais que integrem saúde, meio ambiente e desenvolvimento comunitário por meio de programas interdisciplinares. Para atingir essas metas a horta escolar e a relação desta com a participação comunitária se torna um eixo articulador com ricas possibilidades de atividades pedagógicas (FERNANDES, 2005).

A economia solidária tornou-se uma alternativa para muitas lacunas e deficiências presentes em comunidades locais, em especial a alimentação. Sendo sanados por meio de projetos comunitários para diminuir as desigualdades em todos os âmbitos, promover a equidade social e o desenvolvimento com a respeito ao meio ambiente para a garantia das futuras gerações.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi efetuada com uma abordagem qualitativa tendo como propósito averiguar uma horta comunitária junto ao Município de Santo Ângelo/RS que possui como componentes imigrantes Haitianos. O local onde é desenvolvida a horta comunitária é no pátio da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha, concretizado por meio de um projeto de extensão desenvolvido pelo Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo.

A pesquisa no tocante aos seus objetivos (GIL, 2002) é exploratória, na medida em que proporciona maior familiaridade com o problema analisado e descritiva por abordar as características da realidade em questão. Em termos dos procedimentos técnicos, esta investigação é do tipo bibliográfica, e estudo de caso (YIN, 2001), pois tem como objeto de análise a horta comunitária de Imigrantes Haitianos junto a Cidade de Santo Ângelo.

Quanto aos instrumentos de coleta dos dados empíricos, empregou-se a entrevista, do tipo semiestruturada com cinco participantes, pautada na análise das hortas comunitárias como meio de instigar ou possibilitar a inclusão social dos sujeitos, através da economia solidária. Refletir as políticas públicas voltadas à economia solidária, em especial, aquelas relacionadas a estruturação, produção e manutenção de hortas comunitárias.

Contextualização de hortas comunitárias

1 Hortas Comunitárias no Brasil: em foco ONG Cidades Sem Fome

O Projeto Hortas Comunitárias da ONG Cidades Sem Fome, possui atualmente 25 hortas comunitárias e 38 hortas escolares, instaladas na Região Metropolitana de São Paulo. Nesse contexto das hortas comunitárias trabalham 115 pessoas como agricultores urbanos,

beneficiando e mantendo a subsistência de pelo menos 650 pessoas. No que concerne, as hortas escolares são implantadas e desenvolvidas em escolas públicas, já foram partícipes do projeto 14.506 alunos, transformando e gerando alimentos, qualidade de vida em terrenos públicos e particulares de uma região urbana, em especial nas zonas periféricas, modificando a situação de vulnerabilidade dos habitantes e suas comunidades (ONG - Cidade Sem Fome, 2021).

2 Ações desenvolvidas pela ONG Cidades Sem Fome

Dentro dessa conjuntura promoveram 48 cursos de capacitação profissional em técnicas de produção de alimentos orgânicos em áreas urbanas e quase 1.000 pessoas já participaram. Recebendo, além disso, instruções de como comercializar seus produtos, perfazendo um excelente exemplo para todo o País em como melhorar a situação da fome e de vulnerabilidade social, utilizando a economia solidária como forma de inclusão social, promoção de uma alimentação saudável e de qualidade, por meio do trabalho em hortas. Trabalho esse sendo replicado para outras cidades como na cidade de Agudo no Rio Grande do Sul, em que atualmente 3 agricultores, estão sendo treinados agregando valor, criando e diversificando seus negócios (ONG - Cidade Sem Fome, 2021).

3 Horta Comunitária em Santo Ângelo

A promoção de hortas comunitárias no Rio Grande do Sul, no que concerne a cidade de Santo Ângelo, está sendo oportunizada de forma um pouco diversa de São Paulo - SP, e de Agudo – RS, que se concretiza através de uma ONG. Em Santo Ângelo- RS, provém de uma ação conjunta entre Instituições Públicas Educacionais Federais e Municipais, por meio de esforços conjugados de servidores, alunos, principiaados por meio de projetos de extensão do IFFar- San com a intento de promoção de uma sociedade mais justa, solidária, inclusiva, a erradicação da fome e espaços pedagógicos diversos, como o Projeto Horta Comunitária: acolhimento e integração de imigrantes haitianos, segurança alimentar e nutricional.

A coordenadora do Projeto³ “Horta Comunitária: acolhimento e integração de imigrantes haitianos, segurança alimentar e nutricional” explica que se tornou realidade por meio do trabalho de servidores do

3 Todos os dados obtidos sobre o projeto A Horta Comunitária: acolhimento e integração de imigrantes haitianos, segurança alimentar e nutricional, foram fornecidos pelos participantes e responsáveis.

Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo (IFFar-San) e voluntários, como a diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Brochado da Rocha, local onde os canteiros estão instalados.

O anseio de concretizar a horta comunitária ganhou força a partir de 2020, para a promoção da inclusão social, criação de um espaço para a comunicação em língua portuguesa e ainda contribuir para a segurança alimentar de aproximadamente 10 pessoas, envolvendo 8 famílias. O grupo aprende técnicas de cultivo agroecológico todos os sábados pela manhã, além de proporcionar a diminuição das lacunas linguísticas e produção de alimentos para a mesa dos integrantes, como: cenoura, tomate, pepino, alface, beterraba, berinjela; chás e temperos variados, como manjerição, hortelã, menta, entre outras; assim como de Plantas Alimentícias Não-Convencionais – PANCs, como a ora-pro-Nobis, caruru, capuchinha, peixinho de horta.

A interrelação com os grupos de imigrantes começou em 2020, por meio de outro projeto de extensão do IFFar-San, denominado: “Interação Linguística Português-Francês”, em que os imigrantes Haitianos recebiam aulas ministradas em língua portuguesa com a finalidade de abrandar as dificuldades de comunicação encaradas pelos partícipes, especialmente em contextos de espaços de trabalho.

Diante do contexto da Pandemia COVID-19, e a suspensão das atividades do projeto de extensão de interação linguística, percebeu-se a necessidade da promoção desta experiência como forma de colocar em prática alguns ideais que envolvem a agroecologia e a produção urbana de alimentos, assim como pela crescente demanda por alimentação dos imigrantes, como também diante do contexto pandêmico, assim proporcionar alimentação saudável, interagir com plantas e vegetais como efeito terapêutico, além de conectar-se com outras formas de vida,

Considerando o depoimento do Responsável Técnico e Coordenador Adjunto deste projeto, na horta comunitária agroecológica, não são usados produtos químicos industrializados, e sim técnicas como a rotação de cultura, cobertura vegetal do solo, consórcio de plantas e aplicação de caldas para o controle de pragas, doenças e para a fertilização, servindo-se no cultivo de todos os alimentos dos princípios da produção agroecológica, sem o uso de agrotóxicos nem adubação sintética. O responsável técnico, explana a promoção de um consórcio de plantas de diversas espécies cultivadas no local, como: alface com beterraba, rúcula com cenoura, couve e feijão, milho com abóbora, assim um inseto que

poderia prejudicar uma cultura é atraído para outra e dessa forma não causará danos.

Salienta-se que junto ao Município de Santo Ângelo são autorizadas a criação de hortas comunitárias como forma de aproveitamento de terrenos baldios, por meio da lei 3.407, de 21 de maio de 2010. Dessa forma, seria um programa de aproveitamento de terrenos baldios para produção e cultivo de hortaliças em geral, onde a área utilizada não pode exceder a um módulo de 400 m², em que podem ser efetuados contratos entre o proprietário do terreno e o Município, o qual efetuará a distribuição dos mesmos para plantio (SANTO ÂNGELO, 2010, art. 1º, 3º, 4º).

O cultivo comunitário de hortaliças une haitianos e brasileiros para amenizar o estado de vulnerabilidade social, assim como na busca de práticas alternativas de produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, de práticas pedagógicas inclusivas. Com as hortaliças plantadas em um terreno urbano, em que antes só tinha gramíneas, constrói-se um mundo de esperança de alimento para todos com qualidade. Almejando um desenvolvimento social, humano e econômico que combate a fome e a pobreza que se alastra nos municípios brasileiros, por meio de agricultura sustentável e da economia solidária.

Considerações finais

O propósito deste artigo perpassou pela compreensão da vulnerabilidade social que assola quantidade significativa da população mundial. Como demonstrado do decorrer da pesquisa, a ONU vem lutando arduamente para buscar alternativas para atingir a Agenda 2030, principalmente do que diz respeito a erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável.

Neste sentido, percebe-se a necessidade de maior atenção para as pessoas a margem da sociedade. Assim, políticas públicas voltadas ao fortalecimento de economia solidária, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais ganham maior visibilidade, principalmente no caso das hortas comunitárias, que neste cenário, são de grande importância para a erradicação da pobreza e fome, geração de emprego e renda, desenvolvimento sustentável local e a reintegração dos indivíduos marginalizados como partícipes de uma sociedade igualitária.

Ainda, aponta-se que as hortas comunitárias podem ser inseridas em políticas públicas direcionadas para a ocupação de espaços públicos e

privados ociosos, como forma de gestão dos espaços urbanos municipais brasileiros, como no caso da Cidade de São Paulo e do Município de Santo Ângelo onde é permitida a criação de programas de aproveitamentos de terrenos baldios para o cultivo de hortaliças em geral.

Em síntese ressalta-se a necessidade e importância desse tipo de projeto para a construção de uma sociedade mais equânime transformando realidades sociais e econômicas por meio da produção de alimentos saudáveis e consequente inserção social. Oportunizando alimentação de qualidade e trabalho, promovendo a geração de renda, estimulando o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza nos centros urbanos.

Referências

- BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Sandra Suely Soares Bergonsi; Gustavo Biscaia de Lacerda - Organizadores - Curitiba - 2007 PROEC – UFPR.
- BIAZOTI, A. R. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: DOU, 2006a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. Atlas da Economia Solidária no Brasil. Brasília: DOU, 2006b.
- CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH –Política Social, 2.).
- EDUCAÇÃO, Revista. O Meio pela Metade. Edição 62. São Paulo: Editora Segmento, 2002.
- ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://aventuradeconstruir.org.br/o-que-e-economia-solidaria/>. Acesso em 05 jul. 2021.
- FERNANDES, M. C. de A. **A Horta Escolar como Eixo Gerador de Dinâmicas Comunitárias, Educação Ambiental e Alimentação Saudável e Sustentável**. Brasília, 2005. Projeto PCT/BRA/3003 – FAO e FNDE/MEC. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/home/>

alimentacao_escolar/encontrosnacionais/10_a_horta_escolar_como_eixo_gerador_de_dinamicas_comunitarias.pdf. Acesso em: 27 Jun. 2005.

FRANÇA-FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FÓRUM. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>. Disponível em: <http://cirandas.net>. Acesso em: 20 ago. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/relatorio-mostra-desafios-sociais-pais-partir-metas-desenvolvimento-sustentavel-onu>. Acesso em: 05 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. **Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens**. Sandra Suely Soares Bergonsi; Gustavo Biscaia de Lacerda - Org - Curitiba - 2007 PROEC – UFPR – p. 48-63.

KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay**. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, julho-dezembro.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/1>. Acesso em: 05 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO CIDADES SEM FOME. Disponível em: https://cidadessemfome.org/ptbr/?gclid=Cj0KCQjw2NyFBhDoARIsAMtHtZ4Sr03cFHRGSKhj0-4l4yoppp1-DlEg6btXJRCc3TCaQ-3tTbd9M0saAhuGEALw_wcB#projekt_gg. Acesso em: 02 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE-FAO). **Agricultura brasileira: Perspectivas e Desafios -Perspectivas agrícolas 2015-2024**. In: Capítulo 2. Revista FAO. Página 4.

SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, P; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

VULNERABILIDADE SOCIAL. Disponível em: <https://sermais.org.br/vulnerabilidade-social/>. Acesso em: 05 jul. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

YAZBEK MC 2003. **Classes subalternas e assistência social**. (4^a ed.). Ed. Cortez, São Paulo.

SANTO ÂNGELO, **Cria o programa de aproveitamento de terrenos baldios, com hortas comunitárias**. Lei 3.407, de 21 de maio de 2010.

O PAPEL DAS ITCPs E DA TECNOLOGIA SOCIAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fabiano Kapelinski

Louise de Lira Roedel Botelho

Paola Vogt

Introdução

As incubadoras sociais universitárias ou também chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) geralmente estão inseridas nas universidades através de projeto extensionistas, elas permitem o trabalho com tecnologias sociais e atuam diretamente na geração de trabalho e renda. Dessa forma, as ITCPs objetivam além da transformação social, promover o dinamismo econômico, social, político e cultural, a conservação ambiental, a melhoria da qualidade de vida e o empoderamento de sua população local (BOTELHO, *et al.* 2015).

A ideia da tecnologia social, por sua própria essência, traz em seu particular e elemento constitutivo, o processo de empoderamento dos indivíduos e a cooperação dos mesmos na concepção, gênese e gestão dos instrumentos que possibilitam alavancar seus *status* socioeconômicos, obtendo mudanças em suas condições de qualidade de vida (BOTELHO *et al.*, 2014). Pode-se dizer que a tecnologia social, está ligado a um conjunto de soluções, ferramentas ou metodologias que possibilitam resposta à inclusão socioeconômica de um grupo de atores sociais, visto que em cada contexto diferente o uso da tecnologia será necessariamente replanejado.

O desenvolvimento regional vai além de aspectos econômicos e sociais, “estabelece-se uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens” (SIEDENBERG, 2006, p. 72). É um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de fluxo da região, busca expansão sustentável da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por

parte de uma determinada comunidade, tem como objetivo a geração do emprego, do produto e da renda para transformação, modernização, progresso e a redução de desigualdades (BASSAN; SIEDENBERG, 2010).

Partindo dessa contextualização, o presente estudo tem como objetivo apresentar discussões a respeito das ITCPs com a interface da tecnologia social na promoção do desenvolvimento regional.

O estudo classifica-se quanto à abordagem em uma pesquisa qualitativa, a qual Sampieri, Collado e Lucio (2013) definem como um enfoque de pesquisa que é flexível e não usa dados estatísticos. Quanto ao objetivo, caracteriza-se por ser uma pesquisa descritiva, a qual descreve características de contextos ou situações, detalhando como essas ocorrem (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). E quanto aos procedimentos é considerada uma pesquisa bibliográfica, já que é baseado em artigos e livros (GIL, 2017).

No que diz respeito à estrutura desse estudo, após a presente parte introdutória, aborda-se sobre o contexto das incubadoras tecnológicas, apresentando o seu papel e a sua caracterização. Na sequência, descreve-se a acerca da tecnologia social, da sua aplicabilidade para a promoção do desenvolvimento regional. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

Incubadoras tecnológicas

No Brasil, o movimento das incubadoras de empresas iniciou-se na década de 1980. Partindo da replicação das experiências americanas, da economia estagnada e dos movimentos sociais. Em 1995, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), criou-se a primeira Incubadora Universitária de Cooperativas Populares, a ITCP/COOP/UFRJ, inspirados no movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria. A partir dessa iniciativa e sua repercussão, outros grupos, em outras universidades, buscaram informações e fontes para a construção de projetos similares, e algumas universidades também iniciaram a construção de outras ITCP's (IADH, 2011, p. 3).

A partir dos anos de 2000, verificou-se o crescimento de incubadoras sociais em universidades brasileiras, em virtude da criação pelo governo de políticas públicas, diretrizes e programas de fomento a economia solidária, geração de emprego e apoio ao trabalho, viabilizando a criação e o funcionamento das incubadoras no país (BOTELHO *et al.*, 2016).

Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em que essa Secretaria passou a coordenar o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), que foi criado em 1988. Em 17 de novembro de 2010, a PRONINC estabelece o Decreto 7.357, que normatiza as incubadoras como organizações que desenvolvem “ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão” (BRASIL, 2010). As ações de incubação visam os grupos de trabalhadores desempregados ou que estão em condições de trabalho vulnerável, no sentido de gerar trabalho e renda de forma organizada, seja na forma de cooperativas ou associações (MTE/SENAES, 2015).

As incubadoras sociais universitárias ou também chamadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs¹) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiras construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária. Essas incubadoras articulam-se em uma Rede Universitária - Rede de ITCPs, que tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Ela surge para integrar, de forma dinâmica, as incubadoras, e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos (SANTOS; CRUZ, 2008).

Para Botelho *et al.* (2015) as ITCPs são mecanismos de extensão que atuam diretamente com empreendimentos cooperativos e econômicos solidários ou grupos sociais. Essas incubadoras fomentam e constroem tecnologias sociais, cada vez mais empregadas no campo de geração de trabalho e renda, seu foco está diretamente ligado a proporcionar o desenvolvimento territorial. Desta forma, as ITCPs objetivam além da transformação social, promover o dinamismo econômico, social, político e cultural, a preservação ambiental, melhoria da qualidade de vida e o empoderamento de sua população adjacente (BOTELHO *et al.*, 2015).

As ITCPs têm como finalidades promover a formação de agentes

1 É importante esclarecer que as incubadoras podem ter viés de atuação diferentes umas das outras. De acordo com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) (2018), as incubadoras podem ser: de base tecnológica (voltadas a empreendimentos que realizam a tecnologia); tradicional (criadas para a assessoria de setores tradicionais); mistas (que assessoram tanto incubados tecnológicos quanto os tradicionais), e as sociais (que abrangem um público de empreendimentos voltado às cooperativas e associações populares).

da economia popular solidária na universidade bem como na sociedade, valorizar a extensão universitária² dialógica, construir e socializar novos conhecimentos e tecnologias sociais, instigando o debate e a compreensão de outras concepções de desenvolvimento, bem como a construção de novos valores baseados nos princípios da economia solidária e do cooperativismo (ITCP - UFV, 2017).

O objetivo do programa das ITCPs é utilizar “[...] os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho” (GUIMARÃES, 2010, p. 111). Tais iniciativas estão em consonância com o princípio de extensão das universidades brasileiras em projetos de intervenção voltados à geração de trabalho e renda. De acordo com Lima (2009) em 1998 foi constituída uma rede que atualmente congrega ITCPs de todo o Brasil, com isso o número de incubadoras universitárias cresceu de forma significativa no país, chegando a 42 no ano de 2009. Várias começaram a realizar trabalhos conjuntos com municípios, a partir de políticas públicas direcionadas à economia solidária.

Fraga (2012) frisa que as incubadoras atuam a partir da esfera local, por meio da reconfiguração da relação universidade e sociedade, apresentando um significativo potencial de fortalecimento da ação que está sendo proposta a realizar. Sobretudo, o papel da incubação é prestar assistência aos empreendimentos, é também inovar, fazendo as regiões de abrangência das ITCPs ousarem com novas atividades, novos serviços e novas formas de operação, produzindo novos conhecimentos (BOTELHO *et al.*, 2015).

As ITCPs propõem uma metodologia participativa que consiste no acompanhamento sistemático e dialógico dos grupos, bem como o aprofundamento sobre novas formas de organização, de fomento a redes de produção e consumo, com base nos princípios da Economia Popular Solidária. Assim, surge o chamado processo de incubação que se desenvolve em um formato de gestão social e de governança pública municipal, tendo em vista a articulação das universidades com as organizações do terceiro setor e com as organizações do mercado para alcançarem um objetivo comum ou para atender a algum interesse público (NATIVIDADE; PEREIRA; DE OLIVEIRA, 2014).

2 Frota (2017, p. 7), “a extensão universitária favorece o desenvolvimento regional, na medida em que promove a aproximação da universidade com a sociedade, e consegue sensibilizar a academia com relação às demandas regionais”.

Tudo isso, implica em uma solidariedade mútua, numa troca de saberes, de conhecimentos acumulados sob condições sociais e históricas diferentes que se mesclam através do diálogo e que se produzem em esferas distintas da vida social (ANPROTEC, 2014). O processo de incubação das ITCPs consiste em três fases: Pré-Incubação, incubação e desincubação. A pré-incubação tem como objetivo principal iniciar um trabalho coletivo com os grupos que se aproximaram da incubadora. A Incubação busca o fortalecimento do grupo nos âmbitos econômico, social e político, bem como ampliar perspectivas ao empreendimento. Por fim, a fase de desincubação leva em consideração o planejamento realizado inicialmente e suas avaliações periódicas, contudo, podem continuar a participar de ações pontuais promovidas pela incubadora, assim como se almeja que os mesmos estejam articulados em redes e fóruns locais. Para isso, faz-se necessário construir um plano de desincubação com os indicadores e critérios favoráveis para o momento (ITCP-UFV, 2017).

Portanto, as incubadoras oferecem inúmeros benefícios, não sendo somente para os seus incubados, mas também para todos os outros agentes que estão envolvidos neste processo, por isso dá importância dos recursos para as mesmas. Serve como facilitadora no desenvolvimento de seu incubado, quando o mesmo está no seu estágio inicial, fornece um lugar apropriado, serviços compartilhados, experiências vivenciadas, assistência, assessoria. O principal objetivo de uma incubadora está no desenvolvimento no que diz respeito ao sucesso, financeiramente viáveis e altamente competitivas em seu negócio, sendo necessário estar em constante desenvolvimento até mesmo após deixar à incubadora (DORNELAS, 2008).

Tecnologia social

A tecnologia não pode ser entendida como um artefato isolado, mas, sim, como um sistema sociotécnico (FRAGA, 2011). Isso significa dizer que ela se relaciona com diversos aspectos da sociedade (ambiente, cultura, política, economia) não apenas gerando efeitos na sociedade, mas também sendo resultado desses aspectos. Como pensar em uma tecnologia sem pensar a sociedade na qual está inserida? Agora, para se tornar viável a Economia Solidária enquanto projeto de sociedade, ela precisará da tecnologia social, de tecnologias adequadas a ela, ou seja, condizentes a seus valores.

Em especial, a autogestão enquanto modelo de sociedade depende fortemente de tecnologias que não mantenham as estruturas de poder na

sociedade. A superação do trabalho alienado demanda uma tecnologia que não seja hierárquica, alienante, nem que segmente o trabalho e que não possibilite a compreensão do trabalhador sobre seu trabalho; demanda uma tecnologia que possibilite o controle e trabalho coletivo, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero (FRAGA, 2011, p. 113-114).

A ideia da tecnologia social, por sua própria essência, traz em seu particular e elemento constitutivo, o processo de empoderamento dos indivíduos e a cooperação dos mesmos na concepção, gênese e gestão dos instrumentos que possibilitam alavancar seus *status* socioeconômicos, obtendo mudanças em suas condições de qualidade de vida (BOTELHO *et al.*, 2014).

Na última década, no Brasil, o debate sobre tecnologia social e sua aplicabilidade adquiriram corpo e destaque científico na academia e na elaboração de políticas públicas que visam o desenvolvimento local e a melhora da qualidade de vida dos usuários (atores envolvidos no processo) (BOTELHO *et al.*, 2014). Segundo Botelho *et al.*, 2014, p. 2:

O que na década de noventa, havia pouco interesse, destaque e uso do conceito, vem fortalecendo pouco a pouco. Atualmente o termo “Tecnologia social”, está intrinsecamente ligado a um conjunto de soluções, ferramentas ou metodologias que possibilitam resposta à inclusão socioeconômica de um grupo de atores sociais.

A tecnologia social é um tema contemporâneo que remete ao desenvolvimento socioeconômico, e se baseia na dispersão de soluções para problemas sociais como falta de alimentação, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente (RODRIGUES, 2008).

Uma das definições de tecnologia social é proposta pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS) (2004, p. 130), elaborada com base em mapeamento sobre este tema e debates, na qual tecnologia social “é um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou praticadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”.

Além disso, o Instituto de Tecnologia Social explica que os princípios das TS englobam a aprendizagem e a participação, o que são processos que caminham juntos; transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica; transformação social ocorre na medida em que há respeito às identidades locais; e todo indivíduo é capaz de gerar

conhecimento e aprender (ITS, 2004).

Faz-se necessária uma análise crítica sobre o que diz respeito à tecnologia social, que segundo Miranda (2002), serve para redefinir sua função social, por meio do entendimento de sua construção histórica e na busca pelo redimensionamento do papel da sociedade na criação e apoio às políticas públicas.

A tecnologia social surge de alguns conceitos básicos como, por exemplo, o compromisso com a transformação social, a sustentabilidade socioambiental e econômica, o processo educativo que envolve os indivíduos, a criação de um espaço de escuta das demandas e necessidades da sociedade, o diálogo entre diferentes experiências sociais, a construção do cidadão dentro da democracia e o acompanhamento e avaliação das atividades que são construídas (MIRANDA, 2002).

A tecnologia social pode ser vista como ponto de auxílio ao desenvolvimento da sustentabilidade, pois ela pode ser vista como um método que permite impulsionar o empoderamento das organizações coletivas da cidadania. Ou seja, ajuda as representações da coletividade na abertura de espaços nos setores públicos, com o intuito de estabelecer a discussão de alternativas de desenvolvimento, oriundas que de experiências inéditas e inovadoras, que se orientem pela defesa dos interesses da maioria, mas, em especial pela distribuição de renda (BAVA, 2004).

Para o Instituto de Tecnologia Social (ITS) consiste em “soluções criadas na interação com a população, como resposta aos problemas que ela enfrenta, levando em conta suas tradições, seus arranjos organizacionais, os saberes locais, o potencial natural da região [...], sua realidade histórica, econômica, social e cultural” (ITS, 2011, p. 1). No entanto, existem particularidades, a TS apresenta como condição essencial a construção individualizada para cada caso, ou seja, não se pode buscar uma solução pronta e aplicá-la à situação problema, sem uma devida adequação da tecnologia e consideração do impacto desta nos valores locais.

Nesse contexto, pode-se dizer que qualquer aplicação de tecnologia social envolve de alguma maneira um processo de adequação sociotécnica, visto que em cada contexto diferente o uso da tecnologia será necessariamente replanejado (JESUS; COSTA, 2013). No contexto da aplicabilidade das tecnologias sociais denotam-se ser mais conhecidas na medida em que se apresentam como alternativas modernas, simples e de baixo custo para a solução de problemas estruturais das camadas mais excluídas da sociedade. A partir disso, podemos encontrar soluções efetivas para temas como o

meio ambiente, alimentação, saúde, educação, habitação, água, trabalho e renda, entre outros.

Costa (2013a), defende que a proposta da tecnologia social é buscar o desenvolvimento da sociedade em que se está inserida, tudo isso com base na compreensão de que homens e mulheres estejam envolvidos em um constante processo de ação, a ponto que a interação entre o indivíduo e a tecnologia permita a inclusão social, para uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Portanto, as tecnologias sociais para a promoção do desenvolvimento regional possuem papel fundamental, são mecanismos que atendem a demandas da sociedade, resultam em interações sociais, envolvem atores públicos e privados, fortalecem e estimulam a organização com participação social e política, proporcionando a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Dessa forma, pode-se afirmar que quando as ITCPs aplicam tecnologias sociais com participação efetiva da comunidade no seu processo de construção os resultados tendem a ser satisfatórios.

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento “deve ter uma finalidade social justificada pelos postulados éticos da solidariedade entre gerações e da equidade concretizada num contrato social” (SACHS, 2007, p. 265-266). Assim, o desenvolvimento está diretamente relacionado com o princípio ecológico em respeito às próximas gerações, no qual é essencial buscar eficiência econômica visualizando um padrão amplo social e não apenas lucro empresarial (SACHS, 2007).

Dentro desse contexto, surge também o conceito de desenvolvimento regional que, para Siedenberg (2006, p. 71), está relacionado a “um processo de mudanças sociais e econômicas que ocorrem numa determinada região”. Na mesma linha de pensamento, Junqueira (2000) e Buarque (2006) salientam que o desenvolvimento regional só se torna sustentável quando a mobilização e a exploração das potencialidades locais são consideradas, o que viabiliza o aumento das oportunidades sociais e contribui para a competitividade econômica da região.

Uma das prioridades da estratégia atual de desenvolvimento regional e local é, portanto, o desenvolvimento de territórios com capacidade competitiva num ambiente em que a incerteza e a turbulência são grandes. Para isso, é necessário fomentar a inovação, a capacidade empreendedora, a qualidade do capital humano e a flexibilidade do

sistema produtivo. Para o conseguir não é necessário realizar grandes projetos industriais, mas impulsionar projetos de dimensão adequada, que permitam a transformação progressiva do sistema económico regional e local (CABUGUEIRA, 2000, p. 117).

Nesse contexto, Coelho (2017) afirma que o desenvolvimento possui várias dimensões (social, económica, política, ambiental, etc.), porém, quando se fala em desenvolvimento regional sustentável a principal iniciativa que vem fomentando o mesmo é a implantação de ITCPs, especialmente em regiões que compõem Empreendimentos de Economia Solidária (EES). Dessa forma,

As ITCP's estão relacionadas com o desenvolvimento regional sustentável, pois as mesmas atuam dentro de uma região, e além disso desenvolvem atividades com EES, que visam atender questões relacionadas ao meio ambiente, consumo sustentável, cooperação e principalmente a economia solidária. Nesta perspectiva vem o desenvolvimento endógeno, no qual há um desenvolvimento de dentro para fora, contribuindo para um desenvolvimento num todo da região em que a ITCP's atua. Dentro deste contexto, a universidade tem papel importante na contribuição do desenvolvimento (COELHO, 2017, p. 56).

De forma complementar, a autora Costa (2013b, p. 26) afirma que as ITCPs são “iniciativas importantes nos debates teóricos e práticos para o desenvolvimento de experiências solidárias”, além disso, os debates metodológicos vêm avançando, de forma especial, em relação aos temas como desenvolvimento local e regional, tecnologia social, finanças solidárias, moedas sociais, cooperação, entre outros (COSTA, 2013b).

As incubadoras, são consideradas instrumentos que visam assessorar EES advindos de projetos sociais e que se encontram em vulnerabilidade, o que vai ao encontro do desenvolvimento da sua região de atuação (COELHO, 2017). O processo de incubação de cooperativas e empreendimentos populares implica na junção de diferentes áreas do conhecimento numa ação dialógica e participativa inserida em espaços populares e comunitários, buscando contribuir para o desenvolvimento local e regional, e para a geração de trabalho e renda (COSTA, 2013b).

Diante da importância das ITCPs para o desenvolvimento, aplicação das tecnologias sociais e, conseqüentemente, para a melhoria na qualidade de vida das pessoas torna-se necessário a implementação de políticas públicas com essa temática, visando fomentar esse trabalho considerado tão essencial nos dias atuais.

Considerações finais

Portanto, tecnologia social, compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Fica evidenciado que a tecnologia social tem a proposta de buscar o desenvolvimento da sociedade em que se está inserida, com base na compreensão dos envolvidos em um constante processo de ação, a ponto que a interação entre o indivíduo e a tecnologia permita a inclusão social, para uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

As ITCPs propõem uma metodologia participativa que consiste no acompanhamento sistemático e de diálogo entre os grupos envolvidos e, quando aplicam tecnologias sociais com participação efetiva da comunidade e com mecanismos que atendem as demandas da sociedade no seu processo de construção os resultados tendem a serem satisfatórios.

Foi possível constatar que o desenvolvimento regional é mais do que um processo localizado de crescimento econômico e mudança social, tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida material e de convivência de uma comunidade, buscando como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local e/ou da região. Por isso que, as ITCPs quando investem e trabalham com tecnologias sociais de forma articulada e sistêmica, visto as suas particularidades e a realidade da região, tende a potencializar os efeitos benéficos do desenvolvimento regional.

No entanto, as ITCPs são dependentes de recursos financeiros oriundo de políticas públicas disponibilizados por programas de fomento. Uma vez que a atuação das incubadoras é com trabalhadores informais, desassistidos que não têm condições dignas de moradia, de acesso à saúde, educação e serviços básicos, como saneamento e coleta de lixo, portanto, isso também, impacta no resultado do desenvolvimento regional.

Percebe-se a importância da temática diante da promoção do desenvolvimento regional, a partir das discussões sobre a relação das ITCPs e a aplicabilidade da tecnologia social. Dessa maneira, sugere-se que sejam realizadas outras pesquisas, levando em consideração o conjunto do estudo abordado, no sentido de desvendar demais aspectos e conceitos para auxiliar na compreensão e vislumbrar possibilidades de melhorias na sociedade.

Referências

- BASSAN, Dilani S.; SIEDENBERG, Dieter Rugar. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 137-153, 2010.
- BAVA, Silvio C. **Tecnologia social e desenvolvimento local**. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (org.) *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p. 103-16.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel. et al. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. **Revista GUAL**. Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 189-205, Edição Especial, 2016.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel; THIELE, Jéssica. A ITCEES na dinâmica do desenvolvimento da região norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul: o papel da implantação, desenvolvimento e consolidação de uma ITCP em uma universidade federal e suas contribuições para o desenvolvimento local. **VI Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE)**. v. 6 n. 1, 2016.
- BOTELHO, Louise de Lira Roedel *et al.* Discussão sobre a Atuação das ITCPs na Região Sul do Brasil. **Revista ELO—Diálogos em Extensão**, v. 4, n. 2, 2015.
- BOTELHO, Louise et al. Tecnologia social e políticas públicas para o desenvolvimento: ideias para serem discutidas na Academia. In: **Revista Spacios, Espacios**, volume 35, nº12, pagina 02, 2014.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília, 2010b.
- BUARQUE, Sergio José Cavalcanti. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103-136, 2000.

COELHO, Débora Alice. **Contribuições das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares Solidárias no desenvolvimento regional sustentável: um estudo de caso do núcleo de estudo em cooperação.**

2017. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Laranjeiras do Sul, 2017.

COSTA, Adriano Borges. **Tecnologia social & políticas públicas.**

Instituto Pólis; Fundação Banco do Brasil, 2013a.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. Economia Solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: A experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**, v. 2, nº 2, 2013b. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/999/548>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 222 p.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e transferência de conhecimento: as incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares.** 2012. 242 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286682>. Acesso em: 06 dez. 2022.

GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. A política de incentivo à inovação: inovação, desenvolvimento econômico e política tecnológica. **Parcerias Estratégicas**, v. 5, n. 9, p. 121-128, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, p. 200, 2017.

ITCP - UFV. **Projeto Político Pedagógico.** 2017. Disponível em: www.itcp.unicamp.br. Acesso em: 07 dez. 2022.

ITS (Instituto de Tecnologia Social). **Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social.** In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

JESUS, Vanessa M.B.de; COSTA, A.B. Tecnologia Social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: COSTA, Adriano Borges, (Org.). **Tecnologia Social e Políticas Públicas.** São Paulo: Instituto Pólis, Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. Cap. 1, p.17-32.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates. Agendas sociais: desafio da

intersetorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. V. 34, N. 6, nov. / dez. 2000, p. 131-158.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia:** uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002.

NATIVIDADE, Elisangela Abreu; PEREIRA, José Roberto; DE OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende. Gestão de política pública de geração de trabalho e renda: uma análise do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares. **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, n. 1, p. 241-250, 2014.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 42, 2008, 1069-1094 p.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013, 624 p.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CRUZ, Antonio Carlos Martins da. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **e-cadernos**, CES, n. 02, 2008.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Dicionário do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz: Edunisc, 2006.

UMA RELEITURA MULTIRREFERENCIAL DO PROCESSO PRODUTIVO: O RECONHECIMENTO DO CAPITAL SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO¹

*Marcelo Ordesto Rodrigues
Sandra Vidal Nogueira*

Introdução

A historicidade revelada pela expansão do modelo capitalista² mundo à fora, demonstra que o mesmo se reestrutura de forma contínua, garantindo assim, novos modos de elevação dos indicadores de produtividade. Isto significa dizer, que não se produz e reproduz somente mercadoria e mais-valia³, mas também, o próprio poder hierárquico que impera no capitalismo.

Em face disto, constatam-se conflitos e tensões de toda ordem nas esferas profissionais, marcados por indicadores de precarização nas relações interpessoais, aliada a intensificação desordenada da força de trabalho. É, pois, a partir de um contexto deveras contraditório e desumano, que emergem, segundo Antunes (2020), os sinais de corrosão no mundo do trabalho. Segundo o autor, esta lógica expansiva, destrutiva, incontrolável e ilimitada, resulta na criação e consolidação de espaços absolutamente

-
- 1 Texto elaborado a partir de produções de Rodrigues (2021) e Nogueira *et al.* (2021), atualizadas e ampliadas.
 - 2 O desenvolvimento do modelo capitalismo tem sido marcado por várias fases. A primeira delas foi de natureza mercantilista, posteriormente a hegemonia foi do liberalismo e a fase atual é de cunho financeiro globalizado. Em todas as fases impera teses fundamentais, quasi sejam: a centralidade do mercado e a busca do interesse individual de cada um como forma de favorecer o coletivo.
 - 3 A mais-valia, defendida por Marx na obra *O Capital* (1974) pode ser dividida em dois tipos. O mais comum é denominado mais-valia absoluta, que constitui o valor a mais trabalhado pelo operário e que é desembolsado em forma de lucro pelo dono do negócio. Tal condição acirra as desigualdades que separam os mais ricos dos mais pobres. O outro tipo diz respeito a mais-valia relativa. Nesse sentido, a mão-de-obra humana é substituída pela máquina, que acaba por desempenhar funções antes atribuídas ao trabalhador. Em contrapartida, não há aumento de salário e nem diminuição da jornada de trabalho, mesmo com o aumento do lucro e da produção.

disfuncionais, que propiciam a proliferação de ambientes altamente tóxicos e nocivos para a saúde do trabalhador. Este cenário, independente da área do conhecimento, se forma a partir de relações por vezes muito adoecidas, com alto nível de ação predatória.

Pensando nas contribuições desse tema ao debate sobre as tecnologias sociais⁴, a partir das demandas advinda da sociedade civil, das universidades, dos setores governamentais, das empresas e das redes sociais brasileiras, há de se compreender melhor, as maneiras pelas quais se criam e consolidam estruturas disruptivas na ambiência profissional, influenciadas sobremaneira pela lógica das tecnologias capitalistas.

Tal reflexão se torna necessária, tendo em vista a elaboração de aportes aos estudos e às pesquisas que versam sobre uma vertente teórica mais crítica e, porque não dizer, criativa também sobre a estruturação produtiva do mundo do trabalho noutras bases e com o reconhecimento do capital no uso de tecnologias, que possam preconizar a própria existência humana plural, autônoma e sustentável.

A ênfase no processo de produção da própria tecnologia em cenários capitalistas é central para o debate qualificado e avançado na direção de compor outros contextos mais adequados para a emergência do que se pode denominar de capital social. Parte-se da premissa de que o conhecimento é socialmente construído e, portanto, dependente de fatores valorativos de natureza econômica, social, política e cultural.

A palavra “social” remete ao fato de serem tecnologias voltadas para a resolução de problemas, tais como: as demandas educação, saúde, renda, saneamento básico ou alimentação. Sendo apropriadas pelas comunidades, elas devem gerar mudanças de comportamentos, atitudes e práticas que proporcionem, efetivamente, transformações sociais.

Objetiva-se, portanto, com este estudo, sob a forma de ensaio teórico, ampliar o repertório científico no trato do tema, incorporando na agenda contemporânea brasileira, novas perspectivas de práticas profissionais alimentadas por valores substantivos de direitos fundamentais, justiça social e democracia, com vistas a atender as demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população.

⁴ Materializadas por meio de processos, métodos, técnicas, produtos ou mesmo de artefatos, desenvolvidos nas diferentes esferas da sociedade.

O binômio capital/trabalho e seus atravessamentos nos cenários do capitalismo

O binômio capital/trabalho cotejado em seus atravessamentos e nos mais variados cenários do capitalismo ao longo dos séculos XX e XXI tem apresentado variantes, por vezes, antagônicas. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 141),

Ao lado da racionalização técnico-produtiva, administrativa e científica promovida diretamente pelo capital, está em ação uma racionalização na inteira “conduta de vida” individual e coletiva. Esta racionalização ou modernização política culmina na formação do sistema político liberal, que historicamente coexiste com o Capitalismo. Não é possível estabelecer uma ordem de prioridade entre estes elementos que caracterizam o Capitalismo. Estes constituem uma constelação de fatores lógicos e geneticamente relacionados entre eles, que podem gerar modelos interpretativos divergentes, de acordo com a ordem de peso e valor com que são estruturados.

Nesse sentido, deve-se considerar a presença dos fatores de alienação como sendo marcas constantes. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 22), a “[...] Alienação, agora, não diz respeito somente ao trabalho nas condições capitalistas, mas também ao mundo da ciência e da técnica formado no interior das relações burguesas de produção”. A esse respeito, Antunes (2020, p. 11) afirma, tratar-se de:

uma complexa engrenagem econômica que não possui limites para a sua expansão (pois seu foco é sempre a produção de mais capital), sua resultante é uma acentuada destrutividade. Para fazer fluir o movimento de autovalorização, os mecanismos autênticos de interação humana – e em particular a atividade laborativa – são modulados e calibrados por uma segunda natureza, tal como destacou Marx, voltada essencialmente para a expansão e a reprodução do capital.

Em todo esse processo de estruturação do trabalho ocorrido no percurso de desenvolvimento do capitalismo ocidental, o domínio de classe sobre as crises cíclicas se alterara significativamente após a crise de 1929, no que se refere à consciência da burguesia sobre a própria ideia de crise e sua capacidade de exercer o controle sobre elas. A esse respeito, ponderam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 142):

A irresoluta questão da chamada “crise do Capitalismo”, que é parte integrante do marxismo histórico, está a demonstrar, de um lado, a exatidão de algumas análises marxistas, mas, do outro, o mal-entendido do significado e da direção das transformações internas ao próprio Capitalismo. Particularmente problemática se revelou a categoria

“contradição” — verdadeira pedra angular da construção conceitual marxista — pela qual o êxito mortal do Capitalismo é logicamente antecipado como uma “necessidade natural”.

Os cenários de estruturação incitam, desse modo, o debate sobre a participação e o papel do Estado na dinâmica da vida em sociedade. A autonomia do Estado está vinculada sobre *quem* ele representa, existindo, assim, certo antagonismo entre as teorias que apostam no Estado do bem comum e aquelas voltadas à perspectiva de atuação das classes sociais. Ou seja, enquanto a primeira se estrutura numa dimensão acima de grupos, interesses e classes particulares, a segunda, entende que o Estado é um meio essencial de dominação de classe.

Há de se destacar, portanto, que a classe dominante na sociedade capitalista é uma totalidade social constituída de elementos diferentes e, por isso mesmo, potencialmente conflitantes (isso é igualmente verdadeiro em relação à classe trabalhadora); por isso, o Estado tem a função essencial de mediar e conciliar esses elementos conflitantes dentro da classe dominante. (CARNOY; LEVIN, 1987).

Desse ponto de vista, o modo de produção capitalista é marcado por crises e movimentos de estruturação (e reestruturação) ao longo da história. Com o intuito de manter a ordem e o controle, surgem diversas teorias, entre elas, as de Friedrich August Von Haiek e John Maynard Keynes. Haiek que se posicionava contra a intervenção do Estado na economia, por outro lado, Keynes pregava forte participação do Estado para a retomada do crescimento econômico e, que buscou, segundo Saviani (2002, p. 20):

Ao contrário de Marx, e como bom representante da burguesia, em lugar de ver nestas crises a necessidade da superação do capitalismo, procurou encontrar os antídotos, isto é, os mecanismos que, se não evitassem as crises, conseguissem, pelo menos, mantê-las sob controle. Acreditava ainda que, através de adequadas políticas governamentais, seria possível conter as crises cíclicas do capitalismo e garantir o pleno emprego e taxas contínuas de crescimento, se não para sempre, pelo menos por longos períodos.

A teoria de Keynes promoveu a retomada do crescimento econômico com forte participação do Estado e implementou um ciclo denominado de “idade de ouro”. O mesmo permaneceu vigoroso até a década de 1970, quando iniciou uma nova fase, com as teorias de Haiek. Ele foi agraciado com o prêmio Nobel de economia de 1974 e seu pensamento passou a ter destaque, principalmente nos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra.

Em ambas ferramentas teóricas houve um protagonismo dos

organismos internacionais. Primeiro com a presença da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, depois, com a Comissão Trilateral, que foi sucedida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM). Saviani (2002) constata haver um processo intencional de administração de crises, alternando períodos de desenvolvimento e recessão, ou seja, crescimento em alguns países e recessão em outros, mantendo o controle da situação e dos trabalhadores nas mãos da grande burguesia.

O processo produtivo e a organização do trabalho, cujos cenários foram vislustrados a partir da recuperação econômica, na década de 1930, se estendendo até a crise da década de 1970. Houve, com isto, o predomínio do binômio taylorismo/fordismo. A esse respeito, Antunes (2009, p. 38) explica:

[...] expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. Na indústria automobilística taylorista e fordista, grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. Era necessário também racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração.

A economia de escala e a produção direcionada ao consumo de massa abarcou progressivamente um grande contingente de trabalhadores, facilitando a organização sindical e a regulação estatal nos períodos históricos subsequentes. Este foi um contexto que Antunes (2009) define como sistema de “compromisso” e de “regulação”, limitado a uma parcela dos países capitalistas, nos quais, o sistema de metabolismo social do capital ofereceu a ilusão de que este processo poderia ocorrer de forma efetiva, duradoura e definitiva, realizado por meio de um compromisso controlado, regulado e fundado entre o capital e o trabalho, sendo, pois, mediado pelo Estado.

Saviani (2002) avalia que tal “compromisso” estabelecido entre o Estado, as empresas e os sindicatos de trabalhadores, se manteve nas fases de crescimento da economia, assegurando relativo equilíbrio social e impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas. O resultado

tem sido um progressivo e significativo avanço tecnológico, denominado “revolução da informática” ou “revolução da automação”, atingindo proporções ilimitadas em termos de capacidade produtiva do trabalho humano.

Há de se considerar, assim, que as potencialidades emergentes com tais avanços foram tomadas pela apropriação privada dos meios de produção, dificultando, em grande parte, a incorporação das tecnologias e, convertendo os mesmos, em instrumentos de exploração da força de trabalho e de marginalização social, devido, principalmente, ao crescente dois níveis de desemprego. Sobre o assunto, Saviani (2002, p. 21) esclarece:

Nessas condições o avanço tecnológico foi utilizado para alterar o padrão produtivo, introduzindo a acumulação flexível a qual substitui o taylorismo-fordismo pelo toyotismo, com o que se deslocaram os mecanismos de controle para o interior das próprias empresas, secundarizando o papel dos sindicatos e do Estado.

As mudanças de ordem paradigmática acabaram por enfraquecer a chamada “luta operária” pelo controle social da produção e a instituição das bases ideológicas e políticas de estruturação permanente do capital. Nessa perspectiva, flexibilizar e diversificar as relações são princípios frequentes nas narrativas advindas das teorias neoliberais⁵, contudo, o pano de fundo vai se alterando, surge, então, o desemprego, que não se constitui em um poderoso instrumento de controle da própria crise. Isto têm ocasionado o lento e contínuo desaquecimento da economia para manter ajustada as relações sociais sob o controle do sistema financeiro internacional.

O contexto descrito é, na verdade, parte integrante dos fatores de intensificação das relações de trabalho e que absorvem o ritmo e a velocidade que o fordismo havia imprimido. A partir dele, busca-se sempre corrigir os fatores de desperdício decorrentes do seu princípio de produção em massa, ou seja, grande escala. Desse ponto de vista,

Os procedimentos pelos quais a intensidade do trabalho é aumentada são: a) a redução do número da mão-de-obra empregada; b) a implantação do sistema de um operário-diversas máquinas; c) a implantação do sistema de um operário-diversas máquinas com operações diferentes; e d) e o controle da sistemática de trabalho através do sistema kanban. Tais instrumentos possibilitam reduzir o trabalho não produtivo ao mínimo possível e reter somente o trabalho que acrescenta valor. (DAL

5 A teoria neoliberal, **doutrina econômica e política** que surgiu no século XX, a partir do pensamento dos economistas Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, coloca-se em oposição à teoria keynesiana de bem-estar social e propõe uma nova leitura da parte econômica do liberalismo clássico, tendo como base uma **visão econômica conservadora, objetivando** diminuir ao máximo a participação do Estado na própria economia (HAN, 2019).

ROSSO, 2008, p. 79).

Existe, portanto, um longo percurso histórico de transição da noção de “emprego”, marcada pelas relações estáveis de assalariamento, para o universo do “trabalho”, sem as características anteriores, porém com maiores exigências, graus de intensidade e jornadas flexíveis e mutáveis.

A inserção nesse novo mundo profissional exige mais do trabalhador, surge, assim, o sistema de polivalência, introduzido em substituição ao de cargos, com funções especificadas. A polivalência faz com que o trabalhador se desdobre em várias tarefas sucessivamente, de tal forma que lhe seja praticamente impossível trabalhar de maneira a usufruir pequenos intervalos de descanso. Em outros termos, ela é o meio pelo qual as funções de trabalho passam a ganhar com a intensidade (temporal) e a exigir maior empenho (pessoal), além de consumir mais energia física, emocional e cognitiva (DAL ROSSO, 2008).

Para Saviani (2019), “empregabilidade” é o termo que melhor representa tal contexto e as relações que passam a ser estabelecidas no mercado de trabalho, nessa fase de transição paradigmática. A nova ordem econômica baseia-se, por um lado, na exclusão, em função da frequente dispensa de mão de obra e, por outro, na competição, fruto da corrida pelos melhores lugares. Todo esse movimento estimula ainda mais a maximização da produtividade por parte das empresas, além de incentivar a busca pela formação e qualificação individuais, como meta de garantia das oportunidades.

Distinções à parte, pode-se dizer que as transformações oriundas dos vários setores, tais com: industrial, comercial, econômico e social produzem, em seu bojo, novas formas de acumulação do capital e também outras bases de exploração. Há, pois, o reconhecimento de um modelo produtivo centrado na informação e no conhecimento e cuja base são as novas tecnologias.

De acordo com Frigotto (1998), Cassiolato (1999) e Alves (2000), surgem os contextos educativos de formação vinculados a ideia de economia do conhecimento, a partir das décadas de 1970 e 1980. Constata-se, portanto, uma importante divisão na organização da produção, redefinindo os processos de trabalho. O horizonte das mudanças organizacionais era lidar com a incerteza no ambiente econômico, introduzindo o modelo da “produção enxuta”. Em seu célebre livro, “Economia do Conhecimento”, Unger (2018, p. 26), trata dessa definição.

Em uma primeira aproximação, a economia do conhecimento consiste

na acumulação de capital, tecnologia, capacitações tecnológicas e ciência aplicados à condução das atividades produtivas. Sua característica ideal é a inovação permanente em processos e métodos, assim como em produtos e tecnologias. Ela não pretende ser somente outra forma de produzir bens e serviços sob arranjos típicos de equipamentos e tecnologias, mas se propõe ser um paradigma de produção que continuamente reinventa a si mesma.

Nas novas relações sociais que se estruturam, desde então, o capital busca constituir arranjos institucionais próprios, que consiste em formar novos sistemas de organização em rede, permitindo captar a força de trabalho de modo coletivo. Ou seja,

A história das práticas de produção, assim como as economias e os contextos políticos e culturais nos quais estão imersas, toldou a evolução das máquinas e modelou a divisão técnica do trabalho. Até o momento, a ideia de que o uso mais efetivo de uma máquina seja operar não como máquina, mas como antimáquina, de modo não formulaico e não algorítmico, permanece uma mera possibilidade especulativa (UNGER, 2018, p. 45).

Nesse sentido, os direitos sobre a propriedade intelectual e acesso às redes se constituem em modalidades de captação de externalidades, sendo formas poderosas para as hierarquias de valor e de, igual maneira, de exclusão. A esse respeito Unger (2018, p. 50) esclarece:

Uma marca da economia do conhecimento é sua tendência a transformar a cultura moral da produção, elevando o grau de confiança e discricionariedade requerido e permitido na atividade produtiva, aperfeiçoando nossa disposição e capacidade para cooperar, e atenuando o conflito, característico do conjunto da vida social, entre cooperação e inovação.

Emerge, desse modo, a perspectiva da competitividade como importante ferramenta estratégica e elemento agregador de desempenho para além das fronteiras nacionais, visto que é fundamental adquirir novos conhecimentos, transformando os aprendizados em fator competitivo. Isto implica, a criação da noção da gestão por competências, que se dá sempre no sentido de buscar a otimização dos recursos de modo único.

O novo modelo produtivo e sua arquitetura de controle do capital

A sociedade “excludente” exige maior gasto de energia física, emocional e cognitiva dos trabalhadores para atender às novas demandas do capitalismo. Isto significa dizer: obtenção de mais trabalho em prol do

acúmulo do capital. Seria este, de acordo com Santos (2013), um processo que ao longo do tempo promoveu três ondas. A primeira delas que ocorreu na revolução industrial com o aumento de horas trabalhadas. A segunda, no início do século XX com a implementação do Taylorismo-fordismo. E, a terceira, que se deu a partir do toyotismo e permanece até os dias atuais.

O sistema fordista de produção entrou em crise nos anos 70 e talvez o “toyotismo” tenha sido uma resposta a este sistema rígido, dando ênfase ao controle total da qualidade com um processo produtivo mais flexível e uma maior cooperação entre gerentes-trabalhadores, além de uma mão-de-obra multifuncional. O toyotismo, por sua vez, apresenta uma estrutura que enfatiza as premiações por produtividade e o cumprimento de metas regulares, introduzindo a lógica de “vestir a camisa da empresa”. Sobre essa questão, Antunes (2009, p. 54), pontua:

Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc. utiliza-se de novas técnicas de gestão de força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado.

Desse ponto de vista, o toyotismo tem a intencionalidade de transferir para os trabalhadores a responsabilidade de atender as demandas da empresa. Sen (2010, p. 17) esclarece a esse respeito, ao dizer que:

A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da sociedade.

Se o tempo de trabalho invade o tempo do não trabalho e, por conseguinte, afeta a vida individual e coletiva, o tempo sem liberdade invade e exclui uma geração de trabalhadores empregados, empregáveis

e desempregados. Nestes contextos, Dal Rosso (2008) chama a atenção para os contornos ferozes da competição por resultados, produtividade e eficiência, que atingem os indivíduos e provocam uma pressão cada vez maior em todas as esferas do mundo do trabalho. Alves (2007), da mesma forma, identifica que ocorre a “captura” da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. É um processo que visa moldar a ação, por meio de mecanismos de coerção, consentimento, vantagens, manipulação e pressão, ou seja, o pensamento do trabalhador é “estimulado” para servir ao capital, agregando conhecimento, capacidades, atitudes e valores.

Este modelo se estrutura com base na lógica da superprodução e supercomunicação. Para Han (2019) a melhor definição para tal contexto é o ingresso na “sociedade do desempenho”, a partir do qual se deseja um trabalhador mais rápido e produtivo. A sociedade do desempenho produz, desse modo, um trabalhador que acaba por explorar a si mesmo, provocando a constante sensação de cansaço, deveras de sofrimento⁶. Seu caráter essencial é instaurar o projeto, a iniciativa e motivação para maximizar a produção, atender as demandas e atuar de forma competitiva nos aspectos físicos, cognitivos e afetivos. A partir do toyotismo, segundo Alves (2007, p. 129):

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela reordenação espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A extensão da produção (e do discurso da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a redução da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela interversão do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetiches. A administração by panopticum, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital, que não desaparece, é claro, apesar de estar menos visível e, inclusive, pelo avesso (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) e mais no olhar perscrutador interno dos valores-fetiches e consentimentos espúrios.

6 De acordo com Bendassolli (2011, p. 76) [...] o sofrimento no trabalho pode ser compreendido a partir das várias dimensões sobre as quais ele incide ou é pensado: (i) do corpo (lesões, fadiga, carga excessiva de trabalho, riscos ou ameaças à saúde, etc.); (ii) do psiquismo ou da subjetividade (stress, burnout, transtornos mentais, enfraquecimento ou aniquilação do poder de agir do sujeito etc.); (iii) do relacionamento entre os sujeitos (falta de reconhecimento, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, empobrecimento das relações afetivas, competição exacerbada, etc.); (iv) da perspectiva do sujeito moral (assédio, dominação de classes, exclusão social, invisibilidade social, etc.); e (v) do ponto de vista do próprio trabalho (atividade impedida, esvaziada ou suspensa; perda do significado ou da função psicológica do trabalho; ausência de atividade)].

O processo de “exclusão/includente” implica na utilização de estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal e reempregá-lo com salários mais baixos, reintegrando-o em empresas terceirizadas ou até mesmo, inserindo ele como prestador de serviço na informalidade para manter a competitividade, por meio do trabalho precarizado. A esse respeito, Kuenzer (2002, p. 92) argumenta:

Da mesma forma, as cadeias produtivas se alimentam, na ponta precarizada, do trabalho quase escravo, do trabalho infantil, do trabalho domiciliar ou terceirizado, que têm constituído em estratégias de superexploração do trabalho. É importante destacar que esta é a lógica das novas relações entre capital e trabalho em tempos de mundialização do capital e de reestruturação produtiva, viabilizadas por Estados de tipo neoliberal. Não se trata, portanto, de mera disfunção com efeitos passageiros, mas da própria possibilidade de acumulação do capital, posto que a reestruturação produtiva se alimenta e se dinamiza mais quanto mais produz o seu contrário: o trabalho precarizado.

A noção de intensidade está vinculada ao volume de energia física e/ou psíquica utilizada pelos trabalhadores na realização das atividades cotidianas. O aumento do gasto energético provoca a intensificação do trabalho nos aspectos físicos, de forma quantitativa e, nos aspectos intelectual ou emocional, de forma qualitativa. Dal Rosso (2008, p. 21) define melhor suas principais características:

A intensidade é, portanto, mais que esforço físico, pois envolve todas as capacidades do trabalhador, sejam as de seu corpo, a acuidade de sua mente, a afetividade despendida ou os saberes adquiridos através do tempo ou transmitidos pelo processo de socialização. Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável. São levadas em conta na análise da intensificação do trabalho as relações de cooperação com o coletivo dos trabalhadores – a transmissão de conhecimentos entre si que permite um aprendizado mútuo – e as relações familiares, grupais e societais que acompanham o trabalhador em seu dia-a-dia e que se refletem dentro dos locais de trabalho, quer como problemas quer como potencialidades construtivas.

Trata-se de intensificar a exploração da força de trabalho e a mais valia relativa⁷ e, assim, o sistema capitalista vai mantendo sua hegemonia devastadora em corpos, mentalidade e ambientes. Segundo Gasparini, Barreto e Assunção (2005), a questão tem sido tema de inúmeros debates

7 A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, Karl, 1996, p.431-432).

e análises. Os resultados demonstram a associação entre a precariedade das relações no mundo do trabalho e o aumento de sintomas mórbidos e afastamentos motivados por doenças. Dejours *et al.* (1994, p. 29), acrescenta:

Quando o rearranjo da organização do trabalho não é mais possível, quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada, o sofrimento começa: a energia pulsional que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionado um sentimento de desprazer e tensão.

Para Dal Rosso (2008), por sua vez, houve uma transição do trabalho material, vinculado às atividades industriais, para o imaterial, relativo aos serviços e isso produziu e continua a produzir determinados tipos de acidentes e doenças que afetam os corpos e as mentes dos trabalhadores.

É, pois, erro grosseiro supor que a intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Muito ao contrário. Em todas os setores que concentram grandes volumes de capital, tais como nas atividades financeiras e bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, nos sistemas de transportes, nos ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e em outros serviços imateriais, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. Tais atividades não-materiais estão em estado avançadíssimo de reestruturação econômica e nelas o uso de trabalho intensificado é prática rotineira.

O sistema capitalista utiliza, portanto, a intensificação como forma de controle e de gestão para elevar a produtividade, existindo, assim, uma gestão neoliberal sobre a subjetividade dos indivíduos ou seja, ele é produzido e gerenciado enquanto instrumento de coerção comportamental, moldando desejos, identidades, valores e modos de vida para extrair mais produtividade do trabalho. De acordo com Safatle, Junior e Dunker (2020, p. 10)

[...] cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Como tal, ele compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento. Enquanto liberais clássicos, descendentes de Jeremy Bentham e Stuart Mill, consideravam que o sofrimento, seja do trabalhador, seja do cidadão, era um problema que atrapalhava a produção e criava obstáculos para o desenvolvimento e para o cálculo da felicidade, como máximo de prazer com mínimo de desprazer, a forma de vida neoliberal descobriu que se pode extrair mais produção e mais gozo no próprio sofrimento. Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho, extraíndo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o

mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço e uma métrica.

As transformações ocorridas com a expansão tecnológica modificaram e intensificaram as relações entre o trabalho/trabalhador/empregador. Os softwares controlam o trabalho, organizam e quantificam as tarefas, o tempo de produção, possibilitando avaliação do desempenho. Além disso, exigem um esforço intelectual que se materializa através do aumento do volume de trabalho, das cobranças e das responsabilidades.

Ao intensificar o processo de extração da mais-valia, o neoliberalismo promove uma sobrecarga que produz ataques a saúde do trabalhador. Estes ataques, segundo Dal Rosso (2008) “[...] Referem-se especialmente à saúde psíquica e a problemas decorrentes de um tipo de trabalho que é eminentemente intelectual e relacional”, estabelecendo um perfil dos problemas de saúde que decorrem da intensificação do trabalho docente. O autor esclarece:

De alguma maneira, esse conjunto de condições negativas da saúde do trabalhador decorre de qualidades próprias do trabalho imaterial denso: tarefas que se repetem ininterruptamente por períodos prolongados, pressão sobre os trabalhadores sob a forma de cobranças de resultados por chefes e administradores, pressão através das formas de controle sobre a quantidade e a qualidade do trabalho realizado, pressão por parte das exigências da clientela que impõem um esforço mental e um controle emocional sobre-humanos e efeitos sobre o lado psíquico e relacional do trabalhador, que deixam marcas sobre o corpo nas formas de tendinites, gastrites, hipertensões e que extrapolam o ambiente de trabalho com reflexo sobre a vida familiar e societária dos indivíduos. (DAL ROSSO, 2008, p. 145).

O papel regulatório sobre os indivíduos emerge sobre o processo de requalificação permanente do trabalhador. São utilizados mecanismos de convencimento, vantagens ou repressão que, além de representar o outro lado do crescimento econômico, também se configuram em gatilhos de mal-estar, detonados a partir da forma como o trabalhador se relaciona com estes elementos estruturantes do neoliberalismo.

A racionalidade neoliberal produz um perfil de sujeito que deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 328). Os problemas de saúde decorrentes da intensificação do trabalho acabam por se refletir adoecimentos de toda ordem, que se materializam em atestados médicos decorrentes de acidentes de trabalho e doenças de

duração mais ampla ou permanente.

O “sujeito neoliberal”, nesta nova racionalidade é, segundo Dardot e Laval (2016) formatado pelo Estado e pela empresa para ser “guiado”, “estimulado”, “empoderado” (empowered) e constituinte de prazer e sucesso. O sofrimento, a angústia, o mal-estar, o adoecimento, a negação, a alienação, etc. se constituem nos mecanismos que mediam este processo, ou seja, o sucesso é seletivo e determinado para um tipo de sujeito, assim como o fracasso. Desta forma, a hegemonia neoliberal institui uma narrativa onde o sucesso está ao alcance de todos, no entanto, a realidade determina o vencedor e o perdedor antes do jogo começar ou pela forma como o sujeito irá interagir com o sofrimento institucionalizado.

Conclusões

As consequências nefastas do capitalismo predatório e da globalização indiscriminada são expressas em altos índices de desemprego, violência e criminalidade, aprofundamento da pobreza e degradação ambiental. O *status* social do sofrimento no trabalho tem uma forte representação dessa forma real e simbólica de conceber o capital no mundo do trabalho, a partir da proliferação de decisões/ações paternalistas e de caráter compensatório.

Na realidade, o fenômeno do mal-estar que subjaz ao modelos contemporâneos de racionalidade profissional surge, quando o indivíduo não consegue dar conta de si mesmo e das coisas que rodeiam seu cotidiano. Um processo produtivo repleto de subjetividade, cobrança, desconfiança e adoecimento, que se constitui em poderoso instrumento de controle, provocado, inicialmente, pelo sentimento de incompetência e, a seguir, de ruptura do laço social e da transferência de responsabilidades.

Nessa perspectiva, os anos noventa do século passado viriam consolidar a crise do Estado de Bem-Estar e a necessidade de novos padrões de regulação para a estabilização da economia, fatores apontados como necessários para a expansão do capital. Os processos de globalização da economia foram conduzidos por intensa competitividade entre países, regiões e empresas. Agigantam-se as teses do Estado mínimo e do livre mercado como reguladores das relações no mundo do trabalho. Estamos diante do desafio, ainda, de consolidar um Estado Democrático e Social de Direito, que busca a emancipação das subjetividades humanas e a construção do bem-estar comum.

A dignidade humana e o direito à vida com qualidade constituem,

assim, referentes básicos de resgate para um projeto utópico do Estado Democrático e Social de Direito, com vistas ao acesso e permanência num ideário social mais coletivo e solidário. Ou seja, o Estado deve ser adequado para desenvolver e potencializar formas de garantir a concretude dos direitos fundamentais aos quais toda pessoa humana e todos os povos fazem jus e que lhes estão constitucionalmente assegurados, em grande parte dos países ocidentais e democráticos. No Brasil isto não é diferente!

O que está na base desse desafio posto é a própria necessidade de superação das crises desencadeadas pelo Estado⁸ e traduzidas pela quase absoluta incapacidade de fazer frente a uma série de lacunas não resolvidas pela democracia brasileira e circunscritas aos ditames do empoderamento econômico sobre os fatores sociais.

Há de se compreender, portanto, as tecnologias sociais (capital social) num espectro de considerações mais amplas do que a abordagem dominante, na qual prevalece a ênfase econômica e técnica realizada sob a égide do capital. Para isso, torna-se fundamental dar condições capazes de resgatar o protagonismo dos sujeitos, atreladas a criticidade de múltiplas visões sobre os processos aos quais estão submetidos, além da utilização de ferramentas conceituais mais adequadas que possibilitem uma releitura de seus níveis de enraizamento, bem como da adesão a determinadas ideologias, visando à obtenção de patamares mais elevados de participação, autonomia e inclusão. Ou seja, produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Referências

ARNAUD Jean; JUNQUEIRA, Eliane Botelho (org.). **Dicionário da globalização: Direito e Ciencia Política**. RJ., Lúmen Júris, 2006.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 1. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1. Ed. 1998.

8 Para Arnaud e Junqueira (2006, p. 194), “O termo Estado faz parte desta categoria de conceitos: sua formulação usual indica, de fato, a instituição por excelência da Política e do Direito e, portanto, um dos lugares mais sacros e simbólicos da nossa sociedade.”

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CASSIOLATO, José Eduardo. A economia do conhecimento e as novas políticas indústrias e tecnológicas. *In:* LASTRES, Helena M., M.; ALBAGLI, Sarita (Orgs). **Informação globalização na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CARNOY, Martin; LEVIN, Henry M. **Escola e trabalho no Estado capitalista.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1987. 350 p. ISBN 85-249-0091-1.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (v. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930). 1996.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Tradução: Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada - Petrópolis: Vozes, 2017. 4. reimpressão, 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In:* LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 77-95.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I, v. I. São Paulo: Editora Nova Cultural (“Os Economistas”), 1996.

MARX, Karl. **A questão judaica.** 4. ed. São Paulo: Centauro, 2002.

NOGUEIRA, Sandra Vidal. Os sentidos da avaliação das redes de ensino na democracia brasileira. *In:* PAULA, Daniel Giotti de; MONNERAT, Diego Machado; CABRAL, Lucas Manoel Silva; TREMEL, Rosangela. (Org.). **Direitos sociais e políticas pública.** Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, v. 01, p. 558-571.

NOGUEIRA, Sandra Vidal. VERONESE, Osmar. Formação docente e modelos biográficos: uma questão de método. *In*: Éderson Luís Silveira; Wilder Kleber Fernandes de Santana. (Org.). **Educação**: ressonâncias teóricas e práticas. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2019, v. 02, p. 220-232.

NOGUEIRA, Sandra Vidal *at al.* **Direito ao desenvolvimento e seus territórios**: história, forma e possibilidades para o Noroeste Rio-Grandense – pesquisa em desenvolvimento. Cerro Largo: UFFS, 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.) **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autentica, 2003. P.13- 38.

RODRIGUES, Marcelo Ordesto. **Mal-estar docente, trabalho e adoecimento profissional nos territórios da escola pública estadual de Santo Rosa/RS**. Cerro Largo/RS: UFFS, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2021.

SANTOS, Márcia Luzia dos. **Intensificação do trabalho docente**: contradições da política de economizar professores. Dissertação (Centro de Ciências da Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, p. 239. 2013. Disp. em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122707>. Acesso em: 04 de mar.2021.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2019. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Demerval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. *In*: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002. P. 13-24.

SEN. Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. Traduzido por Leonardo Castro. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES NAS MÉDIAS INDÚSTRIAS DO SEGMENTO METALMECÂNICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

Lídia Linck Lagemann

Edemar Rotta

Introdução

A relação entre desenvolvimento, políticas públicas e inovação possui uma tradição teórica consolidada na área das ciências sociais aplicadas. Tradição esta que remonta aos estudos da economia clássica e neoclássica. Compreender como se tece esta relação na análise de experiências concretas constitui a centralidade deste artigo. O artigo apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas – Mestrado, da Universidade Federal da Fronteira Sul, por ocasião da elaboração da Dissertação de Lídia Linck Lagemann, sob a orientação de Edemar Rotta.

Definir o termo ‘desenvolvimento’, por sua complexidade de variáveis, trata-se de uma tarefa árdua e, por vezes, controversa. Porém, esta pesquisa dialoga com a tradição de estudos ligados ao enfoque histórico-estrutural latino-americano, bem sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch, assim como nas abordagens do desenvolvimento endógeno. Dos primeiros destaca-se a referência que só há desenvolvimento quando se tem presente, pelo menos, três dimensões básicas: a primeira que indica para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a produtividade de força de trabalho; a segunda, que aponta para a satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania; e a terceira, que destaca a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a partir de

interesses de grupos e classes sociais. (FURTADO, 2000).

O diálogo com a tradição de estudos do desenvolvimento endógeno aponta na perspectiva da necessidade de articulação dos atores locais para buscar inserção nos espaços produtivos de diferentes escalas, sem abrir mão das características locais e da perspectiva estrutural do desenvolvimento. Neste sentido, se faz necessário desenvolver a capacidade de construir acordos básicos entre os diversos atores do processo, a fim de garantir agregação de valor à produção; retenção e internalização do excedente econômico; articulação entre capital e trabalho; potencialização das capacidades de investimento; produção de inovação; e externalização dos ganhos econômicos para as demais dimensões da sociedade, no sentido de criar um ambiente com melhores condições de vida para todos (AMARAL FILHO, 1996).

Esta compreensão de desenvolvimento entende o Estado como um dos atores fundamentais do processo, especialmente em sua capacidade de definir políticas, orientar processos, articular os atores e mobilizar investimentos, através da ação dos governos em suas múltiplas escalas. No estudo em curso, a preocupação central voltou-se para a capacidade do Estado agir, via governos, na elaboração e implantação de políticas públicas voltadas à inovação para o setor industrial metalmeccânico.

Entende-se as políticas públicas como uma área específica de conhecimento, que se desenvolve no interior da ciência política, com um olhar interdisciplinar, no sentido de compreender as ações (ou não ações) dos governos (como materialização do poder do Estado, em suas diferentes esferas) em resposta às demandas da sociedade, em seus múltiplos grupos de interesse, tomando decisões e implantando programas, projetos e ações (LAGO; ROTTA, 2019).

Quando se fala em políticas públicas de inovação, se está entendendo o conjunto de ações (ou não ação) do Estado no sentido de incentivar a qualificação dos processos produtivos, via atuação dos atores envolvidos. Na ciência econômica e nas teorias do desenvolvimento, a importância da inovação ganhou espaço proeminente a partir das contribuições de Joseph Alois Schumpeter e dos Neoschumpeterianos. Para estes, a inovação é a capacidade de produzir um produto ou serviço por meio de novas formas/arranjos/maneiras/jeitos/combinções, que gerem oportunidades de ganhos acima da média do mercado. Portanto, trata-se da capacidade de criar algo completamente novo ou introduzir mudanças naquilo que já existe no sentido de aperfeiçoar produtos ou processos. Na visão

schumpeteriana, esta capacidade é, de forma especial, decorrente do empresário empreendedor (PAIVA *et al.*, 2018).

O estudo de como se dá esta articulação entre desenvolvimento, políticas públicas e inovação teve como foco o município de Santa Rosa e, neste, o setor metalmecânico. O município de Santa Rosa está situado na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul e possui uma história na qual o desenvolvimento está diretamente imbricado com a indústria, o setor metalmecânico e a inovação (ROTTA, 1999). Este artigo está estruturado em três partes essenciais, além dessa introdução. Na primeira delas se procura apresentar o município *locus* da pesquisa. Na segunda é apresentada a metodologia e na terceira as inferências construídas a partir do estudo realizado.

A história empreendedora do município de Santa Rosa

A origem remota do município de Santa Rosa vincula-se à ocupação da região das matas subtropicais ao longo do rio Uruguai, por grupos nativos, de várias origens étnicas, em especial os guaranis (SCHMITZ, 2006, p. 37). Quando da chegada dos missionários espanhóis, no século XVII, passou a integrar o território da região das Missões, inclusa nos Trinta Povos Guaranis. A troca do território das Missões pela Colônia de Sacramento, na segunda metade do século XIX, fez com que a experiência das Missões Jesuítico-guaranis fosse desestruturada, gerando um processo tenso e contraditório de reocupação por caboclos, estancieiros, descendentes de europeus não ibéricos e seus descendentes, consolidado apenas no século XX (ZARTH, 1997; ROTTA, 1999).

A criação do distrito de Santa Rosa, pelo município de Santo Ângelo, em 1914, proporciona as condições para a instalação da Colônia Mista, com sede no povoado 14 de julho. Como colônia mista, o governo do estado do Rio Grande do Sul, de feição positivista, propunha atrair população de diferentes origens étnicas e religiosas, a partir da ideia de integrar as diversidades e construir um único espírito de Nação. Em menos de duas décadas o povoado já começa a dar seus primeiros passos em busca da emancipação político-administrativa, conquistada em 1931. O município de Santa Rosa transforma-se em um polo de referência regional, estadual e nacional em pouco mais de meio século (ROTTA, 1999).

Esta rápida projeção do município possui uma ligação direta com a presença da indústria e sua articulação com a matriz produtiva local. Em

uma fase inicial esta indústria estava associada à agropecuária de cunho familiar, transformando suínos, leite e grãos em produtos agregados postos à disposição do mercado. Esta indústria nascente passa a exigir a produção de máquinas e equipamentos, especialmente voltados à agropecuária e à indústria de transformação. Emerge aí a indústria metalmeccânica, que ganha um impulso muito grande com o processo de modernização da agricultura, a partir da década de 1960. Indústrias locais passam a realizar processos de integração com grupos nacionais e internacionais, no sentido de garantir aportes de tecnologia, capital e inserção nos mercados. Como exemplos desse processo se podem citar os casos do Frigorífico Santa-Rosense, Laticínios Mayer, Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal, Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais (IGOL) e Schneider Logemann (SLC). Contribuição essencial a esta nova inserção no cenário estadual, nacional e internacional também é dada pela Operação Tatu e pela extensão da via férrea até a sede do município.

De acordo com Rotta (1999), a modernização deu novo impulso à agropecuária, oportunizou o crescimento da indústria metalmeccânica, da indústria de alimentos, do comércio e dos serviços, que interagem em uma economia diversificada e dinâmica, respondendo aos desafios do mercado nacional e internacional. A nova realidade gerada também faz com que se acentue a presença de grandes grupos nacionais e internacionais que se associam e/ou passam a ter o controle acionário de empresas locais-regionais, de forma especial no setor metalmeccânico. Exemplos dessa realidade podem ser constatados no controle acionário da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ideal pela AGCO Corporation; da Schneider e Logemann pela Deere & Company; da IGOL pela Olvebra (hoje Camera Alimentos); da Laticínios Mayer pela Elegê Alimentos (hoje adquirida pela Lactalis); do Frigorífico Santa-rosense pelo Grupo Prenda (depois Chapecó alimentos e hoje Alibem Alimentos); entre outros.

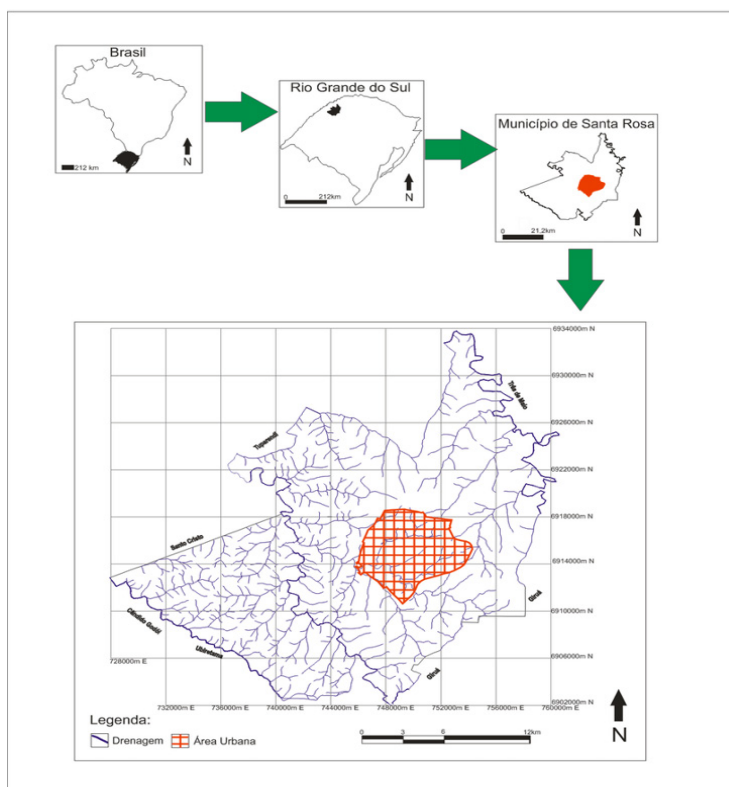
Na década de 1990, em função das dificuldades enfrentadas em razão da crise da agricultura, conforme Rotta (1999), a AGCO do Brasil implantou um processo de terceirização com o intuito de redução de quadro funcional pela metade e fundação de pequenas metalúrgicas que passam a trabalhar como fornecedoras de componentes em um processo chamado de “sistemização”. No final desta mesma década a John Deere, realiza processo semelhante, aproveitando as externalidades do cenário regional (DIAS, 2018). O processo de sistemização gerou o APL Colheita, formado por empresas especializadas na prestação de serviços e desenvolvimento de peças e componentes específicos para o setor agrícola metalmeccânico. A

presença dessas grandes empresas do setor, líderes mundiais da indústria de máquinas e implementos agrícolas, na região, impulsionou a formação de um importante polo metalmeccânico em Santa Rosa, localizado na área industrial do município, formada por empresas prestadoras de serviço para John Deere e AGCO, atendendo aos mais rígidos padrões de qualidade exigidos pelas montadoras. O polo metalmeccânico regional conta com 376 indústrias voltadas, especialmente, ao agronegócio (SIMMME-SR, 2018).

Esta trajetória da indústria na cidade e na região não pode ser descolada da ação dos diferentes atores sociais locais e regionais. Neste sentido, merecem especial atenção a Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária de Santa Rosa e os sindicatos das categorias profissionais. A primeira, articulando o setor empresarial e mobilizando forças sociais e políticas no sentido de projetar as estratégias de desenvolvimento. Os segundos, no sentido de mobilizar os trabalhadores no sentido de garantir condições de trabalho e buscar a efetivação dos direitos sociais aos cidadãos. As constantes disputas, mas também negociações e acordos, permitiram que Santa Rosa construísse, no entorno das atividades agropecuárias e industriais, um amplo setor de comércio e serviços que elevassem o município à condição de destaque no cenário nacional e internacional.

Segundo o IBGE (2018), Santa Rosa possui uma população estimada de 72.919 mil habitantes, constituindo-se como o 31º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado (IBGE, 2016), com destaque para a área de serviços, indústria e agropecuária. O município de Santa Rosa é responsável por 33,75% do PIB da região da Fronteira Noroeste. Em 2010, 88,01% da população de Santa Rosa residia em área urbana, enquanto 11,99% residiam na rural (IBGE, 2018). No período de 20 anos Santa Rosa teve acréscimo populacional de pouco mais de 10 mil habitantes. Entre 2000 e 2014 apenas Santa Rosa apresentou crescimento populacional significativo em relação aos municípios do COREDE Fronteira Noroeste, mostrando esvaziamento populacional na maior parte dos municípios do entorno (COREDE, 2017).

Figura 01: Mapa do Município de Santa Rosa: Brasil, RS, núcleo urbano



Fonte: RIFFEL; SILVA, 2011, p. 5.

No que tange à geração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a indústria do município de Santa Rosa é responsável por arrecadar 48% dos tributos; seguida pelo comércio com 39% e serviços com 8,8% (FEE, 2017). O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. Em relação ao VAB, para o município de Santa Rosa, o setor de serviços representa 61,8%, seguido da indústria com 20,8%, administração pública com 13,2% e setor agropecuário com 4,1% (SEBRAE, 2015). De acordo com Rossini (2017), o setor de serviços volta-se principalmente para a manutenção e reparos, transportes, armazenagens, correio, atividade imobiliária e aluguéis. A indústria destaca-se no segmento de transformação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária e segmento alimentício.

De acordo com análises realizadas pela Agenda 2020, com base de

dados extraída da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE), o PIB *per capita* do município de Santa Rosa é de R\$ 33.325,00, um pouco abaixo da média estadual que é de R\$ 33.960,00, no entanto, superior à média nacional que é de R\$ 29.323,00 (AGENDA 2020, 2018). Em relação à distribuição de postos de trabalho formais, isto é, com carteira assinada, percebe-se concentração no setor terciário, com grande participação do comércio e dos serviços na economia local. O setor primário contribui com apenas 2% na geração de empregos do município, sendo que a indústria e a construção civil, integrantes do setor secundário, juntas, representam pouco mais de 32% das vagas no município.

De acordo com Rossini (2017), o Índice de Gini, para o município de Santa Rosa, em 2013, foi de 0,47, enquanto para o Brasil foi de 0,60 e para o RS foi de 0,54. Considerando o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), do ano de 2014, o município encontra-se no 64º lugar no Bloco Educação, com índice de 0,78; no 135º lugar no Bloco Renda, com índice de 0,75; e no 181º lugar no Bloco Saúde, com índice de 0,85. Apresenta índices próximos, porém inferiores comparados aos do COREDE Fronteira Noroeste nos Blocos Educação e Renda e encontra-se na classificação geral em 100º lugar no Estado, com índice de 0,79, valor igual ao IDESE do COREDE (FEE, 2017).

Segundo dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2018, o município de Santa Rosa está na 69ª posição no ranking nacional no que tange ao índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) com 0,8520 pontos. O IFDM avalia anualmente os municípios nos aspectos emprego e renda, educação e saúde. Os dados da pesquisa correspondem ao ano de 2016 e consideram cidades com o índice entre 0,8 e 1,0 como de alto desenvolvimento. Santa Rosa é 12ª cidade mais desenvolvida do estado, sendo que a maioria dos municípios do Rio Grande do Sul (51,22%) possui desenvolvimento moderado, com índice de 0,6 a 0,8.

Segundo o Plano Estratégico de desenvolvimento da região da Fronteira Noroeste (2017) a região é responsável por 40% da indústria de equipamentos agrícolas do país. Outro grande destaque é a indústria de processamento de alimentos, especialmente nos ramos de laticínios e carnes. O setor moveleiro possui mais de 100 indústrias, tornando a região também conhecida como um polo moveleiro. No setor metalmeccânico, Santa Rosa e região são modelos no segmento industrial pela fabricação de peças, máquinas e implementos agrícolas para as grandes montadoras de colheitadeiras localizadas nos municípios de Santa Rosa e Horizontina,

consolidando um vigoroso polo metalmeccânico do país voltado para a agricultura.

Metodologia empregada no estudo

De acordo com Sampieri (2013), o foco da pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar os fenômenos, que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto. A pesquisa realizada buscou uma resposta para a realidade no que tange às repercussões das políticas públicas de inovação nas indústrias do segmento metalmeccânico do ponto de vista dos participantes deste cenário, ou seja, os gestores das médias indústrias do município de Santa Rosa. Por esta perspectiva, a pesquisa foi de alcance exploratório e uma abordagem crítico-dialética.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a revisão de literatura, com pesquisa bibliográfica e análise de documentos (registros históricos, atas de reuniões dos sindicatos e associação comercial), além de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFFS no mês de janeiro de 2019, via processo nº 04138818.5.0000.5564. Em um primeiro momento realizou-se uma entrevista-piloto a fim de testar o modelo proposto com uma indústria de médio porte do mesmo segmento do município de Santa Rosa. O roteiro de entrevista mostrou-se satisfatório, sem necessidade de aprimoramento, pois as perguntas abertas permitiram que a resposta fosse assertiva, embasada pelos argumentos do entrevistado.

Importante ressaltar que, conforme Arenhardt (2018), as PMEs (Pequenas e Médias Empresas) representam mais de 95% de todos os estabelecimentos existentes no mundo; respondem por cerca de 50% do PIB mundial; e são responsáveis por 60 a 70% do emprego total. Ao considerar os dados extraídos da base de indústrias do município de Santa Rosa e da atividade relacionada à agricultura - fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura, pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação – 66% das empresas com atividade principal ligada ao agronegócio são de médio porte, ou seja, 10 empresas. Por esta razão a amostra selecionada para entrevista preconizou empresas com receita bruta anual superior a R\$ 4.800.000,00. Esta classificação de porte está de acordo com o aplicado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para concessão de financiamentos (ARENHARDT, 2018).

Aplicaram-se ainda mais dois critérios de seleção: o tempo de vida da empresa, ou seja, empresas com mais de 10 anos de existência a fim de representar a solidez do empreendimento; e que fossem empresas localizadas no polo metalmeccânico de Santa Rosa, na área industrial do município. De acordo com os dados da Prefeitura Municipal de Santa Rosa existiam, em 2018, 15 indústrias ativas cuja atividade principal estava voltada ao fornecimento de peças para o agronegócio, as quais representam o universo desta pesquisa. Após a aplicação dos critérios, selecionou-se a amostra de 5 médias indústrias do segmento metalmeccânico.

As empresas selecionadas foram convidadas a participar da pesquisa por meio de contato telefônico, presencial e ou via correio eletrônico em que foram relatados pela pesquisadora os objetivos da pesquisa, os benefícios, os riscos e a garantia de sigilo de dados e informações além de destacar a importância da participação na coleta de dados da pesquisa. As empresas formalizaram sua participação assinando a Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas.

A realização das entrevistas ocorreu nas dependências das indústrias participantes e o resultado da pesquisa foi enviado aos participantes por via eletrônica e física para arquivamento nas empresas após a aprovação da dissertação. Foram entrevistados os ocupantes dos cargos superiores: Diretor Geral, Diretor Executivo, Presidente ou Gerente Geral. Por esta razão a amostra foi dirigida e do tipo especialistas. Neste caso, optou-se por direcionar a seleção da amostra ao considerar os filtros aplicados como: porte, atividade principal, localização e tempo de empresa, focalizando as entrevistas nos cargos que estavam aptos a prover informações sobre aspectos voltados à inovação e seus (des)incentivos.

Os entrevistados foram questionados quanto ao perfil: papéis/função, escolaridade/formação, tempo de empresa, se possui outros negócios. Informações quanto à Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) foram extraídas por meio de consultas no site da Receita Federal. O número de colaboradores, tempo de existência da empresa, mercado (regional, nacional, internacional) foram informações disponibilizadas pelos entrevistados. O objetivo específico desta etapa foi criar o perfil das empresas industriais de médio porte ligadas ao setor metalmeccânico de Santa Rosa. As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2019. As 5 empresas selecionadas para as entrevistas, com base nos critérios, são denominadas de A, B, C, D, E, preservando sua identidade.

As informações coletadas nas entrevistas foram categorizadas, de acordo com o padrão de resposta dos participantes. As informações obtidas nas entrevistas foram analisadas pela técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 1979), com a definição de categorias analíticas tais como: empresas com acesso às políticas públicas, empresas com pouco acesso às políticas públicas, políticas de inovação voltadas ao produto, processo, mercado ou gestão. Assim, as informações obtidas nas entrevistas e pesquisa teórica foram analisadas, criaram-se categorias que permitiram a construção de mapas de análise que são explorados a partir do aporte teórico de referência para o estudo.

As médias indústrias do segmento metalmeccânico e as políticas públicas de incentivo à inovação: algumas evidências constatadas

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi mapear o perfil das indústrias metalmeccânicas de médio porte do município de Santa Rosa. As informações a seguir vêm atender a este requisito com informações voltadas ao faturamento, número de colaboradores, estratégias de gestão, dentre outros aspectos que se mostraram importantes durante as entrevistas.

A média de colaboradores considerando a amostra de 5 empresas foi de 137,6 e a média de faturamento anual de 35,2 milhões, ou seja, são empresas de porte médio cujo faturamento anual é maior que 4,8 milhões e menor que 300 milhões. Observou-se, nas entrevistas realizadas, que as empresas, embora estejam em processo de crescimento em faturamento, estão diminuindo os postos de trabalho em razão da tecnificação de processos. Sendo assim, a utilização de maquinário e softwares têm sido a principal razão para a diminuição do número de colaboradores, de acordo com os resultados desta pesquisa. Duas empresas atrelaram a redução de empregados ao aumento de produtividade, com a aquisição de máquinas e tecnologias inovadoras que simplificam os processos. Um dos indicadores importantes de uma empresa é o quanto a mesma tem de receita dividido pelo número de funcionários. Este número indica o quão eficiente é a organização em geral, uma vez que a folha de pagamento e seus encargos é, geralmente, o maior custo.

Sobre a sucessão familiar, 4 das 5 empresas entrevistadas iniciaram os seus empreendimentos entre familiares (entre irmãos, pais e filhos ou mesmo o empreendedor solo e sua família) e 4 delas ainda mantêm a gestão

familiar, ou seja, o quadro de diretores, gerentes gerais, são membros da família, como irmãos, filhos, esposa. Embora existam membros da empresa trabalhando em cargos de gestão, observou-se uma incerteza quanto à sucessão familiar da empresa. Das 5 empresas entrevistadas, 3 delas possuem a segunda geração em cargos de gestão (Empresas B, D e E). Uma destas empresas está implantando um processo de governança profissional com a contratação de um Diretor Executivo para gestão da empresa com o intuito de profissionalizar e manter a empresa em crescimento.

O diretor geral de outra empresa (Empresa E) participante, quando questionado sobre a sucessão e o fato de ter um filho trabalhando em um setor específico do seu empreendimento, expõe a preocupação com a longevidade da empresa sob os olhos de outra gestão: “meu filho pensa e age diferente de mim, talvez ele venha e coloque o sistema dele e seja melhor que eu, mas hoje eu não vejo ele preparado” (Empresa E). Afirmações deste teor demonstram que, embora as empresas objeto de análise desta pesquisa sejam longevas e bem-sucedidas na gestão, elas não detêm total certeza sobre os rumos no que tange ao processo de sucessão de governança.

Duas das 5 empresas entrevistadas foram criadas pelo processo de “sistemização” pela grande montadora AGCO quando, em 1990, houve a terceirização de processos que antes eram realizados dentro da planta da montadora. A pesquisa identificou um alto grau de dependência comercial das empresas entrevistadas com as grandes montadoras agrícolas da região. Dependência esta que chega, em média, a 70,2% das transações comerciais realizadas apenas com as duas grandes montadoras da região, as empresas AGCO e John Deere. Há empresas cuja dependência das grandes montadoras é superior aos 90% (Empresas B e D) cuja sazonalidade e variações de mercado causam um impacto severo nos empreendimentos. Em razão disto, observou-se uma incoerência no setor, visto que 3 empresas (Empresas B, D e E) não possuem setor comercial com vendedores prospectando oportunidades.

A área comercial, nestas empresas, restringe-se apenas em receber pedidos das montadoras e elaborar orçamentos, sem de fato buscar novos potenciais clientes, em um comportamento reativo em vez de ativo em busca de novas oportunidades comerciais. Este comportamento passivo em relação às vendas de serviços é comum e incrustrado na cultura dos empreendimentos do metalmeccânico e parte dele se explica pela razão primordial que deu início a estas empresas, ou seja, o fornecimento de serviços para as grandes montadoras. Neste contexto, as empresas já surgiram com o cliente batendo na porta. Criou-se uma dependência

proposital por parte do mercado com intuito de controlar preços, qualidade e manter os fornecedores classificados e à disposição. Este comportamento não é maléfico ou mal-intencionado, apenas retrata uma estratégia muito bem executada de terceirização de serviços que iniciou nos anos 1990 e estende-se até os dias atuais. Todas as empresas que fizeram parte desta pesquisa detêm as certificações de qualidade, como a ISO 9001. A obtenção da certificação foi um requisito obrigatório para fornecer às grandes montadoras e um recurso imprescindível à profissionalização e manutenção da melhoria contínua nos empreendimentos, especialmente quando se fala em processos industriais.

Outro objetivo específico desta pesquisa foi analisar como as médias indústrias do setor metalmeccânico conhecem, acessam e utilizam as políticas públicas de incentivo à inovação. Em relação ao processo de inovação, todas as empresas concordaram que a inovação é um diferencial competitivo para os seus empreendimentos e, neste quesito, a inovação em processos tem especial importância, sendo aquela que mais repercute no modelo de trabalho das empresas objeto de estudo desta pesquisa. Foi prevalente também a inovação em gestão, marketing e produto em algumas empresas.

Todos os entrevistados consideram os seus empreendimentos inovadores em processos, dentre os quais citam-se a aquisição de máquinas para acelerar e dar mais qualidade aos processos gerando competitividade, como o corte laser, robôs de solda, pintura semiautomática eletrostática, uso de softwares para cronoanálise e gestão de dados de produtividade. Uma das empresas considerou que a inovação em produto foi importante no início de sua empresa, quando desenvolvia um produto específico que a colocou no mercado metalmeccânico. Outro entrevistado pontuou que a inovação em gestão é um diferencial competitivo no seu ramo de atuação, pois possui uma estratégia diferente com maior média salarial, que lhe dá menos absenteísmo e rotatividade e, por esta razão, traz resultados melhores. A inovação em marketing foi identificada em duas empresas que demonstraram a preocupação em pulverizar clientes, ou seja, diminuir o grau de dependência comercial em relação às grandes montadoras e ampliar sua estratégia de acesso ao mercado. Estes dados corroboram com Arenhardt, (2018) que argumenta que as inovações incrementais correspondem à maioria das inovações implementadas nas empresas, recebendo mais de 80% dos investimentos.

Das 5 empresas objeto deste estudo, em 3 delas os gestores pontuaram a preocupação em pulverizar o mercado e diminuir o grau de

dependência em relação às montadoras. Nestas empresas há preocupação em disponibilizar ao mercado uma gama completa de processos que podem desenvolver o projeto do cliente do início ao fim. Uma delas realizou um estudo aprofundado do seu mercado para ser assertivo na abordagem e apresentação da empresa.

Quando questionados quanto à repercussão positiva de alguma política pública em seus empreendimentos, uma das empresas entrevistadas relatou se beneficiar da Lei do Bem, no início de sua atividade, quando trabalhava mais focado no desenvolvimento de produto. As outras 4 empresas entrevistadas não obtiveram nenhum tipo de benefício advindo de política pública de incentivo à inovação. A empresa que se utilizou dos benefícios da Lei do Bem detinha uma consultoria externa para gerenciar este processo, pois alegou ser um processo trabalhoso e burocrático.

A maioria das empresas objeto deste estudo não teve acesso às políticas públicas de inovação e, atualmente, nenhuma delas têm, apenas uma já teve há alguns anos atrás. Na pergunta sobre o conhecimento sobre alguma política pública de incentivo à inovação voltada especificamente ao seu segmento de atuação no setor metalmeccânico, todos os entrevistados desconhecem a existência de políticas, inclusive o gestor que afirmou já ter utilizado os benefícios da Lei do Bem quando trabalhava com inovação em produto. Este padrão de resposta parece um tanto quanto similar quando se fala em política pública como um todo. As pessoas tendem a afirmar que não têm acesso aos benefícios e que política pública tem viés apenas social. De acordo com Hofling (2001, p.137), isso pode ser explicado uma vez que, embora haja, atualmente, um vasto conhecimento sobre políticas públicas, elas, tradicionalmente, são vistas como mecanismos de redistribuição dos benefícios sociais com o objetivo de diminuir as desigualdades estruturais geradas pelo desenvolvimento econômico. Pelas origens, as políticas sociais que têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas à busca de mediação dos conflitos gerados nas relações entre capital e trabalho, no desenvolvimento do capitalismo.

Ao serem questionados quando à maior necessidade de acesso às políticas públicas, todos os entrevistados concordaram sobre a imprescindibilidade em ampliar o acesso. A pesquisa não conseguiu medir as repercussões das políticas públicas de incentivo à inovação nos empreendimentos porque as empresas afirmaram não existir acesso a elas. Neste sentido, se confirma a hipótese inicial de que as indústrias de médio porte do segmento metalmeccânico sentem pouca repercussão dos incentivos de políticas públicas em suas atividades no município de Santa

Rosa. Das 5 empresas objeto de estudo desta pesquisa, apenas uma delas se utilizou de um benefício de política pública para incentivo à inovação que foi a Lei do Bem e, ainda assim, em um curto período de tempo. Observou-se que os gestores entrevistados não detêm conhecimento específico sobre os benefícios da Lei do Bem, e, além disso, compreendem erroneamente o conceito de inovação, considerando apenas inovação em produto. Neste sentido, as empresas em questão, por serem prestadoras de serviço, não investiram seu tempo em buscar apoio de política pública para seus processos.

Um dos anseios da pesquisa era buscar sugestões de políticas públicas que pudessem trazer benefícios às indústrias deste setor, a fim de contribuir para o desenvolvimento regional. Durante o andamento da coleta de dados e entrevistas, a pesquisadora, em parceria com a Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária do município de Santa Rosa (ACISAP), disponibilizou às empresas um treinamento sobre os benefícios da Lei do Bem. Entende-se que cabe às Universidades promover a discussão sobre desenvolvimento, ao ponto de especificar o propósito de cada região, expor suas fragilidades e fortalezas, a fim de buscar meios de mudar a realidade e aprimorar seu planejamento estratégico. Por esta razão, uma das entregas desta pesquisa foi proporcionar aos entrevistados e à comunidade empresarial uma oportunidade de entender como funciona a Lei do Bem e, de certa forma, desmistificá-la, a fim torná-la uma realidade ao fomento dos seus empreendimentos.

Em mesmo grau de importância, e ainda que não previsto inicialmente nesta pesquisa, um dos resultados importantes influenciados pela mesma foi a criação de uma lei de inovação para o município de Santa Rosa. Esta lei, de certa forma, pode ser um exemplo da articulação entre a Universidade, o poder público, os empresários e a sociedade, colocando em prática os 4 elos da quádrupla hélice, a fim de pensar o desenvolvimento de uma lei de incentivo à inovação como o caminho para tornar o município de Santa Rosa um ecossistema empreendedor voltado à inovação.

O quarto objetivo específico da pesquisa foi compreender que influência este resultado – repercussão das políticas públicas de incentivo à inovação - tem na dinâmica de desenvolvimento local-regional. Algumas das empresas objeto desta pesquisa estão em uma zona de conforto, isso pode ser evidenciado pelo alto grau de dependência com as grandes montadoras e pelo fato de que elas são apenas executoras de projetos, sem a necessidade de, em sua maioria, desenvolver produto. Observou-se que a inovação, nestas empresas, fica mais direcionada aos processos, a fim de

aumentar a competitividade, reduzindo o custo de produção. O próprio ecossistema criado fez com que as empresas não se abrissem ao mercado, a fim de apresentar suas capacidades de desenvolvimento, haja vista que relatam não haver necessidade de possuir um setor comercial. De certa forma estão na contramão do desenvolvimento de empresas bem-sucedidas que cada vez mais buscam parceiros para pulverizar o seu mercado.

Importante relato de que apenas 1, das 5 empresas que foram objeto desta pesquisa, possui outros empreendimentos, ou seja, atua em outro nicho de mercado ou no mesmo nicho, porém com outro tipo de serviço. A maioria possui uma única empresa e com um grau de dependência extremamente alto das montadoras (média 70%) e parecem não incluir em seu planejamento estratégico a curto e médio prazo o risco de as montadoras internalizarem alguns processos. Cabe ressaltar que, conforme relatado pelos entrevistados, as empresas fornecedoras das grandes montadoras não possuem um contrato de exclusividade ou fornecedor por tempo determinado. A qualquer momento a montadora poderá deixar de solicitar o produto, sem nenhum tipo de resguardo ao sistemista. Este é um problema crítico e careceria de mais discussão no setor metalmeccânico de Santa Rosa.

Outro ponto a ser considerado é que não se identificou o empreendedorismo feminino nestes setores. Em nenhuma das empresas objeto nesta pesquisa, alguma mulher ocupa cargo de direção. Embora a maioria dos proprietários (4 deles) das empresas objeto deste estudo possuam filhas e filhos, ficou evidente que a gestão da empresa foi preferencialmente direcionada (ou encontra-se em processo de direcionamento) ao filho homem. Ao analisar o cenário das indústrias do segmento metalmeccânico, existem muitas explicações para este comportamento, uma delas é de que estes gestores detêm uma experiência em chão de fábrica e são experts na execução de serviços, pois já fizeram todos os processos no início dos seus empreendimentos, o que lhes dá respeito e credibilidade perante a equipe. Outro fator determinante é de que a mão de obra do setor metalmeccânico sempre foi predominantemente masculina, em razão da necessidade de resistência e força para executar as funções. Ao gerir uma grande equipe é necessário experiência e, logicamente, quebrar uma cultura de que o papel da mulher não é na direção industrial e, neste quesito, ainda há um longo caminho a percorrer.

A tratar de aspectos regionais, se estudou, também, as dinâmicas de incentivo aos empreendedores locais por parte da Prefeitura Municipal de Santa Rosa. Um primeiro aspecto importante a ser mencionado é a escassez

de dados atualizados e fidedignos quanto aos aspectos socioeconômicos da região. A Prefeitura Municipal não detém programas de incentivo ou mesmo políticas voltadas ao setor metalmeccânico, nem mesmo as define como algo estratégico para o momento, alegando a falta de recursos. Os benefícios que a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do município possui são incentivos aos pequenos empreendedores como o subsídio juros de financiamentos de valores com instituições bancárias locais voltados aos micros e pequenos empreendedores; concessão de terrenos e algum tipo de infraestrutura às empresas que desejam se instalar na região; e locação de espaço coworking para startups, cujo incentivo ainda está em fase de estruturação. Em relação a este aspecto é importante salientar que os dirigentes públicos do município entendam que, na dinâmica do desenvolvimento local, se faz necessário dar condições para que o empreendedor industrial permaneça e/ou seja atraído para a região.

Conclusão

Ao considerar a inovação como fator imprescindível à competitividade dos empreendimentos e que o Estado deve vislumbrá-la como uma ferramenta crucial para impulsionar o desenvolvimento, a pesquisa delimitou um foco específico no estudo das políticas públicas de incentivo à inovação voltadas às indústrias de médio porte do setor metalmeccânico do município de Santa Rosa. Para que fosse possível entender o contexto histórico, tanto global quanto regional, fez-se imprescindível buscar, na literatura, o perfil empreendedor da região de Santa Rosa, seus personagens e sua história.

Como objetivo geral do estudo se propôs analisar as políticas públicas de incentivo à inovação para as médias indústrias, com vistas a identificar suas repercussões no segmento metalmeccânico de Santa Rosa. Buscou-se responder se os empreendedores do setor metalmeccânico conhecem políticas públicas de incentivo à inovação e, se as conhecem, de que forma elas repercutem em suas empresas. Realizou-se entrevistas com os diretores de todas as empresas de porte médio, voltadas ao segmento metalmeccânico, localizadas na área industrial do município de Santa Rosa.

Os resultados evidenciaram que as políticas públicas de incentivo à inovação presentes no cenário brasileiro não chegam aos empreendedores locais, visto que apenas 1 das 5 empresas pesquisadas utilizou o benefício de uma política pública em um curto espaço de tempo. Quando questionados quanto a políticas públicas que pudessem incentivar o seu

empreendimento, todos os entrevistados disseram não as conhecer. Então fez-se a pergunta, quais são as políticas públicas de incentivo à inovação no Brasil e, mais ainda em específico, quais podem contribuir ao setor metalmeccânico? Este foi o primeiro objetivo específico da pesquisa que revelou poucas alternativas de políticas públicas voltadas à indústria de médio porte, trazendo como principais exemplos a Lei do Bem e a Lei da inovação. No entanto, foi apontado, pelos entrevistados, uma grande dificuldade em ter acesso e aplicar a legislação de incentivo. Uma prova disto é que a única empresa objeto deste estudo que, em um curto espaço de tempo, utilizou o benefício da Lei do Bem, necessitou a contratação de uma empresa de assessoria para execução dos procedimentos garantidores do benefício.

Realizou-se o mapeamento do perfil das indústrias do segmento metalmeccânico com o intuito de conhecer em maior profundidade aspectos relacionados à gestão, posicionamento de mercado, faturamento, grau de tecnificação de processos e, logicamente, qual o grau de inovação e que tipos de inovação existem nestes empreendimentos. Identificou-se que todas as empresas objeto deste estudo implementam a inovação em processos, enquanto que apenas duas delas fazem inovação em gestão e duas fazem inovação em marketing ou posicionamento de mercado. A maioria delas atrelou o termo inovação apenas à inovação em produto. Quando a pesquisadora abordou aspectos relacionados ao meio de produção, a inovação em processos foi mencionada em todas as empresas. Este fato se dá pela historicidade e formação deste segmento metalmeccânico, que foi criado justamente para dar suporte às grandes montadoras agrícolas locais. Neste cenário, as empresas surgiram como a alternativa à terceirização dos processos. Apenas 1 das 5 empresas objeto deste estudo desenvolve produtos com maior grau de complexidade e não apenas processos intermediários de produção como usinagem, por exemplo. Ainda, esta única empresa que agrega mais processos ao produto o faz de maneira reativa, ou seja, por demanda e projeto do cliente, sem existir um setor específico de pesquisa e desenvolvimento interno. Neste sentido, age apenas como executor de projetos e não como desenvolvedor. Outro fato importante de ser mencionado é que em razão disto, as empresas, em sua maioria, não dispõem de um setor comercial prospectivo, uma vez que a sistemização como fornecedora das grandes montadoras agrícolas criou uma cultura reativa e não proativa em busca de novas relações comerciais. As transações comerciais exclusivas com as montadoras correspondem a uma média de 70% do faturamento, criando um alerta para um índice de

dependência altíssimo, extremamente tênue e vulnerável.

Ao se olhar a influência das políticas públicas nas dinâmicas de desenvolvimento local-regional observou-se que não existe atuação proativa de políticas públicas em favor das indústrias do segmento metalmeccânico. Esta constatação se dá, ora por desconhecimento das empresas em relação aos benefícios, ora pela oferta escassa de políticas públicas operacionalizáveis e de fácil acesso. Isso denota a necessidade de um olhar atento dos gestores públicos aos empreendedores do segmento em questão. Sugere-se um estudo aprofundado acerca dos aspectos culturais envolvidos advindos de processos históricos de imigração e formação étnica da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul com o objetivo de mapear o perfil empreendedor da região. Novas pesquisas podem ser realizadas ampliando o foco do estudo para indústrias de segmentos variados, de porte micro a grande e para regiões ampliadas. Conforme discutido anteriormente, existem poucos estudos a respeito de políticas públicas voltadas à indústria, talvez, pela carência de incentivos públicos ao setor, a falta de interesse dos empreendedores ou outras razões ainda desconhecidas.

A temática da inovação não é recente, no entanto a pesquisa mostrou que há pouco conhecimento sobre o que de fato ela representa e de que forma pode ser vista nos empreendimentos e na forma de pensar e agir dos gestores das empresas do segmento metalmeccânico de Santa Rosa. O próprio obscurantismo acerca do tema contribui para o distanciamento da empresa na busca por políticas públicas de incentivo à inovação.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, p. 35-74, dez. 1996.

ARENHARDT, Daniel Luís. **Modelo de Práticas Organizacionais adotadas por pequenas e médias empresas inovadoras no Brasil, 2018**. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Administração. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/15130>. Acesso em: 1 mar. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz A. Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

DIAS, Aline Barbosa. **A inovação a partir do processo de subcontratação nas indústrias do setor metalmecânico no município de Santa Rosa/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. (2001). Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

LAGO, Ivann Carlos; ROTTA, Edegar. Políticas públicas e seus modelos de análise: argumentos em favor do neoinstitucionalismo e das abordagens culturais. In: HASS, Mônica; MATIELLO, Alexandre Mauricio; ROTTA, Edegar; SEIBEL, Erni José (org.). **Políticas Públicas, descentralização e participação social**: contribuições ao estudo da trajetória em Chapecó (SC). Curitiba: CRV, p. 23-38, 2019.

PAIVA, Matheus Silva *et al.* Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan./mar., 2018.

RIFFEL, Eduardo Samuel; SILVA, José Luís Silvério da. **CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA – RS**. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 22, p. 3-28, 2011.

ROTTA, Edegar. **A construção do desenvolvimento na Grande Santa Rosa**: um ‘modelo’ de interação entre regional e global. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 1999.

ROTTA, Edegar. **Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. Tradução Daisy Vaz Moraes. Revisão técnica de Ana Gracinda Queluz Garcia, Dirceu da Silva, Marcos Júlio. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Arqueologia do Rio Grande do Sul**, Doc. 5. 2. ed., São Leopoldo: IAP, 2006.

SEBRAE. **Global Entrepreneurship Monitor 2018**. 2018. Disponível

em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/GEM-2018-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-SEBRAE-Final-slide.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2020.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho 1850 - 1920**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

SOBRE OS AUTORES

ALINE MURIEL VICENTINI ARBELO: Assistente Social, discente especial do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS campus de Cerro Largo/RS. E-mail: vicentinaline@gmail.com.br

ANADESIA BRITZKE: Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Cerro Largo. Técnica de Laboratório/Biologia na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Cerro Largo. E-mail: anadesia.britzke@uffs.edu.br

ANDRÉIA BORKOVSKI: Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Cerro Largo. Assistente Administrativo na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Cerro Largo. E-mail: andreiab@uffs.edu.br

CARLOS EDUARDO RUSCHEL ANES: Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. e-mail: carlos.anes@uffs.edu.br

CLÁUDIA JUSSARA HARLOS HECK: Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Cerro Largo/RS. E-mail: claudia.harlos@hotmail.com

DANIEL HEDLUND SOARES DAS CHAGAS: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Cerro Largo, RS. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos – EJA - FAVENI. Bacharel em Direito pela Unijuí. E-mail: danielhedlund_13@hotmail.com

DARLAN NEI WRITZL: Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Graduação em Administração,

Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil, darlan.writzl@outlook.com.

DEISE DE MOURA TOLFO: Discente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. E-mail: deisetolfors@hotmail.com

DIANA JUCIÉLI RIBEIRO: Licenciada em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Cerro Largo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da mesma instituição. E-mail: dianajribeiro07@gmail.com

DIONE JOEL THOMAS: Discente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. E-mail: dionejthomas@gmail.com

DIONÉIA DALCIN: Doutora em Agronegócios, Docente do Departamento de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, RS, Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil, diodalcin@gmail.com

DIRCE RAQUEL THOMAS: Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, e-mail: dircethomas@hotmail.com

DENIZE GRZYBOVSKI: Administradora. Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Professora visitante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Erechim. E-mail: denizegrzy@gmail.com

EDEMAR ROTTA: Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas públicas – Mestrado, da Universidade Federal da Fronteira Sul. Doutor e Pós-Doutor em Serviço Social. E-mail: erotta@uffs.edu.br

ENISE BARTH: Professora titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS. Pós Doutora em Administração – PPGA/

UFSC. E-mail: enise.teixeira@uffs.edu.br

EUCLIDES SPIES: Discente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. E-mail: euclidesspies@gmail.com

FABIANO KAPELINSKI: Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Cerro Largo/RS. E-mail: fabianokapelinski@hotmail.com

IARA DENISE ENDRUWEIT BATTISTI: Doutora em Epidemiologia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil, iara.battisti@uffs.edu.br

JONATHAN DALLA ROSA MELO: Advogado. Mestre em Direito. Aluno no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas na Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGDPP/UFFS), campus Cerro Largo. E-mail: jonathandallarosa@gmail.com

LÍDIA LINCK LAGEMANN: Diretora Administrativa. Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Universidade Federal da Fronteira Sul, E-mail: li.linck@gmail.com

LOUISE DE LIRA ROEDEL BOTELHO: Professora Dr.^a Titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo. Professora Colaboradora Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: louisebotelho@uffs.edu.br

MARCELO ORDESTO RODRIGUES: Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Cerro Largo, RS. Participante do DIR-SOCIAIS, UFFS/CNPq/CLACSO. E-mail: marceloordestorodrigues@gmail.com

PAOLA VOGT: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo. Bolsista CAPES/DS.

Graduada em Administração pela mesma instituição. E-mail: vogtpaola00@gmail.com

RITA VANDERLÉIA MARTEL: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Cerro Largo, RS. Pós-graduada em Direito Processo Civil - IESA. E-mail: ritavandmart@gmail.com.

ROZELAINE RUBIA BUENO D’ALMEIDA: Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: prrozelaine@gmail.com

SANDRA VIDAL NOGUEIRA: Pós-doutora em Direito (URI/Santo Ângelo); doutora em Educação (PUC-SP); Servidora Pública Federal do Magistério (UFFS), vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, campus de Cerro Largo, RS; Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Direito Humanos, Movimentos Sociais e Instituições (DIR-SOCIAIS)”, UFFS/CNPq/CLACSO. E-mail: sandra.nogueira@uffs.edu.br

SCHANA SHIRLEY SILVA: Discente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus de Cerro Largo/RS. E-mail: schanass@hotmail.com

TAÍSA PEREIRA WELTER: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil taisa.welter@gmail.com.

THIAGO BENIZ BIEGER: Mestrando em Desenvolvimento Regional. UNIJUI. thiago@bieger.com.br

VERIDIANE KRONBAUER: Assistente Social, discente especial do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS campus de Cerro Largo/RS. E-mail: vicentinaline@gmail.com.br

Esta obra possui o objetivo de contemplar as discussões obtidas a partir do projeto de pesquisa intitulado “Mapeamento das organizações cooperativas existentes na Região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, identificando requisitos e competências para a inovação, transformação digital e perspectivas da modelagem do cooperativismo de plataforma”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Chamada CNPq/SESCOOP Nº 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo. Além disso, o presente trabalho consiste em um compêndio de estudos desenvolvidos por professores, alunos e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Refere-se ainda que tal obra aproxima-se da Linha de Pesquisa 02: Dinâmicas Sociopolíticas e experiências de Desenvolvimento, deste programa de pós-graduação, servindo de aporte teórico e prático para a disciplina de “Tecnologia social e políticas públicas para o desenvolvimento”, que pertence à matriz curricular do programa supracitado. Salienta-se que o trabalho é parte integrante dos seguintes grupos de pesquisa institucionais: Teorias e Processos de Desenvolvimento e Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Instituições.

